CRL
CENTRO DE RELAÇÕES LABORAIS

2016

RELATÓRIO DO 2º SEMESTRE

SOBRE

EMPREGO E FORMAÇÃO

Título: ***Relatório do 2º Semestre sobre Emprego e Formação*** *– 2016*

Data de edição: Junho de 2016

CENTRO DE RELAÇÕES LABORAIS

Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Praça de Londres, nº 2 - Piso 9

1049-056 – Lisboa, Portugal

Email: geral@crl.mtsss.pt

Depósito legal: _____/__

Execução gráfica: _____

Tiragem: ____ exemplares

Documento redigido segundo o Acordo Ortográfico em vigor à data.

Ficha Técnica

CENTRO DE RELAÇÕES LABORAIS

– ***Composição:***

Presidente**: Gregório da Rocha Novo** (CIP)

Organizações Governamentais:

- ACT **- Jorge Manuel M. Pinhal** (efetivo); Maria José Tiago (suplente)
- DGERT **- Fernando Catarino José** (suplente)[1]
- GEP - **Antonieta do Rosário P. S. Ministro** (efetivo); Teresa Feliciano (suplente)
- IEFP – **António Valadas da Silva** (efetivo); Catarina Campos (suplente)

Organizações Sindicais:

- CGTP-IN - **João F. Freitas Torres** (efetivo) ; Carlos Manuel A. Trindade (suplente)
  José Rodrigues Oliveira (efetivo) ; Fernando M. Pires Marques (suplente)
- UGT - **Sérgio Monteiro do Monte** (efetivo) ; Eng.º João Proença (suplente)

Organizações Empresariais:

- CAP - **Cristina Nagy Morais** (efetivo) ; João Baguinho Valentim (suplente)
- CCP - **Ana Cristina Vieira** (efetivo) ; Alberto J. Lança de Sá e Mello (suplente)
- CTP - **Nuno da Silva Bernardo** (efetivo) ; Pedro Petrucci de Freitas (suplente)

Autores do Relatório

Equipa técnica:

Perito convidado: **Mário Caldeira Dias** (Coordenação Científica)

Teresa Pina Amaro (CRL)

Teresa Sabido Costa (CRL)

Colaboração técnica:

Miguel Ramos dos Santos (CRL)

COMISSÃO CIENTÍFICA PARA O RELATÓRIO DO 2º SEMESTRE SOBRE EMPREGO E FORMAÇÃO – 2015

Composição

- **António Figueiredo** (Quaternnaire)
- **Francisco Lima** (Instituto Superior Técnico)
- **Francisco Madelino** (ISCTE)
- **João Cerejeira** (Universidade do Minho)
- **Cristina Rodrigues** (Universidade NOVA de Lisboa)

[1] Isilda Maria C. Fernandes (efetivo de 23-07-2015 a 12-10-2016).

ÍNDICE

INTRODUÇÃO **15**

SUMÁRIO EXECUTIVO **17**

Enquadramento macroeconómico 17
População ativa, inativa e taxa de atividade 17
Emprego 18
Emprego nas Administrações Públicas 19
Desemprego 20
Desemprego registado 21
Compatibilidade dos fluxos do mercado de trabalho 21
Desemprego Subsidiado 21
Estrutura empresarial e emprego nas empresas 21
Remunerações 22
Índice do custo de trabalho 23
Formação profissional 23
Cursos de dupla certificação 23
Medidas ativas de emprego promovidas pelo IEFP 23
Formação contínua nas empresas 24
Principais indicadores 25

NOTA PRÉVIA **27**

1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO – PORTUGAL NO CONTEXTO EUROPEU **29**

2. O MERCADO DE TRABALHO EM PORTUGAL **34**

2.1. Comparação entre Portugal e a União Europeia 34
2.1.1. Taxas de Atividade e de Emprego 34
2.1.2. Contratos a Termo 37
2.1.3. Taxas de Desemprego 37
2.1.4. População com Nível de Educação Secundário 40
2.1.5. População jovem 44
- ***Saída escolar precoce*** *44*
- ***População jovem que não trabalha nem estuda (NEEF)*** *46*

2.2. População e população ativa 48
2.2.1. População total 48
2.2.2. Emigração portuguesa 49
2.2.3. População por níveis de escolaridade 50
2.2.4. População ativa e taxas de atividade 51
- ***Por níveis de escolaridade completos*** *53*
- ***Por regiões*** *54*

2.2.5. Evolução da população ativa e das taxas de atividade entre o 2º e o 4º trimestre de 2016 54
2.2.6. População Inativa 55
2.3. Emprego e desemprego 59
2.3.1. Emprego 59
2.3.1.1. Emprego e taxas de emprego 59
- ***Por escalões etários*** *59*
- ***Por níveis de escolaridade*** *61*
- ***Por regiões*** *62*

2.3.1.2. População empregada por situação na profissão 62

2.3.1.3. População empregada por tempo de duração de trabalho ... 63
- *Por escalão de duração semanal de trabalho* ... *64*
- *Por tipo de horário de trabalho* ... *66*

2.3.1.4. Trabalhadores por conta de outrem ... 68
- *Por tipo de contrato* ... *68*

2.3.1.5. População empregada por sectores de atividade ... 69
2.3.1.6. População empregada por grupos profissionais ... 75
2.3.1.7. Evolução da população empregada entre o 2º e o 4º trimestre de 2016 ... 76
2.3.2. Desemprego ... 76
2.3.2.1. Desemprego e taxas de desemprego ... 76
- *Por grupos etários* ... *77*
- *Por níveis de escolaridade* ... *79*
- *Por experiência anterior de trabalho* ... *79*

2.3.2.2. Desempregados à procura de novo emprego ... 81
- *Por áreas de atividade* ... *81*
- *Por grupos profissionais* ... *84*

2.3.2.3. Desemprego por regiões ... 84
2.3.2.4. Evolução da população desempregada entre o 2º e o 4º trimestre de 2016 ... 85
2.3.2.5. Desempregados de longa duração e muito longa duração ... 86
2.3.2.6. Evolução da população desempregada de longa duração e de muito longa duração entre o 2º e o 4º trimestre de 2016 ... 89
2.3.3. Emprego nas administrações públicas ... 90
2.3.3.1. Postos de trabalho nas administrações públicas ... 90
- *Por escalões etários* ... *91*
- *Por níveis de habilitações* ... *91*
- *Por tipo de vínculo* ... *92*

2.3.3.2. Postos de trabalho nas administrações públicas por Ministérios ... 94
2.3.3.3. Postos de trabalho ocupados nas administrações públicas por tipo de entidade ... 95
2.3.3.4. Postos de trabalho nas administrações públicas por cargos/carreiras/grupos ... 96
2.3.4. Emprego nas entidades do sector público, exceto administrações públicas (AP) ... 97
- *Por escalões etários* ... *98*
- *Por níveis de habilitações* ... *98*

2.3.4.1. Postos de trabalho nas entidades do sector público, exceto administrações públicas por CAE ... 99
2.3.4.2. Postos de trabalho nas entidades do sector público, exceto administrações públicas por cargos/carreiras/grupos ... 100

3. FLUXOS DE MÃO DE OBRA ENTRE EMPREGO, DESEMPREGO E INACTIVIDADE ... 101

3.1. Emprego nas administrações públicas – fluxos de entradas e saídas ... 103

4. DESEMPREGO REGISTADO E PEDIDOS DE EMPREGO NOS CENTROS DE EMPREGO ... 105

4.1. Desemprego registado no final de 2016 – situação no fim do mês ... 105
4.2. Análise dos pedidos de emprego registados no 2º semestre de 2016 – situação no fim dos meses ... 111
4.3. Análise dos pedidos de emprego registados nos centros de emprego – movimento ao longo do mês ... 121
Motivos de inscrição dos desempregados no Serviço Público de Emprego ... *124*

5. OFERTAS E COLOCAÇÕES DOS CENTROS DE EMPREGO ... 127

5.1. Análise das ofertas e colocações dos centros de emprego em 2016 ... 127
5.2. Ofertas e pedidos de emprego registados no 1º semestre de 2016 – situação no fim dos meses ... 130
5.3. Análise das ofertas de emprego e colocações registadas no 1º semestre de 2016 – movimento ao longo dos meses ... 132
- *Ofertas de emprego* ... *132*

- *COLOCAÇÕES* *133*
- *PEDIDOS, OFERTAS E COLOCAÇÕES* *134*

6. SITUAÇÃO DO DESEMPREGO SUBSIDIADO 137

7. ENTIDADES EMPREGADORAS E BENEFICIÁRIOS COM PRESTAÇÕES DE LAY-OFF 139

8. ESTRUTURA EMPRESARIAL E TRABALHADORES NAS EMPRESAS 141

8.1. ESTRUTURA EMPRESARIAL 141
8.2. EMPREGO NAS EMPRESAS 143
- *POR SECTORES DE ATIVIDADE* *143*
- *POR DIMENSÃO DE EMPRESAS* *146*
- *POR NÍVEIS DE HABILITAÇÕES E QUALIFICAÇÕES* *147*
- *POR TIPOS DE CONTRATO* *148*
- *POR TIPO DE CONTRATO E ESCALÃO ETÁRIO* *149*
- *POR TIPO DE CONTRATO E NÍVEIS DE QUALIFICAÇÃO* *150*

8.3. TRABALHADORES ESTRANGEIROS NAS EMPRESAS 152

9. GANHOS E REMUNERAÇÕES 153

9.1. REMUNERAÇÕES: GANHOS MÉDIOS E MEDIANA DO GANHO 153
9.2. ESTRUTURA REMUNERATÓRIA 156
9.3. ÍNDICE DO CUSTO DE TRABALHO 158

10. GANHOS E REMUNERAÇÕES NAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS 161

11. ANÁLISE DA COMPATIBILIDADE DOS FLUXOS DO MERCADO DE TRABALHO 164

12. FORMAÇÃO PROFISSIONAL E MEDIDAS ATIVAS DE EMPREGO 171

12.1. CURSOS DE DUPLA CERTIFICAÇÃO 171
12.2. MEDIDAS ATIVAS DE EMPREGO DO INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL 176
- *FORMAÇÃO PROFISSIONAL* 177
- *MEDIDAS DE APOIO AO EMPREGO* 181

12.3. FORMAÇÃO CONTÍNUA NAS EMPRESAS 186

CONCEITOS UTILIZADOS 195

PARECER CONJUNTO DA COMISSÃO CIENTÍFICA 205

COMENTÁRIOS DOS MEMBROS DO CRL 207

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DA TAXA DE CRESCIMENTO E DO PIB *PER CAPITA* (EM PODER DE COMPRA PADRÃO) 29
GRÁFICO 2 - VALOR ACRESCENTADO BRUTO (VAB) POR SECTOR DE ATIVIDADE, EM 2016 30
GRÁFICO 3 - EVOLUÇÃO DO DÉFICE PÚBLICO, DO DÉFICE EXTERNO E DA DÍVIDA PÚBLICA (EM % DO PIB) 31
GRÁFICO 4 - VARIAÇÃO ANUAL DA PRODUTIVIDADE POR TRABALHADOR E POR HORA TRABALHADA 32
GRÁFICO 5 - TAXA DE EMPREGO 34
GRÁFICO 6 - TAXA DE ATIVIDADE 35
GRÁFICO 7 - TAXA DE EMPREGO DOS JOVENS (15 AOS 24 ANOS) 36
GRÁFICO 8 - TAXA DE ATIVIDADE DOS JOVENS (15 AOS 24 ANOS) 36
GRÁFICO 9 - CONTRATOS A TERMO (% NO EMPREGO TOTAL) 37
GRÁFICO 10 - TAXA DE DESEMPREGO 38
GRÁFICO 11 - TAXA DE DESEMPREGO JOVEM 39
GRÁFICO 12 - TAXA DE DESEMPREGO DE LONGA DURAÇÃO (% NA POPULAÇÃO ATIVA) 39
GRÁFICO 13 - TAXA DE DESEMPREGO DE MUITO LONGA DURAÇÃO (% NA POPULAÇÃO ATIVA) 40
GRÁFICO 14 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO (20 AOS 24 ANOS) COM O NÍVEL DE EDUCAÇÃO BÁSICO, ... 41
GRÁFICO 15 - POPULAÇÃO (20 AOS 24 ANOS) COM O NÍVEL DE EDUCAÇÃO BÁSICO, SECUNDÁRIO E SUPERIOR, POR SEXO 42
GRÁFICO 16 - POPULAÇÃO (25 AOS 64 ANOS) COM O NÍVEL DE EDUCAÇÃO BÁSICO, ... 43
GRÁFICO 17 - JOVENS (18 A 24 ANOS) QUE SAÍRAM PRECOCEMENTE DA ESCOLA 45
GRÁFICO 18 - JOVENS (18 A 24 ANOS) QUE SAÍRAM PRECOCEMENTE DA ESCOLA, POR SEXO 45
GRÁFICO 19 - POPULAÇÃO JOVEM NEEF (15 A 29 ANOS), POR SEXO 46
GRÁFICO 20 - POPULAÇÃO JOVEM NEEF 47
GRÁFICO 21 - POPULAÇÃO JOVEM NEEF, POR NÍVEIS DE ENSINO 47
GRÁFICO 22 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO COM 15 E MAIS ANOS POR ESCALÕES ETÁRIOS 48
GRÁFICO 23 - EVOLUÇÃO DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA DESDE O INÍCIO DO MILÉNIO 49
GRÁFICO 24 - EMIGRANTES PORTUGUESES A RESIDIR NO ESTRANGEIRO EM 2015 50
GRÁFICO 25 - POPULAÇÃO COM 15 E MAIS ANOS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE 51
GRÁFICO 26 - EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE ATIVIDADE MASCULINA E FEMININA 52
GRÁFICO 27 - EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE ATIVIDADE POR ESCALÃO ETÁRIO 52
GRÁFICO 28 - EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE ATIVIDADE POR NÍVEIS DE ESCOLARIDADE 53
GRÁFICO 29 - VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO INATIVA COM 15 E MAIS ANOS POR CATEGORIAS 55
GRÁFICO 30 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO INATIVA DISPONÍVEL QUE NÃO PROCURA EMPREGO POR SEXO 56
GRÁFICO 31 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO INATIVA DISPONÍVEL QUE NÃO PROCURA EMPREGO POR ESCALÃO ETÁRIO 57
GRÁFICO 32 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO INATIVA DISPONÍVEL QUE NÃO PROCURA EMPREGO ENTRE OS 15 E OS 34 ANOS 57
GRÁFICO 33 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO INATIVA DISPONÍVEL QUE NÃO PROCURA EMPREGO POR NÍVEIS DE HABILITAÇÕES 58
GRÁFICO 34 - VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO EMPREGADA DOS 15 AOS 34 ANOS 60
GRÁFICO 35 - TAXA DE EMPREGO POR SEXO 60
GRÁFICO 36 - EVOLUÇÃO A TAXA DE EMPREGO NOS ESCALÕES DOS 15 AOS 34 ANOS 61
GRÁFICO 37 - TAXAS DE EMPREGO POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE 61
GRÁFICO 38 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO EMPREGADA POR SITUAÇÃO NA PROFISSÃO 63
GRÁFICO 39 - PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO EMPREGADA POR TEMPO DE DURAÇÃO DO TRABALHO 63
GRÁFICO 40 - EVOLUÇÃO DO EMPREGO A TEMPO PARCIAL E DO SUBEMPREGO A TEMPO PARCIAL 2007-2016 64
GRÁFICO 41 - POPULAÇÃO EMPREGADA POR ESCALÃO DE DURAÇÃO SEMANAL HABITUAL DE TRABALHO 65
GRÁFICO 42 - EMPREGO POR ESCALÃO DE DURAÇÃO HABITUAL DE TRABALHO ATÉ 35 HORAS 66
GRÁFICO 43 - EMPREGO POR TIPO DE HORÁRIO DE TRABALHO – SERÃO, NOITE, SÁBADO E DOMINGO 67
GRÁFICO 44 - EMPREGO POR TIPO DE HORÁRIO DE TRABALHO – TURNOS 67
GRÁFICO 45 - EMPREGO POR TIPO DE HORÁRIO DE TRABALHO – 67
GRÁFICO 46 - TCO COM CONTRATOS A TERMO E SEM TERMO 68
GRÁFICO 47 - EMPREGO POR GRANDES SECTORES DE ATIVIDADE 69
GRÁFICO 48 - VARIAÇÃO DO EMPREGO NAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS E NA CONSTRUÇÃO 70
GRÁFICO 49 - VARIAÇÃO DO EMPREGO POR SUBSECTORES DAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS 71
GRÁFICO 50 - VARIAÇÃO DO EMPREGO NOS SERVIÇOS 71
GRÁFICO 51 - VARIAÇÃO DO EMPREGO NOS SUBSECTORES DO COMÉRCIO 73
GRÁFICO 52 - VARIAÇÃO DO EMPREGO NOS SUBSECTORES DO ALOJAMENTO E RESTAURAÇÃO 73
GRÁFICO 53 - ESTRUTURA DO EMPREGO NAS ATIVIDADES RELACIONADAS COM O TURISMO - 2016 74
GRÁFICO 54 – VARIAÇÃO DO EMPREGO NAS ATIVIDADES RELACIONADAS COM O TURISMO – 2011-2016 74

GRÁFICO 55 - EVOLUÇÃO DO EMPREGO POR GRUPOS PROFISSIONAIS 75
GRÁFICO 56 - NÚMERO DE DESEMPREGADOS POR SEXO 77
GRÁFICO 57 - TAXA DE DESEMPREGO POR SEXO 77
GRÁFICO 58 - VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO DESEMPREGADA POR GRUPOS ETÁRIOS 77
GRÁFICO 59 - TAXAS DE DESEMPREGO POR ESCALÃO ETÁRIO 78
GRÁFICO 60 - TAXAS DE DESEMPREGO POR NÍVEIS DE ESCOLARIDADE 79
GRÁFICO 61 - DESEMPREGO POR EXPERIÊNCIA ANTERIOR DE TRABALHO 80
GRÁFICO 62 - DESEMPREGADOS À PROCURA DE NOVO EMPREGO POR ÁREAS DE ACTIVIDADE 81
GRÁFICO 63 - VARIAÇÃO DO NÚMERO DE DESEMPREGADOS À PROCURA DE NOVO EMPREGO NA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA E CONSTRUÇÃO 82
GRÁFICO 64 - VARIAÇÃO DOS DESEMPREGADOS À PROCURA DE NOVO EMPREGO NOS SERVIÇOS 83
GRÁFICO 65 - DESEMPREGO POR GRUPOS PROFISSIONAIS 84
GRÁFICO 66 - EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO POR REGIÕES 85
GRÁFICO 67 - DESEMPREGO DE LONGA DURAÇÃO 87
GRÁFICO 68 - DESEMPREGADOS HÁ 12 E MAIS MESES POR NÍVEIS DE HABILITAÇÕES 87
GRÁFICO 69 - % DESEMPREGADOS HÁ 12 E MAIS MESES COM ENTRE 15 E 34 ANOS NO TOTAL DE DLD 88
GRÁFICO 70 - DESEMPREGADOS ENTRE OS 15 AOS 24 ANOS 88
GRÁFICO 71 - DESEMPREGADOS ENTRE OS 25 AOS 34 ANOS 88
GRÁFICO 72 - DESEMPREGADOS DE LONGA E MUITO LONGA DURAÇÃO 89
GRÁFICO 73 – POSTO DE TRABALHO NAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS 90
GRÁFICO 74 –POSTOS DE TRABALHO NAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS POR NÍVEIS DE HABILITAÇÕES EM 2015 91
GRÁFICO 75 - VARIAÇÃO DOS POSTOS DE TRABALHO NAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS POR NÍVEIS DE HABILITAÇÕES 92
GRÁFICO 76 – POSTOS DE TRABALHO NAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS – DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS A TEMO E SEM TERMO 93
GRÁFICO 77 - EMPREGO NAS ADMINISTRAÇÃO CENTRAL POR MINISTÉRIOS – 2016 94
GRÁFICO 78 - EMPREGO NA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL POR TIPO DE ENTIDADE – 2016 95
GRÁFICO 79 - EMPREGO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA POR CARGOS/CARREIRAS/GRUPOS – 2016 96
GRÁFICO 80 – POSTOS DE TRABALHO NAS ENTIDADES DO SECTOR PÚBLICO, EXCETO AP, POR SUBSECTOR – 2016 97
GRÁFICO 81 – POSTOS DE TRABALHO NAS EMPRESAS E DEMAIS ENTIDADES DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL 98
GRÁFICO 82 – POSTOS DE TRABVALHO NAS EMPRESAS E DEMAIS ENTIDADES DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL 99
GRÁFICO 83 - EMPREGO NAS EMPRESAS E DEMAIS ENTIDADES DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL, EXCETO AP POR CAE .. 100
GRÁFICO 84 - EMPREGO NAS EMPRESAS E DEMAIS ENTIDADES DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL POR CARREIRAS 100
GRÁFICO 85 - EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO REGISTADO POR GÉNERO 105
GRÁFICO 86 - PERCENTAGEM DO DESEMPREGO JOVEM E DO DLD NO DESEMPREGO REGISTADO 106
GRÁFICO 87 - EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO REGISTADO POR REGIÕES 107
GRÁFICO 88 - DESEMPREGO REGISTADO POR SECTORES DE ATIVIDADE 107
GRÁFICO 89 - DESEMPREGO REGISTADO NA INDÚSTRIA 108
GRÁFICO 90 - DESEMPREGO REGISTADO NOS SERVIÇOS 109
GRÁFICO 91 - DESEMPREGO REGISTADO (NOVO EMPREGO) POR PROFISSÕES 110
GRÁFICO 92 - EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO REGISTADO POR NÍVEIS DE HABILITAÇÕES 111
GRÁFICO 93 - EVOLUÇÃO DOS PEDIDOS DE EMPREGO 112
GRÁFICO 94 - PEDIDOS DE EMPREGO POR SITUAÇÃO FACE AO EMPREGO 112
GRÁFICO 95 - EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO REGISTADO 113
GRÁFICO 96 - DESEMPREGO REGISTADO 113
GRÁFICO 97 - DESEMPREGO REGISTADO POR SEXO 114
GRÁFICO 98 - DESEMPREGO REGISTADO POR GRUPO ETÁRIO 114
GRÁFICO 99 - DESEMPREGO REGISTADO POR TEMPO DE INSCRIÇÃO 114
GRÁFICO 100 - DESEMPREGO REGISTADO POR REGIÃO 115
GRÁFICO 101 - DESEMPREGO REGISTADO POR GRUPO ETÁRIO 115
GRÁFICO 102 - DESEMPREGO REGISTADO POR GRUPO ETÁRIO E REGIÃO 116
GRÁFICO 103 - DESEMPREGO REGISTADO POR TEMPO DE INSCRIÇÃO 116
GRÁFICO 104 - DESEMPREGO REGISTADO POR TEMPO DE INSCRIÇÃO E REGIÃO 117
GRÁFICO 105 - DESEMPREGO REGISTADO POR NÍVEL DE INSTRUÇÃO 117
GRÁFICO 106 - DESEMPREGO REGISTADO POR TEMPO DE INSCRIÇÃO E REGIÃO 118
GRÁFICO 107 - DESEMPREGO REGISTADO (NOVO EMPREGO) POR ATIVIDADE ECONÓMICA 118
GRÁFICO 108 - DESEMPREGO REGISTADO (NOVO EMPREGO) POR ATIVIDADE ECONÓMICA E SEXO 119

GRÁFICO 109 - DESEMPREGO REGISTADO POR NACIONALIDADE 120
GRÁFICO 110 - DESEMPREGO REGISTADO POR NACIONALIDADE E SEXO 120
GRÁFICO 111 - PEDIDOS DE EMPREGO POR SITUAÇÃO FACE AO EMPREGO 121
GRÁFICO 112 - PEDIDOS DE EMPREGO POR SITUAÇÃO FACE AO EMPREGO 121
GRÁFICO 113 - PEDIDOS DE EMPREGO POR SITUAÇÃO FACE AO EMPREGO E POR SEXO 122
GRÁFICO 114 - DESEMPREGADOS INSCRITOS (NOVO EMPREGO) POR SECTOR DE ATIVIDADE 123
GRÁFICO 115 - DESEMPREGADOS INSCRITOS (NOVO EMPREGO) POR ATIVIDADE ECONÓMICA E SEXO 123
GRÁFICO 116 - MOTIVOS DE INSCRIÇÃO DOS DESEMPREGADOS EM 2016 124
GRÁFICO 117 - EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS MOTIVOS DE INSCRIÇÃO DOS DESEMPREGADOS 125
GRÁFICO 118 - EVOLUÇÃO DE OUTROS MOTIVOS DE INSCRIÇÃO DOS DESEMPREGADOS 126
GRÁFICO 119 - OFERTAS E COLOCAÇÕES RECEBIDAS NOS CENTROS DE EMPREGO 127
GRÁFICO 120 - OFERTAS DE EMPREGO RECEBIDAS – SERVIÇOS 128
GRÁFICO 121 - OFERTAS DE EMPREGO RECEBIDAS – INDÚSTRIA 129
GRÁFICO 122 - OFERTAS RECEBIDAS POR GRUPOS PROFISSIONAIS 130
GRÁFICO 123 - EVOLUÇÃO DAS OFERTAS DE EMPREGO 131
GRÁFICO 124 - EVOLUÇÃO DOS PEDIDOS E OFERTAS DE EMPREGO 131
GRÁFICO 125 - OFERTAS DE EMPREGO POR ATIVIDADE ECONÓMICA 132
GRÁFICO 126 - OFERTAS DE EMPREGO POR ATIVIDADE ECONÓMICA 133
GRÁFICO 127 - COLOCAÇÕES POR ATIVIDADE ECONÓMICA 133
GRÁFICO 128 - COLOCAÇÕES POR ATIVIDADE ECONÓMICA E SEXO 134
GRÁFICO 129 - OFERTAS E COLOCAÇÕES 135
GRÁFICO 130 - PEDIDOS E COLOCAÇÕES 135
GRÁFICO 131 - PEDIDOS, OFERTAS E COLOCAÇÕES 136
GRÁFICO 132 - VARIAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS COM PRESTAÇÕES DE DESEMPREGO POR TIPO DE SUBSÍDIO 137
GRÁFICO 133 - BENEFICIÁRIOS COM PRESTAÇÕES DE DESEMPREGO DEFERIDAS ENTRE JUNHO DE 2015 E DEZEMBRO DE 2016 138
GRÁFICO 134 - ENTIDADES EMPREGADORAS EM SITUAÇÃO DE LAY-OFF 139
GRÁFICO 135 - BENEFICIÁRIOS COM PRESTAÇÕES DE LAY-OFF 139
GRÁFICO 136 - ENTIDADES EMPREGADORAS E BENEFICIÁRIOS EM SITUAÇÃO DE LAY-OFF 140
GRÁFICO 137 - BENEFICIÁRIOS COM PRESTAÇÕES DE LAY-OFF, POR TIPOLOGIA 140
GRÁFICO 138 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPRESAS 141
GRÁFICO 139 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPRESAS POR CAE 142
GRÁFICO 140 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PESSOAS AO SERVIÇO NAS EMPRESAS 143
GRÁFICO 141 - ESTRUTURA SECTORIAL DO EMPREGO (PESSOAS AO SERVIÇO NAS EMPRESAS) 144
GRÁFICO 142 - VARIAÇÕES NO NÚMERO DE TRABALHADORES AO SERVIÇO NAS EMPRESAS NOS PRINCIPAIS SECTORES DE ATIVIDADE 2013-2015 144
GRÁFICO 143 - VARIAÇÕES DO NÚMERO DE TRABALHADORES AO SERVIÇO NAS EMPRESAS NOS PRINCIPAIS SUBSECTORES DE ATIVIDADE DAS INDUSTRIAS TRANSFORMADORAS 2013-2015 145
GRÁFICO 144 - VARIAÇÕES DO NÚMERO DE TRABALHADORES AO SERVIÇO NAS EMPRESAS NOS PRINCIPAIS SUBSECTORES 146
GRÁFICO 145 - EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DOS TCO POR NÍVEL DE HABILITAÇÕES 147
GRÁFICO 146 - EVOLUÇÃO DOS TCO COM CONTRATOS A TERMO POR TIPO DE CONTRATO 149
GRÁFICO 147 - EVOLUÇÃO DOS TCO ATÉ AOS 24 ANOS POR TIPO DE CONTRATO 2011-2015 150
GRÁFICO 148 - EVOLUÇÃO DOS TCO ENTRE OS 25 E OS 34 ANOS POR TIPO DE CONTRATO 2011-2015 150
GRÁFICO 149 - EVOLUÇÃO DOS TCO ENTRE OS 35 E OS 54 ANOS POR TIPO DE CONTRATO 2011-2015 150
GRÁFICO 150 - EVOLUÇÃO DOS TCO COM 55 E MAIS ANOS POR TIPO DE CONTRATO 2011-2015 150
GRÁFICO 151 - TCO POR NÍVEIS DE QUALIFICAÇÃO – PESO DOS CONTRATOS COM TERMO E SEM TERMO EM 2015 151
GRÁFICO 152 - VARIAÇÃO PERCENTUAL DOS CONTRATADOS COM TERMO POR NÍVEIS DE QUALIFICAÇÕES – 2012-2015 151
GRÁFICO 153 - EVOLUÇÃO DO GANHO MÉDIO MENSAL POR SEXO 153
GRÁFICO 154 - GANHO MÉDIO MENSAL POR SECTORES DE ATIVIDADE 154
GRÁFICO 155 - GANHO MÉDIO MENSAL POR SEXO POR REGIÃO 156
GRÁFICO 156 - EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA REMUNERATÓRIA DOS TCO 156
GRÁFICO 157 - ÍNDICE DO CUSTO DE TRABALHO NOS PAÍSES DA UE 159
GRÁFICO 158 - ÍNDICE DO CUSTO DE TRABALHO NOS PAÍSES DA UE, EM 2016 160
GRÁFICO 159 - GANHO MÉDIO MENSAL NAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS (CONTINENTE) POR SUBSETOR 161
GRÁFICO 160 - GANHO MÉDIO MENSAL NAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS (CONTINENTE) POR CAE -2016 162
GRÁFICO 161 - REMUNERAÇÃO BASE MÉDIA MENSAL MAIS SUPLEMENTOS REGULARES NAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS POR SUBSECTOR (CONTINENTE) – TRABALHADORES A TEMPO COMPLETO 162

GRÁFICO 162 - GANHO MÉDIO MENSAL NAS SOCIEDADES FINANCEIRAS E NÃO FINANCEIRAS DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL (CONTINENTE) – TRABALHADORES A TEMPO COMPLETO – 2016 163
GRÁFICO 163 - VARIAÇÕES DA POPULAÇÃO EMPREGADA, DESEMPREGADA E ATIVA 164
GRÁFICO 164 - VARIAÇÕES DA POPULAÇÃO ATIVA, INATIVA E RESIDENTE 165
GRÁFICO 165 - VARIAÇÕES DA POPULAÇÃO EMPREGADA, DESEMPREGADA E ATIVA ENTRE OS 15 E OS 34 ANOS 166
GRÁFICO 166 - VARIAÇÕES DA POPULAÇÃO ATIVA, INATIVA E RESIDENTE ENTRE OS 15 E OS 24 ANOS 167
GRÁFICO 167 - VARIAÇÕES DA POPULAÇÃO ATIVA, INATIVA E RESIDENTE ENTRE OS 35 E OS 64 ANOS 168
GRÁFICO 168 - VARIAÇÕES DA POPULAÇÃO EMPREGADA, DESEMPREGADA E ATIVA POR NÍVEIS DE HABILITAÇÕES 169
GRÁFICO 169 - VARIAÇÕES DA POPULAÇÃO ATIVA, INATIVA E RESIDENTE POR NÍVEIS DE HABILITAÇÕES 170
GRÁFICO 170 - DISTRIBUIÇÃO DOS FORMANDOS MATRICULADOS EM CURSOS DE DUPLA CERTIFICAÇÃO PARA JOVENS POR TIPO DE CURSO - 2016 172
GRÁFICO 171 - FORMANDOS MATRICULADOS EM CURSOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS POR NÍVEIS DE QUALIFICAÇÕES- 2016 172
GRÁFICO 172 - FORMANDOS MATRICULADOS EM CURSOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS POR TUTELA DA ENTIDADE PROMOTORA - 2016 173
GRÁFICO 173 - FORMANDOS POR SITUAÇÃO FACE AO EMPREGO 174
GRÁFICO 174 - FORMANDOS DESEMPREGADOS À PROCURA DE NOVO EMPREGO POR DURAÇÃO DE PROCURA DE EMPREGO 174
GRÁFICO 175 - FORMANDOS MATRICULADOS EM CURSOS DE DUPLA CERTIFICAÇÃO POR ÁREAS DE FORMAÇÃO MAIS REPRESENTATIVAS - 2016 174
GRÁFICO 176 - FORMANDOS MATRICULADOS EM CURSOS DE DUPLA CERTIFICAÇÃO PROMOVIDOS PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – 2013/14 E 2014/15 175
GRÁFICO 177 - FORMANDOS MATRICULADOS EM CURSOS DE DUPLA CERTIFICAÇÃO DIRIGIDOS A JOVENS PROMOVIDOS PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO POR TIPO DE CURSO– 2013/14 E 2014/15 176
GRÁFICO 178 - NÚMERO DE FORMANDOS ABRANGIDOS POR CURSOS DE FORMAÇÃO ATÉ NOVEMBRO DE CADA ANO 177
GRÁFICO 179 - POPULAÇÃO ABRANGIDA PELAS MEDIDAS DE QUALIFICAÇÃO DE ADULTOS POR NÍVEIS DE HABILITAÇÕES -2016 179
GRÁFICO 180 - POPULAÇÃO ABRANGIDA NAS AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO DE JOVENS 180
GRÁFICO 181 - QUALIFICAÇÃO DE JOVENS 181
GRÁFICO 182 - QUALIFICAÇÃO DE ADULTOS 181
GRÁFICO 183 - NÚMERO DE ABRANGIDOS QUE TERMINARAM MEDIDAS DE APOIO AO EMPREGO 182
GRÁFICO 184 - POPULAÇÃO ABRANGIDA PELAS MEDIDAS ATIVAS DE EMPREGO POR ESCALÕES ETÁRIOS - 2016 183
GRÁFICO 185 - POPULAÇÃO ABRANGIDA PELAS MEDIDAS DE APOIO AO EMPREGO POR NÍVEIS DE HABILITAÇÕES - 2016 184
GRÁFICO 186 - POPULAÇÃO ABRANGIDA PELAS MEDIDAS DE APOIO AO EMPREGO POR SITUAÇÃO FACE AO EMPREGO NO INICIO DA FORMAÇÃO - 2016 185
GRÁFICO 187 - % EMPRESAS E TRABALHADORES ENVOLVIDOS EM AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTÍNUA 187
GRÁFICO 188 - % EMPRESAS E TRABALHADORES ENVOLVIDOS EM AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTÍNUA 187
GRÁFICO 189 -% DE TRABALHADORES EM AÇÕES DE FORMAÇÃO RELATIVAMENTE AO TOTAL DE TCO DO MESMO ESCALÃO ETÁRIO 189
GRÁFICO 190 -% DE TRABALHADORES EM AÇÕES DE FORMAÇÃO RELATIVAMENTE AO TOTAL DE TCO COM O MESMO NÍVEL DE HABILITAÇÕES 190
GRÁFICO 191 - % DE TRABALHADORES EM AÇÕES DE FORMAÇÃO RELATIVAMENTE AO TOTAL DE TCO DO MESMO GRUPO PROFISSIONAL 190
GRÁFICO 192 - TRABALHADORES EM AÇÕES DE FORMAÇÃO 191
GRÁFICO 193 - TRABALHADORES EM AÇÕES DE FORMAÇÃO 191
GRÁFICO 194 - % DE TRABALHADORES EM AÇÕES DE FORMAÇÃO 192

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 - FLUXOS DE MÃO DE OBRA (SALDOS FINAIS) 103

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

ILUSTRAÇÃO 1 - FLUXOS DE MÃO DE OBRA NO 2º SEMESTRE DE 2016 101
ILUSTRAÇÃO 2 - FLUXOS DE MÃO DE OBRA NO 2º SEMESTRE DE 2015 102
ILUSTRAÇÃO 3 - FLUXOS DE ENTRADAS E SAÍDAS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - 2016..... 104

INTRODUÇÃO

Como nota de enquadramento relembra-se que o Centro de Relações Laborais (CRL), organismo público criado pelo Decreto-Lei n.º 189/2012, de 22 de agosto, assume características especiais tendo em conta que é um órgão colegial tripartido, constituído por quatro representantes do ministério responsável pela área laboral, um representante de cada uma das Associações de Empregadores com assento na Comissão Permanente de Concertação Social (CPCS), e dois representantes de cada uma das Associações Sindicais com assento na mesma Comissão.

O CRL tem funções de caráter técnico, de apoio à negociação coletiva e de acompanhamento das políticas de emprego e formação profissional, no âmbito de um Plano de Atividades e de um Orçamento a submeter ao Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

O CRL é presidido por um dos seus membros, designado rotativamente pelos demais, pelo período de um ano e desenvolve as suas atividades de acordo com um regulamento interno, aprovado pelo Plenário e homologado pelo Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. A atividade dos membros não é remunerada. Os Serviços do CRL são dirigidos por uma Coordenadora Executiva, cuja nomeação foi precedida de audição das Organizações.

De entre as suas atribuições, compete ao CRL elaborar, semestralmente, um Relatório sobre o mercado de emprego e formação. Este é o terceiro relatório da série, que se iniciou em 2016, com a publicação do relatório relativo ao 2º semestre de 2015.

A sua elaboração capitalizou a experiência recolhida nos relatórios precedentes, seguindo de perto a metodologia inicialmente adotada, embora se alargue o âmbito de análise e as fontes utilizadas. Neste processo – aprovado, passo a passo, pelo plenário do CRL – importa destacar:

i. A decisão de haver um Coordenador Científico para acompanhar, apoiar e orientar a elaboração do relatório. Voltou a ser convidado o Professor Doutor Mário Caldeira Dias, considerando a sua dedicação e qualidade do trabalho evidentes nos relatórios anteriores.
ii. O apoio de uma Comissão Científica de cinco membros, pertencentes à Comunidade Académica, com perspetivas à partida diferentes sobre a matéria, cujas orientações, contributos e comentários, se revelaram da maior utilidade para a realização do trabalho. Esta Comissão é constituída por:
    - António Figueiredo (QUATERNAIRE);
    - Cristina Rodrigues (Universidade NOVA de Lisboa);
    - Francisco Lima (IST);
    - Francisco Madelino (ISCTE);
    - João Cerejeira (Universidade do Minho)

    Sublinhe-se não só o alto nível científico das personalidades escolhidas, como também a sua disponibilidade e empenho e o trabalho totalmente pro bono. Para além dos contactos individuais, realizaram-se duas reuniões, onde foi possível receber orientações e comentários, que se revelaram da maior utilidade para a realização do trabalho.
iii. O plano e os conteúdos do Relatório foram discutidos em sucessivas reuniões do CRL. Com efeito:
    - Os membros do CRL analisaram, discutiram e aprovaram o Roteiro, sempre com a perspetiva de ter um relatório o mais completo possível, equilibrado no conteúdo (nomeadamente no âmbito patronal-sindical) e com informação relevante e atualizada;

- A versão preliminar recebeu comentários e sugestões dos membros do CRL e da Comissão Científica, os quais foram tidas em conta na versão final.

iv. Foi adotada a mesma metodologia de aprovação definida para os relatórios anteriores, ou seja:
- Esta introdução foi discutida e aprovada pelos membros do CRL;
- O relatório sobre emprego e formação, que é da responsabilidade do Coordenador Científico e da equipa técnica do CRL, foi ratificado pelos membros do CRL.
- Serão anexados ao Relatório os comentários individuais dos Membros do CRL que assim o entendam e um Parecer Conjunto da Comissão Científica.

v. Em linhas gerais, e comparando com os relatórios sobre o emprego e formação de 2015, sobressai a melhoria sustentada da situação económica que se traduziu na aceleração da criação de postos de trabalho, com um peso significativo da contratação não permanente, na diminuição do desemprego e no aumento da margem de manobra das políticas de emprego e formação.
No presente relatório destaca-se, ainda:
- A preocupação de acolher no relatório o conjunto de matérias adicionais propostas pelos diferentes membros do CRL bem como pela Comissão Científica tais como a desagregação mais detalhada da análise do sector do turismo, a análise do *lay-off,* a inclusão de informação sobre o emprego na Administração Pública, justificada pelo seu peso na população empregada e a sua relevância sociopolítica;
- O alargamento da análise da oferta formativa, com a integração no relatório dos dados do SIGO (Sistema de Informação e Gestão da Oferta) que abrange toda a oferta certificada de dupla certificação.
- A análise da coerência dos fluxos entre o emprego, o desemprego, a inactividade e a emigração de forma a clarificar o papel dos fluxos explicativos das determinantes da taxa de desemprego.

O relatório foi elaborado pelos técnicos do CRL Teresa Pina Amaro, Teresa Sabido Costa e Miguel Ramos dos Santos que, com o Coordenador Científico, constituíram uma equipa competente e dedicada.

Cumpre ressaltar o apoio que o CRL recebeu do Governo, bem como do IEFP,IP, de quem depende a cedência dos seus recursos humanos e financeiros.

Agradecem-se também os contributos e a colaboração de diversos organismos da Administração Pública, nomeadamente, o Instituto Nacional de Estatística (INE), a Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DEEC), a Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP), o Departamento de Análise e Gestão de Informação do Instituto de Informática da Segurança Social, o Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) e o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP-IP).

Lisboa, 26 de Junho de 2017

Pelo CRL, O Presidente

Gregório da Rocha Novo

SUMÁRIO EXECUTIVO

Enquadramento macroeconómico

1. A situação económica nacional e internacional, em 2016, insere-se numa trajetória de recuperação sustentada que se vai prolongar no tempo. A elevação das taxas de crescimento do PIB permite fazer face ao conjunto de problemas e objetivos da política macroeconómica.

O crescimento do emprego e a diminuição da taxa de desemprego associadas à recuperação do rendimento disponível das famílias constituem consequências muito positivas da melhoria do referido clima económico.

O saldo orçamental enquadra-se nas metas compatíveis com a presença na moeda única. A sua compatibilidade com a sustentabilidade da dívida pública exigirá, contudo, um esforço significativo no que concerne à dimensão dos saldos primários.

As contas externas e, nomeadamente, o saldo da BTC tem caminhado para valores positivos sob efeito do crescimento das exportações e do preço da energia e matérias primas.

População ativa, inativa e taxa de atividade

2. De acordo com o Inquérito ao Emprego, residiam no Continente, em 2016, 9.807 milhares de indivíduos, um decréscimo de apenas 0,25% relativamente a 2015, ou seja de aproximadamente metade dos decréscimos anuais verificados desde 2011.

De acordo com a informação estatística disponibilizada pelo Observatório da Emigração cujo último relatório respeita a 2015, observa-se uma acentuada subida dos emigrantes portugueses ao longo dos últimos anos.

3. Em 2016, a taxa de atividade (população com 15 e mais anos) era de 58,4%, apenas levemente inferior a 2015. Desde 2007, a taxa de atividade diminuiu sempre.

4. Ao longo do período em análise, a população inativa aumentou, consecutivamente. Em 2016, os inativos "disponíveis que não procuravam emprego" [2] constituíam cerca de 6,1% do total dos inativos, ou seja 215,8 mil pessoas.

Emprego

5. Em 2016, a população empregada no Continente totalizava 4.383,5 mil pessoas, o que significou um aumento de 1,2% (cerca de + 53,9 mil pessoas) relativamente a 2015. [3]

6. A taxa de emprego era de 52%, um valor muito próximo do verificado em 2011. A taxa de emprego masculina era cerca de 10 p.p. mais alta do que a feminina.

7. Entre 2015 e 2016, o escalão etário em que o emprego percentualmente mais cresceu foi o dos indivíduos entre os 55 e os 64 anos, seguido pelo escalão dos 15 aos 24 anos. O escalão dos 25 aos 34 anos registou um decréscimo.

8. Tal como a taxa de atividade, a taxa de emprego era tanto mais elevada quanto mais elevado era o nível de escolaridade.

9. Em 2016, os trabalhadores por conta de outrem (TCO) representavam 82,1% do total, tendo o seu número aumentado, relativamente a 2015, e os trabalhadores por conta própria (TCP) constituíam 17,2%, e o seu número tinha diminuído. Cerca de 76,6% dos trabalhadores por conta própria (TCP) trabalhavam isoladamente.

10. Segundo o Inquérito ao Emprego do INE, em 2016, 88,2% da população empregada trabalhava a tempo completo. Relativamente ao ano anterior, esta categoria de empregados cresceu 1,8% enquanto a população empregada a tempo parcial diminuía em 3%.

11. Em 2016, 41,2% dos trabalhadores a tempo parcial estavam disponíveis para trabalhar mais horas, ou seja, que estavam numa situação de subemprego. Entre 2015 e 2016, o seu número diminuiu.

[2] Aqueles que, não tendo procurado emprego nas últimas 3 semanas antes do inquérito não são contabilizados como desempregados mas como inativos.

[3] Depois de ter decrescido em cerca de - 218,7 mil entre 2008 e 2010, e em cerca de -294,4 mil indivíduos entre 2011 e 2013 o emprego aumentou, nos últimos três anos, em cerca de +162,1 mil pessoas.

12. De acordo com os dados do INE, em 2016, 3.600,9 mil trabalhadores eram trabalhadores por conta de outrem. Destes, 77,7, %, tinham contratos sem termo, 18,6%, tinham contratos a termo e 3,7% outro tipo de contratos. Entre 2015 e 2016, 67% dos novos TCO estabeleceram contratos sem termo, 18,6% contratos com termo e 14,5%, outro tipo de contratos.

13. Em 2016, os Serviços representavam 68,2% do emprego, a Indústria, construção, energia e água, 25,1% e a Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, 6,7%. Desde 2008, o peso do sector dos serviços aumentou sempre.

O número de empregos na *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* decresceu consecutivamente, desde 2008. Nos sectores das *Industrias Transformadoras* e da *Construção* o emprego também decresceu acentuadamente até 2013 (na Construção até 2014) mas, a partir daí cresceu significativamente, sobretudo nas Industrias Transformadoras.

No que se refere aos sectores mais representativos dos Serviços, sobressai o sector das *Atividades de saúde humana e apoio social* em que o emprego cresceu praticamente sempre, desde o início da série.

14. O peso dos diferentes grupos profissionais alterou-se muito significativamente desde 2007. Assim, os Especialistas das profissões intelectuais e científicas cresceram significativamente, ao longo da série e o mesmo se verificou com o grupo dos Técnicos e profissionais de nível intermédio, Em contrapartida, houve um conjunto de grupos profissionais que diminuiu sempre: os Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas; os Operários, artífices e trabalhadores similares; os Trabalhadores não Qualificados, e o Pessoal Administrativos e trabalhadores similares.

Emprego nas Administrações Públicas

15. De acordo com os dados da Direção-Geral da Administração Pública (DGAEP) a população empregada nas administrações públicas, no Continente, totalizava, em dezembro de 2016, 613,4 mil pessoas, mais cerca 4,7 mil pessoas, do que no ano anterior, representando 14% o total do emprego. As mulheres constituíam mais de 58,5% do total ao longo de toda a série. Para além disso, as empresas e demais entidades públicas (exceto AP) registavam 52,8 mil pessoas, a maioria dos quais eram homens.

Desemprego

16. Segundo o Inquérito ao Emprego do INE, em 2016, 542,7 mil pessoas estavam desempregadas no Continente, menos 68,8 mil do que no ano anterior. Os homens constituíam cerca de 50,4% do total de desempregados.

17. Em 2016, a taxa de desemprego era de 11%, tendo aumentado de 8,1% para 16,1%, entre 2007 e 2013 e, a partir daí, diminuído. A taxa de desemprego feminina manteve-se acima da taxa de desemprego masculina durante toda a série.

18. Das 542,7 mil pessoas que, em 2016, estavam desempregadas, no Continente, 51,4% tinham até ao ensino básico, 29% tinham o ensino secundário e 19,6%, o ensino superior. Relativamente a 2015, o desemprego diminuiu relativamente a todos os níveis de habilitações.

19. Em 2016, 11,4% da população desempregada, ou seja cerca de 61,6 mil pessoas estavam à procura do 1º emprego. Entre 2015 e 2016 os desempregados à procura do 1º emprego decresceram significativamente. Os desempregados à procura de novo emprego totalizavam 481,1 mil pessoas.

20. Em 2016, os desempregados à procura de novo emprego que provinham do sector dos Serviços representavam 61,8% do total destes desempregados, os desempregados oriundos da Indústria, construção, energia e água, constituíam 29,2% e os desempregados provenientes da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, 1,6%.

21. Em 2016, os grupos profissionais que registavam maior número de desempregados à procura de novo emprego eram grupo do Pessoal dos serviços e vendedores, os Trabalhadores não qualificados e Operários, artífices e trabalhadores similares. Relativamente a 2015, o desemprego diminuiu em todos os grupos profissionais.

22. Dos 542,7 mil indivíduos que se encontravam desempregados em 2016, no Continente cerca de 335,1 mil (61,8% do total) estavam desempregados há 1 ano ou mais.

Em 2007, os desempregados de longa duração (DLD) constituíam 49,4% do total de desempregados e em 2014, 65,4%. Entre 2014 e 2016, o seu número diminuiu de forma bastante mais acentuada do que os desempregados há menos de 1 ano.

Dos 335,1 mil indivíduos que estavam desempregados há mais de 1 ano, em 2016, cerca de 245,8 mil, estavam desempregados há mais de 2 anos, ou seja eram desempregados de muito longa duração (DMLD).

Desemprego registado

23. No final de dezembro de 2016, de acordo com a informação estatística do IEFP, encontravam-se registados nos Centros de Emprego do Continente, cerca de 452,6 mil desempregados o que representou um decréscimo de aproximadamente 69 mil indivíduos face ao final do ano anterior.

24. Segundo os dados disponibilizados pelo IEFP, as ofertas de emprego recebidas nos Centros de Emprego sofreram um decréscimo ao longo de 2016, invertendo-se assim a tendência que se verificava desde 2012. O número de ofertas diminuiu 21,4%.

Compatibilidade dos fluxos do mercado de trabalho

25. A análise das variações anuais da população ativa, empregada e desempregada permite constatar que, entre 2011 e 2016, a redução da população empregada até 2013 e, a partir daí a diminuição da população desempregada, se traduziu numa redução da população ativa a que não correspondeu um aumento da população inativa mas um decréscimo da população residente. Este decréscimo constata-se exclusivamente no que se refere aos escalões etários entre os 15 e os 34 anos e à população com até ao ensino básico.

Desemprego Subsidiado

26. De acordo com a informação fornecida pelo Instituto de Informática do MTSSS, em Dezembro de 2016 havia cerca de 222,5 mil beneficiários com processamento de prestações de desemprego. Destes, 602 indivíduos beneficiavam de subsídio por cessação de atividade, ou seja, eram trabalhadores independentes. O número de beneficiários com prestações diminuiu relativamente ao semestre homólogo (-14,8%).

Estrutura empresarial e emprego nas empresas

27. Em 2015, responderam aos Quadros de Pessoal cerca de 273 mil empresas, mais 2,9 mil do que em 2014.

Entre 2014 e 2015, o maior aumento no número de empresas registou-se no sector do Alojamento, restauração e similares, seguindo-se-lhe os sectores da Agricultura, caça, floresta e pesca, da Saúde humana e apoio social. Em contrapartida, o número de empresas diminuiu nos sectores da Construção e dos Transportes e Armazenagem.

28. De acordo com os dados dos Quadros de Pessoal, em 2015, os trabalhadores ao serviço nas empresas aumentaram em cerca de 80,4 mil pessoas.

29. Analisando o número de trabalhadores ao serviço por escalões de dimensão de empresas, em 2015, as empresas com 100 e mais trabalhadores empregavam cerca de 39,9% do total dos trabalhadores. O peso do escalão das empresas com até 9 trabalhadores era de 25,2%.

30. Em 2015, 68,2% dos TCO tinham contratos sem termo, tendo o seu peso decrescido 6,6 p.p. desde 2010. O peso dos contratados a termo era de 71,1% nos TCO com até 25 anos e diminuía à medida que o escalão etário aumentava.

Remunerações

31. Em 2015, o ganho médio mensal era de 1.096,66 € tendo aumentado 0,3% relativamente a 2014, após o ligeiro decréscimo verificado nos dois anos anteriores. O ganho médio mensal feminino constituía cerca de 80% do ganho médio mensal masculino. Contudo, o ganho médio mensal feminino cresceu sempre, desde 2010. No que se refere à remuneração base média mensal, em 2015 esta era de 913,93 €, mais 0,5% do que em 2014. A remuneração base média mensal masculina era de 913,93 € e a remuneração base média mensal feminina de 824,99 €, representando 83,3% da remuneração base média masculina.

32. Se analisarmos a estrutura remuneratória dos Trabalhadores por Conta de Outrem que trabalhavam a tempo completo, em 2015, no que se refere à remuneração base mensal mais prestações regulares verificamos que o escalão remuneratório que reunia maior percentagem de trabalhadores continuava a ser o escalão dos "600 aos 999,99 €", (46,5% destes TCO) seguindo-se-lhe o escalão dos "1.000 aos 2.499,9 €" (27%). Relativamente a 2014 refira-se o aumento do escalão ""SMN aos 599,99 €" e do "escalão 1.000 aos 2.999,9 €".

33. De acordo com os dados da DGAEP, em 2016, no Continente, o ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo nas Administrações Públicas era de 1.670,8 €. No que se refere às

entidades do sector público detidas pela Administração Central, o ganho médio mensal, em 2016, era de 2.301,09 €, ou seja superior, em cerca de 38% ao valor do ganho médio mensal nas Administrações Públicas. Por outro lado, nas entidades do sector público detidas pela Administração local o ganho médio mensal, em 2016, era de 1.052,8 €. No que respeita à remuneração base média mensal nestas entidades, esta era de 1.622,4 € para as empresas e demais entidades detidas pela Administração Central e de 866,9 € para as entidades detidas pela Administração local

Índice do custo de trabalho

34. Segundo os dados disponibilizados pelo INE para Portugal, em 2016, o Índice de Custo do Trabalho registou um acréscimo de 3,3% em termos homólogos. O índice do custo de trabalho aumentou na maioria dos sectores de atividade.

35. Considerando a informação coligida pelo Eurostat, em 2016, constata-se que relativamente aos outros países da UE 28, Portugal é um dos países onde o custo de trabalho foi mais baixo. Apenas em Chipre, Grécia, Croácia, Itália e Irlanda se verificaram índices de custos de trabalho mais baixos.

Formação profissional

Cursos de dupla certificação

36. De acordo com os dados do SIGO[4] matricularam-se em cursos de dupla certificação, no ano de 2016, cerca de 220 mil indivíduos. Destes, cerca de 74,7% frequentava cursos dirigidos a jovens até aos 24 anos. A maioria dos jovens matriculados concentrava-se nos cursos profissionais (87,7%). Os cursos de educação e formação de adultos abrangeram 55,6 mil indivíduos.

Medidas ativas de emprego promovidas pelo IEFP

37. Até Novembro de 2016, as ações de formação promovidas pelo IEFP tinham abrangido 169,3 mil pessoas, cerca de quase metade dos abrangidos em 2015. As ações de **Qualificação de adultos** foram as mais penalizadas por este decréscimo. O número de pessoas abrangidas decresceu relativamente a todas as medidas de formação profissional.

[4] O SIGO, que é coordenado pela Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência do Ministério da Educação (DGEEC) é o Sistema de Informação de Gestão da Oferta Educativa e Formativa e abrange a rede de entidades formativas do sistema nacional de qualificações e os centros qualifica e inclui todas as ações de formação certificadas, incluindo a não inserida no Catálogo Nacional de Qualificações, designadamente as ações de formação desenvolvidas pelas empresas conforme previstas no Código do Trabalho.

No que se refere à **Qualificação de Jovens** a medida "Aprendizagem" enquadrava 96% do total de abrangidos. Relativamente à **Qualificação de Adultos,** a medida "Vida Ativa"[5] representava 43,5% do total dos abrangidos.

Em Novembro de 2016, 98% dos abrangidos pelas ações de Qualificação de Jovens e 82,4% dos abrangidos pela **Qualificação de Adultos** eram desempregados.

38. Em Novembro de 2016, as medidas de apoio ao emprego promovidas pelo IEFP abrangiam 110,3 mil pessoas, das quais 44,5% frequentavam estágios ao abrigo da medida "Inserção profissional"[6], 41,4%% tinham "contratos de emprego-inserção"[7] e 12,7% tinham beneficiado de apoios à contratação. No último ano, o número de pessoas que concluíram medidas de apoio ao emprego diminuiu consideravelmente, relativamente a todas as medidas.

39. Analisando a situação dos abrangidos por medidas de apoio ao emprego à saída da formação na medida "Inserção profissional", em Novembro de 2016, 60,5% dos indivíduos tinham encontrado emprego através do IEFP. No que respeita aos indivíduos que tinham concluído "Contratos de Emprego-Inserção" apenas 19,6% tinham encontrado emprego através do IEFP.

Formação contínua nas empresas

40. Em 2015, 45,3 mil empresas promoveram ações de formação para os seus trabalhadores, o que corresponde a cerca de 18,3% das empresas que responderam ao Relatório Único. Isto significou um decréscimo de cerca de 250 empresas relativamente a 2014[8]. Estas ações de formação abrangeram cerca de 881 mil trabalhadores, que correspondiam a 32,8% dos trabalhadores ao serviço nas empresas.

A percentagem de trabalhadores abrangidos por estas ações aumentava à medida que o escalão de dimensão era maior.

As ações de formação contínua promovidas pelas empresas tiveram em média, em 2015, 28,7 horas. O custo médio das ações de formação continua nas empresas, em 2015, foi de 393,3 €.

[5] A medida Vida Ativa é dirigida a desempregados que não possuam o 9º ano de escolaridade ou uma qualificação ajustada ao mercado de trabalho e visa promover a (re)integração no mercado de trabalho através da frequência de unidades de formação de curta duração. Os percursos de formação têm uma duração entre 25 e 300 horas.

[6] A medida Inserção Profissional respeita a estágios profissionais de diferentes tipos e designações: "INOV" "Impulso Jovem ", "Estágios Emprego"; "Emprego – Jovem Ativo"; "Reativar".

[7] Medida dirigida a desempregados beneficiários de subsídio de desemprego ou subsídio social de desemprego e de rendimento social de inserção para que desenvolvam trabalho socialmente útil durante um período de até 12 meses, em entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos.

[8] Contudo, o número de empresas que responderam aos Quadros de Pessoal aumentou (+2,9 mil), entre 2014 e 2015 bem como o número de trabalhadores ao serviço (+80,4 mil).

Principais indicadores

Continente (milhares)	2016	2016 -2015	4ºtrim 2016 - 2ºtri.2016	2016/2015 %	4ºtrim 2016/2ºtri.2016 %
População total	9807	-24,1	-17,3	-0,25	-0,2
População ativa	4926,2	-14,9	29,2	-0,3	0,6
Taxa de atividade (15 e mais anos) (%)	58,4			-0,1	0,4
População empregada	4383,5	53,9	41,6	1,2	0,9
População empregada (15 aos 24 anos)	249,3	11,0	13,3	4,6	4,0
População empregada a tempo completo	3864,1	69,9	33,3	1,8	0,9
População empregada a tempo parcial	519,4	-16,0	8,3	-3,0	1,6
Subemprego de trabalhadores a tempo parcial	214,2	-10,7	-3,1	-4,8	-1,5
Trabalhadores por conta própria	754,9	-23,8	-13,8	-3,1	-1,8
Trabalhadores por conta de outrem (TCO)	3600,9	71,5	58,7	2,0	1,6
TCO contratados sem termo	2799,0	47,8	67,3	1,7	2,4
TCO contratados a termo	669,2	13,3	-11,3	2,0	-1,7
Emprego na Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	295,6	-21,8	-20,8	-6,9	-6,8
Emprego na Industria, construção, energia e água	1099,1	20,1	40,8	1,9	3,7
Emprego nos serviços	2720,3	35,3	21,5	1,3	0,7
Taxa de emprego (%)	52,0			0,7	0,5
Taxa de emprego (população 15 aos 24 anos) (%)	24,1			1,1	0,7
Taxa de emprego (população 25 aos 54 anos) (%)	80,5			1,3	0,9
Taxa de emprego (população 55 aos 64 anos) (%)	52,0			2,1	0,8
População desempregada	542,7	-68,8	-12,3	-11,3	-2,3
População desempregada 15 aos 24 anos	94,9	-15,0	7,5	-13,6	8,5
Desemprego de longa duração (DLD)	335,1	-51,8	-19,2	-13,4	-5,7
Desemprego de muito longa duração (DMLD)	245,8	-33,5	-11,8	-12,0	-4,7
Desemprego na Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	11,3	-1,1	4,5	-8,9	48,9
Desemprego na Industria, construção, energia e água	140,4	-35,9	-11,8	-20,4	-8,9
Desemprego nos serviços	297,3	-42,6	-3,8	-12,5	-1,4
Taxa de desemprego (%)	11,0			-1,4	-0,3
Taxa de desemprego (população 15 aos 24 anos) (%)	27,6			-4,0	1,2
Taxa de desemprego (população 25 aos 54 anos) (%)	10,0			-1,1	-0,5
Taxa de desemprego (população 55 aos 64 anos) (%)	11,2			-1,0	-0,4

Fim do período	Dezembro 2016	De.z 2016 - Dez. 2015	Dez. 2016 - Junho 2016	Dez. 2016/ Dez. 2015 %	Dez 2016/ Jun 2016 %
Desemprego registado	452.652	-68.959	-27.439	-13,2	-5,7
Desempregados registados à procura de novo emprego na Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	18.333	-1.472	710	-7,4	4,0
Desempregados registados à procura de novo emprego na Industria,	104.755	-24.441	-12.220	-18,9	-10,4
Desempregados registados à procura de novo emprego nos serviços	278.250	-38.668	-11.686	-12,2	-4,0
Ofertas de emprego	146.642	-31.338	-10.154	-21,4	-90,4
Ofertas de emprego na Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	8.424	-2.062	-708	-24,5	-123,6
Ofertas na Industria, construção, energia e água	37.888	-7.595	-2.089	-20,0	-69,2
Ofertas nos serviços	100.327	-21.657	-7.357	-21,6	-96,3

	Outubro de 2015	Out. 15/ Out. 14 Variação %
Ganho médio mensal (€)	1096,7	0,3
Remuneração base média mensal (€)	913,9	0,5

	Novembro de 2016	% total abrangidos
Matriculados em cursos de dupla certificação (SIGO)	**219.956**	**100,0**
Cursos Profissionais	143.969	65,5
Cursos de Educação e Formação de Jovens	9.640	4,4
Cursos de Educação e Formação de Adultos	55.759	25,4

	Novembro de 2016	Nov de 2016 -Nov de 2015	% total abrangidos
Abrangidos em medidas activas de emprego do IEFP	**279.547**	**-234.134**	**100,0**
Formação profissional	**169.280**	**-157.952**	**60,6**
Qualificação de jovens	*25.610*	*-7.577*	*9,2*
Aprendizagem	24.605	-7.312	8,8
Qualificação de adultos	*143.139*	*-149.676*	*51,2*
Vida Ativa	73.707	-121.792	26,4
Educação e formação de adultos	37.689	-1.900	13,5
Formação modular- ativos empregados	17.728	-31.467	6,3
Apoios à Inserção no mercado de trabalho	**110.267**	**-76.182**	**39,4**
Inserção Profissional	45.626	-22.487	16,3
Apoios à contratação	13.959	-37.563	5,0
CEI, CEI + E CEI -Património	47.461	-15.649	17,0

Formação continua nas empresas	Outubro de 2015	Out. 15/ Out. 14 Variação %
Número de empresas	45.317	-257
Número de trabalhadores	881.024	-95.616

NOTA PRÉVIA

O Relatório sobre Emprego e Formação – anual e semestral – de 2016 continua a perfilhar o mesmo objetivo do anterior, ou seja, o de reunir um conjunto de informações sobre emprego e formação e outras matérias afins que no seu conjunto, e de forma coerente, permitem uma sólida e diversificada visão da situação e da evolução do mercado de emprego, tanto nas suas dimensões quantitativas como qualitativas. Deve ainda fundamentar os processos de decisão e ação dos parceiros sociais e das instituições que enquadram o funcionamento do mercado de emprego e das políticas de emprego e formação.

As novas matérias que foram acrescentadas em relação ao relatório de 2015 resultam exclusivamente das sugestões da Comissão Científica e dos membros do CRL sujeitos aos critérios da disponibilidade da informação de relevância para o foco do Relatório – o emprego e a formação. A fundamentação estatística decorre da natureza das matérias e foram tomadas as precauções técnicas adequadas e possíveis para da sua fiabilidade, comparabilidade e suficiência.

Os anexos estatísticos permitem os detalhes que se revelem necessários.

Articulação e sequência das matérias é a seguinte:

- O enquadramento macroeconómico é decisivo dadas as condicionantes que encerram e que ultrapassa, em muitos casos, a vontade política dos governos nacionais. Tal dedução é ainda mais verdadeira quando aplicada a países membros da União Europeia com todas as implicações que daí decorrem e dado o processo de passagem de aspetos da soberania dos Estados Membros.

- A descrição do mercado de emprego em Portugal encerra o essencial da razão de ser do Relatório sem esquecer a comparação que se faz com os países da União Europeia naquilo que foram considerados os aspetos mais relevantes. O emprego, o desemprego e inatividade e respetivas taxas surgem ventilados nas suas várias dimensões- grupos etários, regiões, grupo etário, sectores de atividade, tipo de contracto, duração do desemprego…

- Foi acrescentada uma parte sobre o emprego na Administração Pública justificada pelo seu peso na população empregada (613.400 postos de trabalho ocupados, o que corresponde a aproximadamente 14% da população empregada), pela sua relevância socio política e pelo seu significado na política orçamental. Acresce a sua dimensão nacional e local.

- Uma síntese dos fluxos entre o emprego, desemprego, inatividade e emigração, em conjunto com o tratamento dado no ponto11, procura explicar a evolução dos *stocks*. Algumas ventilações como o

grupo etário e as qualificações ajudam a esclarecer e confirmar, ou não, algumas ideias correntes sobre estas matérias.

- Na parte relativa ao IEFP procurou-se evitar as redundâncias com o INE que pouco acrescentam mantendo a autonomia do seu tratamento devido à natureza específica às dimensões qualitativas diferenciadas de uma fonte administrativa exaustiva mas não representativa. Dados sobre origem do desemprego ou sobre as ofertas de emprego são exemplos.

- Continuou a dar-se a relevância adequada ao desemprego subsidiado um óbvio indicador da evolução da crise.

- A estrutura empresarial, os trabalhadores ao serviço nas empresas e os ganhos e remunerações (incluindo a Administração Pública) são aspetos estruturais vistos do lado da estrutura produtiva e de síntese entre a oferta e procura de emprego. A desagregação sectorial dos dados procurou ter uma geometria variável para ocorrer a solicitações ancoradas em visões dos parceiros mais ligados a determinados sectores específicos.

- As medidas ativas de emprego e formação constam como a dimensão de intervenção pública no mercado de emprego com objetivos específicos destas políticas e no sentido de ocorrer aos aspetos relacionados com a solidariedade, o ajustamento estrutural e com a competitividade veiculando uma natureza seletiva e complementar ou supletiva.

- A análise semestral restringiu-se na medida em que existindo um relatório anual, o semestral só ganha sentido nos aspetos em a comparação semestral com o semestre anterior ou homólogo apresenta mudanças com algum significado ou então quando a própria desagregação estatística o permite.

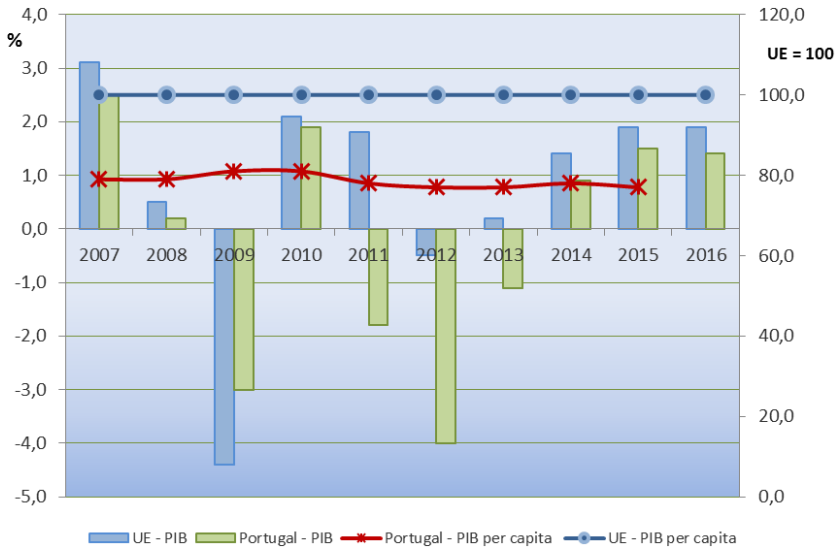
Por último referia-se que se encara a hipótese de edição de um pequeno folheto com uma síntese dos dados mais relevantes que possa ser facilmente consultado sempre que necessário.

1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO – PORTUGAL NO CONTEXTO EUROPEU

A crise financeira e económica que se desenrolou a partir de 2009, e com uma viragem a partir de 2013, fez-se sentir negativamente em variáveis como o produto, o rendimento, os preços e o desemprego, de forma amplificada pelo efeito dos multiplicadores. Os referidos efeitos no crescimento económico e no emprego, em épocas de estagnação, ampliam os efeitos negativos sobre o desemprego das políticas de contenção, ou de austeridade, ligadas essencialmente aos impostos e às despesas públicas.

Na média da UE, o crescimento económico resistiu melhor e recuperou a um nível mais elevado uma vez passado o essencial da crise, o que no nosso caso vem acentuar a sua importância decisiva no conjunto dos problemas económicos. Na década anterior o crescimento económico não ultrapassou a média de 0,7% ao ano.

Gráfico 1 - Evolução da taxa de crescimento e do PIB *per capita* (em poder de compra padrão)



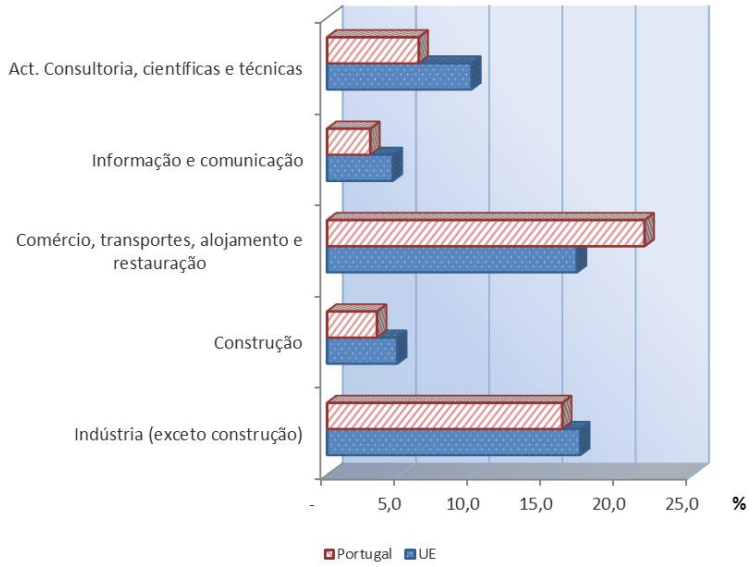
Fonte: Eurostat

Ora, é a partir do crescimento económico que se melhora o desemprego e se viabilizam as políticas sociais, se aumenta a receita fiscal ligada ao rendimento e se diminui a despesa em alguns casos de natureza social, se melhora a produtividade e a inovação tecnológica e se expande a procura agregada. Criam-se também condições para a acalmia dos mercados e para o aumento dos saldos primários com os quais se paga a dívida pública.

Os valores moderados de 1,4% ou 1,5%, ou mesmo os que se aproximem de 2%, configuram uma tendência positiva que será necessário que se acentue para corresponder de uma forma significativa aos efeitos benéficos acima enunciados, sendo certo que persistem vulnerabilidades das quais nos daremos conta no texto subsequente.

Os VAB sectoriais têm apresentado uma evolução bastante gradual e positiva deixando perceber a importância do nosso sector terciário tradicional - que inclui a saúde, a educação, o comércio, o alojamento e restauração, as atividades financeiras e imobiliárias - e a relativa estagnação dos valores da agricultura e indústria.

Gráfico 2 - Valor Acrescentado Bruto (VAB) por sector de atividade, em 2016



Fonte: Eurostat

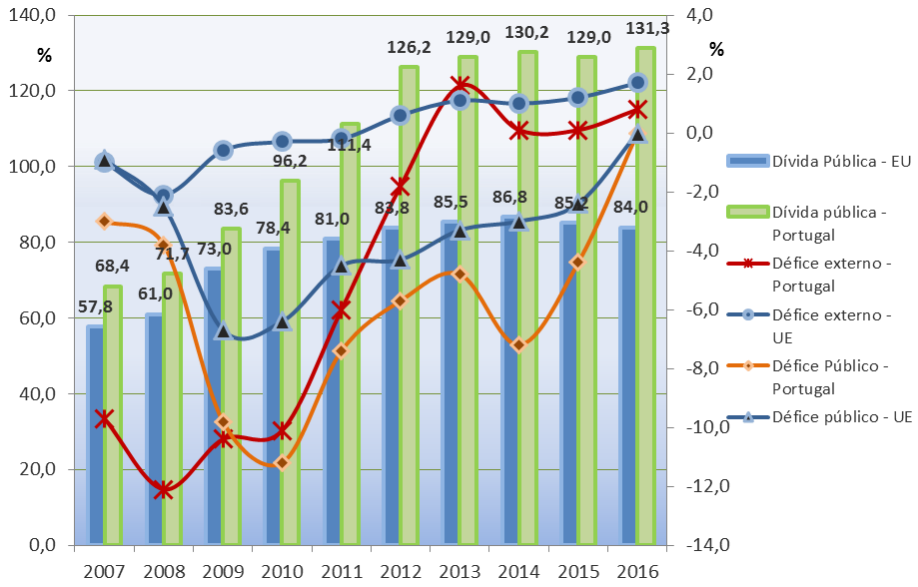
Nota-se a convergência da nossa estrutura sectorial com a UE, com diferenças um pouco mais significativas nas áreas da informação e comunicação e nas atividades científicas e técnicas.

O défice público tem conhecido melhorias significativas com efeitos benéficos no enquadramento do país na moeda única e na melhoria da margem de manobra face aos mercados e à estabilização da dívida pública e, ainda, ao controlo do respetivo serviço anual da dívida pública. De qualquer modo, a relação dos défices com a moeda única só se torna perniciosa enquanto causa de diferenciais de taxas de inflação com efeitos na competitividade. No entanto, a relação dos défices com o volume de dívida é incontornável.

Ora, a dívida pública continuou a aumentar regularmente ao longo dos anos anteriores tendo duplicado entre 2007 e 2016 (de 120.088,5 milhões de euros para 239.175,9 milhões de euros ou de 68,4% do PIB para 131,3% do PIB). A continuidade desta tendência constitui, certamente, uma séria preocupação de

todos os responsáveis políticos tal com tem transparecido em documentos como o *Pacto de Estabilidade e Crescimento* (PEC) e de um recente e conhecido Relatório sobre a eventual reestruturação da dívida pública.

Gráfico 3 - Evolução do défice público, do défice externo e da dívida pública (em % do PIB)

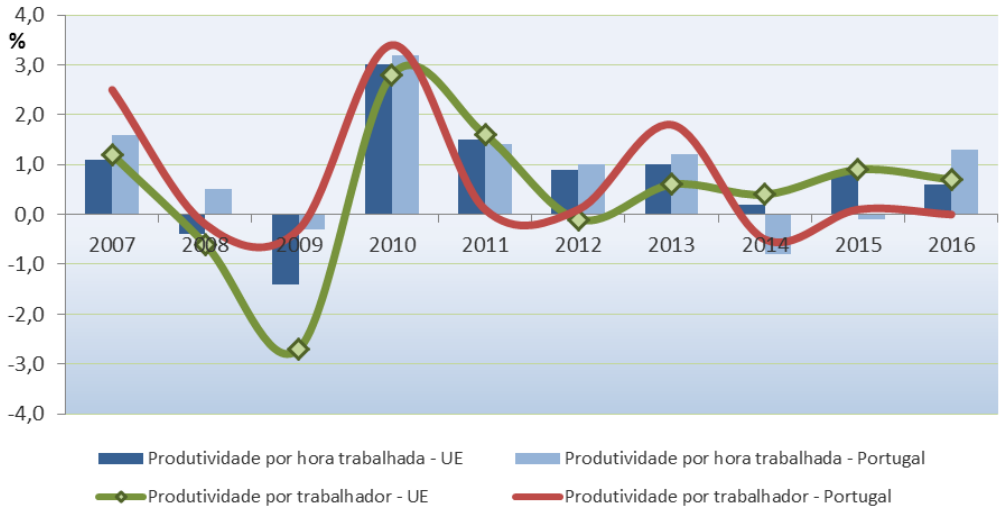


Fonte: Eurostat

As taxas de inflação, quer na Europa, quer em Portugal, continuaram decrescentes e a aproximarem-se de zero (0,6 em Portugal e 0,2 na UE, em 2016). Isso demonstra que a política monetária parece ter encontrado os seus limites, no que se refere à dinamização do crescimento económico e à aproximação, de acordo com o BCE, a taxas de inflação mais próximas dos 2% e mais longe da deflação, pela via da expansão da liquidez e da baixa da taxa de juro.

No que se refere à produtividade, embora o conceito comparável seja o da produtividade por hora trabalhada, não deixa de ser verdade que as diferenças da produção por trabalhador tanto podem resultar da produtividade horária como da duração do horário de trabalho e das horas extraordinárias. Assim sendo, a relação do trabalho com o esforço produtivo seria medida, de forma mais adequada, pela produtividade por trabalhador. Em termos evolutivos poderá não haver grande diferença na escolha do indicador. O facto é que, em Portugal, a produtividade cresceu, sobretudo por hora trabalhada, durante os primeiros anos da crise e, a partir de 2014, manteve-se em valores quase nulos ou negativos, o que pode ajudar a compreender a boa relação da economia com o emprego, designadamente tendo em conta a natureza dos sectores em que o referido crescimento foi mais dinâmico.

Gráfico 4 - Variação anual da produtividade por trabalhador e por hora trabalhada



Fonte: Eurostat

O défice externo tem vindo a conhecer, tanto na UE, como em Portugal, valores positivos (0,8% do PIB ou 1556 milhões de euros), com um contributo significativo das grandes empresas exportadoras, dos sectores mais dinâmicos e da exportação de serviços no turismo. A baixa dos preços do petróleo também não será alheia a este bom resultado. Contudo, existem vulnerabilidades nas determinantes do saldo externo que não garantem a sustentabilidade de um saldo externo positivo, pelo que essa sustentabilidade deverá ser uma preocupação permanente, com particular incidência no IDE, nos fatores de competitividade externa dos bens transacionáveis, com um valor acrescentado tão elevado quanto possível.

As taxas de atividade continuam levemente superiores à média europeia por razões conhecidas, ligadas à necessidade de participação no mercado de trabalho.

As taxas de emprego são ligeiramente mais baixas em Portugal, mas marcadamente mais baixas nos jovens entre os 15 e os 24 anos. Acontece o contrário com as taxas de desemprego deste grupo etário.

Em 2016, as taxas de desemprego são mais elevadas em Portugal do que na média europeia, mas podem ter iniciado um período de convergência.

A taxa de DLD é visivelmente mais elevada em Portugal, o que pode significar uma maior histerese ligada a problemas de adaptação estrutural mais vincados.

A % de contratos a termo é mais elevada em Portugal (22,3% contra 14,3% na Europa), mas o trabalho a tempo parcial é cerca de metade (11,9% em Portugal para 20,4% na UE).

Conclusões:

- O enquadramento económico, à data do final de 2016, permitia detetar uma melhoria gradual do funcionamento da economia, uma estabilização crescente do sistema financeiro e um melhor desempenho das economias dos nossos principais clientes e, em particular da economia espanhola (cerca de ¼ das nossas exportações).

- As taxas de crescimento previstas nos vários documentos institucionais são realistas, mas não se situam, ainda, em valores que seriam desejáveis face aos desafios a que procuram responder. É natural que esforços adicionais tenham que ser feitos no sentido da dinamização do investimento, da inovação e da competitividade (*supply side policy*), apesar dos efeitos positivos da dinamização da procura sob restrição das contas externas.

- Apesar da atual, e previsível, situação dos preços da energia e das matérias primas, estes não deixam de depender de determinantes que nos ultrapassam e com efeitos diretos na capacidade de crescimento da economia.

- As baixas taxas de juro têm demorado a produzir efeitos significativos, tanto mais que a simples oferta de moeda depende, para produzir os tais efeitos, da melhoria das expectativas de rendimento dos consumidores, da perceção do aumento da procura, nos mercados, geradora de investimento induzido e da avaliação do risco bancário mais favorável às melhores condições de crédito para as PME´s.

- A saída dos procedimentos por défices excessivos seria bem completada pela subida do "*rating*" de forma a tranquilizar os mercados e a fazer baixar a fatura pesada dos juros que mina a margem de manobra orçamental ao serviço da dinamização do investimento público e privado.

- A repercussão mais desejável do crescimento económico é a que resulta da criação líquida de postos de trabalho com níveis de produtividade adequados ao progresso do bem-estar e com um ritmo de crescimento capaz de reduzir o desemprego de forma visível. Segundo os dados existentes, o nível de emprego tem vindo a subir em valores superiores a 50 mil pessoas ao ano o que, a manterem-se ou a aumentarem, irão conduzir a um desafogo gradual da situação do mercado de trabalho.

2. O MERCADO DE TRABALHO EM PORTUGAL

2.1. Comparação entre Portugal e a União Europeia

Os dados disponíveis para comparação entre Portugal e a União Europeia (UE), relativamente à taxa de atividade e de emprego, aos contratos a termo e à taxa de desemprego são reportados, nesta data, a 2016, tendo-se atualizado todos os dados da última década, de acordo com a informação disponibilizada pelo Eurostat em 2017

2.1.1. Taxas de Atividade e de Emprego

No decurso da primeira década do século XXI, Portugal registou taxas de atividade e de emprego sempre superiores às da média dos 28 países da UE, não obstante se ter verificado, após 2011, uma inversão dessa situação. Com efeito, apesar da taxa de atividade em Portugal se ter mantido superior à da média da União, embora tendencialmente mais próximas, a taxa de emprego portuguesa evidenciou, a partir de 2011, uma inversão da tendência, tendo-se fixado abaixo dos valores da média da UE.

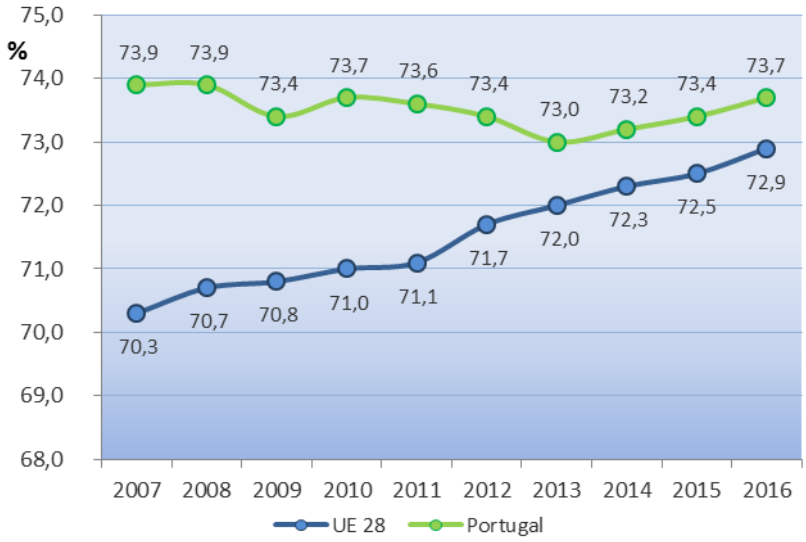
Gráfico 5 - Taxa de emprego

Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

Deste modo, a taxa de emprego em Portugal, que atingira o seu pico em 2008 (68%), decresceu progressivamente desde esse ano, tendo registado o valor mais baixo, da década, em 2013 (60,6%), apesar de em 2016 ter subido 4,7 p.p. face a 2013. Relativamente à taxa de emprego europeia, pela primeira vez, em 2011, esta foi superior à registada em Portugal, mantendo-se esta tendência até 2016 (66,6% na UE face a 65,3% em Portugal).

Quanto às taxas de atividade, Portugal tem evidenciado valores superiores à média dos 28 países da União desde o início da série. Em Portugal, a taxa de atividade tem mantido, desde 2006, uma certa estabilidade, com valores entre os 73% e os 73,9%, ao contrário do que vem sucedendo com a média dos países europeus, que tem apresentado uma subida progressiva das respetivas taxas de atividade, tendo registado 72,9%, em 2016.

Gráfico 6 - Taxa de atividade

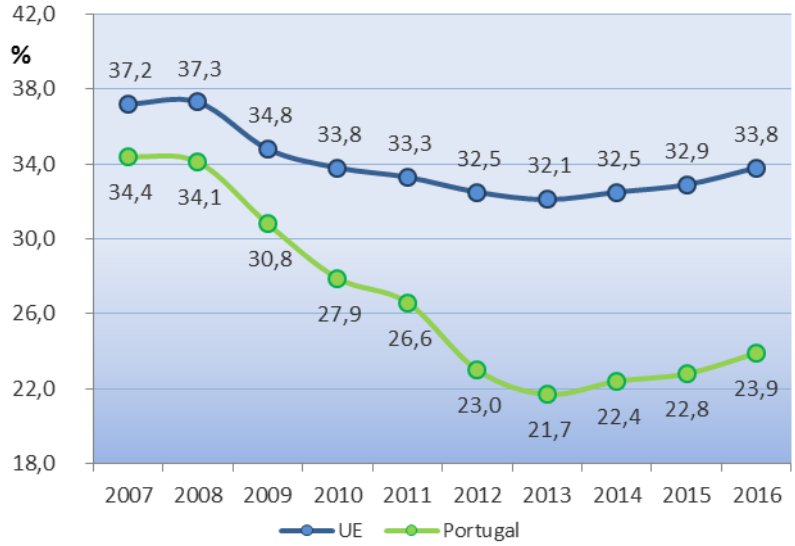


Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

A evolução da taxa de emprego dos jovens (15 aos 24 anos) apresenta algumas semelhanças com a evolução registada para a população em geral. Os valores médios da taxa de emprego dos jovens na UE têm evidenciado alguma estabilidade, ao contrário dos valores relativos a Portugal que, no espaço de uma década, entre 2007 e 2016, registaram uma quebra acentuada de 10,5 p.p.

Deste modo, nos últimos anos, a taxa de emprego dos jovens portugueses passou de 34,4%, em 2007, para 23,9%, em 2016, distanciando-se progressivamente da média europeia (37,2%, em 2007, e 33,8%, em 2016). De notar que, desde 2013, ano em que Portugal registou o valor mais baixo desta série, tem-se verificado um aumento gradual da taxa de emprego dos jovens.

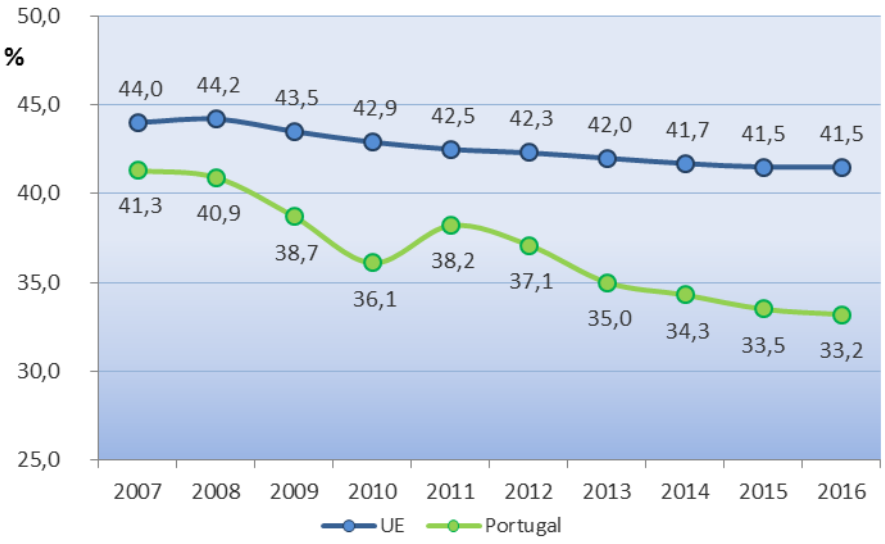
Gráfico 7 - Taxa de emprego dos jovens (15 aos 24 anos)



Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

De salientar que, a taxa de atividade dos jovens acompanha a tendência evidenciada pela respetiva taxa de emprego. Com efeito, enquanto a taxa de atividade dos jovens na União apresenta uma certa estabilidade dos respetivos valores médios, entre os 44% e os 41,5%, a taxa de atividade dos jovens portugueses regista um decréscimo sistemático desde 2007 (41,3%) até 2016 (33,2%), apesar de se ter verificado uma ligeira oscilação em 2011.

Gráfico 8 - Taxa de atividade dos jovens (15 aos 24 anos)



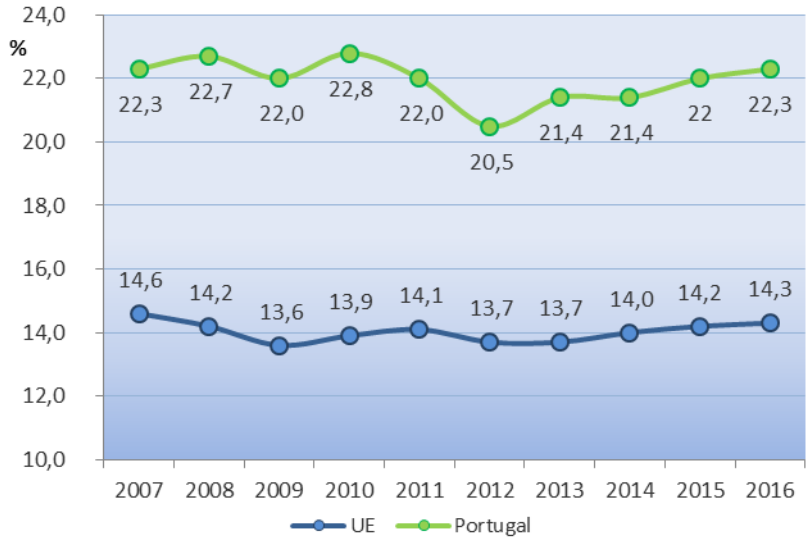
Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

2.1.2. Contratos a Termo

No conjunto dos 28 países da UE, a percentagem de contratos a termo tem permanecido estável ao longo da última década, apesar das inexpressivas quebras verificadas entre 2008 e 2009 e entre 2012 e 2013. De facto, apesar de algumas ligeiras oscilações, a percentagem de contratos a termo, no emprego total, tem-se apresentado quase inalterada, registando quase o mesmo valor (cerca de 14%), tanto em 2007 como em 2016.

Em Portugal, a percentagem de contratos a termo, no emprego total, tem evidenciado um comportamento semelhante, oscilando ligeiramente em torno dos 22%, tanto em 2007 como em 2016, apesar do valor mais elevado dos últimos anos ter sido registado em 2010 (22,8%).

Gráfico 9 - Contratos a termo (% no emprego total)



Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

Deste modo, os contratos a termo em Portugal continuam a apresentar uma diferença significativa relativamente aos valores registados na média do conjunto dos países da UE, que, desde 2007, tem vindo a oscilar em torno dos 14%, o que corresponde, em média a cerca de 8 p.p. abaixo do valor observado para Portugal.

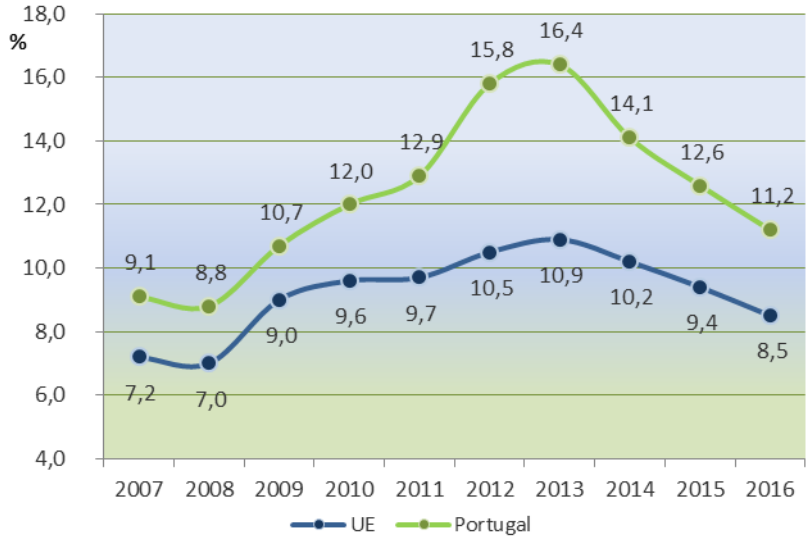
2.1.3. Taxas de Desemprego

A taxa de desemprego portuguesa evidenciou um crescimento progressivo desde 2007, tendo, nos últimos dez anos, passado de 9,1%, em 2007, para 16,4%, em 2013, ano em que o desemprego em Portugal atingiu o ponto máximo desta série (16,4%). Desde então, tem-se vindo a verificar uma inversão desta tendência,

com sucessivos decréscimos da taxa de desemprego. Com efeito, após uma redução de 5,2 p.p. no decurso dos últimos quatro anos, a taxa de desemprego fixou-se nos 11,2 %.

Relativamente à taxa média dos países europeus, que registou uma ligeira diminuição entre 2007 e 2008, verificou-se uma tendência para a manutenção dos valores entre os 9% e os 10%, não obstante, em 2013, ter atingido quase 11%. Deste modo, apesar de, em 2007, Portugal evidenciar uma taxa de desemprego mais próxima da UE, esse valor distanciou-se do da média europeia sobretudo a partir de 2010, atingindo, em 2016, os 11,2%, ou seja, mais 2,7 p.p. que a taxa de desemprego registada no conjunto dos países europeus (8,5%).

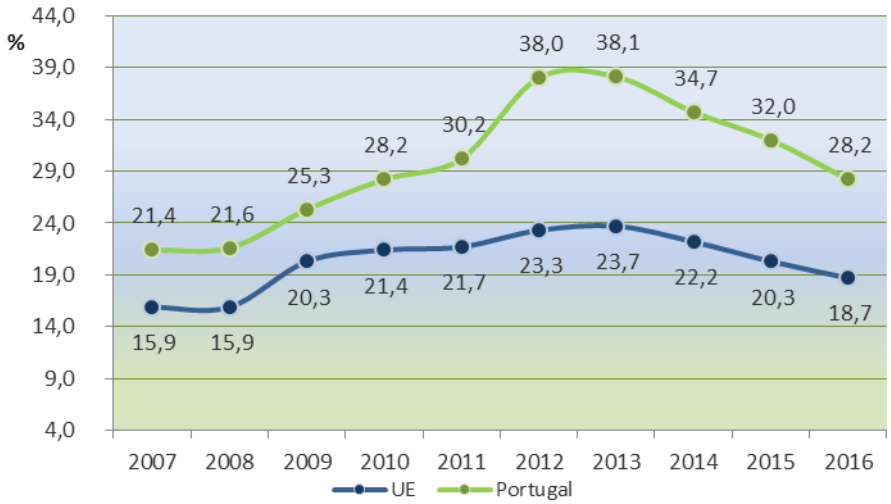
Gráfico 10 - Taxa de desemprego



Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

A taxa de desemprego dos jovens entre os 15 e os 24 anos apresenta um comportamento muito semelhante à taxa de desemprego relativa ao total da população. Desde 2007 que, em Portugal, a taxa de desemprego jovem tem vindo a aumentar, tendo aumentado de forma expressiva no decurso da última década e à semelhança da taxa de desemprego geral. Assim, a taxa de desemprego jovem aumentou cerca de 6,8 p.p., passando de 21,4%, em 2007, para 28,2%, em 2016.

Gráfico 11 - Taxa de desemprego jovem

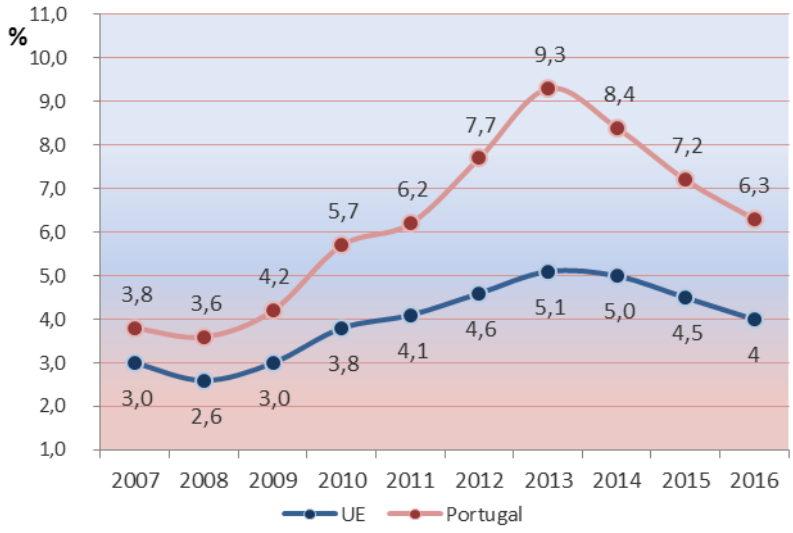


Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

Em relação à média dos países da UE, a taxa de desemprego dos jovens manteve-se estável entre 2007 e 2008, tendo vindo a aumentar, progressivamente, desde então. Deste modo, em 2016, a taxa de desemprego jovem da média europeia foi de 18,7%, mais 2,8 p.p. face a 2007, após ter invertido a sua tendência de crescimento em 2013, ano em que evidenciou o valor mais elevado do período em análise.

A taxa de desemprego de longa duração para Portugal, que registou uma subida progressiva desde 2008, mais que duplicou o seu valor em 2013, quando atingiu o valor máximo (9,3%) da última década. Porém, em 2014, verificou-se uma inflexão do comportamento desta taxa, com o início de uma fase de decréscimo.

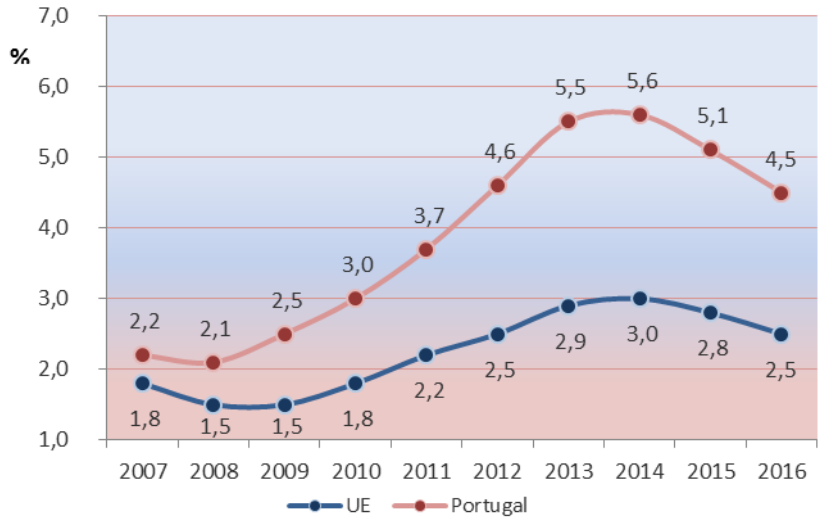
Gráfico 12 - Taxa de desemprego de longa duração (% na população ativa)



Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

Deste modo, o desemprego de longa duração diminuiu 3 p.p. entre 2013 e 2016, tendo registado, neste último ano, uma taxa de 6,3%. Quando comparada com a taxa da média dos países da UE, a taxa portuguesa apresenta uma diferença superior de 2,3 p.p., apesar de, desde 2013, essa diferença ter-se vindo a estreitar.

Gráfico 13 - Taxa de desemprego de muito longa duração (% na população ativa)



Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

Quanto ao desemprego de muito longa duração, este evidencia uma tendência similar ao desemprego de longa duração, com a taxa média europeia a manter uma certa constância entre os 1,5% e os 3%, enquanto a taxa portuguesa registou uma subida de 2,3 p.p., entre 2007 e 2016, continuando, assim, a distanciar-se da média dos 28 países da União.

2.1.4. População com Nível de Educação Secundário

A percentagem da população portuguesa, entre os **20 e os 24 anos** com, pelo menos, um **nível de educação secundário** era, em 2016, de 58,6%, cerca de menos 7 p.p. do que média da UE 28. No entanto, desde o início da última década, esta proporção tem vindo a crescer regularmente e de forma mais acentuada em Portugal, onde aumentou 12,9 p.p., do que na média dos países da UE, onde esse aumento foi de 0,4 p.p. Em Portugal, esse acréscimo acentuou-se sobretudo a partir de 2009, tendo a proporção destes jovens aumentado cerca de 13,3 p.p. entre 2009 e 2016.

Relativamente ao **nível de ensino superior**, em 2016, a percentagem de população entre os 20 e os 24 anos, na média da União, cresceu 0,4 p.p. em termos homólogos, ao contrário de Portugal que apresentou uma diminuição de 0,8 p.p. Todavia, a análise da última década coloca em evidência um aumento mais expressivo desta população em Portugal quando comparada com a média europeia (mais 10,9 p.p. e mais 4,5 p.p., respetivamente).

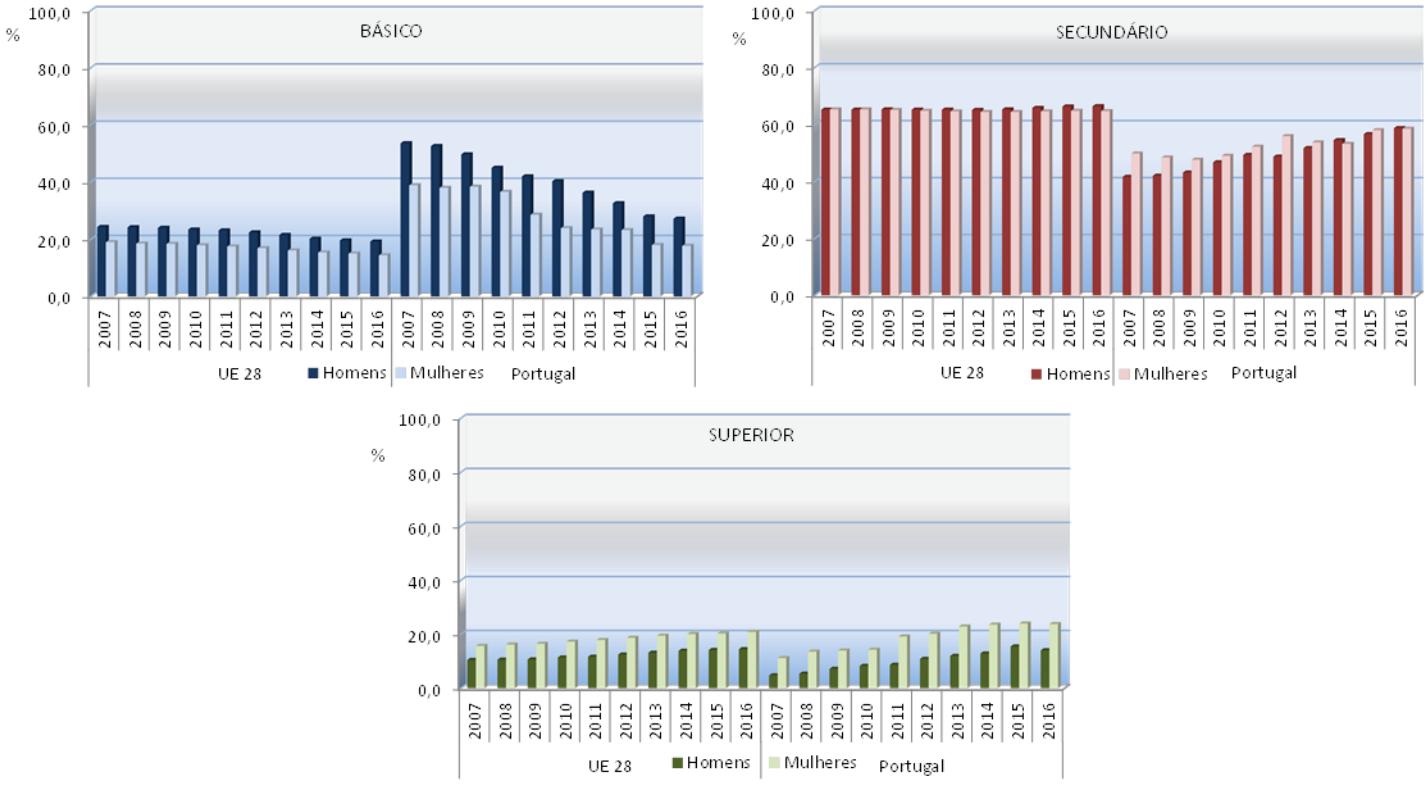
Quanto à população de 20 a 24 anos com o **nível de educação básico**, a sua percentagem tem vindo a diminuir nos últimos dez anos, em particular em Portugal, onde representava 22,5% em 2016, menos 24 p.p. face a 2007. Na média europeia, em 2016, esta população correspondeu a 16,8%, o que traduziu uma quebra de 4,9 p.p. no espaço de uma década.

Gráfico 14 - Evolução da população (20 aos 24 anos) com o nível de educação básico, secundário e superior

Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

Em Portugal, em 2016, a percentagem de mulheres jovens que atingiu o nível secundário foi similar à dos homens (58,5% de mulheres para 58,7% de homens), tendo esta proporção vindo a esbater-se desde 2007. De salientar que, no espaço de dez anos, a percentagem de homens jovens cresceu de forma mais significativa quando comparada com a das mulheres (mais 17,1 p.p. face a 8,7 p.p., respetivamente). A nível europeu, esta população representava, em 2016, 65,6% (mais 7 p.p. do que a congénere portuguesa), tendo a proporção masculina sido superior à feminina, tendência que se tem feito sentir desde 2010.

Gráfico 15 - População (20 aos 24 anos) com o nível de educação básico, secundário e superior, por sexo



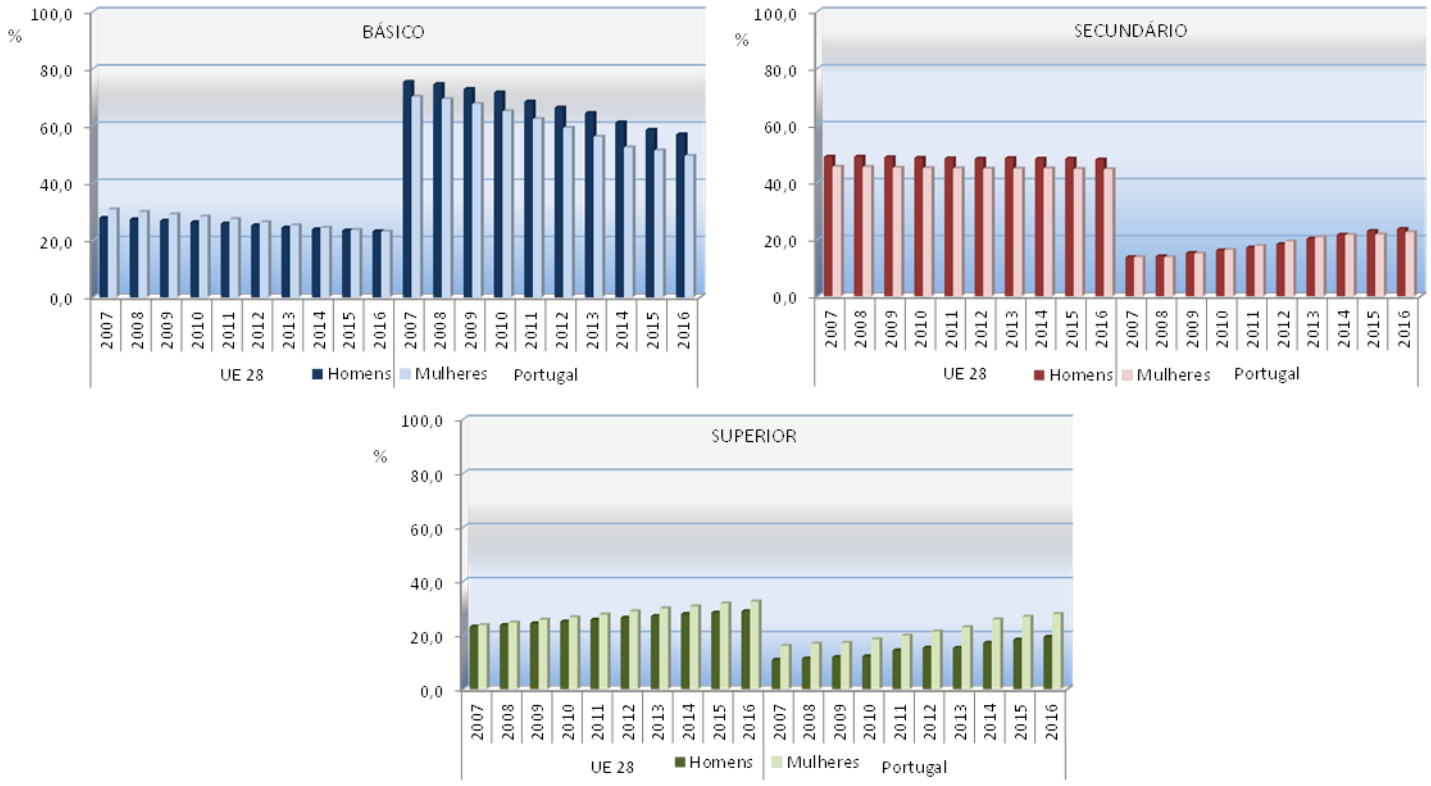
Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

Relativamente à população com **habilitações superiores**, em 2016, a percentagem de mulheres (23,8%) permaneceu quase inalterada em termos homólogos, não obstante no decurso dos últimos dez anos ter mais do que duplicado, com um acréscimo de 12,6 p.p., passando de 11,2% em 2007 para 23,8% em 2016. Deste modo, as portuguesas com escolaridade superior registaram valores mais elevados face à média das mulheres da UE, mantendo-se assim a tendência verificada desde 2011. Quanto à população masculina com este nível habilitacional, apesar de um decréscimo de 1,4 p.p. face a 2015, a sua percentagem em 2016 (14,1%) permaneceu próxima da percentagem do conjunto dos 28 países da União (14,5,%).

No que diz respeito ao **nível de educação básico**, em 2016, tanto em Portugal como na média europeia, os homens, continuaram a registar valores mais elevados, com 27,2% face a 17,7% das mulheres em Portugal e 19,2% face a 14,4% das mulheres na média da UE. De salientar o facto de, nos últimos dez anos, a população masculina com educação básica ter decrescido para cerca de metade (menos 26,4 p.p.).

No escalão etário dos **25 aos 64 anos**, a proporção de portugueses que possuía, pelo menos, o **nível de educação secundário** era, em 2016, de 23,1%, menos 23,2 p.p. relativamente à proporção registada na média dos países europeus (46,3%). No início do período em análise essa percentagem era, em Portugal, pouco mais de um terço da percentagem da média europeia, o que reflete uma melhoria significativa no que respeita a este escalão etário no nosso país (mais 9,4 p.p. entre 2007 e 2016). De notar que, ambos os sexos têm apresentado proporções similares desde 2007, ao contrário da média dos países da UE, onde a percentagem de homens neste escalão etário e com este nível educacional ultrapassou a das mulheres em todos os anos do período em análise.

Gráfico 16 - População (25 aos 64 anos) com o nível de educação básico, secundário e superior, por sexo



Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

Ao nível da população de 25 a 64 anos com **habilitação superior**, em 2016, Portugal apresentou um aumento de 1 p.p. em termos homólogos, continuando assim a evidenciar uma tendência de aproximação à média da União. De notar que, no espaço de uma década, esta população em Portugal registou um acréscimo de 10,3 p.p., passando de 13,6% para 23,9% em 2016, enquanto a média europeia aumentou 7,2 p.p., passando de 23,5% para 30,7% em 2016. De referir ainda que, a proporção de mulheres nesta faixa etária e com este tipo de habilitação tem continuado a evidenciar uma maior proporção face à sua congénere masculina, quer portuguesa quer europeia.

Por último, relativamente à população de 25 a 64 anos com o **ensino básico**, Portugal manteve uma tendência de decréscimo, representando esta população, em 2016, cerca de 53% (menos 1,8 p.p. face ao período homólogo e menos 19,6 p.p. face ao início da última década). Contudo, não obstante este progresso tão significativo, em 2016, esta população em Portugal continuou a apresentar uma proporção bastante superior à da sua congénere europeia (53,1% em Portugal face a 23% na média dos 28 países da União). De referir ainda que, neste contexto, a população portuguesa masculina tem vindo a apresentar sempre valores superiores aos da população feminina, contrastando com a média europeia, que tem apresentado uma proporção similar em ambos os sexos.

2.1.5. População jovem

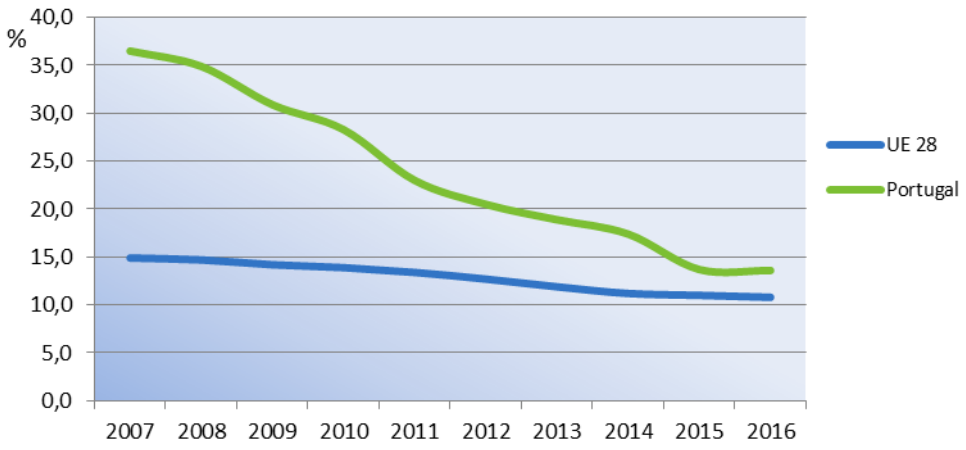
- **Saída escolar precoce**

A proporção de jovens que saíram precocemente da escola, ou seja, da população de 18 a 24 anos cujo nível de estudos não ultrapassa o ensino secundário inferior[9] e que já não frequenta escola ou outro tipo de formação tem diminuído gradualmente em Portugal e de forma bastante mais acentuada do que na média dos países europeus, embora seja ainda superior à registada na média da UE.

Em Portugal, a proporção de jovens que saíram precocemente da escola, ou seja, da população de 18 a 24 anos que já não frequenta a escola ou outro tipo de formação e cujo nível de estudos não ultrapassa o ensino secundário inferior, diminuiu de 36,5% em 2007 para 13,6% em 2016, tendo-se aproximado da média dos 28 países da UE que, em 2016, se fixou nos 10,8%.

[9] Em Portugal, este nível de ensino corresponde ao Ensino Básico. Este nível de escolaridade refere-se ao nível 0-2 do CITE – *Classificação Padrão Internacional de Educação*.

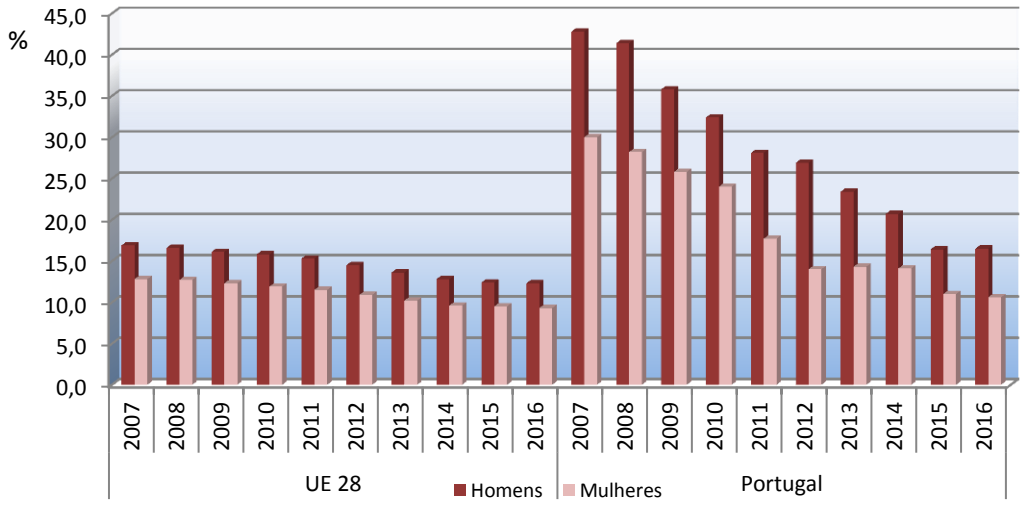
Gráfico 17 - Jovens (18 a 24 anos) que saíram precocemente da escola



Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

Uma análise mais detalhada permite evidenciar que a percentagem de homens que abandona precocemente a escola é superior à das mulheres, tanto para Portugal como para o conjunto dos países europeus. Com efeito, em 2016, a percentagem masculina dos que saíram precocemente da escola foi superior à feminina, não obstante essa diferença ser mais pronunciada em Portugal (mais 5,9 p.p. em Portugal e mais 3 p.p. no que respeita à média da UE).

Gráfico 18 - Jovens (18 a 24 anos) que saíram precocemente da escola, por sexo



Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

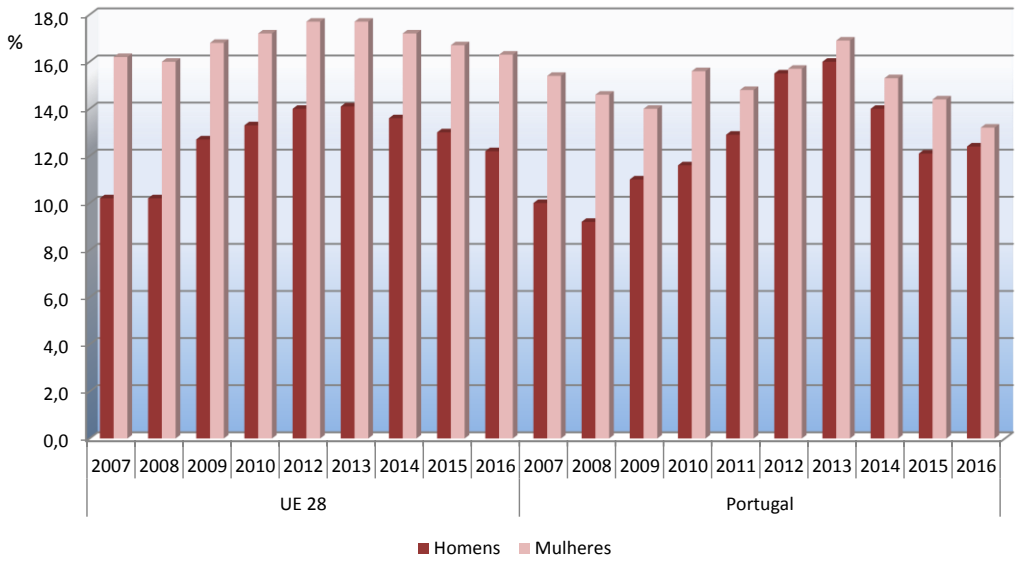
De salientar o facto de, desde 2007, a percentagem de homens portugueses, que abandonaram precocemente a escola, ter diminuído de forma mais acentuada, quando comparada com o decréscimo verificado na percentagem de mulheres. Assim, entre 2007 e 2016, a percentagem masculina evidenciou

uma redução de 26,3 p.p., enquanto na feminina se observou uma descida de 19,4 p.p. Refira-se ainda que, no conjunto dos 28 países da União, estas diferenças assumiram uma menor expressão, tendo a percentagem de homens que saíram precocemente da escola diminuído 4,6 p.p., entre 2007 e 2016, enquanto a das mulheres decresceu 3,5 p.p., no mesmo período de análise.

- **População jovem que não trabalha nem estuda (NEEF[10])**

Considerando a percentagem de jovens NEEF, entre os 15 e os 29 anos de idade, evidencia-se um acréscimo deste tipo de população jovem até 2013, ano em que se atinge a percentagem máxima dos últimos dez anos, com 16,4% em Portugal e 15,9% na média dos países da União, tendo vindo, desde então, a diminuir (face a 2013, -1,7 p.p. registados na UE e -3,6 p.p. em Portugal). De salientar que, em 2016, 12,8% da população portuguesa, entre os 15 e os 29 anos, não se encontrava a trabalhar, nem a estudar ou a frequentar outro tipo de formação, valor inferior à média europeia que apresentou 14,2%.

Gráfico 19 - População jovem NEEF (15 a 29 anos), por sexo

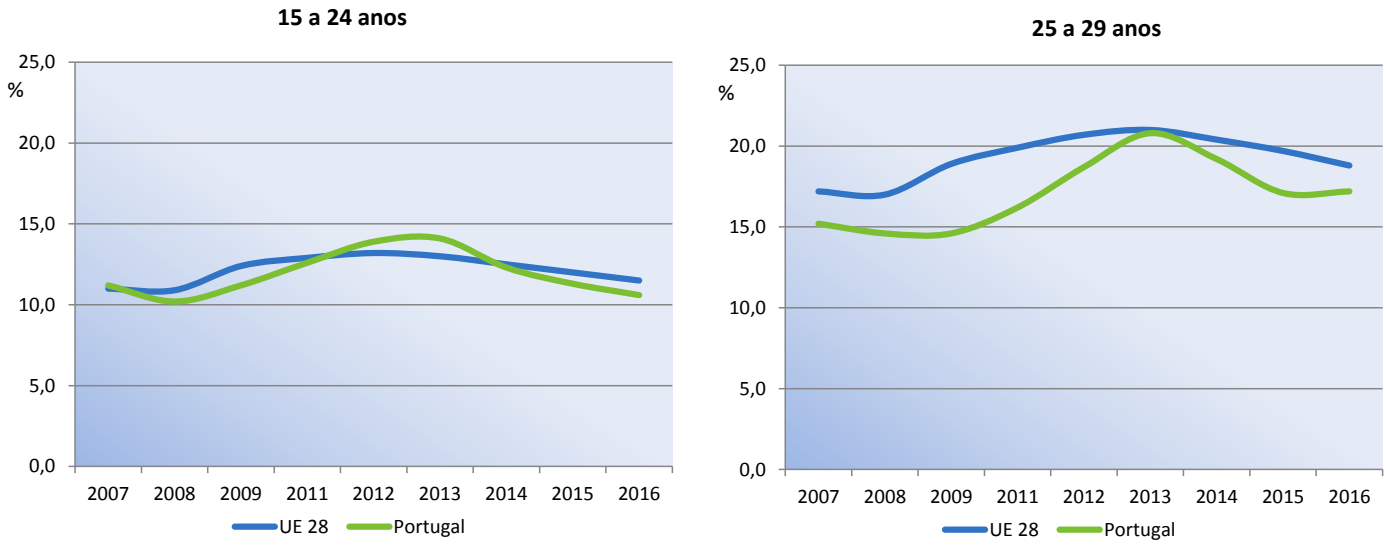


Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

Por outro lado, a análise do mesmo tipo de informação, mas por sexo, evidencia o facto de, tanto em Portugal como no conjunto dos países da União, a população feminina NEEF apresentar percentagens superiores à população masculina nas mesmas condições. De registar que, relativamente a estes jovens NEEF, dos 15 aos 29 anos, a diferença percentual entre as mulheres e os homens é mais expressiva no conjunto dos países da União do que em Portugal. De facto, nos últimos anos em Portugal, verificou-se uma aproximação dos valores percentuais de ambos os sexos, no que concerne à população jovem NEEF.

[10] NEEF – *Jovens Não Empregados que não estão em Educação ou Formação.*

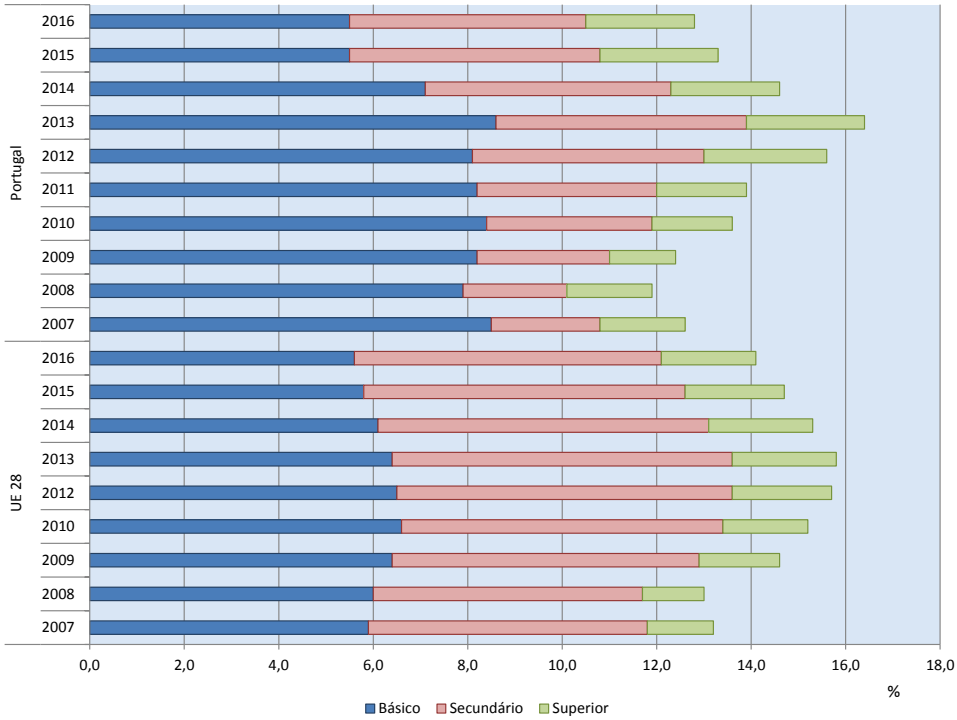
Gráfico 20 - População jovem NEEF



Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

Considerando a população jovem NEEF por níveis de ensino, verifica-se que, em Portugal, estes se concentram sobretudo nos níveis de escolaridade do ensino básico (5,5%) e secundário (5%), já que a percentagem de população entre os 15 e os 29 anos que não trabalha nem estuda e que detém habilitações superiores atinge 2,3%.

Gráfico 21 - População jovem NEEF, por níveis de ensino



Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

À semelhança de Portugal, também a União, no conjunto dos seus 28 Estados-membros, apresenta uma tendência semelhante, ou seja, os jovens NEEF de 15 a 29 anos têm maioritariamente o ensino básico (5,6%) e o secundário (6,5%), enquanto os do ensino superior apresentam uma percentagem com menor expressão (2%).

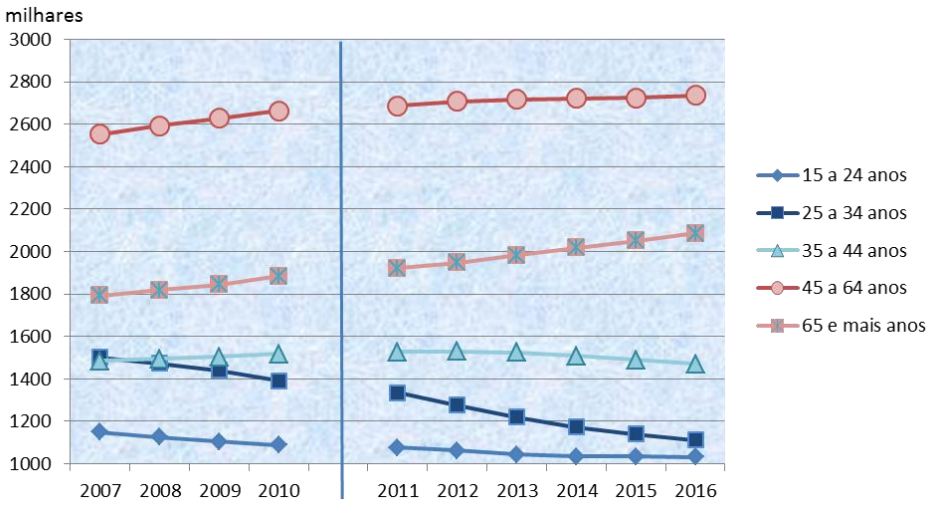
2.2. População e população ativa

2.2.1. População total

De acordo com o Inquérito ao Emprego, residiam no Continente, em 2016, 9.807 milhares de indivíduos, um decréscimo de apenas 0,25% relativamente a 2015, ou seja de aproximadamente metade dos decréscimos anuais verificados desde 2011. Entre 2015 e 2016, os homens diminuíram percentualmente quase o dobro das mulheres.

No que se refere à população de 15 e mais anos manteve-se, no último ano, a tendência de envelhecimento verificada nos anos anteriores, que se traduziu numa diminuição dos indivíduos nos escalões até aos 44 anos e num aumento dos indivíduos nos escalões mais velhos, designadamente no escalão dos 65 e mais anos. Como em anos anteriores, o escalão etário que registou maior decréscimo, entre 2015 e 2016, foi o escalão dos 25 aos 34 anos (-2,5%), embora esse decréscimo se tenha vindo a atenuar, desde 2011. Seguiu-se-lhe o escalão dos 35 aos 44 anos que diminuiu, desde 2012, de forma progressivamente mais acentuada.

Gráfico 22 - Evolução da População com 15 e mais anos por escalões etários

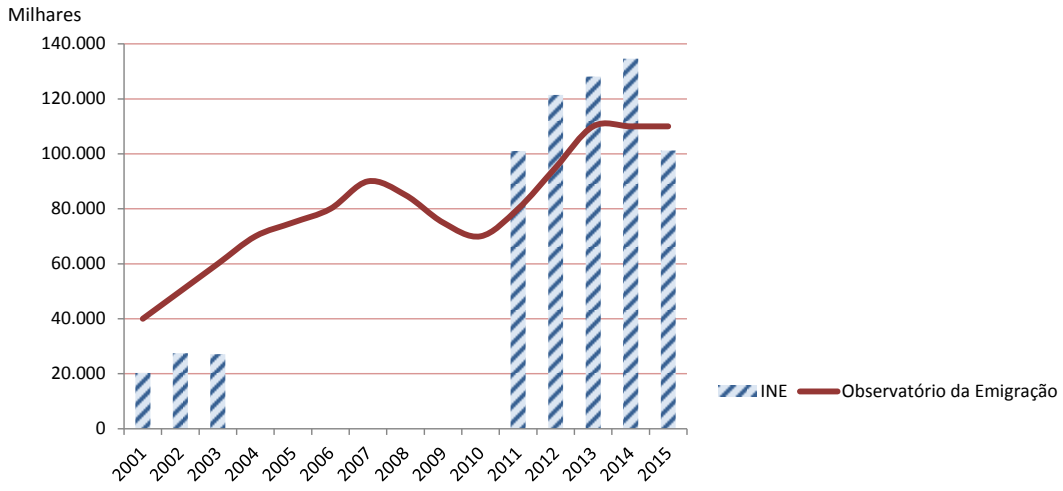


Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

2.2.2. Emigração portuguesa

De acordo com a informação estatística[11] disponibilizada pelo OBSERVATÓRIO DA EMIGRAÇÃO, em 2015, cerca de 2,3 milhões de emigrantes portugueses encontravam-se a residir no estrangeiro, o que, tendo por base o total da população portuguesa, correspondeu a uma taxa de 22,3%. Paralelamente, tendo presente que, para o mesmo ano em análise, a taxa de imigração em Portugal foi de 8,1%, dado que o número de imigrantes que entraram em Portugal, oriundos principalmente do Brasil, de Cabo Verde e da Roménia, foi de 837 mil indivíduos, constata-se a existência de um saldo migratório negativo.

Gráfico 23 - Evolução da emigração portuguesa desde o início do milénio



* A ausência de informação sobre a emigração temporária entre 2004 e 2010, inviabiliza a apresentação dos valores totais da emigração portuguesa para os respetivos anos.

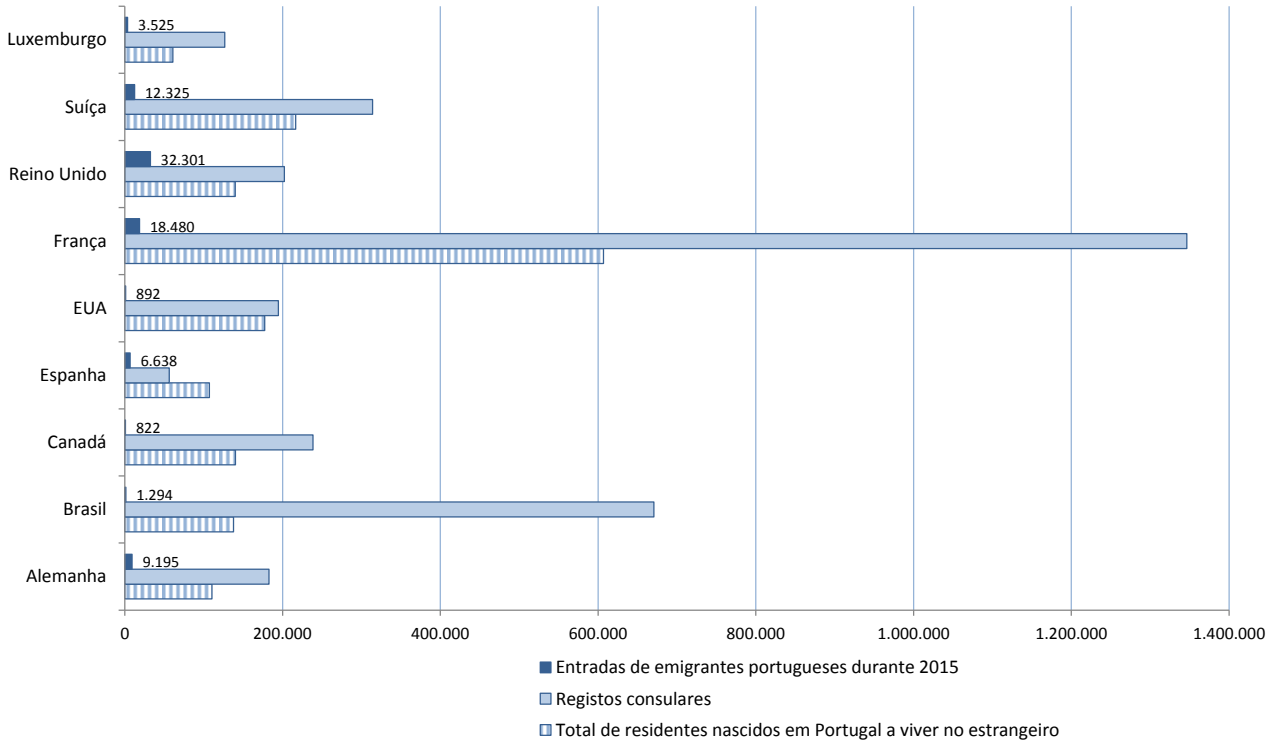
Fonte: INE, *Inquérito aos movimentos migratórios de saída* (1992 a 2007) e *Estimativas anuais da emigração* (desde 2008). OBSERVATÓRIO DA EMIGRAÇÃO, Dados sobre as entradas de portugueses nos países de destino.

Por outro lado, considerando os valores das estimativas do INE e dos dados sobre as entradas de portugueses nos países de destino do Observatório do Emigração, observa-se uma acentuada subida dos emigrantes portugueses ao longo dos últimos anos, em particular no decurso do último quinquénio. De salientar o facto de, no início do milénio, a taxa de emigração da população portuguesa com o ensino superior ter sido de 13,1%.

[11] A ausência de informação mais recente, apenas permite uma análise com dados até final de 2015.

Analisando alguns dados da emigração portuguesa relativos a 2015, último ano disponível, observa-se que os países de destino dos emigrantes portugueses foram sobretudo o Reino Unido (com cerca de 32,3 mil), a França (com 18,5 mil), a Suíça (com 12,3 mil) e a Alemanha (com 9,2 mil). Contudo, tendo em conta os valores totais da população residente no estrangeiro, mas nascida em Portugal, verifica-se que a emigração portuguesa, em 2015, se concentrava maioritariamente em França (606,9 mil), na Suíça (216,7 mil), nos EUA (177,4 mil), no Canadá (140,3 mil), no Reino Unido (140 mil), no Brasil (138 mil), na Alemanha (110,4 mil), em Espanha (107,2 mil) e no Luxemburgo (60,9 mil).

Gráfico 24 - Emigrantes portugueses a residir no estrangeiro em 2015



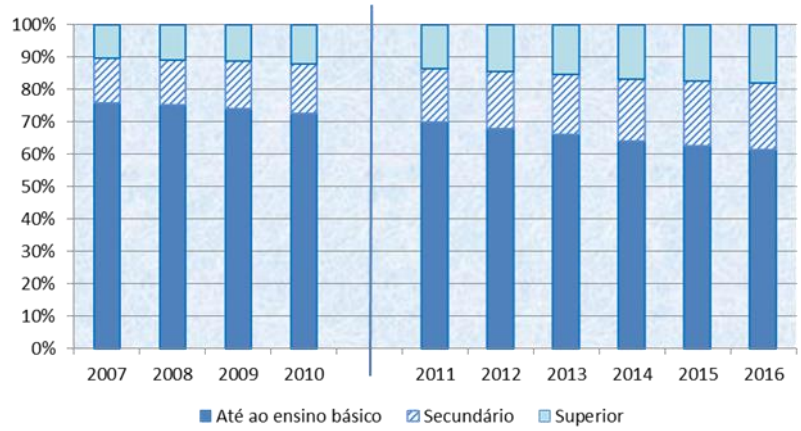
Fonte: OBSERVATÓRIO DA EMIGRAÇÃO, Dados sobre as entradas de portugueses nos países de destino.

2.2.3. População por níveis de escolaridade

Em 2016, a população de 15 e mais anos, que possuía até o ensino básico representava 61,4% do total e a população com o ensino superior, 18%. Relativamente a 2015 quer o número de indivíduos com o ensino secundário quer com o ensino superior aumentaram, tendo esta última categoria crescido percentualmente mais.

Desde 2007,a população com 15 e mais anos com o ensino básico diminuiu 14,3 p.p. a população com o ensino secundário aumentou cerca de 6,7 p.p. e a população com o ensino superior, 7,6 p.p.

Gráfico 25 - População com 15 e mais anos por nível de escolaridade



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Em 2016, a percentagem de mulheres com o ensino superior era mais de 5 p.p. superior à percentagem de homens, tendo também aumentado mais, relativamente ao ano anterior.

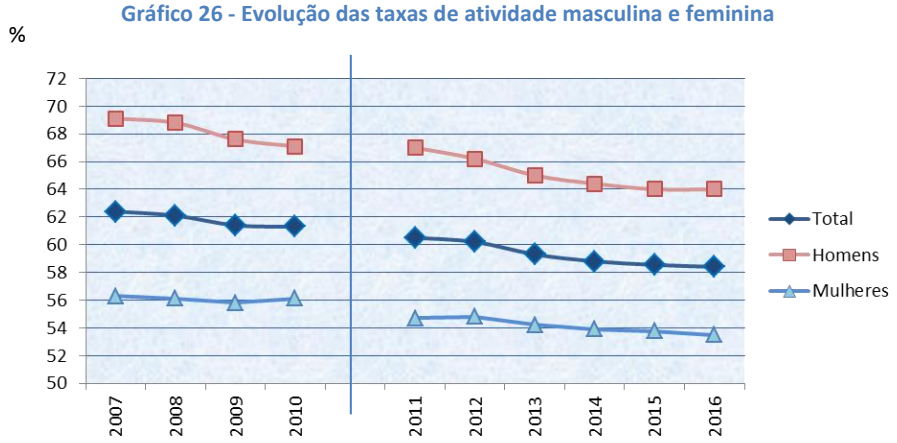
2.2.4. População ativa e taxas de atividade

Entre 2015 e 2016, a população ativa diminuiu, mas esse decréscimo (-0,3%) foi de metade do valor do decréscimo registado no ano anterior. Ao contrário do que se vinha verificando desde o início da década, essa diminuição foi mais acentuada no que se refere às mulheres.

Relativamente aos escalões etários, no último ano o decréscimo da população ativa atingiu todos os escalões até aos 44 anos e o escalão mais velho (65 e mais anos). O escalão dos 25 aos 34 anos registou a diminuição mais acentuada (-2,6%) e o escalão dos 55 aos 64 anos o maior aumento (+3,4%)

Em 2016, a taxa de atividade (população com 15 e mais anos) era de 58,4%, apenas levemente inferior a 2015, depois de ter evoluído sempre desfavoravelmente desde 2007 (-4 p.p. entre 2007 e 2016)

Gráfico 26 - Evolução das taxas de atividade masculina e feminina

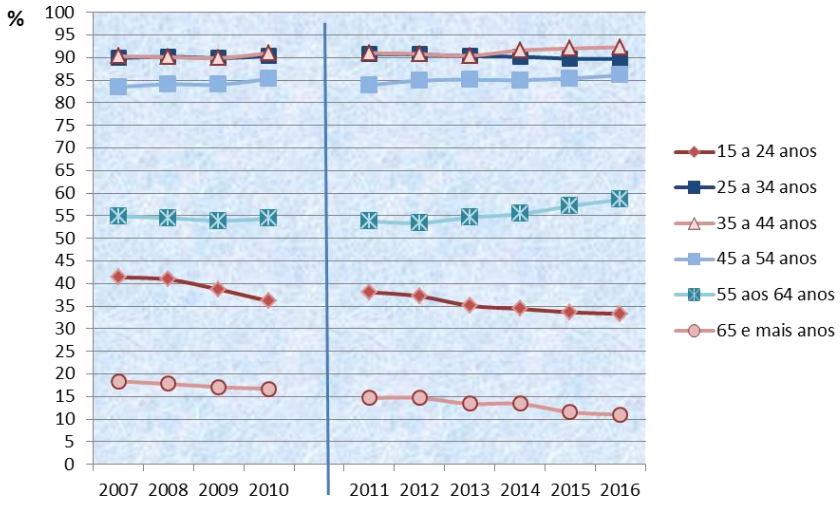


Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Em 2016, como em 2015 a taxa de atividade masculina manteve-se nos 64%, enquanto a taxa feminina diminuía ligeiramente, para 53,5%. Na última década, a taxa de atividade masculina diminuiu quase o dobro da taxa de atividade feminina.

Considerando os escalões etários, em 2016, a taxa de atividade diminuiu, nos escalões até aos 34 anos, mas de forma muito mais ligeira do que no ano anterior, e aumentou, nos escalões seguintes e até aos 65 anos. O maior aumento verificou-se no escalão dos 55 aos 64 anos (+1,5 p.p.). Este foi também o escalão que registou o maior aumento desde 2007 (+3,7 p.p.). Pelo contrário, a taxa de atividade no escalão dos 15 aos 24 anos diminuiu 8,1 p.p. desde o início da série.

Gráfico 27 - Evolução das taxas de atividade por escalão etário



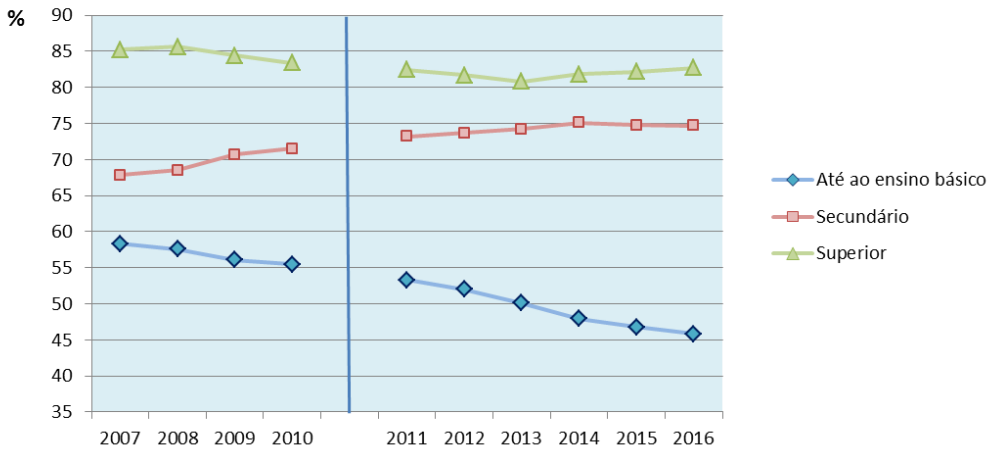
Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

- ***Por níveis de escolaridade completos***

Considerando a população ativa por nível de escolaridade completado, em 2016, o número de ativos com até o ensino básico totalizava cerca de 2.375,4 mil indivíduos, ou seja, cerca de 48,2% do total de ativos. A população ativa com o ensino secundário somava 1.293,2 mil pessoas (26,3% do total de ativos) e a população com o ensino superior 1.257,5 mil, constituindo 25,5% dos ativos. Relativamente a 2015, o peso da população ativa com até o ensino básico diminuiu 1,8 p.p., a percentagem de ativos com o ensino secundário aumentou 0,7 p.p. e o peso dos ativos com o ensino superior 1,2 p.p. Entre 2007 e 2016, o peso dos ativos com até o ensino básico diminuiu, cerca de 22,6 p.p. a favor dos níveis de escolaridade mais elevados, que cresceram de forma quase equitativa.

No que se refere às diferenças entre sexos, em 2016, a proporção de ativos do sexo masculino com o ensino básico era bastante superior à proporção dos ativos do sexo feminino sendo que a situação se invertia relativamente aos ativos com o ensino superior. Quanto aos ativos com o ensino secundário, a proporção entre sexos era bastante equilibrada.

Gráfico 28 - Evolução das taxas de atividade por níveis de escolaridade



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Em 2016, a taxa de atividade dos indivíduos com até o ensino básico era de 45,8%, a taxa de atividade da população com o ensino secundário era de 74,7% e a taxa relativamente à população com o ensino superior, de 82,7%. Relativamente a 2015, a taxa de atividade da população com até o ensino básico diminuiu em 1 p.p. e a taxa relativa à população com o ensino superior cresceu ligeiramente.

Desde 2007, a taxa de atividade tem-se mantido tanto mais elevada quanto mais elevado o nível de habilitações. Para além disso, taxa de atividade da população com até ao ensino básico diminuiu sempre, ao longo da série, de forma acentuada, enquanto a taxa de atividade a população com nível secundário cresceu consecutivamente, até 2014 tendo estabilizado nos dois últimos anos. Quanto à taxa de atividade dos indivíduos com o ensino superior esta registou um decréscimo, até 2013, tendo a partir daí aumentado.

- ***Por regiões***

Em 2016 a região Norte concentrava cerca de 36,8% da população ativa, a região de Lisboa 28,4% e o Centro 23,3%. A região do Alentejo representava cerca de 7% da população ativa e o Algarve, 4,5%. Relativamente a 2015, o número de ativos diminuiu no Norte, no Centro e sobretudo no Alentejo e aumentou no Algarve e em Lisboa.

Desde 2011, a população ativa decresceu em todas as regiões. Lisboa foi a região em que esse decréscimo foi menos acentuado.

2.2.5. Evolução da população ativa e das taxas de atividade entre o 2º e o 4º trimestre de 2016

Analisando a evolução das taxas de atividade entre o 2º e o 4º trimestre de 2016, ao contrário do que se verificou em termos da evolução anual, a taxa de atividade cresceu, em 0,4 p.p., tendo a taxa de atividade feminina crescido mais do que a masculina. Relativamente aos escalões etários, refira-se que, enquanto, em termos anuais, a taxa de atividade diminuiu, nos escalões até aos 34 anos, entre o 2º e o 4º trimestre a taxa aumentou 4 p.p. no escalão dos 15 aos 24 anos. [12]

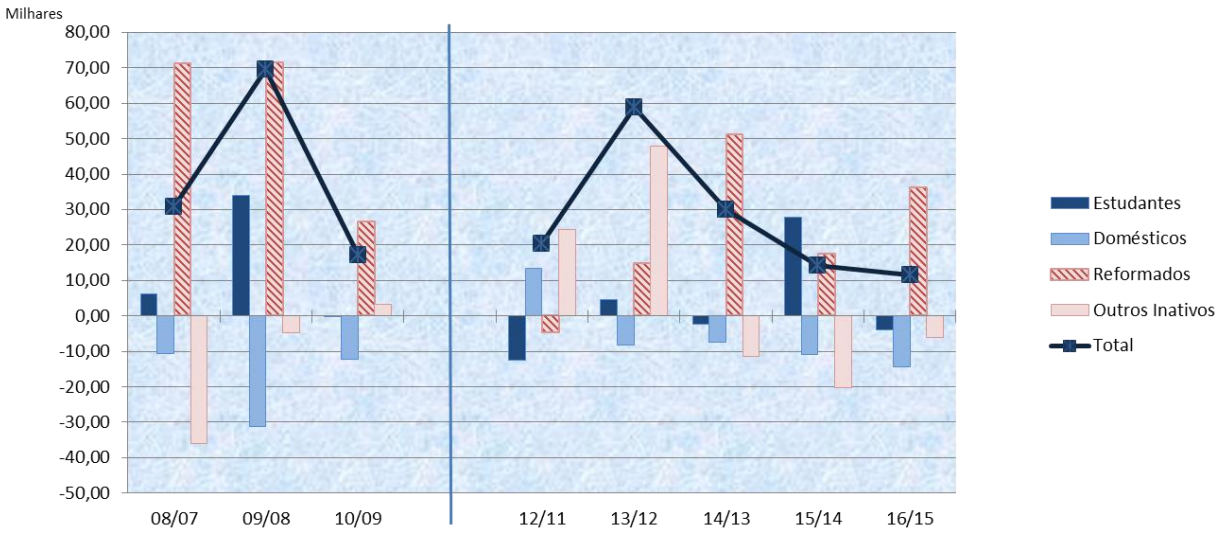
Para além disso, e no que se refere às diversas regiões do Continente, entre o 2º e o 4º trimestre, a taxa de atividade apenas diminuiu no Algarve, região onde é maior o peso da sazonalidade.

[12] Este aumento da taxa de atividade do escalão entre os 15 aos 24 anos entre o 2º e o 4º trimestre do ano, já constada no relatório do 2º semestre de 2015, deve-se ao ingresso dos jovens diplomados no mercado de trabalho.

2.2.6. População Inativa

Em 2016, a população inativa com 15 e mais anos totalizava cerca de 3.510,1 mil pessoas, dos quais 48,5% eram reformados, 22% eram estudantes, 10,7% eram domésticos e 19% eram "outros inativos". Entre 2015 e 2016, a população inativa com 15 e mais anos cresceu em cerca de 0,3% devido ao aumento do número de reformados, uma vez que todas as outras categorias sofreram um decréscimo. Ao longo do período em análise, a população inativa aumentou sempre. Em 2009 e depois em 2013, esse crescimento foi mais acentuado, em 2009 devido ao aumento dos reformados e dos estudantes e, em 2013 devido ao crescimento da categoria dos "outros inativos".

Gráfico 29 - Variação da população inativa com 15 e mais anos por categorias



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

INATIVOS DISPONÍVEIS QUE NÃO PROCURAM EMPREGO

A análise dos inativos "disponíveis que não procuram emprego", ou seja, daqueles que, não tendo procurado emprego nas últimas 3 semanas antes do inquérito não são contabilizados como desempregados mas como inativos, permite verificar que estes constituíam, em 2016, cerca de 6,1% do total dos inativos, ou seja 215,8 mil pessoas.

Depois de ter aumentado rapidamente, entre 2011 e 2013 (mais cerca de 97,8 mil pessoas) o número destes inativos diminuiu nos anos seguintes, de forma progressivamente mais acentuada. Entre 2013 e 2016 esse decréscimo foi de cerca de -38 mil pessoas. Entre 2015 e 2016, o seu número diminuiu em -19, 1 mil indivíduos.

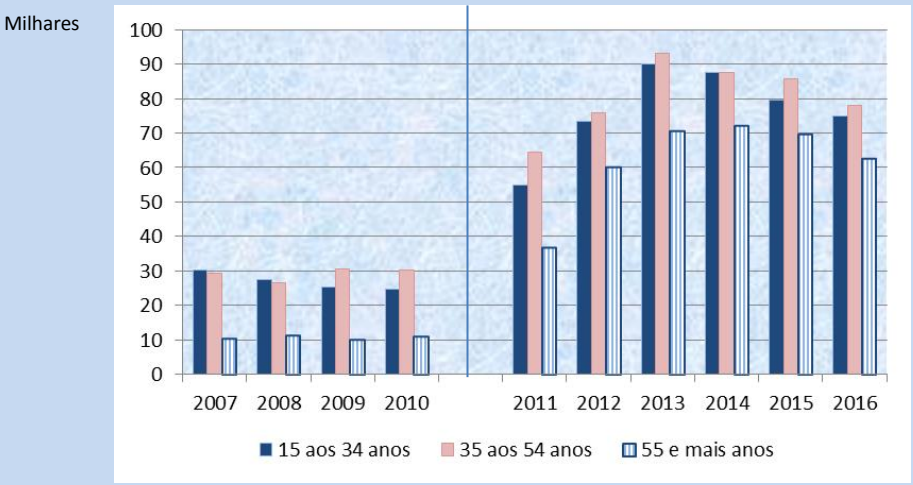
Gráfico 30 - Evolução da população inativa disponível que não procura emprego por sexo

Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Em 2106, as mulheres inativas disponíveis que não procuravam emprego constituíam 55,6% do total da categoria. O seu número manteve-se superior ao dos homens ao longo de toda a série. Entre 2011 e 2013, o número destes inativos aumentou, de modo bastante equilibrado entre ambos os sexos. Já o decréscimo verificado nos últimos três anos respeitou sobretudo às mulheres.

No que se refere aos escalões etários, em 2016, cerca de 36,1% desta categoria de inativos, o que correspondia a cerca de 78,1 mil pessoas, situava-se nos escalões entre os 35 e os 54 anos, sendo que 34,7%, ou seja, aproximadamente 75 mil, se situava nos escalões entre os 15 e os 34 anos. Finalmente, cerca de 67,7 mil destes inativos tinham 55 ou mais anos. Relativamente a 2015, os inativos disponíveis que não procuravam emprego diminuíram em todos os escalões etários, tendo diminuído mais nos escalões mais jovens.

Gráfico 31 - Evolução da população inativa disponível que não procura emprego por escalão etário

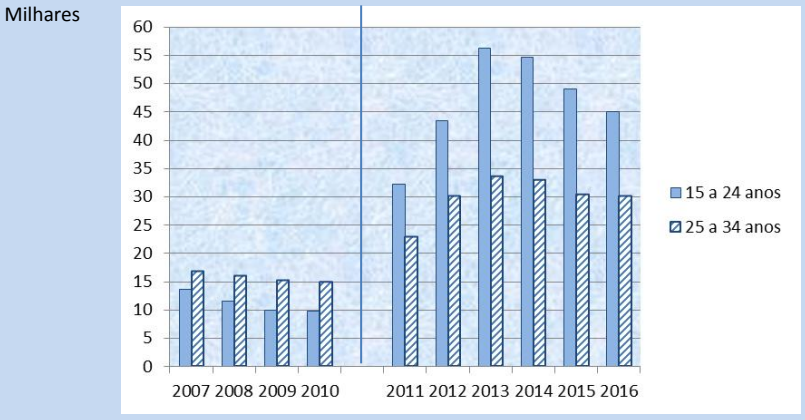


Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Em 2007, o número de indivíduos inativos disponíveis que não procuravam emprego nos escalões 15 aos 34 anos e 35 aos 54 anos era quase equivalente mas, em 2009, o número de indivíduos nos escalões entre os 35 aos 54 anos cresceu, enquanto os escalões mais novos diminuíam. Entre 2009 e 2010, ambos os escalões registaram um ligeiro decréscimo.

Entre 2011 e 2013, os escalões entre os 15 aos 34 anos aumentaram de forma mais acentuada do que os escalões entre os 35 e os 54 anos, sendo que o escalão dos 55 e mais anos praticamente duplicou. Entre 2013 e 2016, o decréscimo absoluto verificado nos escalões entre os 15 aos 34 anos e os 35 e os 54 anos foi quase equivalente, embora os escalões dos entre os 15 aos 34 anos tenham diminuído mais rapidamente.

Gráfico 32 - Evolução da população inativa disponível que não procura emprego entre os 15 e os 34 anos



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

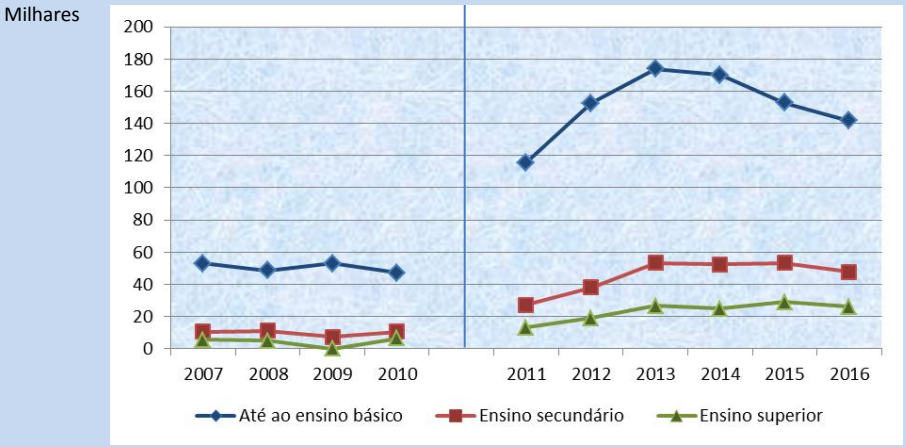
Analisando os escalões mais jovens de inativos disponíveis mas que não procuram emprego constata-se que, entre 2007 e 2010, o número de inativos nesta categoria que tinha entre 25 e 34 anos era superior aos inativos que tinham entre 15 e 24 anos. Esta situação inverteu-se a partir de 2011. Entre 2011 e 2013, ambos os escalões aumentaram, tendo o escalão mais novo aumentado mais rapidamente, e, a partir daí, diminuíram, tendo o mais novo decrescido novamente mais depressa. De facto, em 2015 e em 2016 o número de inativos desta categoria do escalão 25 aos 34 anos foi praticamente equivalente.

No que se refere à distribuição dos inativos disponíveis que não procuravam emprego por nível de escolaridade completado, os inativos desta categoria que possuíam o ensino básico constituíam, em 2016, 65,7% do total. Já os inativos disponíveis que não procuravam emprego com o ensino secundário representavam 22,2% do total e a mesma categoria com o ensino superior,12,1%.

Entre 2011 e 2013 os inativos disponíveis que não procuravam emprego aumentaram em todos os níveis de habilitações embora esse aumento tenha sido de 50%, no que respeita aos indivíduos com o ensino básico, enquanto nos restantes níveis de habilitações o número de indivíduos tenha duplicado.

Por outro lado, enquanto os inativos disponíveis que não procuram emprego com o ensino básico diminuíram sempre, a partir daí, no que se refere aos níveis de habilitações mais elevados, o número destes inativos cresceu novamente, entre 2014 e 2015. Assim, o número de indivíduos desta categoria de inativos com o ensino superior, em 2016 era aproximadamente o mesmo que em 2013.

Gráfico 33 - Evolução da população inativa disponível que não procura emprego por níveis de habilitações



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

2.3. Emprego e desemprego

2.3.1. Emprego

2.3.1.1. Emprego e taxas de emprego

Em 2016, a população empregada totalizava 4.383,5 mil pessoas, o que significou um aumento de 1,2% (cerca de + 53,9 mil pessoas) relativamente a 2015. Assim, depois de ter decrescido em cerca de - 218,7 mil entre 2008 e 2010, e em cerca de -294,4 mil indivíduos entre 2011 e 2013 o emprego aumentou, nos últimos três anos, em cerca de +162,1 mil pessoas.

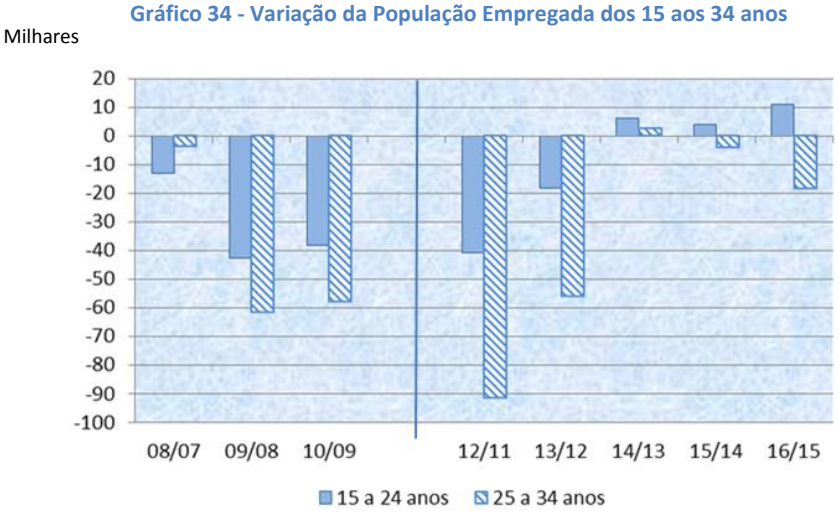
Em 2016, os homens representavam 51,3% da população empregada. O aumento do emprego verificado no último ano foi quase equivalente para ambos os sexos mas, ao longo do período em análise, a população empregada masculina diminuiu mais do que a população feminina e, entre 2013 e 2015, aumentou percentualmente menos.

- **Por escalões etários**

No que se refere à população empregada no período em análise por grupos etários, entre 2015 e 2016, o escalão que percentualmente mas cresceu foi o dos indivíduos entre os 55 e os 64 anos (+5,2%, que corresponde a cerca de mais 33,3 mil pessoas) seguido pelo escalão dos 15 aos 24 anos (+4,2%, ou seja, mais cerca de 11 mil pessoas O escalão dos 25 aos 34 anos foi o único escalão até aos 65 anos que registou um decréscimo relativamente ao ano anterior (-2,1%, ou seja, -18,5 mil pessoas).

De facto, quer entre 2007 e 2010 quer entre 2011 e 2016, o emprego aumentou nos escalões etários entre os 45 e os 64 anos. No escalão entre 35 aos 44 anos registou apenas um ligeiro decréscimo, entre 2007 e 2010. Já no que se refere ao escalão dos 15 aos 24 anos a população empregada diminuiu em cerca de -93,8 mil pessoas entre 2007 e 2010 e em cerca de -38 mil pessoas entre 2011 e 2016 (tendo decrescido em cerca de -58,9 mil até 2013 e aumentado em +20,9 mil nos anos seguintes). O escalão entre os 25 e os 34 anos foi o que registou os decréscimos mais acentuados, quer entre 2007 e 2010 (cerca de - 123,5 mil pessoas) quer entre 2011 e 2016 (-167,6 mil pessoas). de facto, ao longo de toda a série, o emprego neste escalão etário só registou um acréscimo (ligeiro) entre 2013 e 2014.

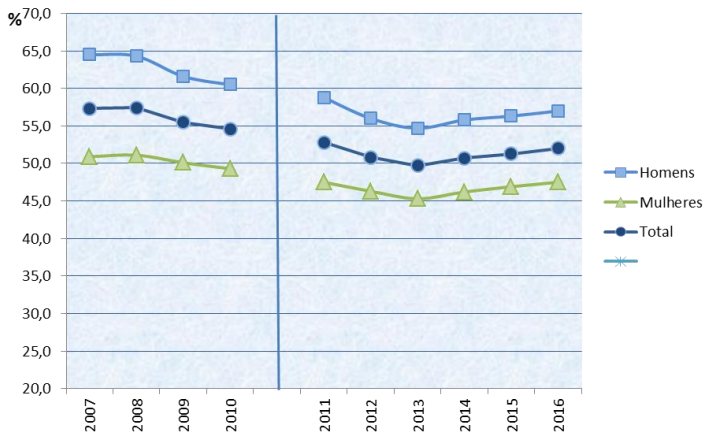
Gráfico 34 - Variação da População Empregada dos 15 aos 34 anos



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Em 2016, no Continente, a taxa de emprego era de 52%. A taxa de emprego masculina era cerca de 10 p.p. mais alta do que a feminina. Entre 2007 e 2013 a taxa de emprego diminuiu sempre, tendo a partir daí aumentado até um valor muito próximo do verificado em 2011. A taxa de emprego por sexo evoluiu de forma muito semelhante mas a taxa de emprego masculina diminuiu mais.

Gráfico 35 - Taxa de Emprego por sexo



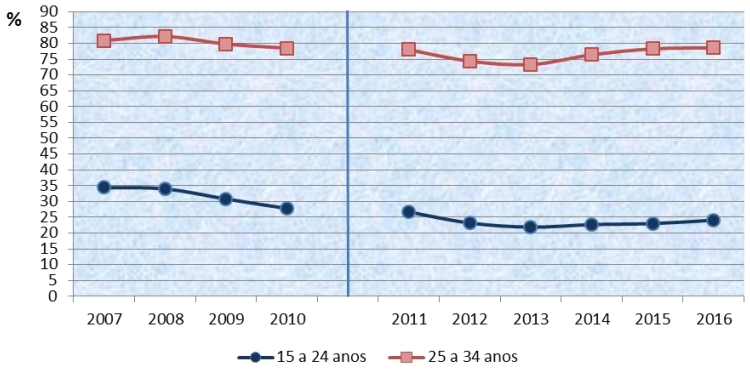
Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

A análise das taxas de emprego por escalões etários permite constatar que, em todos os escalões até aos 65 anos, a taxa de emprego aumentou a partir de 2013. Contudo, em 2016, nos escalões acima dos 44 anos

a taxa ultrapassou os valores registados em 2011. Já no escalão dos 25 aos 34 anos, o valor da taxa é equivalente ao registado em 2011 e, no escalão mais jovem 2,6 p.p. mais baixa.

Apesar do decréscimo verificado no número de empregados no escalão entre os 25 e os 34 anos, entre 2013 e 2016, a taxa de emprego neste escalão cresceu em +5,3 p.p., neste período.

Gráfico 36 - Evolução a taxa de emprego nos escalões dos 15 aos 34 anos

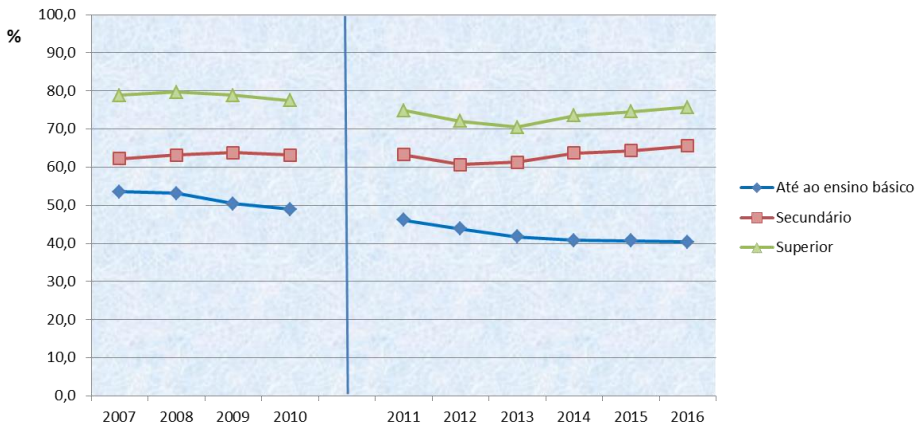


Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

- **Por níveis de escolaridade**

Em 2016, a população empregada com até o ensino básico representava 47,8% do total de empregados, a população empregada com o ensino secundário 25,9% e a população empregada com o ensino superior, 26,3%. Entre 2015 e 2016 a população empregada com o ensino básico diminuiu em cerca de -51,8 mil pessoas, a população empregada com o ensino secundário aumentou em cerca de +47,2 mil pessoas e a população empregada com o ensino superior em cerca de +58,5 mil pessoas.

Gráfico 37 - Taxas de emprego por nível de escolaridade



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Tal como a taxa de atividade, a taxa de emprego é tanto mais elevada quanto mais elevado é o nível de escolaridade. Entre 2007 e 2016, a taxa de emprego dos indivíduos com até o ensino básico diminuiu sempre, num total de cerca de 13,1 p.p. Já a taxa de emprego dos indivíduos com o ensino secundário cresceu, praticamente ao longo de toda a série, num total de 3,4 p.p. Quanto à taxa de emprego dos indivíduos com o ensino superior esta decresceu, entre 2008 e 2010 e sobretudo entre 2011 e 2013, mas aumentou acentuadamente nos 3 últimos anos seguintes situando-se, em 2016, num valor mais elevado do que em 2011.

A taxa de emprego masculina era mais elevada do que a feminina em todos os níveis de escolaridade mas essa diferença esbatia-se à medida que aumentava o nível de escolaridade.

- **Por regiões**

Em 2016, o Norte era a região com maior número de pessoas empregadas, seguido pela região de Lisboa e depois pela região Centro. Entre 2015 e 2016 o emprego cresceu 1,3% no Norte, 2,3% em Lisboa e 4,9% no Algarve e diminuiu, embora ligeiramente, no Centro (-0,3%) e no Alentejo (-0,5%)

No que respeita às taxas de emprego, em 2016, a região com a taxa de emprego mais elevada era o Algarve, seguindo-se a região Centro e depois Lisboa. No último ano o Algarve foi também a região onde a taxa de emprego mais cresceu, tendo decrescido apenas na região Centro.

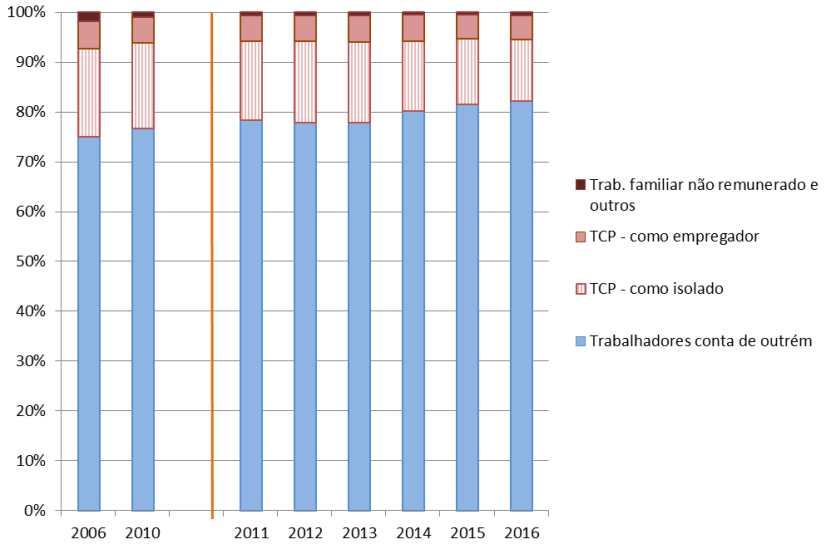
No que respeita à evolução da população empregada entre o 2º e o 4º trimestre de 2016, não existem grandes diferenças a assinalar. Refira-se apenas que, enquanto em termos anuais, o aumento do emprego foi muito equilibrado entre sexos, entre o 2º e o 4º trimestre de 2016 o crescimento das mulheres empregadas foi quase duas vezes maior do que o dos homens.

2.3.1.2. População empregada por situação na profissão

Das 4.383,5 mil pessoas que estavam empregadas, em 2016, cerca de 3.600,9 mil trabalhavam por conta de outrem (representando 82,1% do total), 754,9 mil trabalhavam por conta própria (17,2% do total) e 27,7 mil (0,6%) eram trabalhadores familiares não remunerados e outros. Cerca de 76,6% dos trabalhadores por conta própria (TCP) trabalhavam isoladamente.

Entre 2015 e 2016, os trabalhadores por conta de outrem (TCO) aumentaram e os trabalhadores por conta própria diminuíram, tal como vinha acontecendo desde 2013. Assim, o peso dos TCO, que cresceu sempre, desde o início da série, acentuou-se, nos 3 últimos anos.

Gráfico 38 - Evolução da População Empregada por situação na profissão

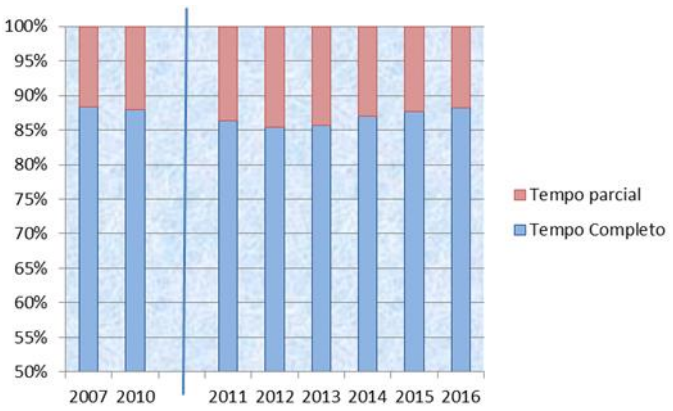


Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

2.3.1.3.População empregada por tempo de duração de trabalho

Segundo o Inquérito ao Emprego do INE, em 2016, 88,2% da população empregada trabalhava a tempo completo. Relativamente ao ano anterior, esta categoria de empregados cresceu 1,8% enquanto a população empregada a tempo parcial diminuía em quase o dobro (3%).

Gráfico 39 - Percentagem da população empregada por tempo de duração do trabalho

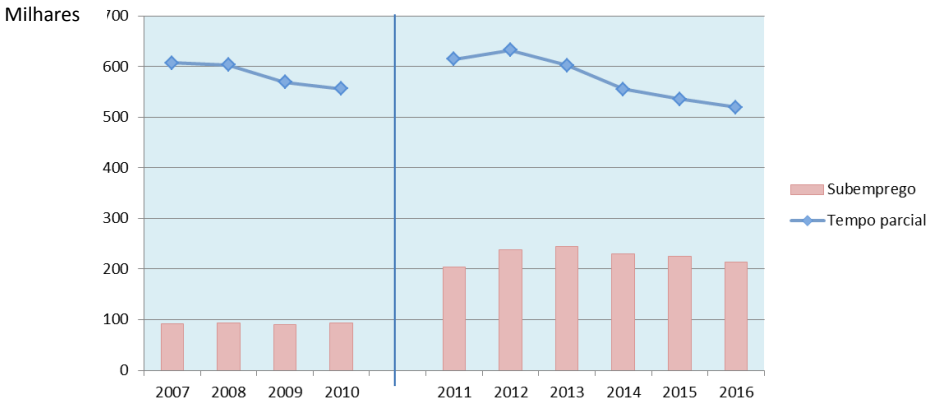


Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

De facto, a população empregada a tempo parcial decresceu ao longo de praticamente toda a série, embora o seu peso tenha aumentado, entre 2011 e 2013, devido ao decréscimo dos empregados a tempo completo.

Em 2016, as mulheres representavam 63% dos trabalhadores a tempo parcial e 45,6% dos trabalhadores a tempo completo, peso muito semelhante ao que tinham no início da série (64,7% e 44,1%, respetivamente).

Gráfico 40 - Evolução do emprego a tempo parcial e do subemprego a tempo parcial 2007-2016



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Em 2016, havia 214,2 mil pessoas que trabalhavam a tempo parcial mas que estavam disponíveis para trabalhar mais horas, ou sejam, que estavam numa situação de subemprego. Os trabalhadores subempregados constituíam, assim, 41,2% do total dos trabalhadores a tempo parcial. Entre 2015 e 2016, o seu número diminuiu em cerca de -10,7 mil pessoas, o que significou um decréscimo de 4,8%.

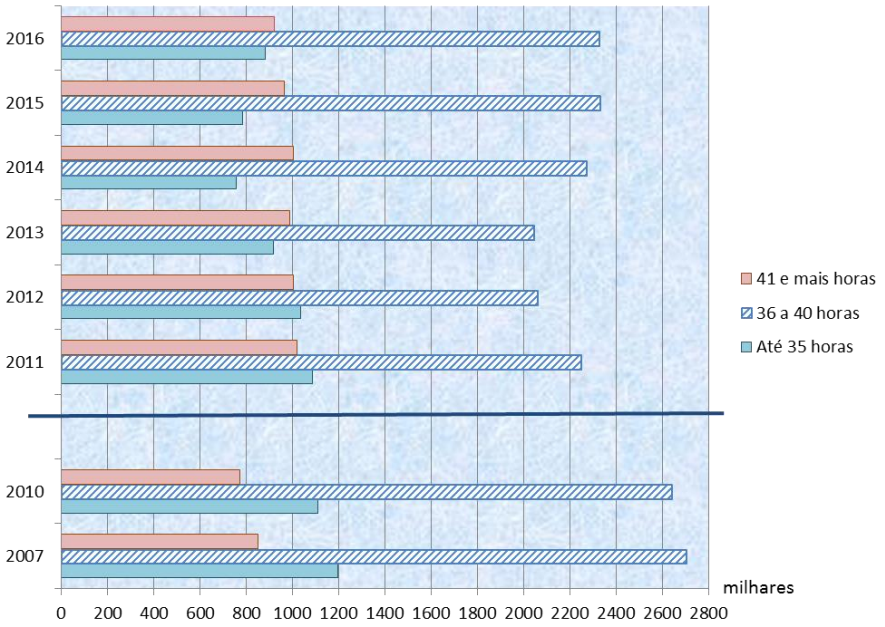
O subemprego dos trabalhadores a tempo parcial cresceu consideravelmente, a partir de 2011, tendo o seu peso, no total dos trabalhadores a tempo parcial aumentado, entre 2011 e 2015, de 33,2% para 42%, uma vez que, ao contrário do total dos trabalhadores a tempo parcial, que começaram a diminuir em 2012, o seu número aumentou até 2013 e depois, até 2015, diminuiu menos.

- **Por escalão de duração semanal de trabalho**

Em 2016, cerca de 53% da população empregada trabalhava habitualmente entre 36 a 40 horas, 20,2% trabalhava habitualmente até 35 horas e 21% trabalhava 41 e mais horas.

Entre 2015 e 2016 o número de indivíduos empregados que trabalhava até 35 horas aumentou em cerca de 97,7 mil pessoas enquanto o número dos que trabalhavam mais do que 35 horas decrescia, sobretudo a categoria dos que trabalhavam 41 e mais horas (-43,1 mil pessoas)

Gráfico 41 - População empregada por escalão de duração semanal habitual de trabalho



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

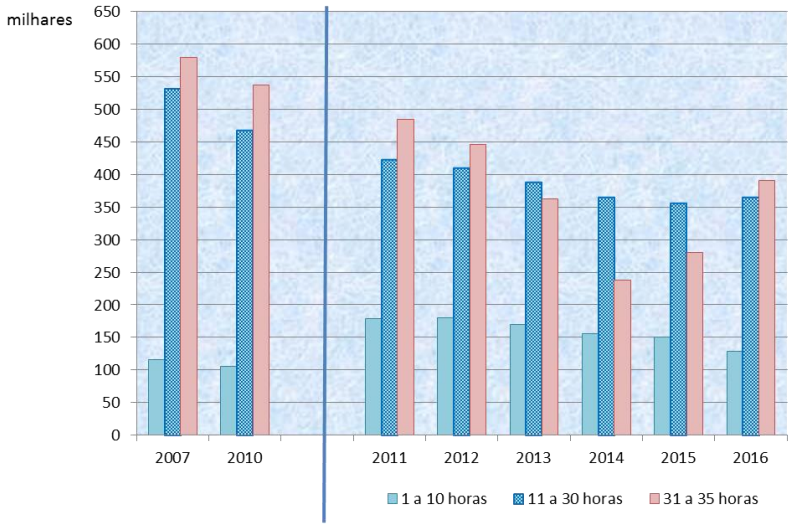
Entre 2007 e 2010 o emprego diminuiu em todas as categorias, sendo que esse decréscimo foi particularmente acentuado na categoria dos que trabalhavam até 35 horas (- 88,4 mil pessoas), seguindo-se-lhe a categoria dos que trabalhavam 41 h ou mais horas (-78 mil pessoas). A categoria dos que trabalhavam habitualmente entre 36 a 40 horas diminuiu em cerca de -62,2 mil pessoas.

Entre 2011 e 2016, a população empregada que trabalhava até 35 horas diminuiu em cerca de 202,4 mil pessoas, (diminuiu em -328,1 mil até 2014 e aumentou depois em cerca de 125,7 mil). Quanto à população empregada que trabalhava 41 ou mais horas, o seu número decresceu sempre, num total de cerca de menos 99,8 mil pessoas. Já no que se refere à população empregada que trabalhava entre as 36 e as 40 horas, esta aumentou em cerca de +75,3 mil pessoas, considerando que, depois de diminuir, até 2013, em cerca de 205,1 mil pessoas cresceu, a partir daí, sempre, entre 2011 e 2015 em cerca de 280,4 mil pessoas.

Analisando, de forma mais detalhada, os indivíduos que trabalham habitualmente até 35 horas verifica-se que, em 2016, os que trabalhavam habitualmente entre as 31 a 35 horas representavam 8,9% do total dos empregados, os que trabalhavam de 11 a 30 horas representavam 8,3%, e os que trabalhavam 1 a 10 hora,

2,9%. Relativamente a 2015, esta última subcategoria diminuiu enquanto as outras duas cresciam, tendo subcategoria dos que trabalhavam entre as 31 e as 35 horas aumentado em quase 40%.

Gráfico 42 - Emprego por escalão de duração habitual de trabalho até 35 horas



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Entre 2011 e 2016, tal como entre 2007 e 2010, o emprego diminuiu em todas estas subcategorias. Contudo, enquanto as outras decresceram sempre, no que se refere aos empregados que trabalhavam entre 31 a 35 horas o seu número aumentou, em cerca de +152,5 mil pessoas, a partir de 2013, depois de ter decrescido em cerca de -246,1 mil entre 2011 e 2013.

No que se refere às diferenças entre sexos, as mulheres constituíam mais de 60% dos que trabalhavam até às 35 horas ao longo de toda a série enquanto os homens se mantiveram maioritários nas restantes categorias, constituindo mais de 60% dos que trabalhavam 41 e mais horas.

- **Por tipo de horário de trabalho**

Em 2016, 41,8% da população empregada (cerca de 1.831,6 mil pessoas) trabalhava aos sábados, 25,2%, que correspondia a 1.105,4 mil, trabalhava serões e 22,6%, ou seja, cerca de 989,2 mil pessoas, trabalhavam ao domingo. Os que trabalhavam por turnos constituíam cerca de 15,7% (687,1 mil pessoas) e os que trabalhavam noites, 10.9%. Contudo, para 43,9% da população empregada (cerca de 1.924 mil pessoas) o seu horário de trabalho não se incluía em nenhum dos tipos anteriores.

Gráfico 43 - Emprego por tipo de horário de trabalho – serão, noite, sábado e domingo

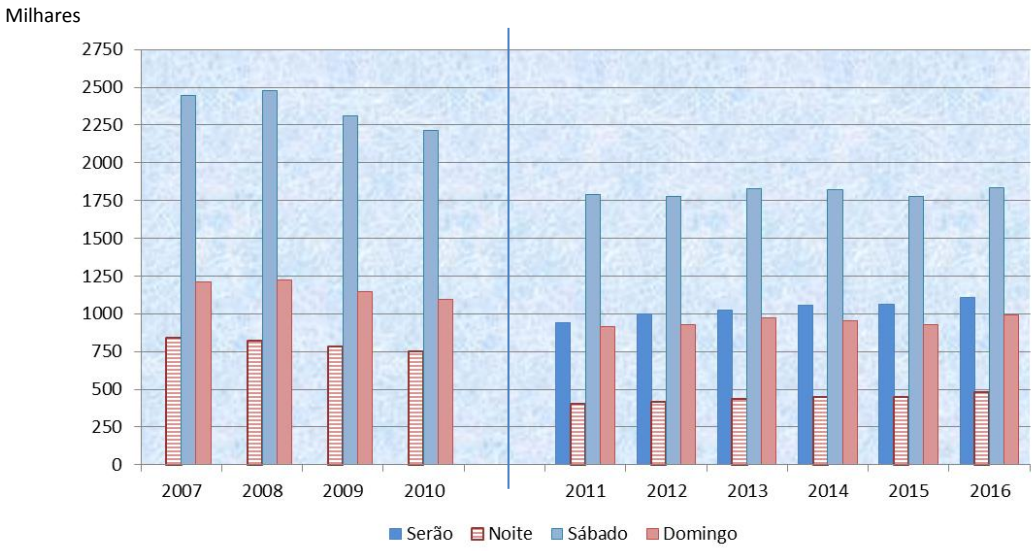


Gráfico 44 - Emprego por tipo de horário de trabalho – turnos

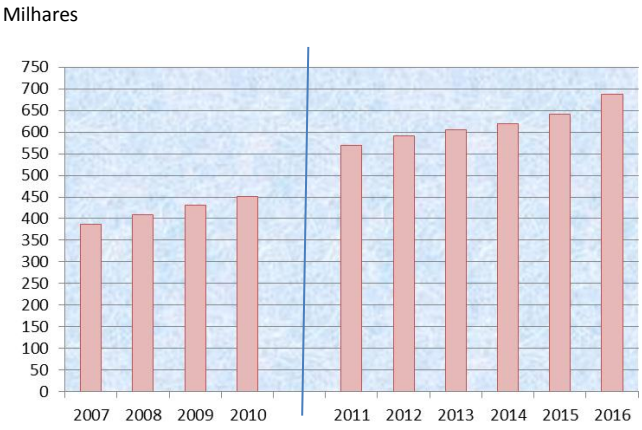
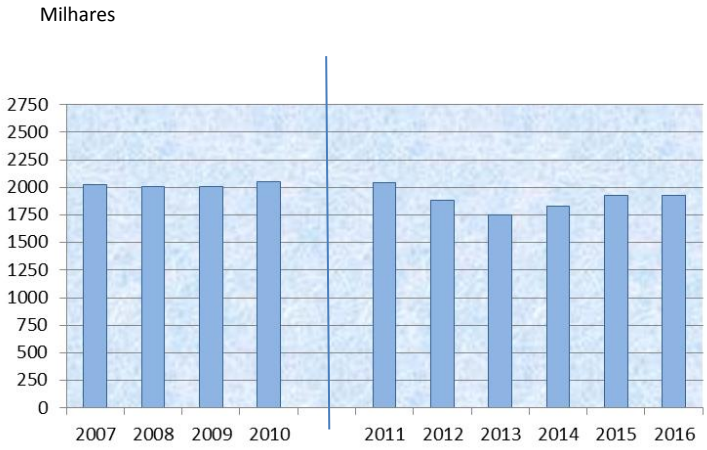


Gráfico 45 - Emprego por tipo de horário de trabalho – nenhum dos anteriores



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Relativamente a 2015, os maiores aumentos em número de trabalhadores registaram-se nos empregos que incluíam trabalhar ao domingo (+60 mil pessoas) e logo a seguir nos empregos que incluíam trabalhar ao sábado (+52,2 mil pessoas). O número de empregados que trabalhava por turnos também cresceu significativamente (+ 45,9 mil pessoas)[13]

Entre 2007 e 2010, a população empregada diminuiu relativamente a todos os tipos de horários de trabalho com exceção do trabalho por turnos, que aumentou. O número de empregados cujo horário de trabalho não se incluía em nenhum dos outros tipos manteve-se muito estável e também aumentou

[13] Estes aumentos são particularmente significativos se tivermos em conta que a população empregada cresceu , neste ano, em cerca de 52,9 mil pessoas

ligeiramente. O decréscimo registado foi especialmente acentuado no que se refere à população empregada que trabalhava ao sábado (-232 mil pessoas) e ao domingo (-118,8 mil indivíduos).

Já entre 2011 e 2016, apesar da população empregada ter diminuído (-132,3 mil), este decréscimo só se repercutiu relativamente aos empregados cujo horário de trabalho não se incluía em nenhum dos outros tipos, que decresceram significativamente (-115,6 mil pessoas). Os aumentos mais acentuados verificaram-se relativamente aos indivíduos que trabalhavam serões (+163,3 mil) e aos que trabalhavam por turnos (+118,6 mil pessoas).

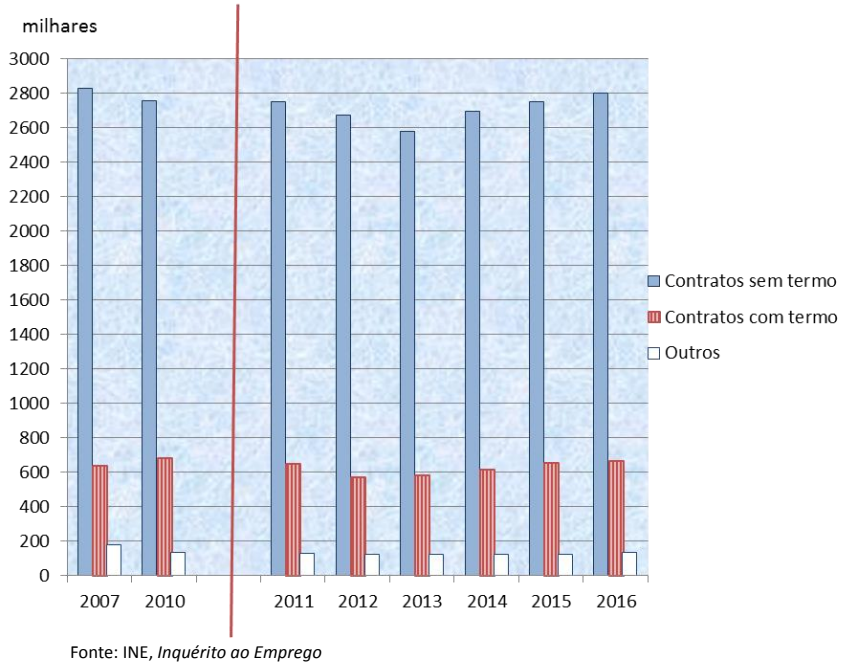
2.3.1.4. Trabalhadores por conta de outrem

- **Por tipo de contrato**

De acordo com os dados do INE, em 2016, 3.600,9 mil trabalhadores eram trabalhadores por conta de outrem. Destes, 77,7, %, representando 2.799 mil pessoas, tinham contratos sem termo e 18,6%, ou seja 669,2 mil pessoas tinham contratos a termo. Para além disso, 132,7 mil TCO tinham outro tipo de contratos.

Entre 2015 e 2016, os TCO cresceram em +71,5 mil pessoas, sendo que destes, 47,8 mil (67%) estabeleceu contratos sem termo, 13,3 mil, ou seja 18,6%, contratos com termo e 10,4 mil trabalhadores (14,5%), outro tipo de contratos.

Gráfico 46 - TCO com contratos a termo e sem termo



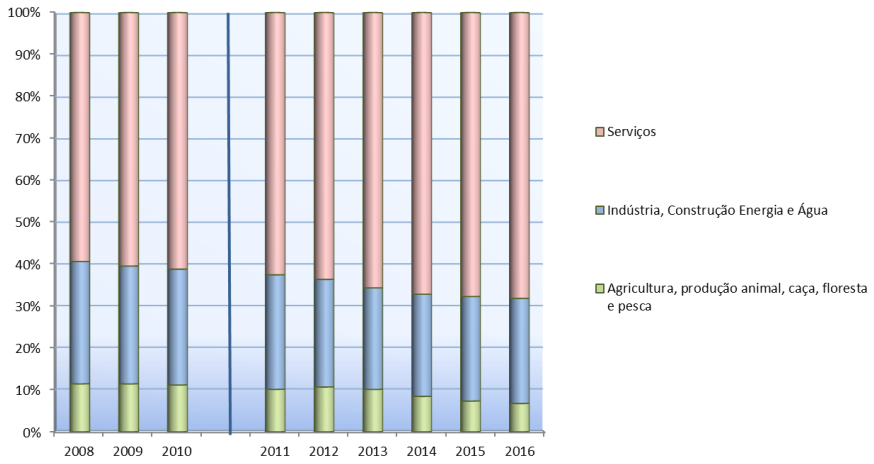
Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Entre 2011 e 2016, os TCO cresceram relativamente a todos os tipos de contrato, tendo os contratados sem termo diminuído acentuadamente entre 2011 e 2013, (em cerca de -171,7 mil pessoas) e a partir daí aumentado, em cerca de +218,8 mil pessoas, e os contratados com termo decrescido em cerca de - 80,9 mil pessoas, entre 2011 e 2012, e depois crescido, em 96,5 mil, até 2016.

2.3.1.5. População empregada por sectores de atividade

Em 2016, os Serviços representavam 68,2% do emprego, a Indústria, construção, energia e água, 25,1% e a Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, 6,7%.

Gráfico 47 - Emprego por grandes sectores de atividade



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

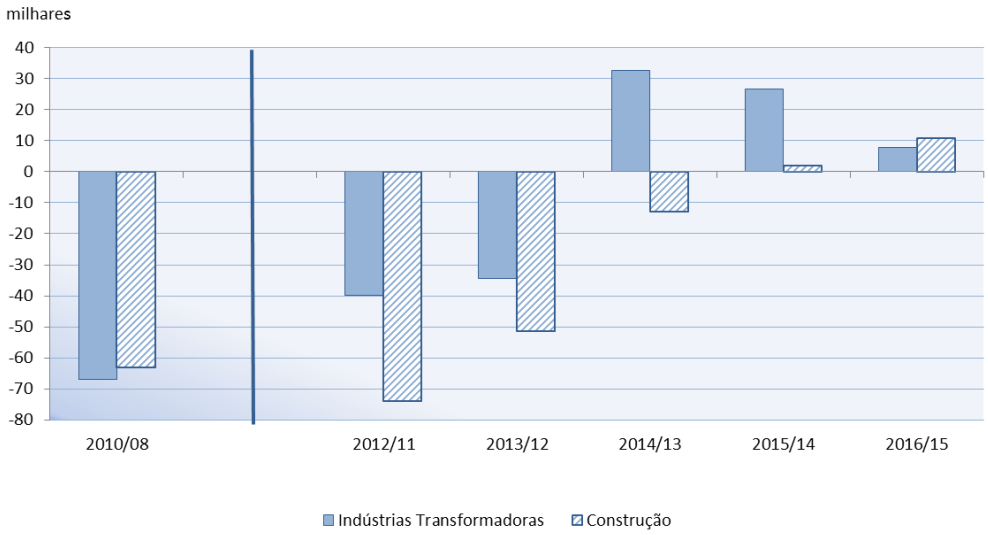
Considerando a estrutura sectorial do emprego desde 2008, verifica-se que o peso do sector dos serviços aumentou sempre. Entre 2011 e 2016, esse crescimento foi de cerca de 5,6 p.p., tendo no mesmo período o peso da I*ndústria, construção, energia e água* decrescido em cerca de 2,2 p.p. e o peso da A*gricultura, produção animal, caça, floresta e pesca,* em cerca de 3,4 p.p.

Analisando a evolução do emprego, o número de empregos na *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* decresceu sempre, desde 2008, tendo diminuído em -37,7 mil indivíduos empregados entre 2008 e 2010, e em -161,5 mil entre 2011 e 2016. No último ano esse decréscimo foi de cerca de -21,8 mil pessoas.

Quanto aos sectores mais significativos no âmbito da *Indústria, construção, energia e água* ou seja, as Industrias Transformadoras e a Construção, foram estes os sectores que mais perderam trabalhadores,

entre 2008 e 2010 (-66,8 mil pessoas nas Industrias Transformadora e -63,1 mil na Construção). Esse decréscimo foi ainda mais acentuado nos anos seguintes, tendo as Industrias Transformadoras registado um decréscimo de -74,4 mil trabalhadores entre 2011 e 2013 e a Construção registado uma diminuição de cerca de -137,7 mil, entre 2011 e 2014.

Gráfico 48 - Variação do emprego nas Indústrias Transformadoras e na Construção



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

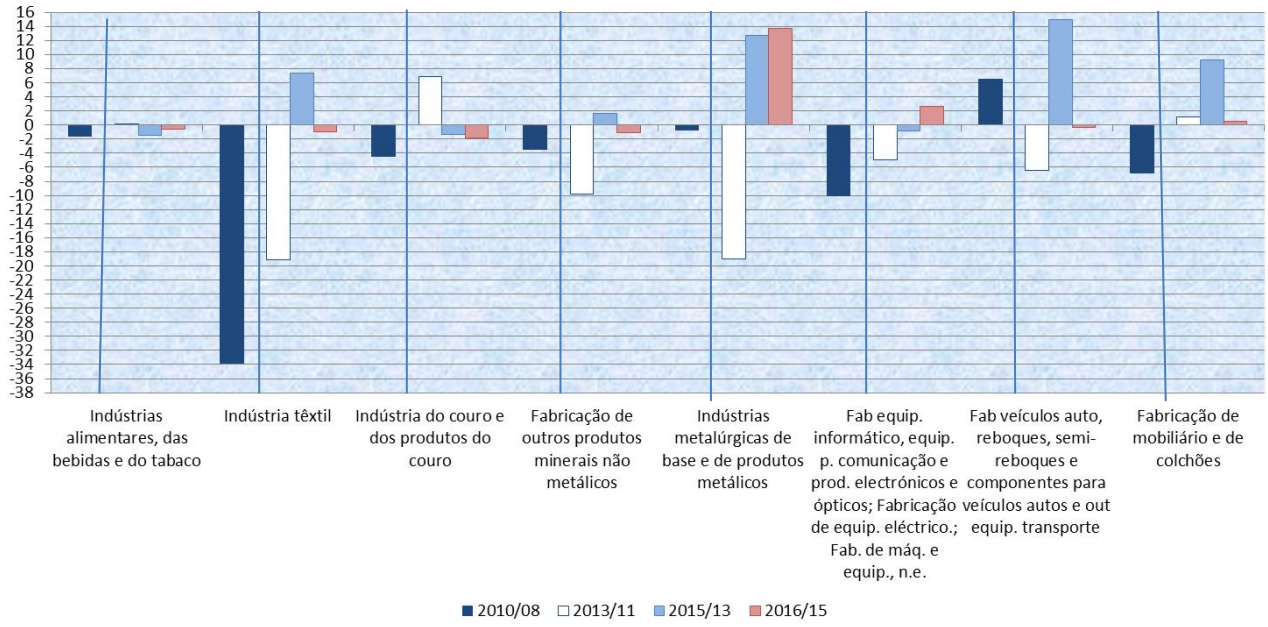
Contudo, entre 2013 e 2016, o emprego nas Industrias Transformadoras cresceu em +66,8 mil trabalhadores (+7,7 mil entre 2015 e 2016) e, o emprego na Construção, em +12,9 mil indivíduos, a partir de 2014 (+10,9 mil no último ano).

No que se refere aos subsectores das Indústrias Transformadoras mais representativos em termos de emprego, entre 2008 e 2010, todos registaram decréscimos, exceto o subsector da F*abricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e componentes para veículos automóveis e outro equipamento de transporte*, que aumentou ligeiramente. A I*ndústria têxtil* foi o subsector que mais diminuiu em volume de emprego (cerca de -33,8 mil pessoas).

Entre 2011 e 2013, o emprego continuou a diminuir em todos os principais subsectores das Industrias Transformadoras exceto na *Indústria do couro e dos produtos do couro.* Em contrapartida, entre 2013 e 2015, cresceu em quase todos eles. Entre 2015 e 2016, o único aumento significativo verificou-se nas I*ndústrias metalúrgicas de base e dos produtos metálicos.*

Gráfico 49 - Variação do emprego por subsectores das Indústrias Transformadoras

Milhares

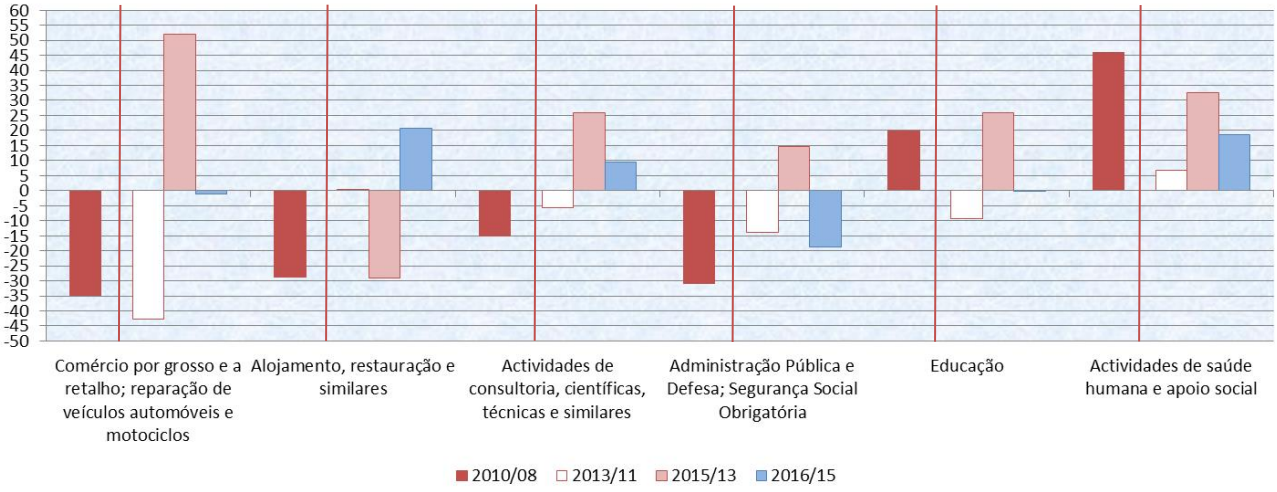


Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Analisando a evolução do emprego no que se refere aos sectores mais representativos dos Serviços, sobressai o sector das *Atividades de saúde humana e apoio social* em que o emprego cresceu praticamente sempre, desde o início da série, tendo aumentado em +45,8 mil pessoas entre 2008 e 2010 e em +57,7 mil entre 2011 e 2016. (cerca de +18,5 mil pessoas no último ano).

Milhares

Gráfico 50 - Variação do emprego nos serviços



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Na Educação o emprego também cresceu, entre 2008 e 2010 (cerca de +19, 8 mil trabalhadores) e embora tenha registado um decréscimo, entre 2011 e 2013 voltou depois a crescer significativamente. Assim, aumentou em cerca de +16,2 mil pessoas entre 2011 e 2016. No sector das A*tividades de consultoria, cientificas, técnicas e similares,* que sofreu um decréscimo entre 2008 e 2010 e depois nova diminuição, ainda que ligeira, entre 2011 e 2013, nos últimos três anos o emprego aumentou. Entre 2011 e 2016 esse aumento foi de quase +30 mil pessoas.

O sector do *Comércio por grosso e a retalho, reparação e veículos automóveis e motociclos* foi o sector que sofreu maior redução em termos de trabalhadores, entre 2008 e 2010 (cerca de - 34, 7 mil trabalhadores) e também entre 2011 e 2013 (-42,6 mil trabalhadores) mas, entre 2013 e 2015 foi também o sector onde o emprego mais cresceu. Assim, registou, entre 2011 e 2016 um acréscimo de cerca de +8,2 mil trabalhadores. Quanto ao A*lojamento, restauração e similares*, perdeu cerca de 28,8 mil indivíduos entre 2008 e 2010 e depois mais 29 mil entre 2011 e 2015. No último ano foi contudo o sector que mais aumentou, em termos de emprego (+20,8 mil trabalhadores). Já no que se refere ao sector da A*dministração pública, defesa e segurança social obrigatória,* este foi, logo a seguir ao *Comércio,* o sector que mais reduziu em número de trabalhadores entre 2008 e 2010 (-31 mil pessoas) e mesmo a partir de 2011 apenas registou algum crescimento entre 2013 e 2015, tendo registado um decréscimo de – 18,7 mil trabalhadores no último ano. Assim, entre 2011 e 2016, o emprego neste sector diminuiu em cerca de -18,1 mil trabalhadores.

No que se refere à evolução por subsectores dos Serviços refira-se que, a evolução é muito semelhante nos subsectores do Comércio embora no subsector do Comércio a retalho o decréscimo de emprego tenha sido mais acentuado, entre 2008 e 2010. Foi contudo também este subsector que registou o maior aumento, a partir de 2013.

Nos subsectores do Alojamento e restauração, a diminuição do emprego, entre 2008 e 2010, respeitou sobretudo ao subsector da restauração e similares que depois cresceu, entre 2011 e 2013 para voltar a diminuir nos dois anos seguintes, exatamente o oposto do que se verificou no subsector do Alojamento. Dos 20,8 mil indivíduos que integraram o sector entre 2015 e 2016 aproximadamente 1/3 (+15,4 mil) enquadraram-se no subsector da restauração e similares.

Gráfico 51 - Variação do emprego nos subsectores do Comércio

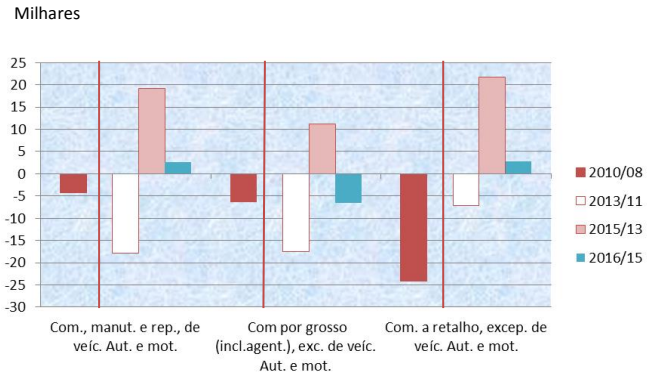
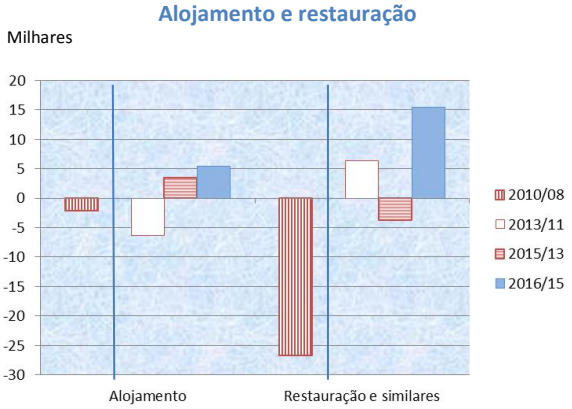


Gráfico 52 - Variação do emprego nos subsectores do Alojamento e restauração



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

No sector das Atividades de consultoria, cientificas, técnicas e similares, destacam-se os subsectores das Atividades das sedes sociais e de consultoria para a gestão, em que o emprego diminuiu apenas ligeiramente entre 2011 e 2013 e sobretudo o subsector das Atividades jurídicas e de contabilidade que, tendo decrescido em cerca de -11,8 mil pessoas, entre 2008 e 2010 foi responsável por cerca de metade do aumento no emprego no sector entre 2011 e 2016.

EMPREGO NAS ATIVIDADES RELACIONADAS COM O TURISMO

Embora uma parte substancial das atividades do Turismo se enquadre no sector do *Alojamento e restauração*, há um conjunto de outras atividades, classificadas, segundo a CAE, noutros sectores de atividade, mas igualmente relacionadas com o Turismo, como por exemplo: os *Transportes aéreos*; as *atividades de aluguer* e as *atividades das agências de viagem, operadores turísticos*, etc. ou mesmo uma parte das *atividades de saúde humana*. [14]

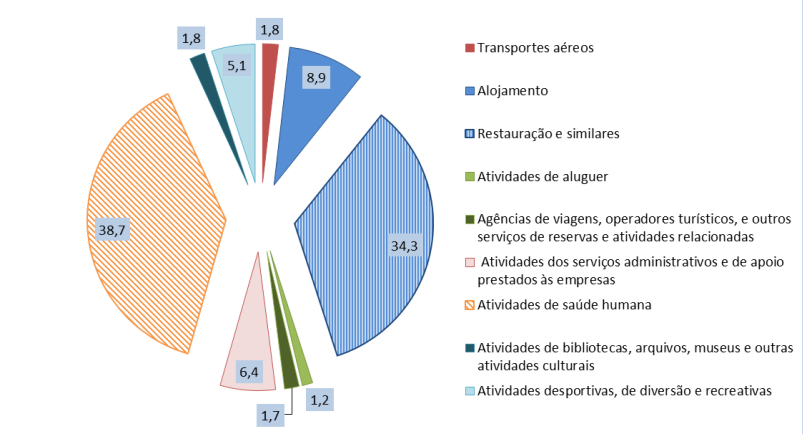
Considerando o dinamismo do sector do Turismo nos últimos anos, procurou-se assim analisar a evolução do emprego no conjunto de atividades consideradas como relacionadas com esse sector, entre 2011 e 2016.

Em 2016, as atividades consideradas relacionadas com o Turismo empregavam cerca de 603,6 mil pessoas, representando 13,8% do total do emprego. Os subsectores com maior expressão neste universo eram, em primeiro lugar o subsector da *saúde humana*, que abrangia 38,7% do total da população empregada

[14] As atividades classificadas como "relacionadas com o Turismo" consideradas nesta análise, foram disponibilizadas pelo INE e posteriormente confirmadas pela Confederação do Turismo de Portugal. A inclusão deste conjunto de sectores como "Turismo" levantou dúvidas por parte de diversos membros do CRL, que deverão ser clarificadas em sede própria.

relacionada com o Turismo, seguida pelo subsector da *restauração e similares* (34,3%), e depois pelos subsectores do *Alojamento* (8,9%), das *Atividades dos serviços administrativos e de apoio às empresas* (6,4%) e das *Atividades desportivas, de diversão e recreativas* (5,1%).

Gráfico 53 - Estrutura do emprego nas atividades relacionadas com o Turismo - 2016

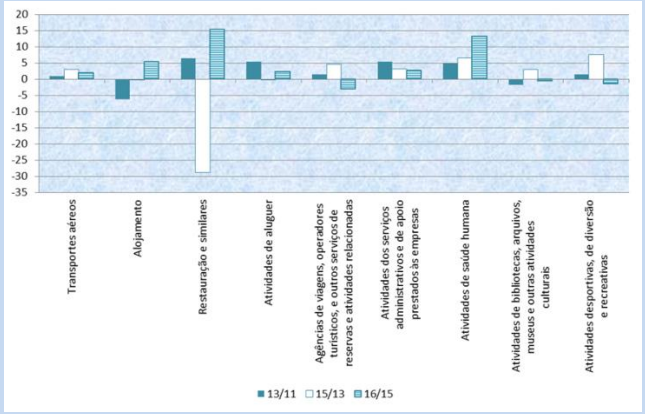


Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Uma análise mais detalhada do sector do Turismo, em 2016, permite evidenciar, em termos homólogos, uma acentuada variação positiva do emprego no subsector da *Restauração e similares* (+15,4%), que nos anos anteriores sofrera uma notória quebra no emprego, e no subsector das *Atividades de saúde humana* (+13,2%), onde desde 2011 o emprego tem vindo a crescer de forma progressiva. Por outro lado, em 2016, o subsector das *Agências de viagens, operadores turísticos e outros serviços de reservas e atividades relacionadas* sofreu uma quebra de -3,1% face ao período homólogo, contrariando, assim, a anterior tendência de crescimento do emprego neste tipo de atividades.

Gráfico 54 – Variação do emprego nas atividades relacionadas com o Turismo – 2011-2016

Milhares



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

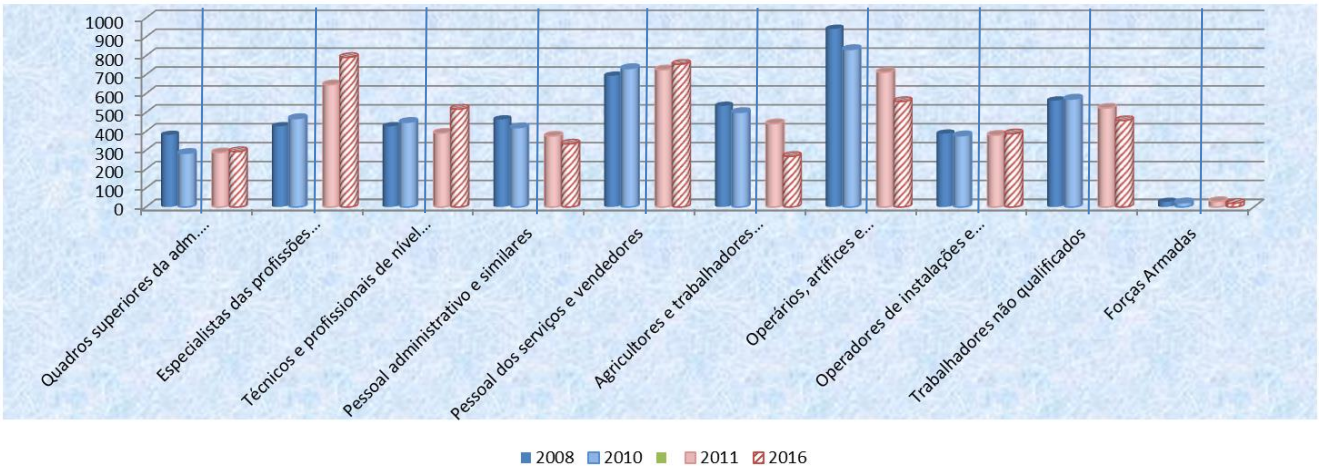
2.3.1.6. População empregada por grupos profissionais

Em 2016, como já em 2015, o grupo profissional mais representativo em termos da população empregada era o dos Especialistas das profissões intelectuais e científicas, que representava 18,1% das pessoas empregadas, seguido pelo Pessoal dos serviços e vendedores que constituía 17,2% do total; dos Operários, artífices e trabalhadores similares (12,7%) e dos Técnicos e profissionais de nível intermédio (11,8%).

O peso dos diferentes grupos profissionais alterou-se muito significativamente desde 2007. Assim, os Especialistas das profissões intelectuais e científicas cresceram sempre e significativamente, ao longo da série, tendo o seu peso em termos de população empregada crescido 3,8 p.p. entre 2011 e 2016. O mesmo se verificou com o grupo dos Técnicos e profissionais de nível intermédio, cujo peso aumentou, nesses mesmos seis anos, em 3,1 p.p. Já o Pessoal dos serviços e vendedores tem registado pequenas flutuações anuais, tendo crescido, percentualmente, no último ano.

Gráfico 55 - Evolução do emprego por grupos profissionais

Milhares



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Em contrapartida, houve um conjunto de grupos profissionais que diminuiu sempre, ao longo da série: o grupo dos Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas (-3,7 p.p. entre 2011 e 1016); os Operários, artífices e trabalhadores similares, cujo peso decresceu, no mesmo período, em -3,1 p.p. (sobretudo devido ao decréscimo verificado entre 2011 e 2013); os Trabalhadores não Qualificados, (-1,2

p.p.) e o Pessoal Administrativos e trabalhadores similares (que constituía 8,3% do total dos empregados em 2011 e 7,6%, em 2016).

Já os grupos dos Operários de Instalações e máquinas e trabalhadores de montagem e os Quadros superiores da administração pública, dirigente e quadros superiores de empresa mantiveram-se estáveis, nos últimos seis anos, embora o primeiro evidencie uma leve tendência de crescimento.

2.3.1.7. Evolução da população empregada entre o 2º e o 4º trimestre de 2016

No que respeita à evolução da população empregada entre o 2º e o 4º trimestre de 2016, não existem grandes diferenças a assinalar. Refira-se apenas que, enquanto em termos anuais, o aumento do emprego foi muito equilibrado entre sexos, entre o 2º e o 4º trimestre de 2016 o crescimento das mulheres empregadas foi quase duas vezes maior do que o dos homens.

Para além disso, enquanto os trabalhadores a tempo parcial diminuíram, entre 2015 e 2016, entre o 2º e o 4º trimestre de 2016 cresceram. Já os TCO com contratos a termo, que aumentaram em termos anuais, registaram um decréscimo, entre o 2º e o 4º trimestre.

2.3.2. Desemprego

2.3.2.1. Desemprego e taxas de desemprego

Segundo o Inquérito ao Emprego do INE, em 2016, 542,7 mil pessoas estavam desempregadas no Continente, menos 68,8 mil do que no ano anterior. Os homens constituíam cerca de 50,4% do total de desempregados, já que o número de mulheres desempregadas decresceu mais, relativamente ao ano anterior.

Depois de um crescimento acentuado, entre 2008 e 2010 (mais cerca de 169,4 mil indivíduos) e entre 2011 e 2013 (+155 mil pessoas) o desemprego diminuiu consecutivamente, entre 2013 e 2016, num total de 268,3 mil pessoas. O maior decréscimo registou-se entre 2013 e 2014 (-124,5 mil desempregados).

Evolução do número de desempregados por sexo

Gráfico 56 - Número de desempregados por sexo

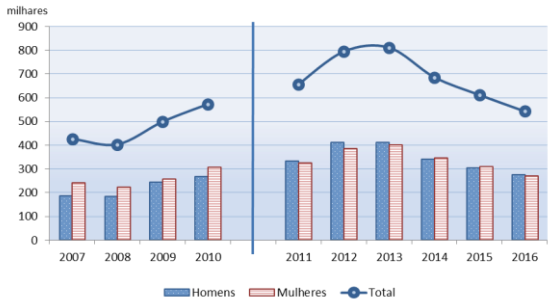
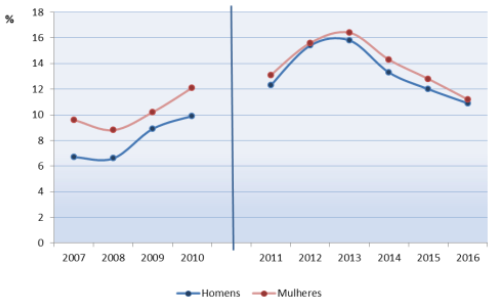


Gráfico 57 - Taxa de desemprego por sexo



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

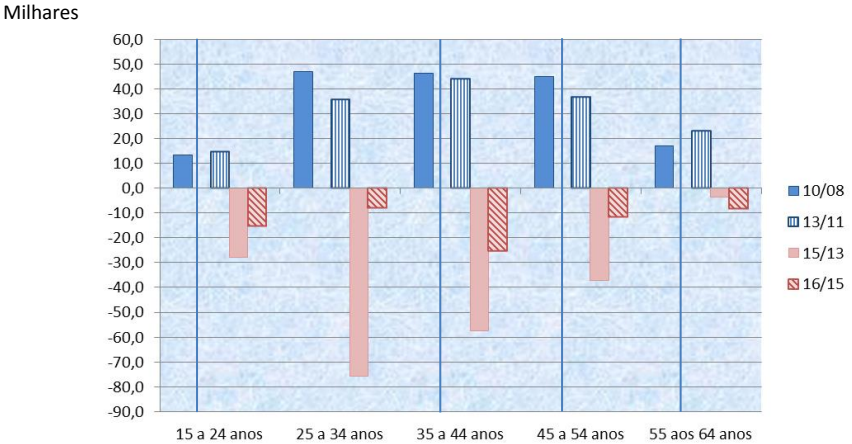
O número de homens e mulheres manteve-se muito próximo desde 2011, embora o peso dos homens se tenha mantido, de uma forma geral, superior ao peso das mulheres.

Em 2016, a taxa de desemprego era de 11%, tendo decrescido cerca de 1,4 p.p. relativamente ao ano anterior. Entre 2007 e 2013, a taxa aumentou de 8,1% para 16,1% e, a partir daí, diminuiu. A taxa de desemprego feminina manteve-se acima da taxa de desemprego masculina durante toda a série mas a diferença tem vindo a atenuar-se nos últimos anos.

- **Por grupos etários**

Analisando o desemprego por grupos etários, em 2016 o escalão etário que reunia maior número de desempregados era o escalão dos 25 aos 34 anos, embora os desempregados com entre 45 e 54 anos fossem em número muito próximo. Em terceiro lugar surgia o escalão dos 35 aos 44 anos.

Gráfico 58 - Variação da população desempregada por grupos etários

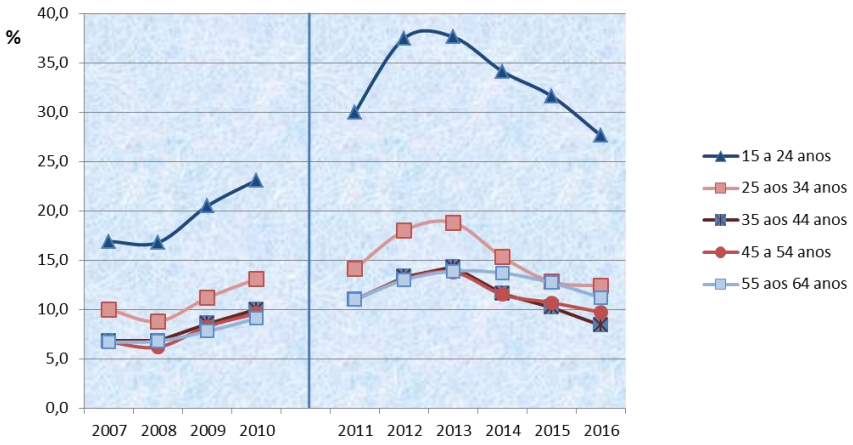


Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Entre 2008 e 2010 o escalão que registou maior aumento do número de desempregados foi o escalão dos 25 aos 34 anos (+46,9 mil desempregados) embora o crescimento do desemprego nos escalões dos 35 aos 44 anos e dos 55 aos 54 anos tenha atingido valores muito semelhantes. O escalão que menos aumentou, neste período, foi o escalão entre os 15 e os 24 anos.

Já entre 2011 e 2013, o desemprego cresceu mais nos escalões entre os 35 e 44 anos e entre os 45 e os 54 anos, embora no escalão dos 25 aos 34 anos tenha crescido também significativamente. Entre 2013 e 2015, o desemprego decresceu em todos os grupos etários, mas este decréscimo foi particularmente acentuado no escalão dos 25 aos 34 anos de tal modo que, em 2015, o número de desempregados neste escalão era menor do que em 2009. Entre 2015 e 2016, contudo, o escalão que mais decresceu em termos de número de empregados foi o escalão dos 35 aos 44 anos (-18%), seguido pelo escalão dos 15 aos 24 anos (-14,6%). De facto o escalão dos 25 aos 34 anos foi o que menos diminuiu.

Gráfico 59 - Taxas de desemprego por escalão etário



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

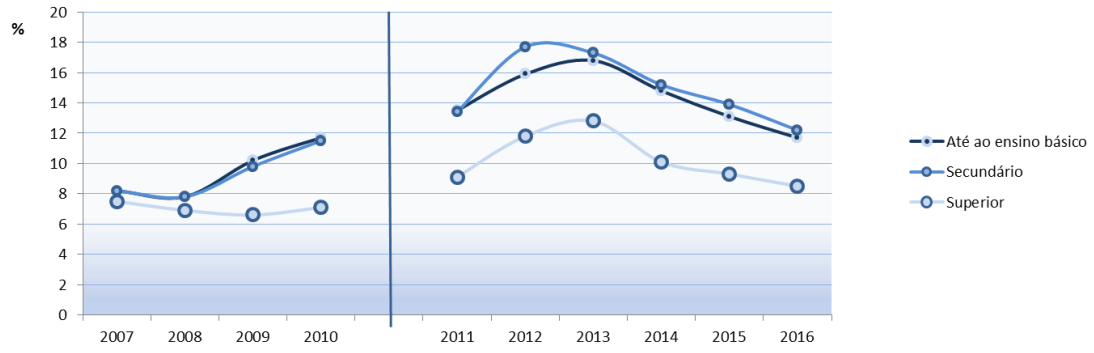
A evolução das taxas de desemprego é muito semelhante, nos diferentes escalões etários, embora a taxa de desemprego nos escalões mais jovens, e sobretudo no escalão dos 15 aos 24 se tenha mantido sempre muito superior e tenha crescido mais, até 2013 mas também, a partir daí, decrescido mais rapidamente. De facto, entre 2013 e 2016, a taxa diminuiu em todos os escalões etários mas tanto mais acentuadamente quando menor o escalão etário.

Entre 2007 e 2010, a taxa de desemprego feminina era superior à masculina nos escalões etários até aos 55 anos e, a partir de 2011, nos escalões a partir dos 45 anos.

- **Por níveis de escolaridade**

Das 542,7 mil pessoas que, em 2016, estavam desempregadas, no Continente, 51,4% tinham até ao ensino básico, 29% tinham o ensino secundário e 19,6%, o ensino superior. Relativamente a 2015, o desemprego diminuiu relativamente a todos os níveis de habilitações, tendo diminuído em -44,5 mil pessoas no que se refere aos indivíduos com até ao ensino básico, em -18,8 mil pessoas, relativamente aos desempregados com o ensino secundário e em -5,5 mil pessoas no que respeita aos indivíduos com o ensino superior.

Gráfico 60 - Taxas de desemprego por níveis de escolaridade



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Em 2016, a taxa de desemprego da população ativa com até o ensino básico era de 11,7%, apenas ligeiramente inferior à taxa de desemprego da população ativa com o ensino secundário que era de 12,2%. A taxa de desemprego da população ativa com o ensino superior era de 8,5%. A taxa de desemprego em 2016, era inferior à registada em 2011 para todos os níveis de habilitações.

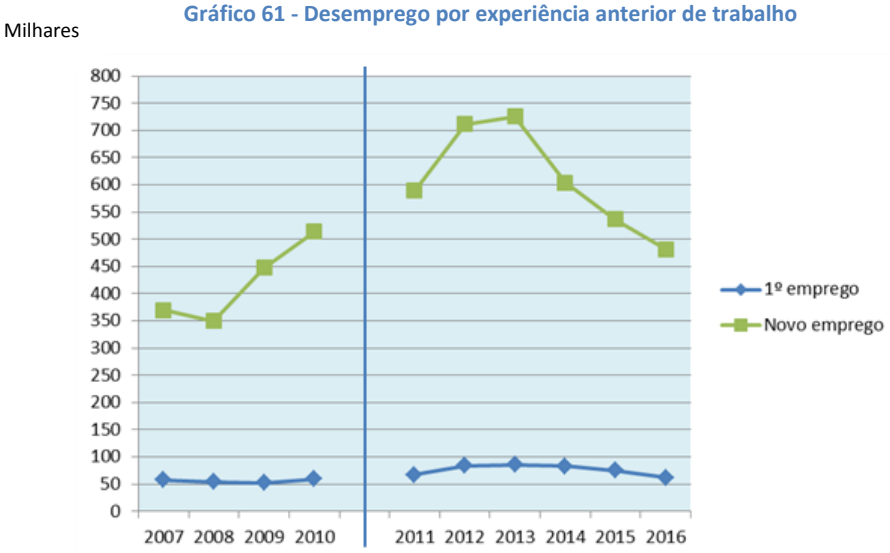
A taxa de desemprego da população ativa com o ensino superior manteve-se bastante inferior à taxa de desemprego para outros níveis de habilitações ao longo de toda a série.

- **Por experiência anterior de trabalho**

Considerando os dados do Inquérito ao Emprego do INE, em 2016, 11,4% da população desempregada, ou seja cerca de 61,6 mil pessoas estavam à procura do 1º emprego e 88,6%, que correspondia a 481,1 mil pessoas estavam à procura de novo emprego. Entre 2015 e 2016 os desempregados à procura do 1º emprego decresceram significativamente e o seu peso no total dos desempregados diminuiu quase 1 p.p.

Entre 2008 e 2010, os desempregados à procura de novo emprego cresceram de tal modo que isso se traduziu num aumento do seu peso relativo em cerca de 3 p.p. Depois, entre 2011 e 2013, o desemprego aumentou em ambas as categorias mas, proporcionalmente, os desempregados à procura do primeiro emprego cresceram mais, enquanto entre 2013 e 2015, o desemprego diminuía sobretudo para os que procuravam novo emprego.

Gráfico 61 - Desemprego por experiência anterior de trabalho



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

O número de mulheres desempregadas à procura do 1º emprego foi superior ao dos homens durante toda a série mas, em 2016, representavam apenas 48% do total desta categoria. Relativamente aos desempregados à procura de novo emprego, os homens foram maioritários entre 2011 e 2013 e, a partir daí passaram a constituir cerca de metade dos desempregados desta categoria.

Relativamente aos diferentes escalões etários, e no que respeita aos desempregados à procura do primeiro emprego, a maioria situava-se naturalmente no escalão dos 15 aos 24 anos (73,5% do total, em 2016) sendo também este o escalão em que o desemprego diminuiu mais acentuadamente, a partir de 2013.

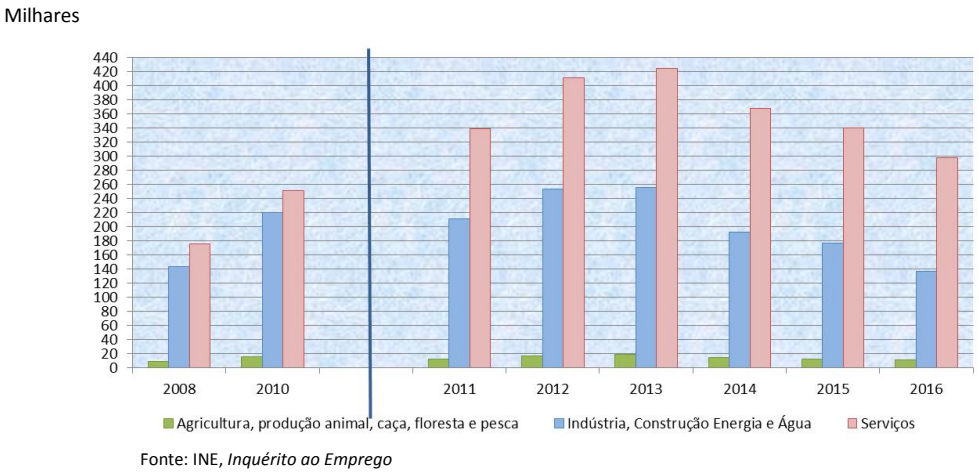
Já no que se refere aos desempregados à procura de novo emprego, o escalão entre os 25 e os 54 anos representava, em 2016, mais de 71% destes desempregados, sendo que o peso do escalão dos 15 aos 24 anos era de cerca de 10,3%.

2.3.2.2. Desempregados à procura de novo emprego

- **Por áreas de atividade**

Em 2016, os desempregados à procura de novo emprego que provinham do sector dos *Serviços* representavam 61,8% do total destes desempregados, ou seja, somavam 297,3 mil pessoas. Já os desempregados oriundos da *Indústria*, *construção*, *energia* e *água*, constituíam 29,2% do total, ou seja cerca de 140 mil pessoas. Quanto aos desempregados provenientes da *agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* eram cerca de 11,3 mil e representavam 1,6%.

Gráfico 62 - Desempregados à procura de novo emprego por áreas de atividade



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

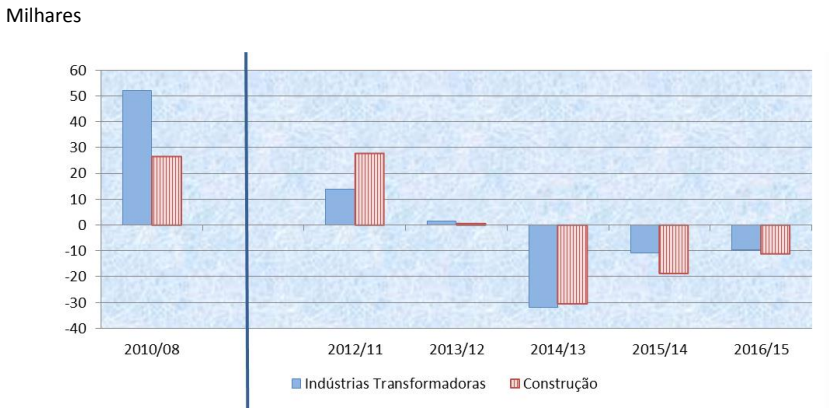
Relativamente a 2015, os desempregados à procura de novo emprego decresceram em todos os sectores de atividade, tendo diminuído em cerca de -36 mil pessoas na *Indústria, construção, energia e água,* em -42,6 mil nos *Serviços* e em cerca de mil *pessoas na Agricultura.*

Entre 2008 e 2010, o número de desempregados aumentou de forma quase equivalente na *Indústria, construção, energia e água* e nos *Serviços* (cerca de +76 mil pessoas) mas entre 2011 e 2013, o número de desempregados dos *Serviços* cresceu quase o dobro dos desempregados da *Indústria, construção, energia e água*. (+84,7 mil pessoas e +44,8 mil, respetivamente) Os desempregados na *agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*, também cresceram, em cerca de +6,5 mil pessoas, em cada um destes períodos. A partir de 2013, o desemprego diminuiu em números muito próximos, nos dois principais sectores (- cerca

de 115 mil desempregados da Industria e -126,2 mil dos Serviços, entre 2013 e 2016), o que se traduziu num decréscimo mais acentuado do desemprego na *Indústria*. A *Agricultura* registou, em 2016, valores de desemprego semelhantes a 2009.

No que se refere aos principais sectores da *Indústria, construção, energia e água,* em 2016 as Indústrias Transformadoras representavam 11,3% dos desempregados à procura de novo emprego e a Construção 7,9%.

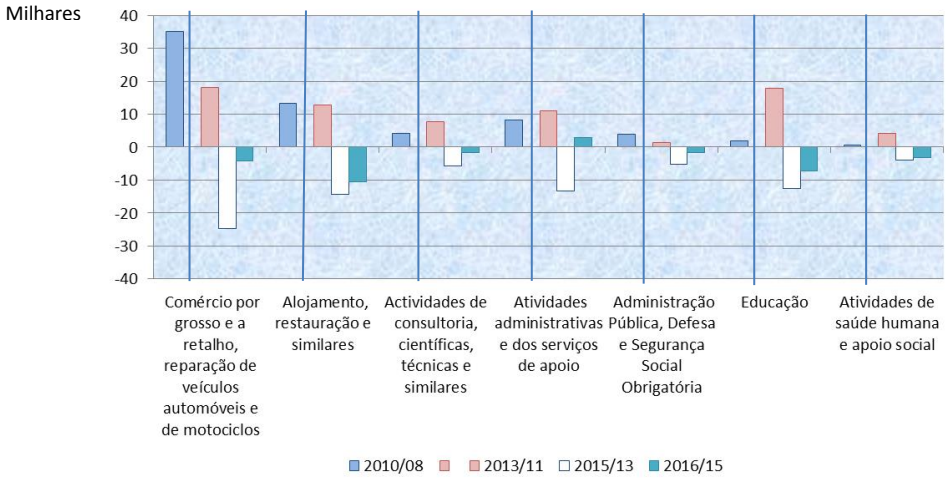
Gráfico 63 - Variação do número de desempregados à procura de novo emprego na Indústria Transformadora e Construção



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Entre 2008 e 2010, os desempregados à procura de novo emprego nas *Indústrias Transformadoras* aumentaram em cerca de +52 mil pessoas enquanto o acréscimo na *Construção* foi de +26,7 mil indivíduos. Entre 2011 e 2013, o desemprego continuou a aumentar nos dois sectores, embora mais na *Construção* e, a partir de 2013, o desemprego diminuiu em ambos os sectores, tendo diminuído em -52,1 mil pessoas nas Industrias Transformadoras e em cerca de -59,7 mil pessoas na Construção, nos últimos 3 anos. Assim, em 2016, o desemprego nestes sectores apresentava valores muito próximos dos valores registados em 2008.

Gráfico 64 - Variação dos desempregados à procura de novo emprego nos serviços



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

No que se refere aos principais sectores dos serviços, em 2016, os desempregados à procura de novo emprego do C*omércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e de motociclos* constituíam 17,8% do total destes desempregados, seguindo-se-lhes os desempregados provenientes do A*lojamento, restauração e similares*, que representavam 9,9%, das *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* (5,5%); da E*ducação* (4,8%) e das A*tividades de saúde humana e apoio social* (4,5%)

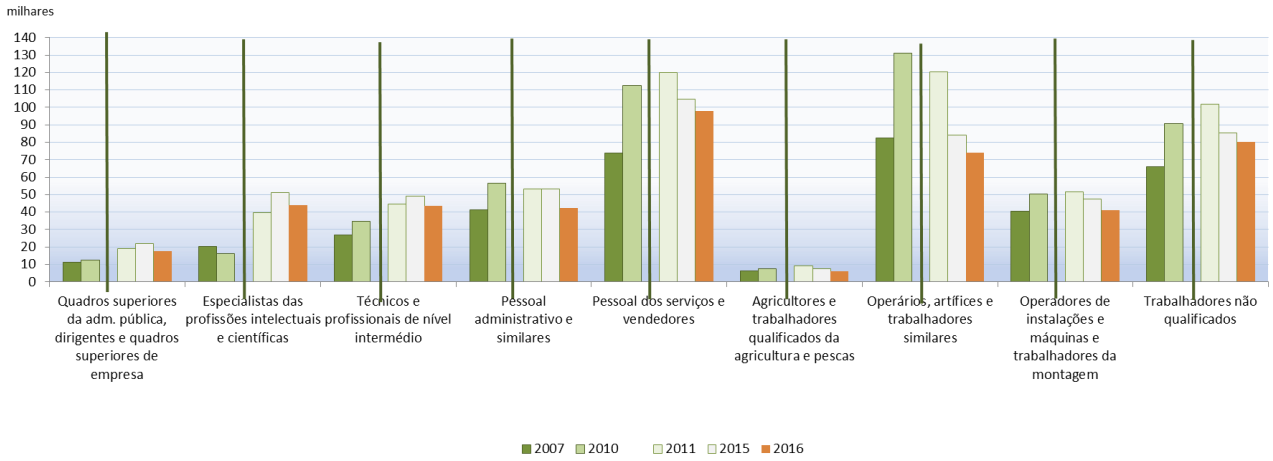
Entre 2015 e 2016, os desempregados à procura de novo emprego decresceram em todos estes sectores, exceto no sector das *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* que registou um ligeiro acréscimo. Os sectores onde o desemprego mais diminuiu, no último ano, foram o *Alojamento, restauração e similares* (-10,6 mil desempregados) e a Educação (-7,3 mil).

Entre 2008 e 2010, o desemprego cresceu em todos estes sectores, com destaque para os desempregados oriundos do *Comércio* que aumentaram em cerca de +35 mil pessoas e para os provenientes do A*lojamento, restauração e similares* que cresceram em cerca de +13,3 mil. No sector das *atividades administrativas e dos serviços de apoio* registou-se um aumento de cerca de +8,3 mil desempregados. Já entre 2011 e 2013, o sector da *Educação* surgia em segundo lugar em termos de aumento de desemprego (+17,9 mil), logo a seguir ao *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e de motociclos* (+18,1 mil, sendo que este aumento se traduziu num crescimento acentuado entre 2011 e 2012 seguido por um decréscimo entre 2011 e 2013). Entre 2013 e 2015 todos os sectores mais significativos registaram uma diminuição no número de desempregados que foi mais pronunciada nos sectores em que o desemprego mais tinha crescido, anteriormente.

- **Por grupos profissionais**

Em 2016, os grupos profissionais que registavam maior número de desempregados à procura de novo emprego eram grupo do Pessoal dos serviços e vendedores, os Trabalhadores não qualificados e Operários, artífices e trabalhadores similares. Relativamente a 2015, o desemprego diminuiu em todos os grupos profissionais, sobretudo nos grupos do pessoal administrativo se similares e dos Operários, artífices e trabalhadores similares.

Gráfico 65 - Desemprego por Grupos Profissionais



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Ao longo de toda a série o desemprego cresceu mais e depois diminuiu mais acentuadamente nos grupos dos Operários, artífices e trabalhadores similares, Trabalhadores não qualificados e Pessoal dos serviços e vendedores. Em 2016, o número de desempregados era menor do que em 2011, em todos os grupos profissionais, exceto no grupo dos Especialistas das profissões intelectuais e científicas.

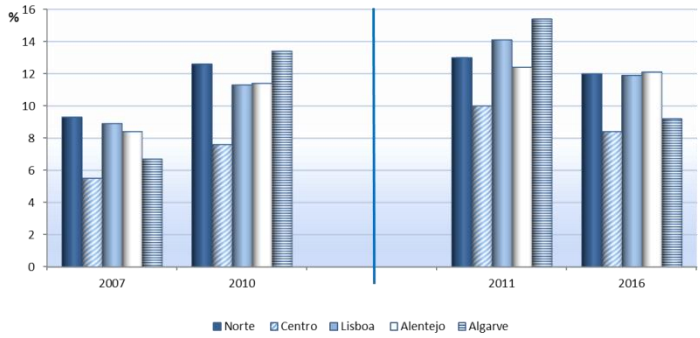
2.3.2.3. Desemprego por regiões

Considerando os dados do Inquérito ao Emprego do INE, a região Norte, sendo a região com maior número de ativos e de empregados era também a região que concentrava maior número de desempregados, em 2016, representando 40,2% do total de desemprego. Seguiam-se a região de Lisboa (30,6% do total de desempregados) e a região Centro.

No que se refere às taxas de desemprego, em 2016, o Alentejo e o Norte registavam as taxas mais elevadas embora bastante próximas da taxa de desemprego registada na região de Lisboa. Tal como nos anos anteriores o Centro registava a taxa de desemprego mais baixa.

Em 2007, o Norte era a região com a taxa de desemprego mais alta mas, a partir de 2010 é o Algarve que ocupa o primeiro lugar, que mantem até 2012. Entre 2013 e 2016 é também nesta região que a taxa de desemprego mais decresce.

Gráfico 66 - Evolução da taxa de desemprego por regiões



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

2.3.2.4. Evolução da população desempregada entre o 2º e o 4º trimestre de 2016

No que se refere à evolução da população desempregada entre o 2º e o 4º trimestre de 2016 assinale-se, sobretudo que, enquanto em termos anuais, o desemprego diminuiu significativamente no escalão dos 15 aos 24 anos, entre o 2º e o 4º trimestre de 2016 o desemprego neste escalão etário aumentou[15], aliás como já tinha acontecido entre o 2º e o 4º trimestre de 2015. Contudo, enquanto, em 2015, esse crescimento foi de +17,2%, entre o 2º e o 4º trimestre de 2016 o aumento foi apenas de +8,5%.

Para além disso, entre o 2º e o 4º trimestre de 2016 os desempregados à procura do 1º emprego, que anualmente diminuíram, também cresceram, embora ligeiramente (+0.7%) (Entre o 2º e o 4º trimestre de 2015 esse aumento foi de +27,7%).

[15] Este aumento está muito provavelmente relacionado com o ingresso dos jovens diplomados no mercado de trabalho, já referido relativamente ao crescimento da população ativa.

No escalão dos 15 aos 24 anos os desempregados à procura do 1º emprego cresceram +2,3% entre o 2º e o 4º trimestre de 2016, mas os desempregados à procura de novo emprego aumentaram consideravelmente mais (+14,3%). Este acréscimo no escalão entre os 15 e os 24 anos já se tinha verificado entre o 2º e o 4º trimestre de 2015 mas, nesse ano, foi mais acentuado relativamente aos desempregados à procura do 1º emprego (27,6%) do que relativamente aos desempregados à procura de novo emprego (7,3%)

No que respeita aos níveis de escolaridade a evolução registada entre o 2º e o 4º trimestre de 2016 foi muito semelhante à evolução anual, excerto no que se refere aos desempregados com o ensino superior que aumentaram, em cerca de +6,6%, mais uma vez tal como já tinha acontecido entre o 2º e o 4º trimestre de 2015, em que o desemprego neste nível de escolaridade cresceu +16,5%. Contudo, em 2015, os desempregados com o ensino secundário também aumentaram, o que em entre o 2º e o 4º trimestre de 2016 não se verificou.

No que respeita aos sectores de atividade, sublinhe-se que, no sector da *agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca,* e ao contrário do que se verificou anualmente, o número de desempregados cresceu, entre o 2º e o 4º trimestre de 2016. O mesmo aconteceu no sector *da saúde humana e apoio social.*

2.3.2.5. Desempregados de longa duração e muito longa duração

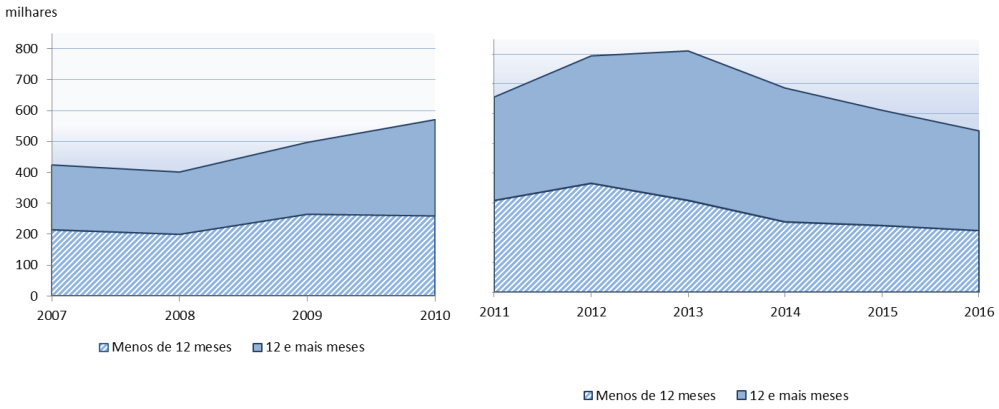
Dos 542,7 mil indivíduos que se encontravam desempregados em 2016, no Continente cerca de 335,1 mil (61,8% do total) estavam desempregados há 1 ano ou mais.

Em 2007, os desempregados de longa duração (DLD) constituíam 49,4% e, em 2009 o seu peso diminuiu graças ao fluxo de novos desempregados mas, em 2010, representavam já 54,6%. Entre 2011 e 2014, o peso dos DLD aumentou sempre. Em 2014 eram 65,4% do total de desempregados. Entre 2014 e 2016 o seu número diminuiu de forma bastante mais acentuada do que os desempregados há menos de 1 ano.

No que se refere às diferenças entre sexos, em 2016 os homens constituíam 53,7% dos desempregados até 12 meses e cerca de 50% dos desempregados com 12 e mais meses.

No início da série, o número de mulheres e homens desempregados até 12 meses era muito equilibrado, situação que se alterou a partir de 2008 com o aumento do desemprego masculino. Quanto aos DLD, em 2007 as mulheres representavam 56% mas o seu peso também decresceu. Entre 2011 e 2015, os homens mantiveram-se maioritários na primeira categoria e bastante equilibrados relativamente às mulheres, no que respeitava aos DLD.

Gráfico 67 - Desemprego de Longa Duração

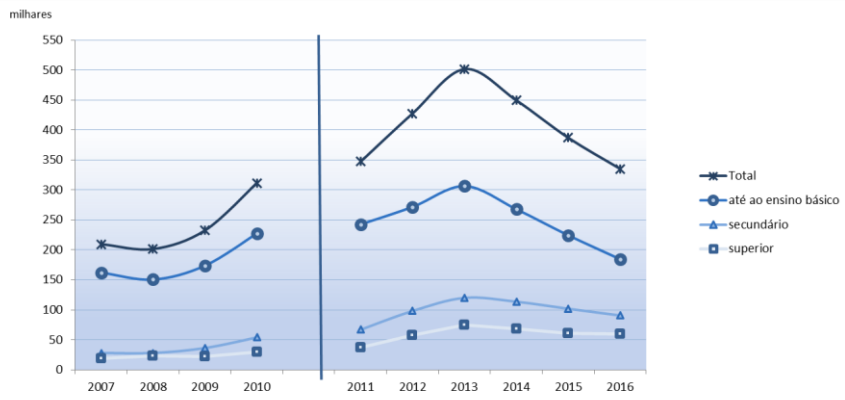


Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Em 2016, o peso dos DLD com o ensino básico no total dos desempregados de longa duração era de 55,1%, bastante superior ao peso dos desempregados com esse nível de habilitações no total dos desempregados. Em contrapartida, o peso dos DLD com habilitações mais elevadas, sobretudo dos DLD com o ensino superior no total dos DLD, era inferior à sua percentagem no total de desempregados.

Entre 2007 e 2010 os DLD com o ensino básico cresceram mais, em termos absolutos, mas os DLD com o ensino superior aumentaram em 55% e os DLD com o secundário quase duplicaram. Entre 2011 e 2013, os DLD com o ensino secundário aumentaram em cerca de 80% e os DLD com o ensino superior duplicaram, enquanto os DLD com o ensino básico registavam apenas um aumento de 26%. Finalmente, nos últimos 4 anos, foram também os DLD com o ensino básico que mais diminuíram, sendo o seu número inferior ao registado em 2011.

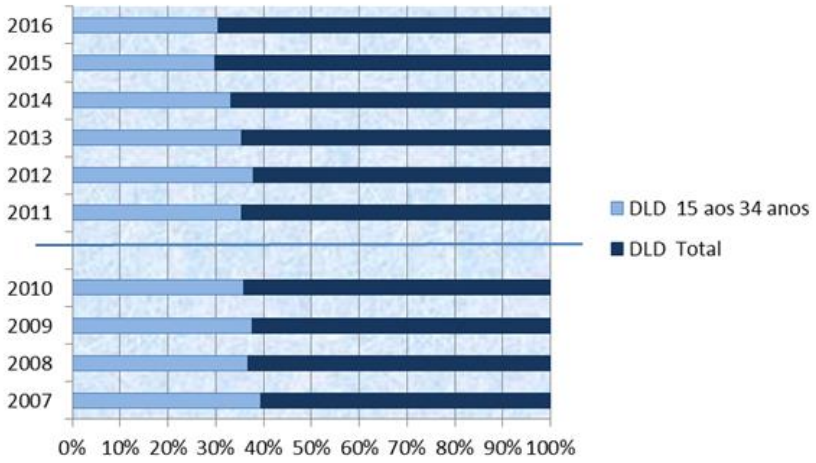
Gráfico 68 - Desempregados há 12 e mais meses por níveis de habilitações



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Analisando os DLD com entre 15 e 34 anos, em 2016 estes constituíam cerca de 30% do total dos DLD, tendo seu peso, que era de cerca de 40% em 2007, decrescido, ao longo da série.

Gráfico 69 - % desempregados há 12 e mais meses com entre 15 e 34 anos no total de DLD



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Ainda no que se refere aos DLD e constata-se que, no escalão dos 25 aos 34 anos, a partir de 2012, os desempregados de longa duração são maioritários (constituindo, em 2013 e 2014 quase 60% do total dos desempregados daqueles escalão). Por outro lado, no escalão dos 15 aos 24 anos, os DLD representavam, em 2016 como em 2012, cerca de 37,5% do total de desempregados no total daqueles escalões, depois de terem constituído mais de 40%, em 2013 e 2014.

Desempregados entre os 15 e os 34 anos por duração da procura de emprego

Gráfico 70 - Desempregados entre os 15 aos 24 anos

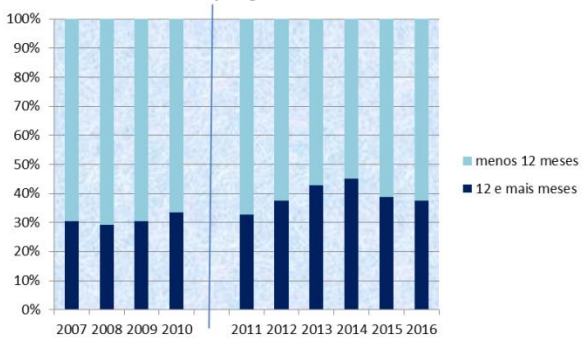
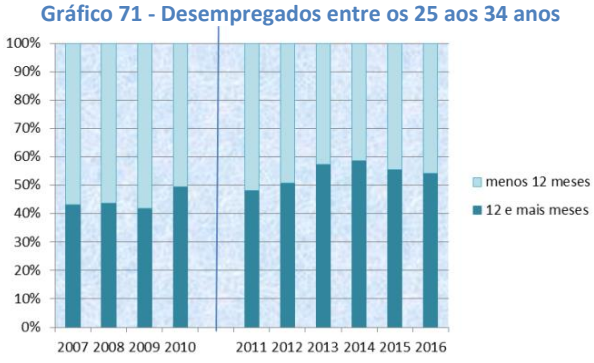


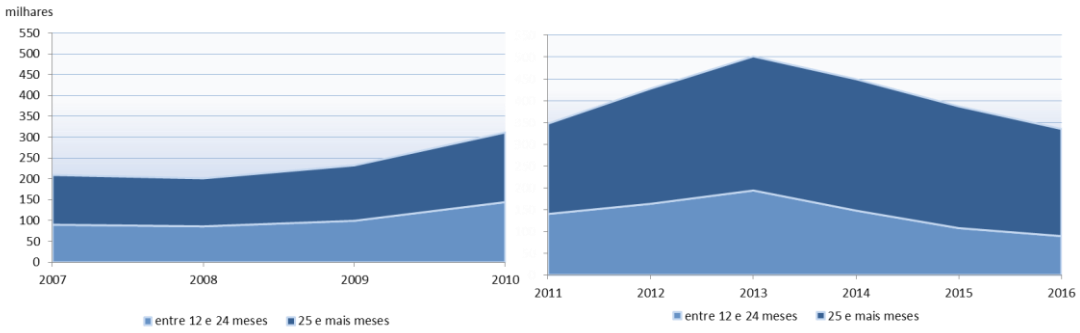
Gráfico 71 - Desempregados entre os 25 aos 34 anos



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Em 2016, os 335,1 mil indivíduos que estavam desempregados há mais de 1 ano, cerca de 245,8 mil, estavam desempregados há mais de 2 anos, ou seja eram desempregados de muito longa duração (DMLD). De facto, nesse ano, os desempregados há mais de 2 anos constituíam 45,3% do desemprego total.

Gráfico 72 - Desempregados de longa e muito longa duração



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Entre 2007 e 2010 os Desempregados de muito longa duração (DMLD), ou seja, os desempregados há mais de 2 anos, representavam cerca de 30% do total dos desempregados. Entre 2011 e 2013, foram a categoria de desempregados que mais cresceu em número e, a partir de 2014 a categoria que menos diminuiu, do que resultou um aumento consecutivo do seu peso relativo no total dos desempregados. Assim, em 2015, 45,7% dos desempregados no Continente estavam desempregados há mais de 2 anos.

2.3.2.6. Evolução da população desempregada de longa duração e de muito longa duração entre o 2º e o 4º trimestre de 2016

Entre o 2º e o 4º trimestre de 2016 o desemprego de longa duração diminuiu, bem como o desemprego de muito longa duração. Contudo, no que se refere à população com o ensino superior os DLD aumentaram, em 5,7%, neste período, e os DMLD, em 1,8% (O mesmo se verificara entre o 2º e o 4º trimestre de 2015, embora nesse período também os DLD e os DMLD com o ensino secundário tenham aumentado).

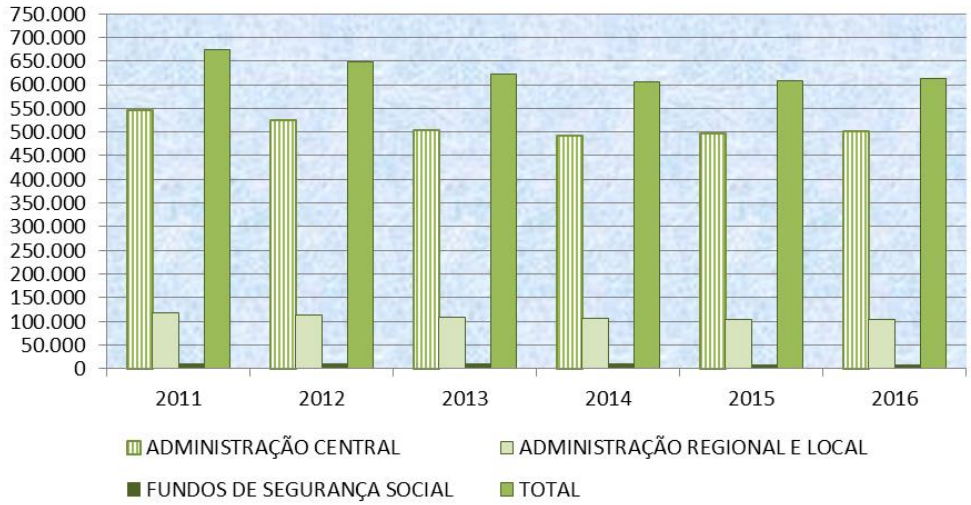
2.3.3. Emprego nas administrações públicas

2.3.3.1. Postos de trabalho nas administrações públicas

De acordo com os dados da Direção Geral da Administração Pública (DGAEP), em dezembro de 2016, havia 613,4 mil postos de trabalho ocupados[16] nas administrações públicas, no Continente, mais cerca de 0,76%, ou seja 4,7 mil do que no ano anterior. Entre 2011 e 2014, o número de postos de trabalho ocupados nas administrações públicas diminuiu em - 69,5 mil, tendo aumentado, desde aí, em cerca de +7,8mil.

A administração central representava 81,7% do total do emprego nas administrações públicas no Continente, enquanto a administração regional e local constituía 17% e os fundos da segurança social, 1,3%. O emprego na administração central decresceu em -55,3 mil postos de trabalho entre 2011 e 2014 e aumentou, entre 2014 e 2016 em 9,4 mil. Nas outras categorias o emprego só cresceu no último ano, e de forma muito ligeira.

Gráfico 73 – Posto de trabalho nas Administrações Públicas



Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

Ao longo de toda a série as mulheres ocuparam mais de 58% dos postos de trabalho nas administrações públicas. Na administração central mais de 60% dos postos de trabalho eram ocupados por mulheres e nos

[16] A DGAEP publica dados relativos a postos de trabalho ocupados. Alguns postos de trabalho podem ser ocupados por mais do que uma pessoa e que, por outro lado, designadamente nos sectores da educação e da saúde humana, a mesma pessoa pode ocupar mais do que um posto de trabalho.

fundos da segurança social, 80%. Os homens eram maioritários nos postos de trabalho da Administração regional local mas o seu peso diminuiu ligeiramente, desde 2011.

- **Por escalões etários**

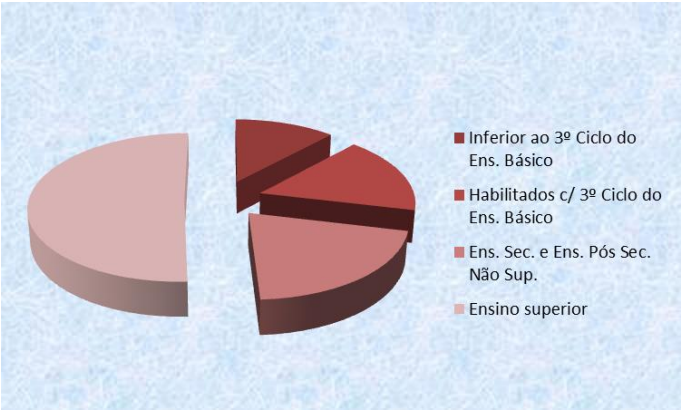
Analisando o emprego nas Administrações Públicas por escalões etários constata-se que 33,9% dos postos de trabalho, em 2015[17], eram ocupados por pessoas com entre 45 e 54 anos e 29,3% por indivíduos com entre 35 e 44 anos. Em terceiro lugar surgia o escalão dos 55 aos 64 anos, que constituía 21,1% do total dos postos de trabalho. Os postos de trabalho ocupados por trabalhadores com entre 25 e 34 anos representavam 12,7%.

Entre 2011 e 2015, o escalão etário dos 55 aos 64 anos aumentou o seu peso em 5,7 p.p. em prejuízo do escalão entre os 25 e os 34 anos.

- **Por níveis de habilitações**

Em dezembro de 2015, 51,2% dos postos de trabalho nas administrações públicas no Continente, estavam ocupados por indivíduos que possuíam o ensino superior. Os trabalhadores com o ensino secundário e pós secundário não superior ocupavam 20,6% dos postos de trabalho, os trabalhadores com o 3º ciclo do ensino básico, 16,8% e os trabalhadores com habilitações inferiores ao 3º ciclo do ensino básico, 11,9%.

Gráfico 74 – Postos de trabalho nas Administrações Públicas por níveis de habilitações em 2015

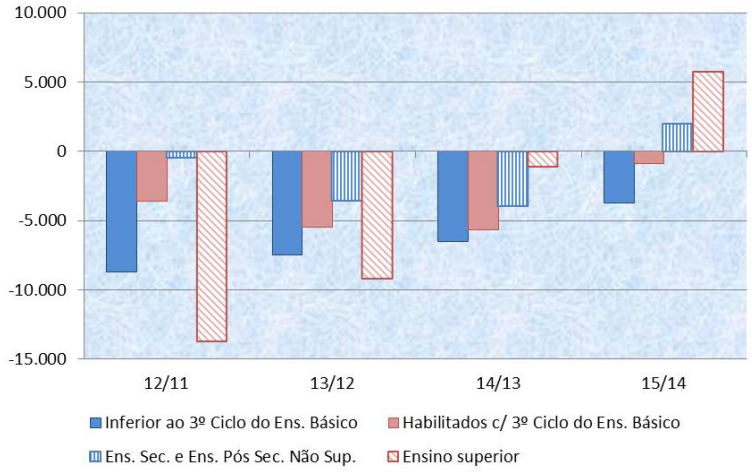


Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

[17] A informação relativa a 2016 que respeita ao emprego nas administrações públicas por sexos, níveis etários e níveis de habilitações não se encontra ainda disponível.

Analisando a evolução do emprego nas administrações públicas, no Continente, tendo em conta os níveis de habilitações, verificamos que, entre 2011 e 2014, o emprego diminuiu relativamente a todos os níveis de habilitações. Esse decréscimo foi bastante acentuado no que se refere aos postos de trabalho ocupados por trabalhadores com o ensino superior que diminuíram em cerca de -24 mil entre 2011 e 2014. Por outro lado, esse decréscimo foi mínimo no que respeita aos postos de trabalho ocupados por trabalhadores com o ensino secundário e pós secundário não superior.

Gráfico 75 - Variação dos postos de trabalho nas Administrações Públicas por níveis de habilitações 2011-2015



Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

Entre 2014 e 2015, os postos de trabalho ocupados por trabalhadores com o ensino superior aumentaram em cerca de 5,7 mil e os postos de trabalho ocupados por trabalhadores com o ensino secundário e pós secundário não superior em cerca de 2 mil. Os postos de trabalho ocupados por trabalhadores com níveis de habilitações mais baixos continuaram a diminuir.

- **Por tipo de vínculo**

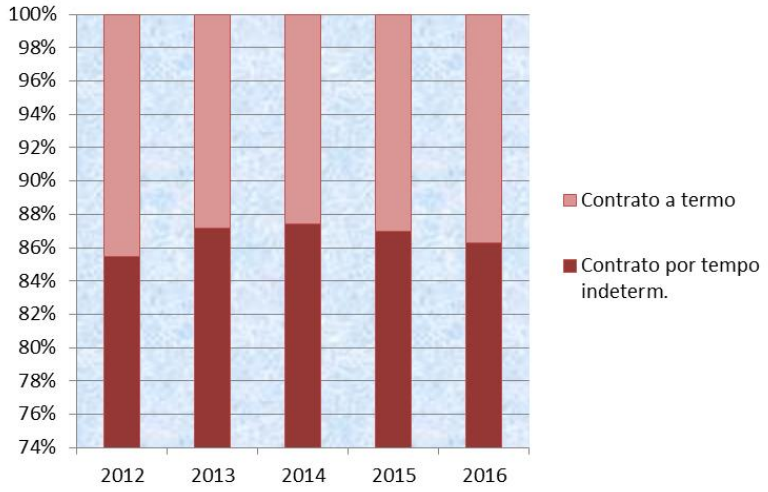
De acordo com os dados da DGAEP, em dezembro de 2016, no Continente, 73,7% dos postos de trabalho das administrações públicas no Continente, ou seja, cerca de 452,3 mil, eram ocupados por indivíduos com contratos por tempo indeterminado e 11,7% (cerca de 71,8 mil postos de trabalho) por contratados a

termo. Para além disso, cerca de 12% eram ocupados por indivíduos cujo vínculo de emprego público era a nomeação e 2,6% preenchidos por pessoas em comissão de serviço. mandato ou que ocupavam cargos políticos.

Entre 2015 e 2016 o número de postos de trabalho aumentou relativamente a todas estas categorias excerto relativamente aos trabalhadores cujo vínculo de emprego era a nomeação. No que se refere ao tipo de vínculo, os postos de trabalho que mais cresceram foram os dos contratados a termo, que aumentaram em cerca 4,3 mil.

Entre 2012 e 2014, o número de trabalhadores decresceu relativamente a todas as categorias. Os contratados por tempo indeterminado diminuíram em cerca de -24,3 mil e os contratados a termo em -15,9 mil. Depois, entre 2014 e 2016, os contratados por tempo indeterminado aumentaram em cerca de 1,1 mil e os contratados a termo em 6,8 mil indivíduos.

Gráfico 76 – Postos de trabalho nas Administrações Públicas – Distribuição dos contratos a temo e sem termo



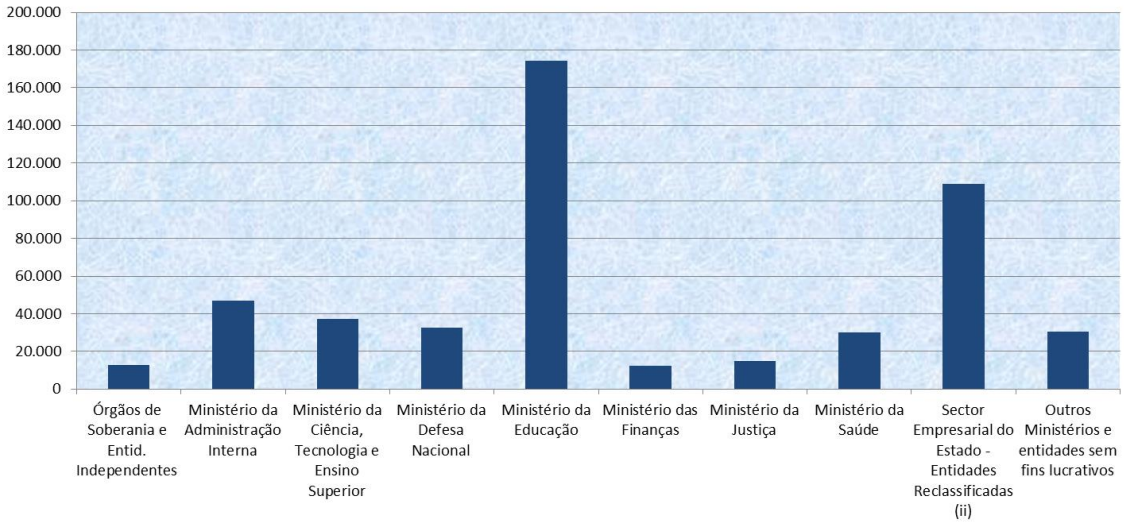
Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

Assim, entre 2012 e 2014, o peso dos postos de trabalho ocupados por trabalhadores com contratos a termo diminuiu em 1,7 p.p. mas, entre 2014 e 2016, cresceu 1 p.p.

2.3.3.2. Postos de trabalho nas administrações públicas por Ministérios

Em dezembro de 2016, e no que respeita à Administração Central, no Continente, o Ministério da Educação concentrava 34,8% do total dos postos de trabalho (174,3 mil), seguindo-se o sector empresarial do Estado – entidades reclassificadas[18] que abrangia 21,8% (108,9 mil). Em terceiro lugar surgia o Ministério da Administração Interna, que representava 9,4% (47 mil postos de trabalho).

Gráfico 77 - Emprego nas Administração central por Ministérios – 2016



Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

Já no que se referia à Administração local no continente, os Municípios representavam 85,7% dos postos de trabalho e as Freguesias, 10,8%.

Entre dezembro de 2012 e dezembro de 2014, o emprego decresceu em todos os Ministérios com maior volume de postos de trabalho, mas sobretudo no Ministério da Educação (-26,9 mil). No sector empresarial do Estado – empresas reclassificadas e no Ministério da Defesa Nacional essa diminuição teve também algum significado. Entre dezembro de 2014 e dezembro de 2016, o número de postos de trabalho do Ministério da Defesa Nacional continuou a decrescer mas aumentou nos outros Ministérios, com destaque para o Ministério da Educação e para o sector empresarial do Estado – entidades reclassificadas.

[18] Unidades reclassificadas no sector das administrações públicas em contas nacionais em SEC 2010.

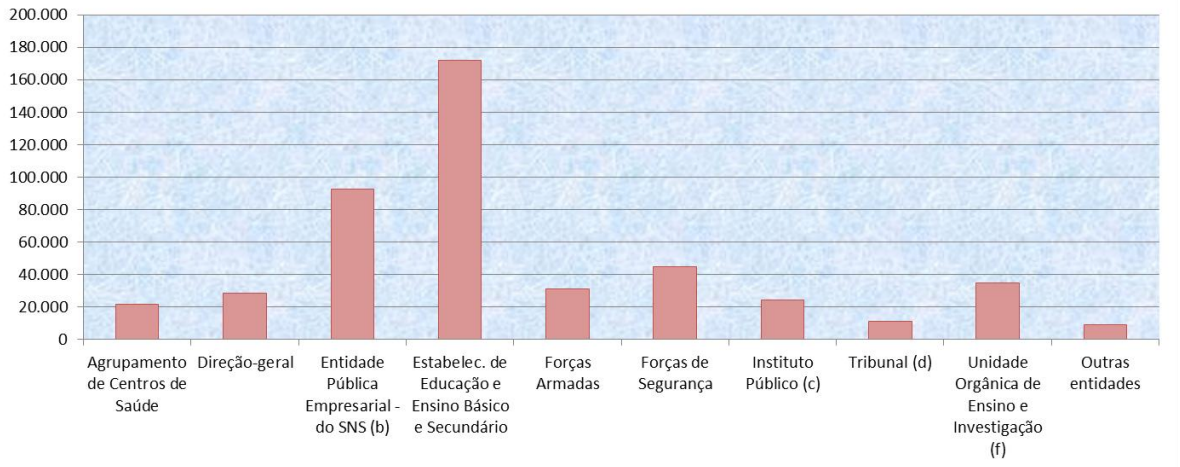
Relativamente à Administração local, o emprego evoluiu negativamente, sobretudo nos municípios.

2.3.3.3. Postos de trabalho ocupados nas administrações públicas por tipo de entidade

Por outro lado, quando analisamos os diversos tipos de entidade que, nas administrações públicas, mais significado tinham em termos de emprego, em 2016, verificamos que os Estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário reuniam 34,3% do total dos postos de trabalho da Administração Central, (171,9 mil), as Entidades públicas empresariais do serviço nacional de saúde[19] concentravam 18,5% (92,6 mil), as Forças de Segurança 9% (44,9 mil e as Unidades Organicas de Ensino e Investigação,[20] 6,9% (34,7 mil).

Entre dezembro de 2012 e dezembro de 2016, todos estes tipos de entidades perderam trabalhadores com excepção das Entidades públicas empresariais do serviço nacional de saúde e das Sociedades Anónimas, já que o aumento registado a partir de dezembro de 2014 foi superior ao decréscimo que se verificara nos anos anteriores. Nos estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário, o emprego diminuiu em cerca de -21,4 mil postos de trabalho (tendo decrescido em -26,4 mil postos de trabalho até de dezembro de 2014 e depois crescido, nos anos seguintes,. Nas Forças Armadas o emprego diminuiu sempre.

Gráfico 78 - Emprego na Administração central por tipo de entidade – 2016



Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

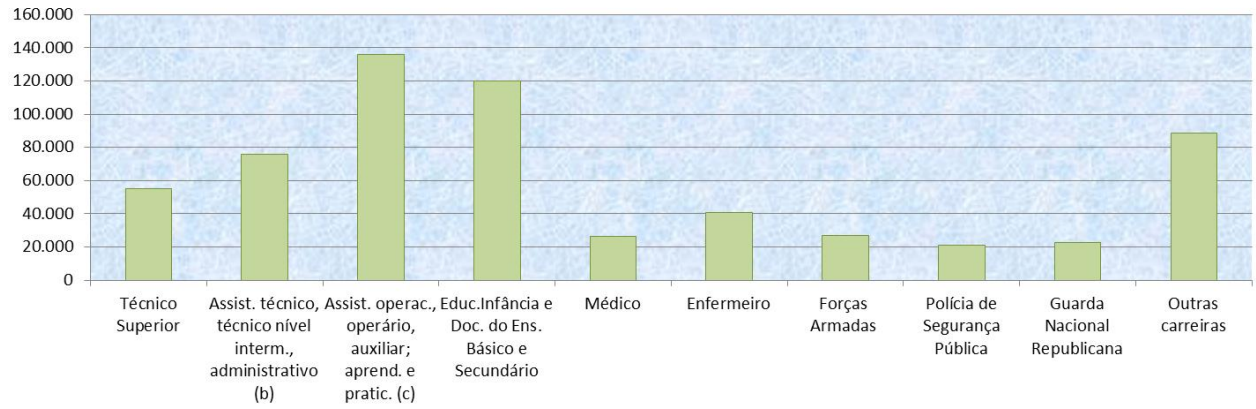
[19] Hospitais, centros hospitalares e unidades locais de saúde do tipo E.P.E.

[20] Inclui Universidades e respetivas Faculdades, Institutos Politécnicos e respetivas Escolas Superiores e outras unidades de ensino superior não integradas em Universidades e Institutos Politécnicos.

2.3.3.4. Postos de trabalho nas administrações públicas por cargos/carreiras/grupos

Nos que respeita às carreiras profissionais nas administrações públicas, e de acordo com os dados da DGAEP, em dezembro de 2016, os Assistentes operacionais, operários, auxiliares; aprendizes e praticantes ocupavam 22,1% do total dos postos de trabalho. Seguiam-se-lhes os Educadores de infância e docentes do ensino básico e secundário, que representavam 19,6% dos postos de trabalho e depois os Assistentes técnicos, técnicos de nível intermédio e administrativos, que ocupavam 12,4%. Os Técnicos superiores representavam 9%, os Enfermeiros 6,6%, as Forças Armadas, 4,4% e os Médicos 4,3% do total.

Gráfico 79 - Emprego na Administração Pública por cargos/carreiras/grupos – 2016



Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

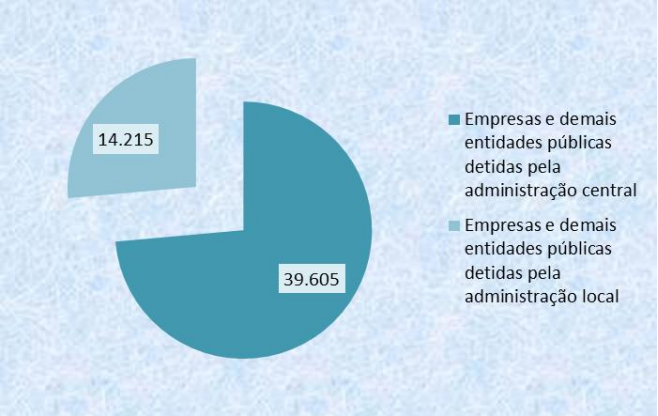
No que se refere à evolução dos postos de trabalho emprego nestas carreiras entre 2011 e 2016, refira-se que os os Assistentes operacionais, operários, auxiliares; aprendizes e praticantes; os Assistentes técnicos, técnicos de nível intermédio e administrativos e as Forças Armadas diminuiram sempre. Já o número de Médicos cresceu todos os anos, num total de +2,4 mil postos de trabalho ocupados. Os Educadores de infância e docentes do ensino básico e secundário sofreram um descréscimo acentuado, até 2014 (-22,4 mil) número que o aumento registado, entre 2014 e 2016, ainda não compensou.

2.3.4. Emprego nas entidades do sector público, exceto administrações públicas (AP)

No que se refere ao emprego nas empresas e demais entidades públicas detidas pela administração central, a análise dos dados restringe-se à informação de 2016 (ou de 2015, quando a informação relativa a 2016 ainda não está disponível). De facto, o volume de entidades que, ao longo dos últimos anos foi integrada ou excluída desta categoria de entidades [21] inviabiliza comparações com os anos anteriores.

Considerando os dados da DGAEP, as empresas e demais entidades públicas (exceto AP) no Continente, em 2016, registavam 52,1 mil postos de trabalho, sendo que 72,6% eram em empresas e demais entidades detidas pela administração central e os restantes nas empresas e demais entidades detidas pela administração local.

Gráfico 80 – Postos de trabalho nas entidades do sector público, exceto AP, por subsector – 2016



Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

No que se refere às empresas e demais entidades detidas pela administração central, em dezembro de 2016, cerca de 89,7% dos postos de trabalho ocupados respeitavam às Sociedades anónimas e às Sociedades por quotas. Já no que respeita às entidades detidas pela administração local, os Serviços

[21] "Empresas e demais entidades públicas detidas pela administração central: entradas e saídas de entidades com maior impacto no emprego"

Ano / Trim.	Entidade
2013/T1	Entrada do BANIF - Banco Internacional do Funchal, S.A.
2013/T3	Saída da ANA Aeroportos Portugal S.A. e participadas
2013/T4	Saída dos CTT - Correios de Portugal, S.A. e participadas
2014/T1	Saída do BANIF - Banco Internacional do Funchal, S.A.
2014/T2	Saída da Fidelidade - Companhia de Seguros,S.A. e participadas
2014/T3	Entrada do Novo Banco S.A. e participadas
2015/T3	Saída EGF - Empresa Geral do Fomento, S.A e participadas
2015/T4	Saída Oceanário de Lisboa, S.A.
2016/T1	Saída CPCARGA - Logística e Transp. Ferroviários Mercadorias, S.A.

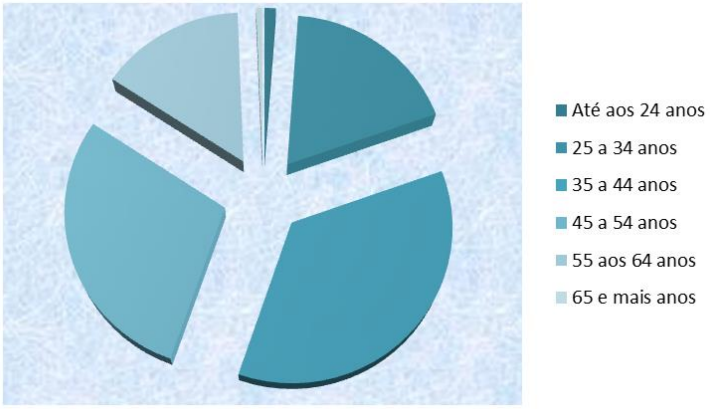
municipalizados enquadravam 33,6% dos postos de trabalho, as Empresas municipais ou Intermunicipais 24,3% e as Entidades Empresariais Municipais 21,5%.

Analisando o emprego nas empresas e demais entidades públicas por sexo, constata-se que, em dezembro 2015[22] os homens ocupavam a maioria dos postos de trabalho (61,8% do total), sendo essa diferença era ainda mais acentuada no que respeitava às entidades detidas pela administração local. As mulheres ocupavam a maioria dos postos de trabalho nas Sociedades financeiras detidas pela administração central.

- **Por escalões etários**

Analisando o emprego por escalões etários, nas empresas e demais entidades detidas pela Administração Central, em dezembro de 2015, constata-se que, 35,6% dos postos de trabalho eram ocupados por trabalhadores no escalão entre os 35 aos 44 anos e 29% no escalão dos 45 aos 54 anos. O escalão dos 25 aos 34 anos representava 18,4% do total dos postos de trabalho ocupados.

Gráfico 81 – Postos de trabalho nas empresas e demais entidades detidas pela Administração Central – distribuição por escalões etários – 2015



Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

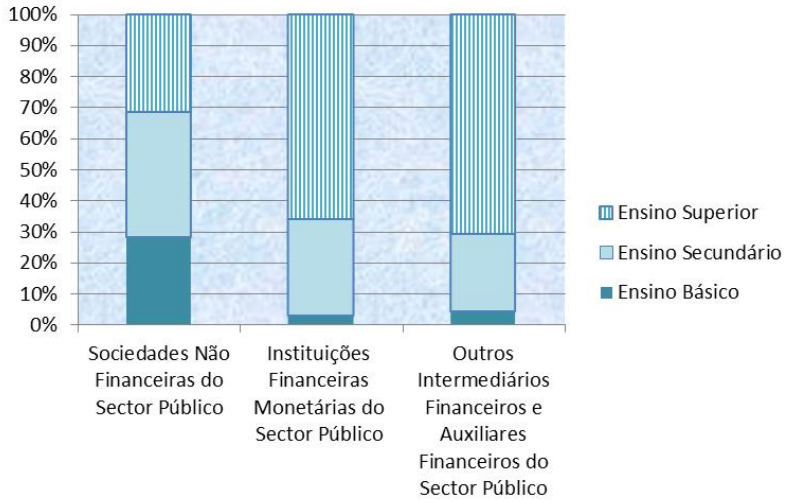
- **Por níveis de habilitações**

Relativamente aos níveis de habilitações dos trabalhadores das empresas e demais entidades em dezembro de 2015, 44,9% dos postos de trabalho eram ocupados por trabalhadores com o ensino superior e 36,6% por trabalhadores com o ensino secundário. A percentagem de trabalhadores com o ensino superior era

[22] A informação relativa a 2016 que respeita ao emprego nas empresas e demais entidades públicas por sexos, níveis etários e níveis de habilitações não se encontra ainda disponível

claramente mais elevada no que se refere aos postos de trabalho nas Sociedades Financeiras (65,7% do total).

Gráfico 82 – Postos de trabalho nas empresas e demais entidades detidas pela Administração Central – distribuição por níveis de habilitações – 2015

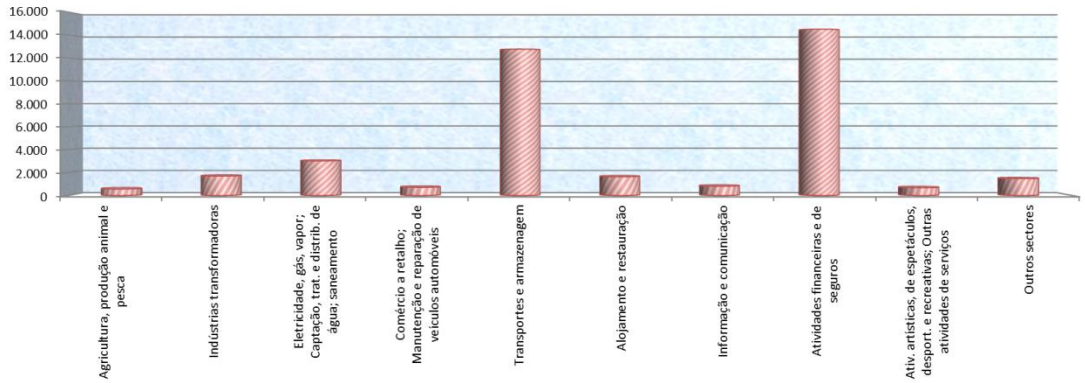


Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

2.3.4.1.Postos de trabalho nas entidades do sector público, exceto administrações públicas por CAE

Analisando o emprego nas empresas e demais entidades públicas por CAE constata-se que, em dezembro de 2016, e no que se refere às empresas e outras entidades detidas pela administração central os sectores que concentravam maior número de postos de trabalho eram as Atividades financeiras e de seguros (38,3% do total dos trabalhadores) e os Transportes e armazenagem (33,7%).

Gráfico 83 - Emprego nas empresas e demais entidades detidas pela Administração Central, exceto AP por CAE 2016



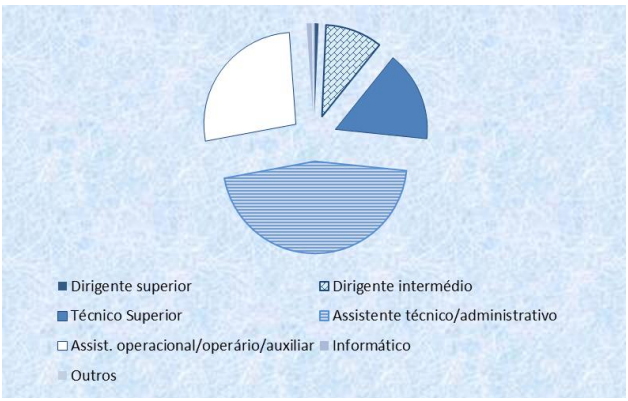
Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

No que se refere às empresas e demais entidades públicas detidas pela administração local destacava-se o sector da Eletricidade, gás, vapor, captação, tratamento e distribuição e água e saneamento, que reunia 71,7% do total dos postos de trabalho.

2.3.4.2.Postos de trabalho nas entidades do sector público, exceto administrações públicas por cargos/carreiras/grupos

Se tivermos em conta o emprego nas empresas e outras entidades detidas pela administração central por cargos/carreiras, verificamos que, em dezembro de 2016, o grupo mais relevante era o dos Assistentes técnico/administrativo que ocupavam 45,4% do total dos postos de trabalho, seguindo-se-lhe o dos Assistentes operacionais, operários e auxiliares, que representavam 26,8% do total dos postos de trabalho. Os técnicos superiores ocupavam cerca de 15,9% do total dos postos de trabalho destas empresas.

Gráfico 84 - Emprego nas empresas e demais entidades detidas pela Administração Central por carreiras 2015

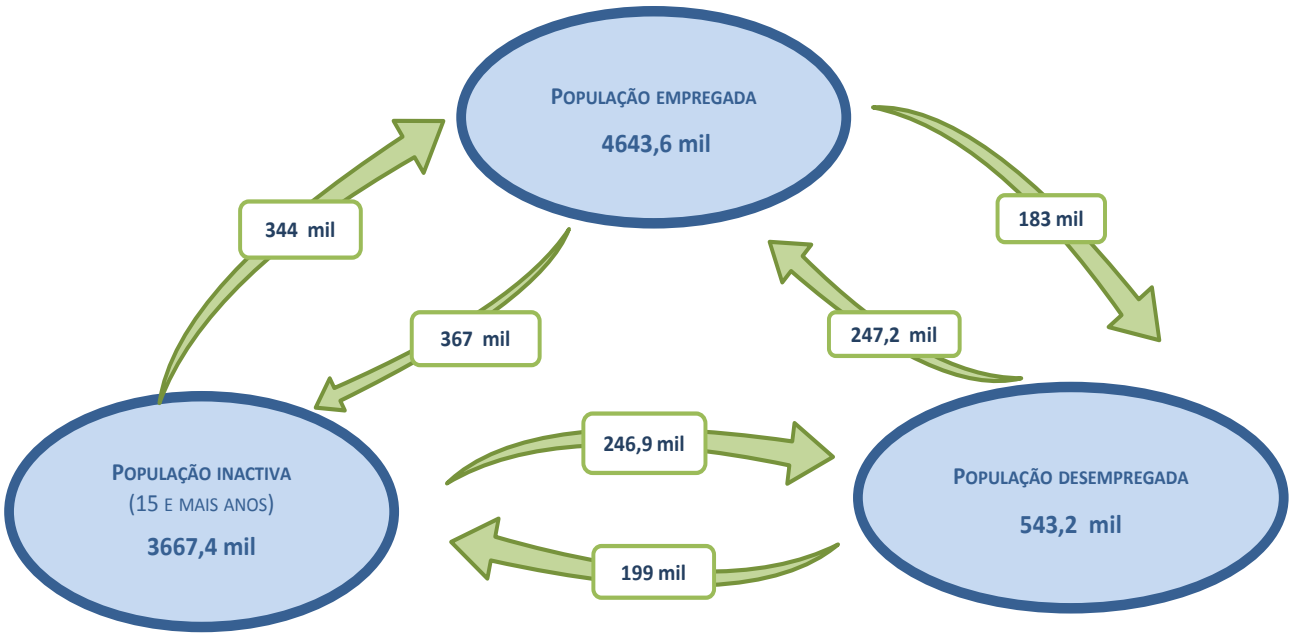


Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

3. FLUXOS DE MÃO DE OBRA ENTRE EMPREGO, DESEMPREGO E INACTIVIDADE

De acordo com os dados do *Inquérito ao Emprego* do INE relativos a Portugal, no 2º semestre de 2016 e relativamente ao semestre anterior, o número de pessoas que passou de uma situação de desemprego para uma situação de emprego, foi de cerca de 247,2 mil. Por outro lado, 183 mil transitaram do emprego para o desemprego. Assim, o saldo emprego-desemprego foi de 64,2 mil pessoas.

Ilustração 1 - Fluxos de mão de obra no 2º semestre de 2016



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

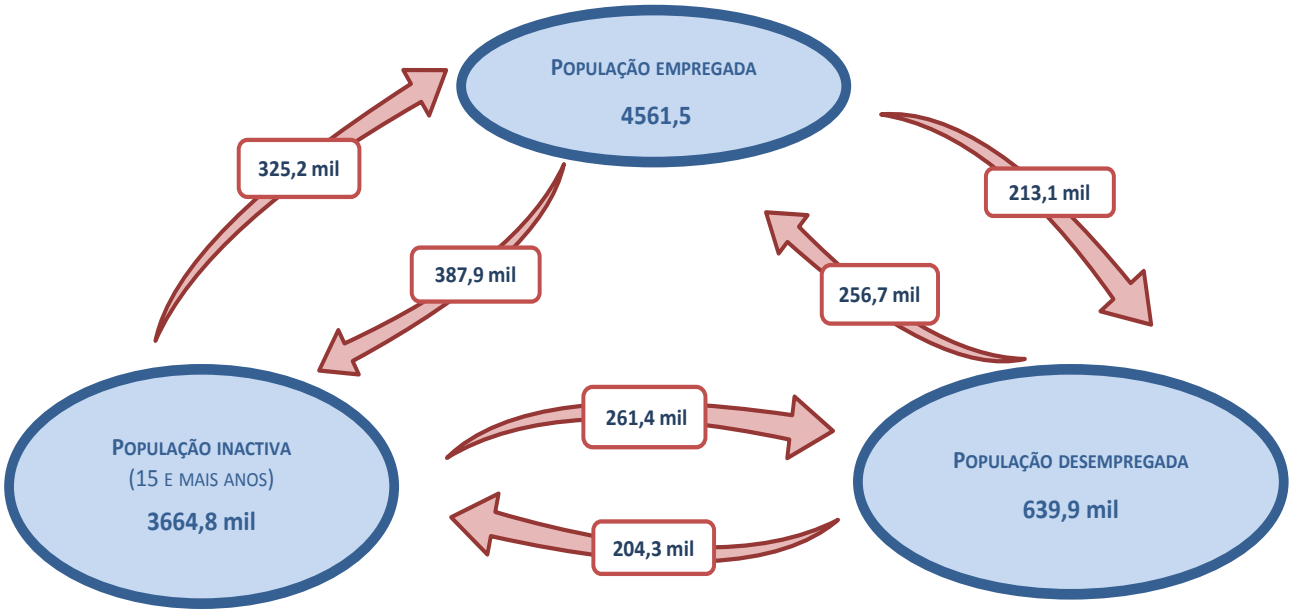
Para além disso, cerca de 344 mil passaram da inatividade para o emprego sendo que 367 mil saíram do emprego para a inatividade. Deste modo, o saldo emprego-inatividade foi negativo (-23 mil pessoas). No que respeita ao fluxo de saída do desemprego para a inatividade, este foi de cerca de 199 mil pessoas, enquanto o fluxo de passagem da inatividade para o desemprego foi de cerca de 246,9 mil. O saldo desemprego-inatividade é por isso negativo (-47,9 mil pessoas).

Em resumo, no 2º semestre de 2016, a população empregada apresenta um saldo positivo de cerca de 41,2 mil pessoas, que resulta da entrada de indivíduos vindos de uma situação de desemprego. A população desempregada, em contrapartida, diminuiu em cerca de -16,3 mil pessoas, sobretudo devido ao número de

transitados do desemprego para o emprego. Já o número de inativos diminuiu, sobretudo devido à saída de inativos para o desemprego.

Analisando os fluxos de mão de obra no período homólogo, constata-se que o saldo emprego-desemprego foi também positivo (43,6 mil pessoas) uma vez que cerca de 256,7 mil pessoas transitaram do desemprego para o emprego e 213,1 mil passaram do emprego para o desemprego.

Ilustração 2 - Fluxos de mão de obra no 2º semestre de 2015



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

O saldo emprego-inatividade foi, contudo, negativo (62,7 mil pessoas) já que cerca de 387,9 mil indivíduos passaram do emprego para a inatividade e apenas 325,2 mil saíram da inatividade para a situação de emprego. No que se refere ao saldo desemprego-inatividade, este foi igualmente negativo (-57,1 mil indivíduos) considerando que cerca de 261,4 mil transitaram da inatividade para uma situação de desemprego enquanto apenas 204,3 mil transitaram do desemprego para a inatividade.

Assim, no 2º semestre de 2015 a população empregada diminuiu em cerca de 19,1 mil pessoas, sobretudo devido aos transitados do emprego para a inatividade. Por outro lado, a população desempregada conheceu um aumento de 13,5 mil pessoas em virtude da entrada de inativos para o desemprego. Já o número de inativos cresceu ligeiramente (+5,6 mil pessoas) devido à entrada de empregados, uma vez que o saldo negativo da inatividade-desemprego foi compensado pelo saldo positivo inatividade-emprego.

Por último, de salientar o facto dos fluxos do mercado de trabalho no 2º semestre de 2016, quando comparados com os do semestre homólogo, terem apresentado um saldo positivo do emprego e negativo do desemprego e da inatividade.

Quadro 1 - Fluxos de mão de obra (saldos finais)

Fluxos de mão de obra Saldos Finais (milhares)		
	2º semestre 2015	2º semestre 2016
Emprego	**- 19,1**	**+ 41,2**
Desemprego	**+ 13,5**	**- 16,3**
Inatividade	**+ 5,6**	**- 24,9**

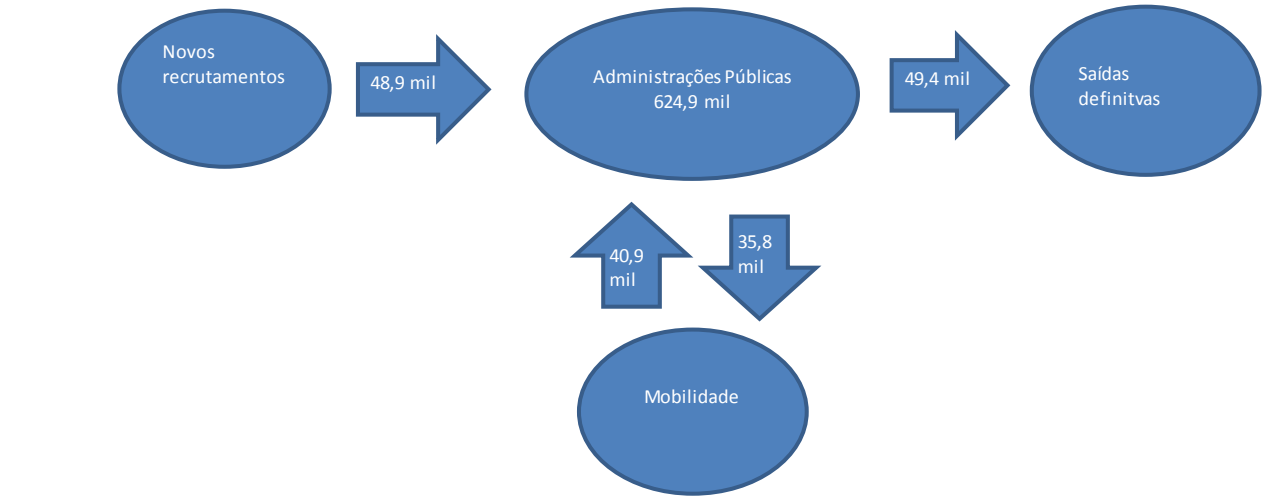
Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

3.1. Emprego nas administrações públicas – fluxos de entradas e saídas

De acordo com os dados da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público, em 2016, entraram nas Administrações públicas, no Continente, cerca de 88,8 mil trabalhadores, sendo que destes, 48,4 mil (cerca de 54,5%) provinham de novos recrutamentos e os restantes da mobilidade e outras situações.

Em contrapartida, saíram das Administrações Públicas 84 mil trabalhadores, 49,4 mil (58%) em definitivo e cerca de 35,3 mil para a mobilidade. Refira-se que, relativamente aos que saíram definitivamente, apenas cerca de 11,9% saíram por reforma/aposentação. Destes movimentos de trabalhadores resultou um acréscimo de 4,8 mil trabalhadores nas Administrações públicas no final do ano que provêm da mobilidade e outras situações, já que o saldo entre os novos recrutamentos e as saídas definitivas era negativo.

Ilustração 3 - Fluxos de entradas e saídas das administrações públicas - 2016



Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

Em 2015, a situação foi muito idêntica a 2016, embora o número de entradas e de saídas tivesse sido mais elevado. O saldo anual foi também positivo (+3,4 mil pessoas) mas destas, cerca de 2,4 mil resultaram do saldo entre novos recrutamentos e saídas definitivas.

Entre 2012 e 2014, o saldo anual de entradas e saídas foi sempre negativo (cerca de -26,5 mil em 2012, 25,6 mil em 2013 e -17,3 mil em 2014).

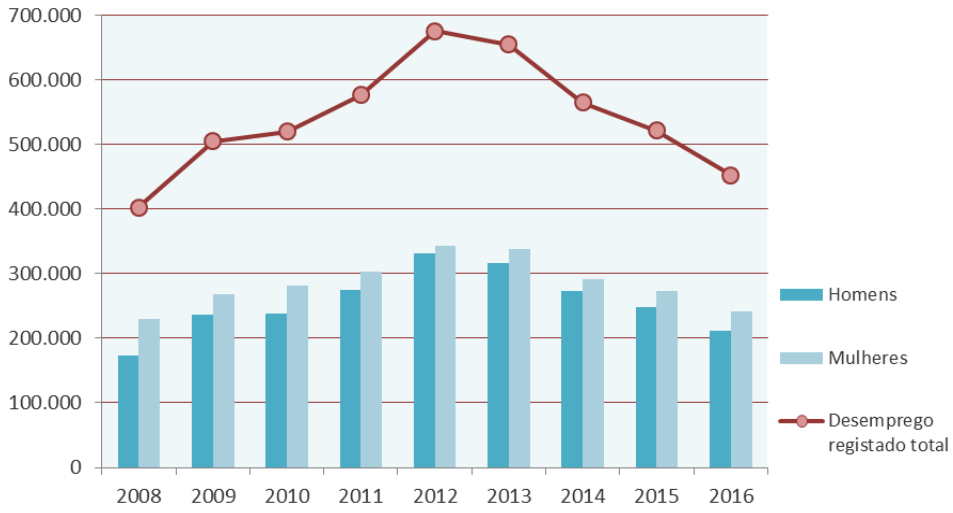
4. DESEMPREGO REGISTADO E PEDIDOS DE EMPREGO NOS CENTROS DE EMPREGO

4.1. Desemprego registado no final de 2016 – situação no fim do mês

No final de dezembro de 2016, de acordo com a informação estatística do IEFP, encontravam-se registados nos Centros de Emprego do Continente, cerca de 452,6 mil desempregados o que representou um decréscimo de aproximadamente 69 mil indivíduos face ao final do ano anterior e de 27,4 mil relativamente ao semestre anterior. Este decréscimo homólogo do desemprego registado foi mais acentuado para os homens (-15%) do que para as mulheres (-11,6%), pelo que o peso relativo masculino decresceu, no final de 2016, representando 46,7% do total do desemprego registado. Face ao semestre anterior, o 2º semestre de 2016 apresentou quebras similares em ambos os sexos (perto de 6%).

Gráfico 85 - Evolução do Desemprego registado por género

Situação no fim do mês



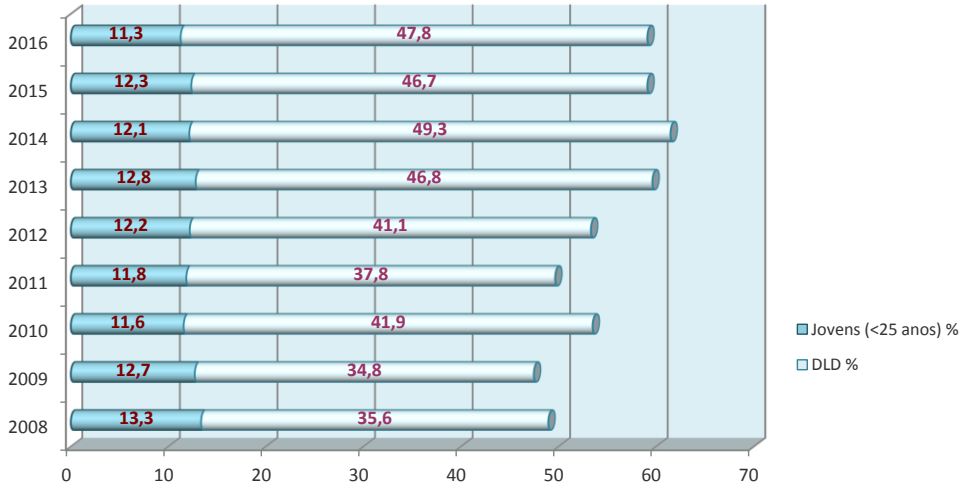
Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Relativamente ao número de desempregados registados de longa duração (DLD), no final de 2016, registou-se uma diminuição de 11,2% face ao período homólogo (menos 27,3 mil pessoas), não obstante o respetivo peso relativo no total de inscritos ter aumentado 1,1 p.p. no mesmo período, atingindo 47,8%. Face ao semestre anterior, registou-se também uma quebra, não obstante menos expressiva (-7,2%, ou seja, menos 16,8 mil indivíduos). Quanto ao número de jovens inscritos, verificou-se igualmente um decréscimo, tanto em relação ao semestre anterior (-5,7%) como ao período homólogo, cuja descida mais acentuada (-20,9%,

ou seja, menos 13,5 mil indivíduos), se repercutiu no seu peso relativo, que diminuiu 1 p.p. em 2016 (11,3%).

Gráfico 86 - Percentagem do Desemprego Jovem e do DLD no Desemprego Registado

Situação no fim do mês



Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

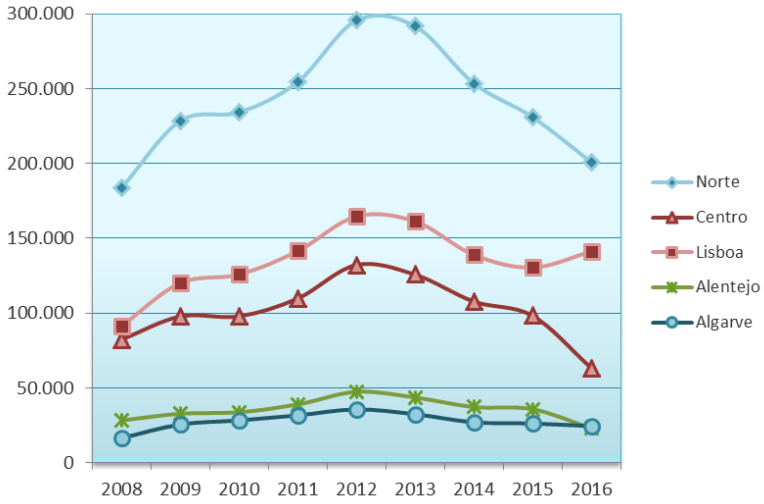
Por outro lado, analisando as diversas regiões do continente, constata-se que a tendência de decréscimo anual do desemprego, iniciada em 2013, se repercutiu por todas as regiões. O Norte continuou a ser a região com um maior número de registos de desemprego, com cerca de 200 mil desempregados inscritos, não obstante ter evidenciado, no final de 2016, uma descida face ao período homólogo (-13,1%).

De salientar que o Norte, só por si, continuou a representar, no final de 2016, mais de 44% do total de registos de desemprego. Seguiram-se Lisboa e Centro, com menos 22,1 mil e 12,6 mil indivíduos inscritos relativamente ao período homólogo, que em conjunto com a região Norte representavam perto de 90% do desemprego registado no total do Continente, em Dezembro de 2016. No que respeita às restantes regiões, tanto o Alentejo como o Algarve evidenciaram igualmente variações negativas, com descidas do número de desempregados (8,9% e 6,6%, respetivamente), o que, em termos absolutos, se traduziu nos decréscimos menos expressivos (menos 2,2 mil pessoas na região alentejana e menos 1,7 mil na região algarvia).

Por outro lado, no final de 2016 e face ao 1º semestre do ano, quase todas as regiões apresentaram quebras do desemprego registado, à exceção do Algarve, onde se constatou um aumento de 66,6% (mais 9,8 mil inscritos), decorrente de um eventual efeito da sazonalidade.

Gráfico 87 - Evolução do Desemprego registado por regiões

Situação no fim do mês

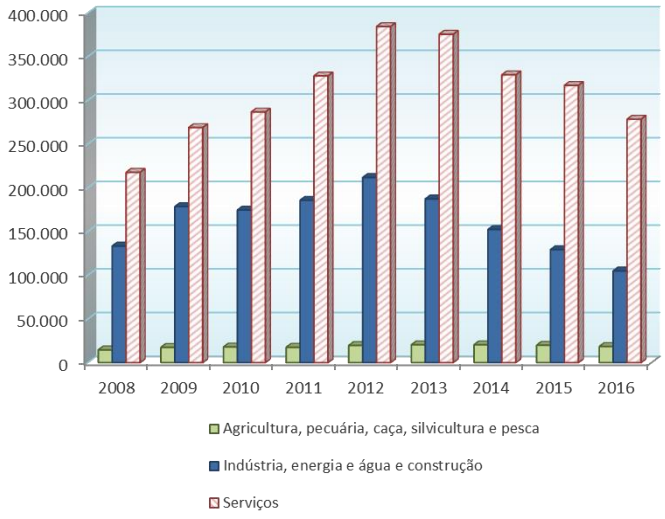


Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Relativamente ao desemprego registado por sectores de atividade, no final de 2016, a maior proporção de desempregados inscritos à procura de novo emprego continuou a provir do sector dos *Serviços* (68,6%), seguindo-se a *Indústria, Energia e Água e Construção* (27,7%) e a *Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca* (4,5%).

Gráfico 88 - Desemprego registado por sectores de atividade

Situação no fim do mês



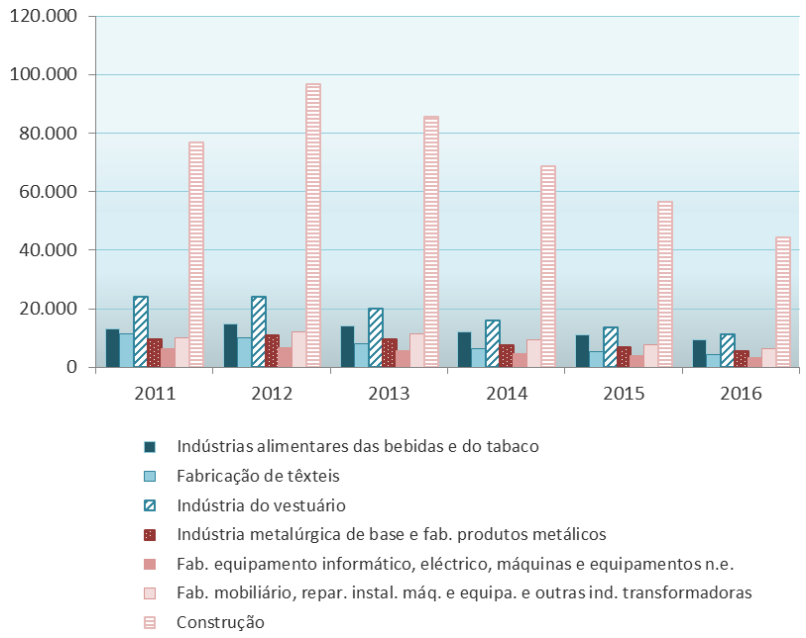
Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Apesar de todos os sectores e subsectores de atividade evidenciarem, sem exceção, em dezembro de 2016, quebras face ao período homólogo, o sector da *Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca* registou, em 2016, a quebra menos expressiva (-7,4%), o que correspondeu, dada a sua menor representatividade (4,5%) no total dos sectores, a uma diminuição de 1472 desempregados. Relativamente aos restantes sectores, não obstante o sector da *Indústria* ter apresentado a maior descida (-18,9%), em termos absolutos foi o sector dos *Serviços* que registou a maior quebra do número de desempregados inscritos (mais de 38 mil). De registar que, apesar deste decréscimo, no final de 2016, este sector continuou a evidenciar o maior peso relativo no conjunto das atividades económicas (68,6%).

Numa análise mais desagregada da *Indústria, Energia e Água e Construção*, foi o subsector da *Construção* que continuou a assumir maior peso relativo no total de desempregados inscritos provenientes da *Indústria* (42,2%), logo seguido da *Indústria do Vestuário* (10,6%) e das *Indústrias alimentares das bebidas e do tabaco* (9%). De salientar que o subsector da *Construção* registou a maior quebra em termos absolutos, com uma diminuição de 12,4 mil desempregados inscritos, logo seguido pela *Indústria do vestuário* que evidenciou também um decréscimo do número de inscrições, com menos 2,5 mil desempregados inscritos neste subsector, face ao período homólogo.

Gráfico 89 - Desempregado registado na Indústria

Situação no fim do mês



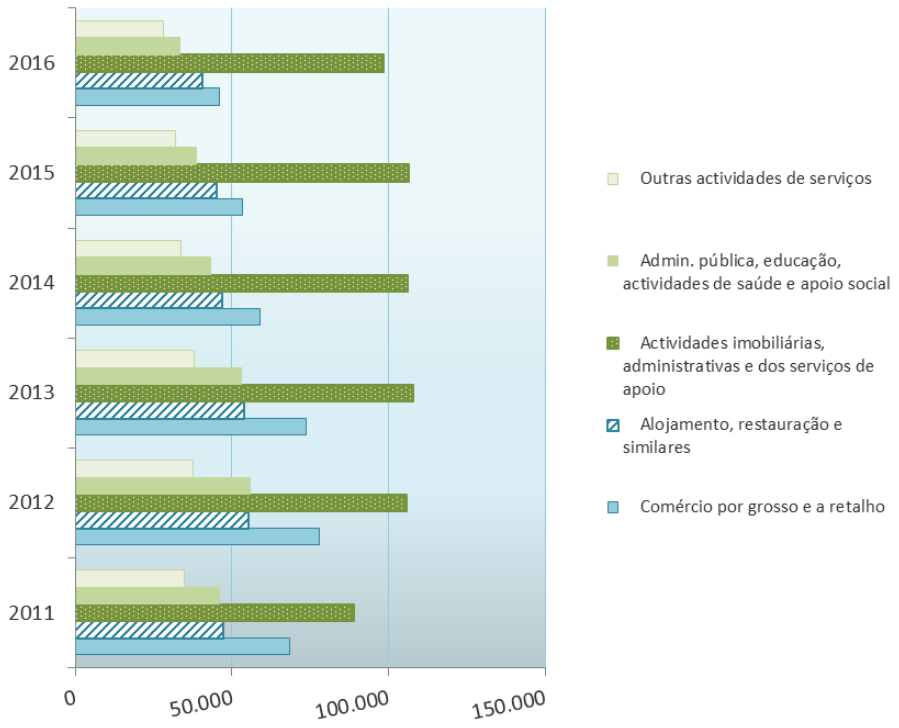
Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

No sector dos *Serviços*, o subsector com maior peso relativo (35,4%) – *Atividades Imobiliárias, Administrativas e dos Serviços de Apoio* – apesar de ter registado um dos decréscimos menos expressivos do desemprego em relação a dezembro de 2015 (-7,5%), em termos absolutos, evidenciou a maior diminuição de desempregados inscritos (menos 8 mil). Relativamente ao subsector do *Comércio por Grosso e a Retalho*, que manteve, no final de 2016, a segunda maior representatividade com 16,6% do total do desemprego registado no sector dos *Serviços*, verificou-se o segundo maior decréscimo, em termos absolutos, do número de desempregados inscritos (menos 7,3 mil).

De salientar o subsector da *Administração Pública, Educação, Atividades de Saúde e Apoio Social* que apresentou, igualmente, uma descida expressiva do número de desempregados inscritos (menos 5,5 mil), apesar da sua representatividade no total do sector dos serviços corresponder a 12%.

Gráfico 90 - Desemprego registado nos Serviços

Situação no fim do mês



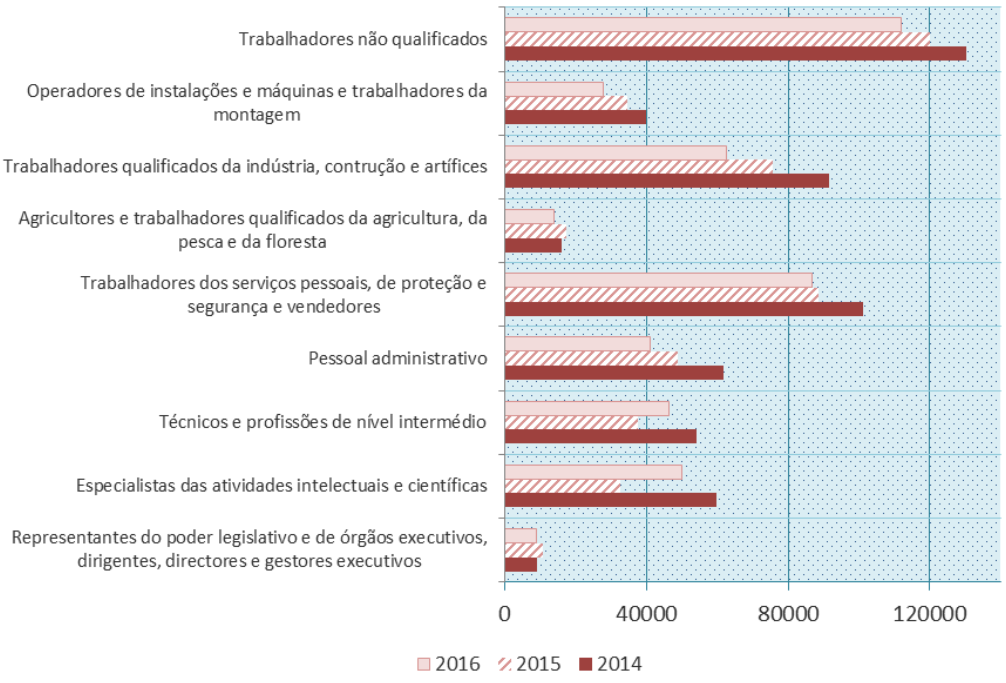
Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

No final de 2016, as profissões mais representadas nos ficheiros dos Centros de Emprego do Continente continuaram a ser os *Trabalhadores não qualificados* (24,9%) e o *Pessoal dos serviços de proteção e segurança* (19,3%), sucedendo-se os *Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices* (13,9%).

Em termos absolutos, a evolução face ao período homólogo indiciou uma quebra na maioria das profissões, tendo-se verificado os maiores decréscimos do número de inscritos nas profissões dos *Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices* (menos 13,1 mil), dos *Trabalhadores não qualificados* (menos 7,9 mil) e do *Pessoal administrativo* (menos 7,6 mil). De salientar que, os grupos profissionais dos *Especialistas das atividades intelectuais e científicas* e dos *Técnicos e profissões de nível intermédio* evidenciaram uma situação inversa, com uma subida do número de desempregados inscritos na ordem dos 17,5 mil e 8,8 mil, respetivamente.

Gráfico 91 - Desemprego registado (novo emprego) por profissões

Situação no fim do mês



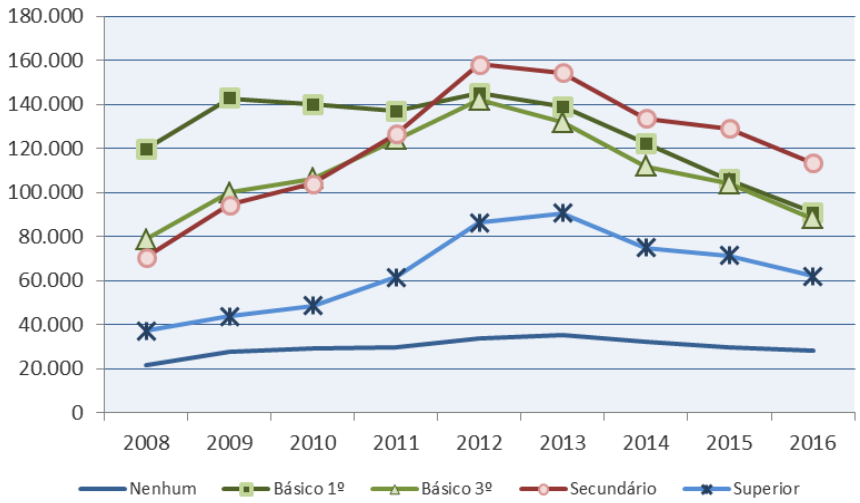
Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Ao nível das habilitações, constata-se que os desempregados registados com o 3º ciclo do Ensino Básico, Secundário ou Superior têm vindo a assumir maior peso no desemprego total, em detrimento dos que têm níveis inferiores de habilitações. Contudo, no final de 2016, os desempregados registados com o Ensino

Secundário assumiram o maior peso no desemprego total (25%), apesar de uma diminuição de 12,2% face ao período homólogo. De salientar que, os decréscimos mais acentuados se registaram nos três níveis do Ensino Básico, o que se repercutiu nos respetivos pesos relativos que evidenciaram ligeiras diminuições.

Gráfico 92 - Evolução do desemprego registado por níveis de habilitações

Situação no fim do mês



Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

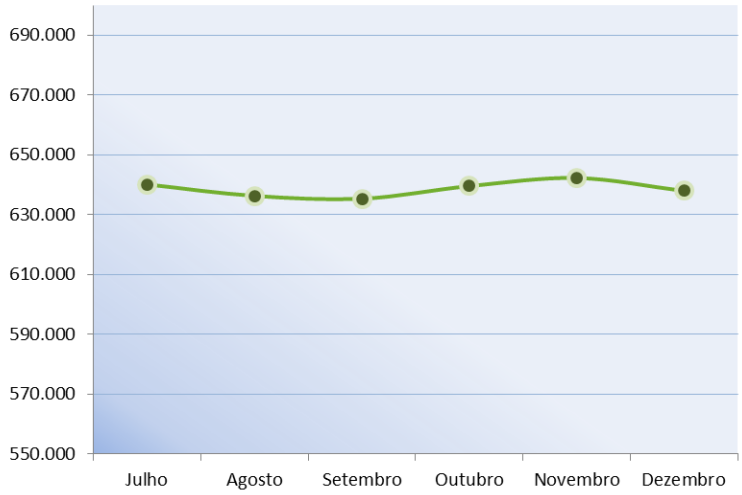
Por outro lado, relativamente ao semestre anterior, no final de 2016, os decréscimos mais elevados, quer em termos percentuais quer em termos absolutos, evidenciaram-se entre os desempregados com o 3º ciclo do Ensino Básico (-8,2 mil desempregados), logo seguidos pelos que possuem o 1º ciclo do Ensino Básico e o Ensino superior (-6 mil e -4,1 mil, respetivamente).

4.2. Análise dos pedidos de emprego registados no 2º semestre de 2016 – situação no fim dos meses

De acordo com a informação disponibilizada pelo IEFP para o continente, no decurso do 2º semestre de 2016, a evolução dos pedidos de emprego apresentou alguma oscilação, com um decréscimo entre julho e setembro, mês em que se registou cerca de 635,3 mil pedidos. De notar que nos meses de outubro e novembro, constata-se um ligeiro aumento dos pedidos de emprego (mais 4,2 mil e 2,7 mil, respetivamente), não obstante no mês de dezembro, após um decréscimo, o número total destes pedidos ter registado 637,9 mil inscrições.

Gráfico 93 - Evolução dos pedidos de emprego

Situação no fim do mês (2º semestre de 2016)

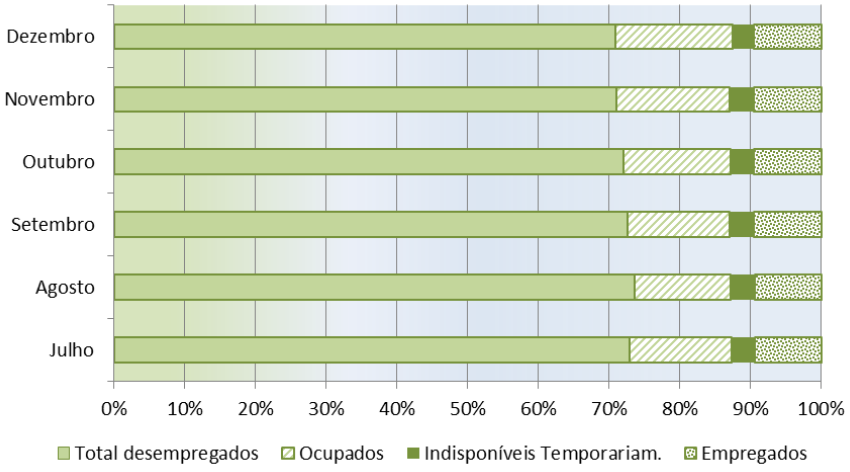


Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Numa análise mais detalhada dos diferentes tipos de pedidos de emprego por situação face ao emprego, constata-se que os pedidos por parte de desempregados assumiram uma grande expressão em todos os meses do semestre, com percentagens superiores a 70%, logo seguidos pela categoria dos que se encontram ocupados e que procuram um emprego.

Gráfico 94 - Pedidos de emprego por situação face ao emprego

Situação no fim do mês (2º semestre de 2016)



Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Relativamente aos pedidos de emprego por desempregados, a partir de setembro, observa-se um decréscimo no final de cada mês do semestre em análise, ou seja, registou-se uma quebra de cerca de 15,6 mil desempregados, entre o final de agosto (468.282) e o de dezembro (452.652).

Gráfico 95 - Evolução do desemprego registado

Situação no fim do mês (2º semestre de 2016)

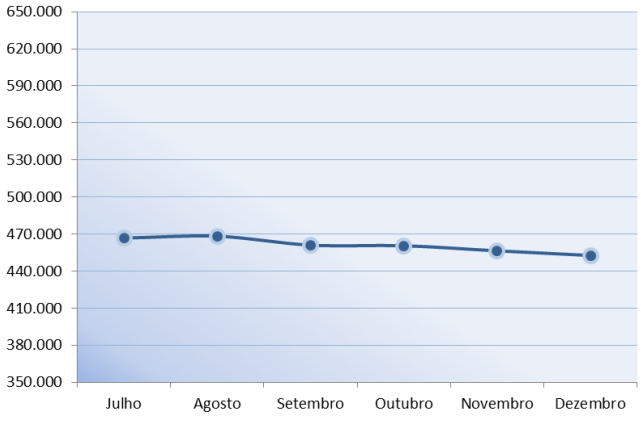
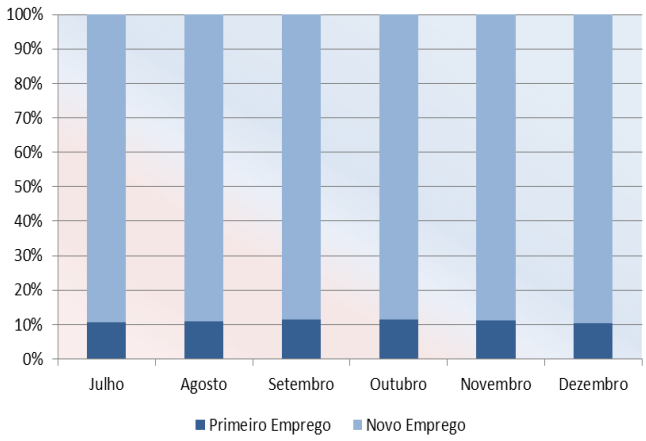


Gráfico 96 - Desemprego registado

por situação face ao emprego

Situação no fim do mês (2º semestre de 2016)



Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Contudo, uma análise mais pormenorizada deste desemprego registado, evidencia um decréscimo dos pedidos de novo emprego, a partir de julho e até final de dezembro. De salientar que, os pedidos de novo emprego representaram perto de 90% do desemprego registado nos centros de emprego, no final de cada mês do semestre. Quanto aos pedidos para 1º emprego, constatou-se um ligeiro aumento nos primeiros meses do semestre em análise, tendo-se verificado uma diminuição a partir do final de outubro.

Ainda no que respeita ao desemprego registado, observou-se uma maior incidência entre as mulheres, cujo valor total de pedidos, quer para novo emprego, quer para 1º emprego atingiu, na média do semestre, 248,2 mil registos (54%), cerca de mais 35,5 mil pedidos face aos desempregados masculinos (46%). Por outro lado, considerando a informação disponível por grupos etários, constata-se que o desemprego registado se concentrou sobretudo nas idades de 25 e mais anos, dado que, em termos médios, entre julho e dezembro de 2016, se encontravam registados 407,5 mil (88%) pedidos no final de cada mês.

Gráfico 97 - Desemprego registado por sexo

Situação no fim do mês (Média do 2º semestre de 2016)

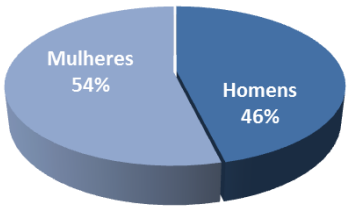
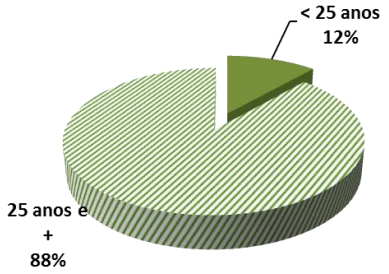


Gráfico 98 - Desemprego registado por grupo etário

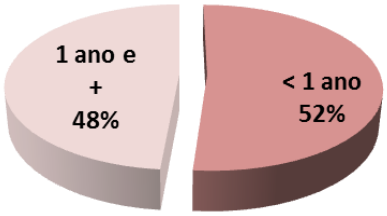
Situação no fim do mês (Média do 2º semestre de 2016)



Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Gráfico 99 - Desemprego registado por tempo de inscrição

Situação no fim do mês (Média do 2º semestre de 2016)



Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

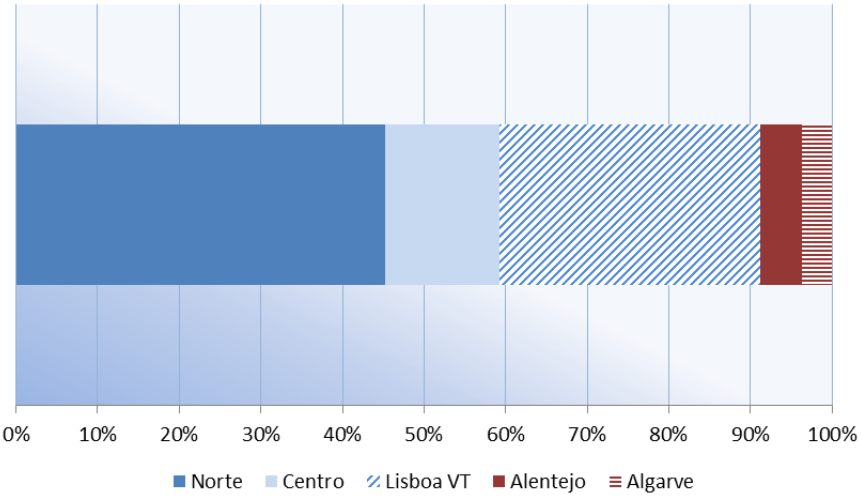
Quanto ao desemprego registado por tempo de inscrição, verifica-se que, na média do semestre, a sua representatividade foi quase equivalente. Todavia, analisando o total de desempregados inscritos no final de cada mês, verifica-se que os que se encontravam inscritos há mais de 1 ano diminuíram todos os meses do semestre entre julho e dezembro, passando de 228,5 mil para 216,5 mil (menos 12 mil pessoas).

Relativamente aos desempregados inscritos há menos de 1 ano, após um aumento de registos entre julho e agosto, constatou-se uma quebra a partir do mês de Setembro, que se manteve até ao final do semestre em análise, o que correspondeu a cerca de menos 4,2 mil registos.

A nível regional e em termos médios do semestre, o Norte concentrou a maior proporção do desemprego registado no fim de cada mês, com quase 208,5 mil pedidos de emprego por desempregados, logo seguido por Lisboa e Vale do Tejo, com mais de 147 mil e pela região Centro, com 64,6 mil. Quanto ao Alentejo e ao Algarve, ambas as regiões apresentaram valores menos expressivos, entre os 23 mil e os 17 mil pedidos.

Gráfico 100 - Desemprego registado por região

Situação no fim do mês (Média do 2º semestre de 2016)

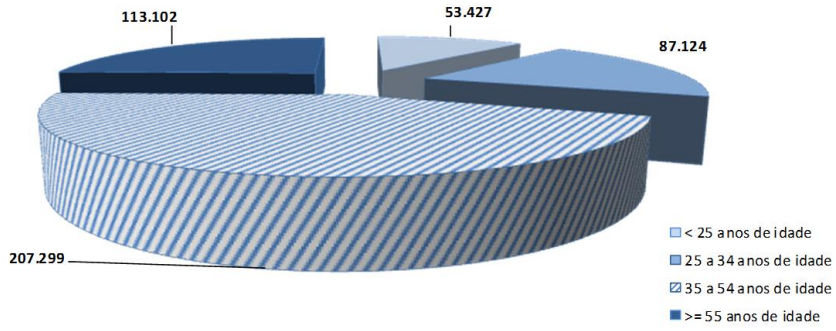


Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Quanto à estrutura etária, na média do semestre, observa-se que a grande maioria (45%) dos desempregados inscritos nos centros de emprego, no fim do mês, tinham idades compreendidas entre os 35 e os 54 anos (207,3 mil), valor ainda assim superior ao conjunto das inscrições dos desempregados com 55 ou mais anos (113,1 mil) e dos com 25 a 34 anos de idade (87,1 mil). De registar que a categoria etária mais jovem, respeitante aos desempregados com menos de 25 anos, assumiu a menor expressão, com cerca de 53 mil registos.

Gráfico 101 - Desemprego registado por grupo etário

Situação no fim do mês (Média do 2º semestre de 2016)

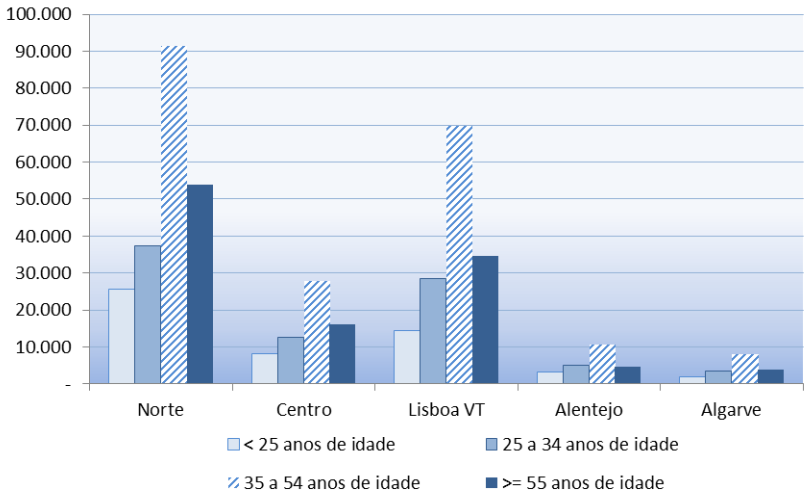


Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Considerando os diferentes grupos de idades e a diversidade regional, constata-se que, na média do 2º semestre de 2016, à exceção do Alentejo, todas as restantes regiões acompanharam a tendência nacional. Assim, no Alentejo, para além dos desempregados de 35 a 54 anos, que se evidenciaram como o grupo etário mais representado, surgiu em segundo lugar a categoria de idades entre os 25 e os 34 anos.

Gráfico 102 - Desemprego registado por grupo etário e região

Situação no fim do mês (Média do 2º semestre de 2016)

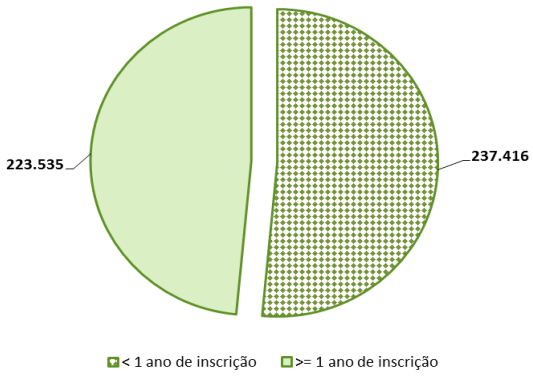


Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

No que respeita ao tempo de inscrição, no 2º semestre de 2016, os desempregados inscritos há menos de um ano apresentaram uma maior incidência (51,5%), apesar do diferencial entre ambas as categorias, na média do semestre, ter sido pouco significativo.

Gráfico 103 - Desemprego registado por tempo de inscrição

Situação no fim do mês (Média do 2º semestre de 2016)

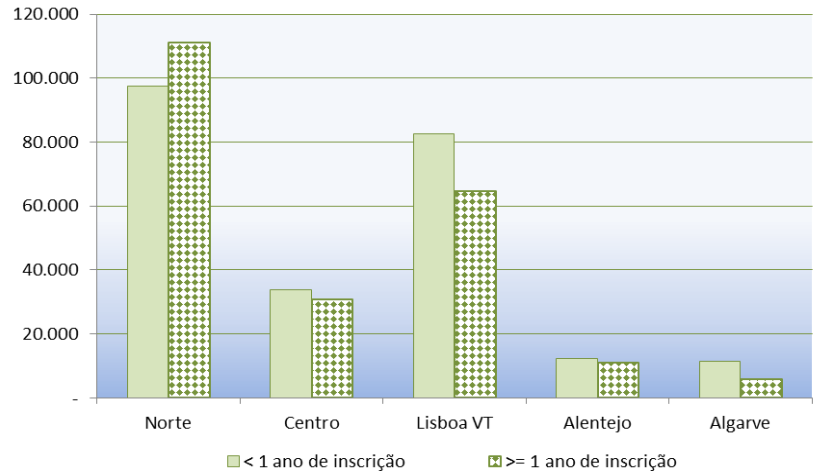


Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Porém, quando analisadas regionalmente, estas categorias continuaram a evidenciar proporções diferenciadas consoante as regiões. Assim, à exceção do Norte, onde o número de desempregados inscritos há um ou mais anos foi maioritário (53,3%), em todas as restantes regiões os desempregados inscritos há menos de um ano assumiram um maior peso, em particular na região de Lisboa e Vale do Tejo (56,1%) e no Algarve (66,1%).

Gráfico 104 - Desemprego registado por tempo de inscrição e região

Situação no fim do mês (Média do 2º semestre de 2016)

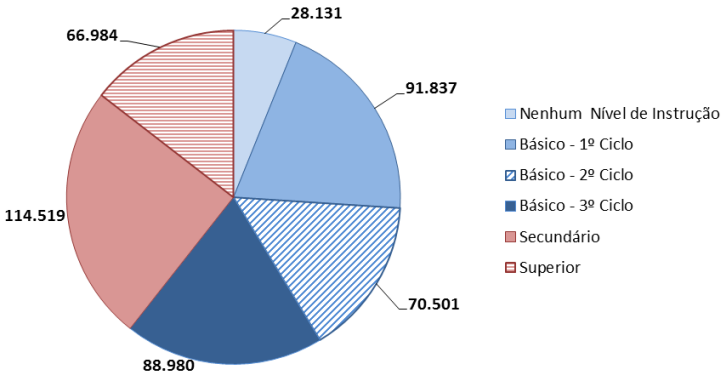


Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Ainda no que concerne ao desemprego registado, tendo em conta os diversos níveis de escolaridade, verificou-se uma incidência similar em todos os níveis, exceção feita aos desempregados inscritos sem qualquer tipo de instrução, cujo valor, na média do semestre, assumiu o menor significado (28,1 mil), ao contrário do nível secundário (114,5 mil) que apresentou o maior número de registos.

Gráfico 105 - Desemprego registado por nível de instrução

Situação no fim do mês (Média do 2º semestre de 2016)



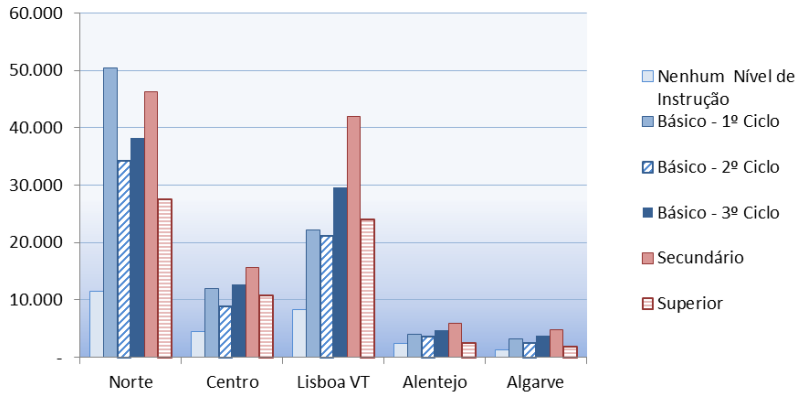
Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

De salientar que, os desempregados inscritos com o ensino básico, só por si, concentraram mais de metade dos registos com cerca de 54,5% do total.

A nível regional e em termos médios, o Norte continuou a registou, no fim do mês, o maior contingente de desempregados com o ensino básico do 1º ciclo (24,2%), o que contrastou com as restantes regiões, cujos desempregados detinham maioritariamente o ensino secundário, logo seguido de perto pelo ensino básico do 3º ciclo.

Gráfico 106 - Desemprego registado por tempo de inscrição e região

Situação no fim do mês (Média do 2º semestre de 2016)

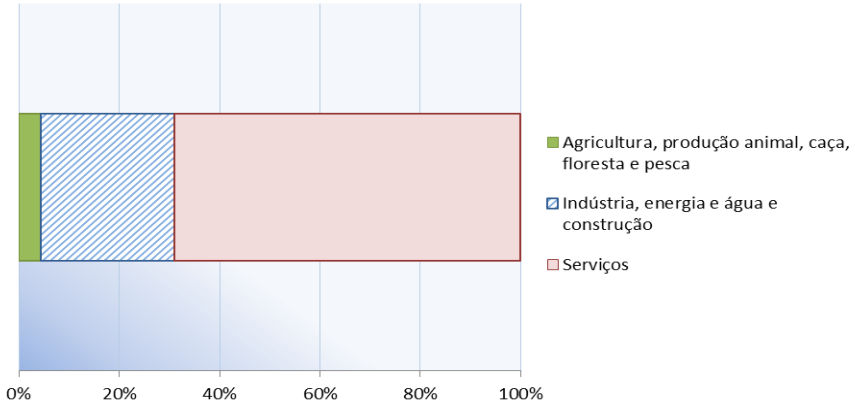


Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Quanto ao sector de atividade de origem do desemprego, do total de desempregados, candidatos a novo emprego, que se encontravam inscritos no final dos meses do 2º semestre de 2016, a maioria provinha, em termos médios, do sector dos *Serviços* (68,2%).

Gráfico 107 - Desemprego registado (novo emprego) por atividade económica

Situação no fim do mês (Média do 2º semestre de 2016)



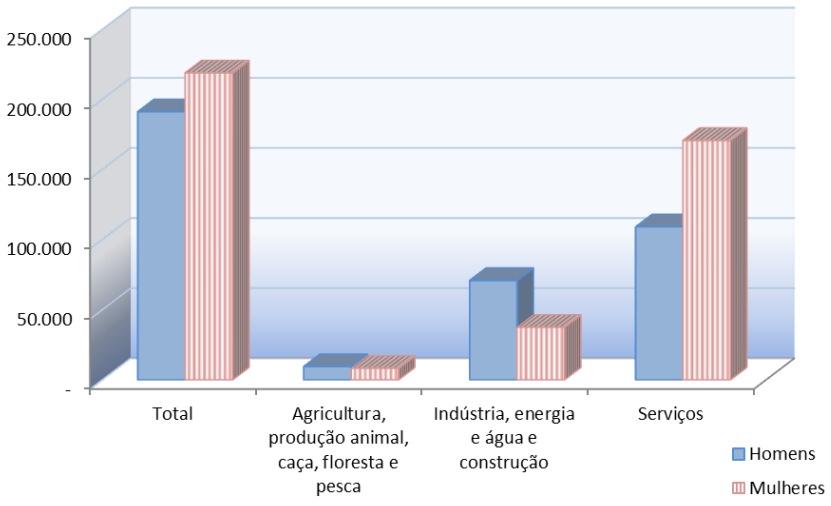
Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Em segundo lugar, não obstante com menor expressão, evidenciou-se o sector da *Indústria* (26,4%), com destaque para o subsector da *Construção*. Por último, ao sector agrícola pertenciam apenas cerca de 4,3% dos desempregados inscritos como candidatos a novo emprego.

Ainda ao nível dos grandes sectores económicos, continuou a evidenciar-se, na média do 2º semestre de 2016, uma maior concentração de desempregados masculinos nas atividades da *Indústria* (65,4%) e nas da *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* (53,4%), o que contrastou com o sector dos *Serviços*, onde os desempregados inscritos como candidatos a novo emprego foram maioritariamente do sexo feminino (61%). De salientar que, no sector da *Indústria*, os homens foram responsáveis por quase dois terços do desemprego registado.

Gráfico 108 - Desemprego registado (novo emprego) por atividade económica e sexo

Situação no fim do mês (Média do 2º semestre de 2016)

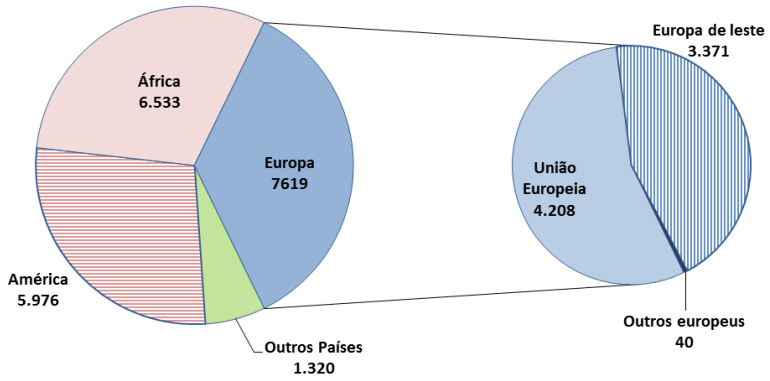


Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Considerando, ainda, o desemprego registado no final de 2016, constata-se que foram os imigrantes oriundos da Europa quem mais contribuiu para o decréscimo do desemprego em termos homólogos, com uma quebra de 15%, não obstante relativamente ao semestre anterior, terem evidenciado um acréscimo de 12%. De referir que, apesar desta descida homóloga da imigração europeia que se repercutiu de forma similar tanto pelos imigrantes da União Europeia, como pelos originários da Europa de leste, o peso relativo deste grupo no total do desemprego registado por imigrantes, manteve-se praticamente inalterado.

Gráfico 109 - Desemprego registado por nacionalidade

Situação no fim de 2016



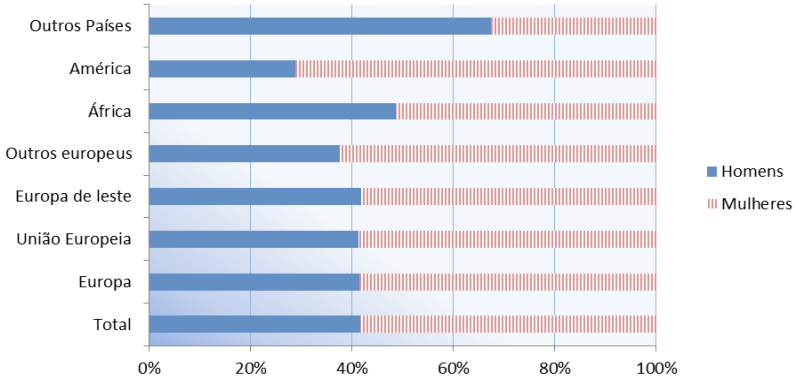
Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Por outro lado, o decréscimo do contingente de imigrantes africanos, quer face ao semestre anterior (-11%) quer face ao homólogo (-21%), originou uma diminuição da representatividade deste grupo, que, entre o final de 2015 e o de 2016, passou de 33% para 30,8% do total do desemprego registado dos imigrantes.

Por último, tendo em conta a nacionalidade e sexo do desemprego dos imigrantes registados nos centros de emprego, evidencia-se que, no final do 2º semestre de 2016, a contribuição feminina para o desemprego proveio sobretudo dos continentes europeu (4,5 mil) e americano (4,3 mil), enquanto os imigrantes desempregados masculinos são maioritariamente oriundos de África (3,2 mil) e da Europa (3,1 mil).

Gráfico 110 - Desemprego registado por nacionalidade e sexo

Situação no fim do mês de junho de 2016



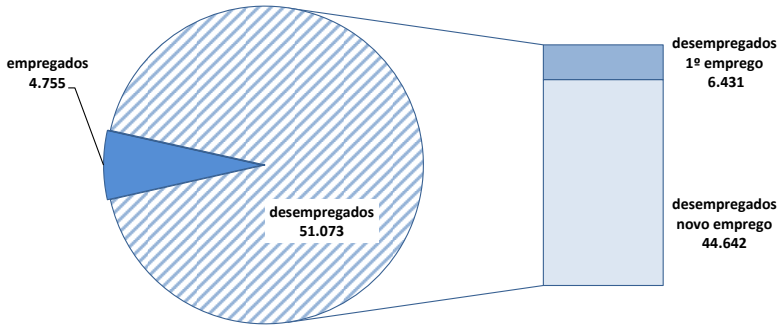
Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

4.3. Análise dos pedidos de emprego registados nos centros de emprego – movimento ao longo do mês

Analisando a informação mensal das estatísticas do *Mercado de emprego* do IEFP, relativa ao 2º semestre de 2016, denota-se que ao longo dos meses, em termos médios, os pedidos de emprego foram sobretudos de desempregados inscritos como candidatos a novo emprego (cerca de 80%).

Gráfico 111 - Pedidos de emprego por situação face ao emprego

Movimento ao longo do mês (Média do 2º semestre de 2016)

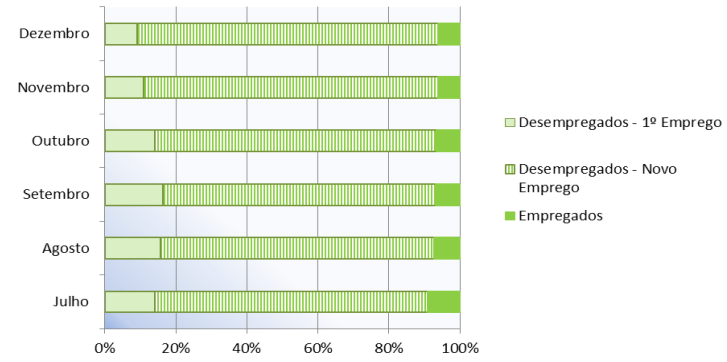


Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Uma análise mais detalhada desta informação, permite constatar que, entre julho e agosto de 2016, o número de pedidos de emprego cresceu, tendo esta situação sido invertida a partir de outubro e até ao final do ano. De notar que este aumento, nos primeiros meses do semestre, foi evidenciado quer por desempregados à procura de 1º emprego, quer por desempregados inscritos como candidatos a um novo emprego.

Gráfico 112 - Pedidos de emprego por situação face ao emprego

Movimento ao longo do mês (1º semestre de 2016)

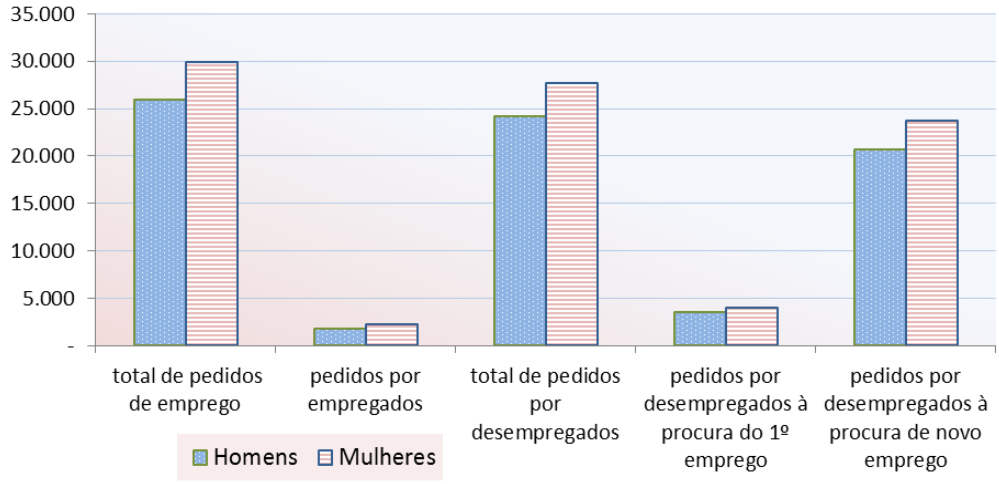


Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Por outro lado, neste 2º semestre de 2016, continua a evidenciar-se que, não obstante ao longo dos diversos meses do semestre, o número de pedidos de emprego por mulheres ter sido, em média, superior face aos dos homens, quando se consideram as diferentes situações face ao emprego, constata-se que as proporções não foram equivalentes. De facto, os pedidos de novo emprego por parte de mulheres que se encontravam empregadas (56,3%) assumiu um maior peso relativo quando comparados com os dos homens em igual situação.

Gráfico 113 - Pedidos de emprego por situação face ao emprego e por sexo

Movimento ao longo do mês (Média do 2º semestre de 2016)



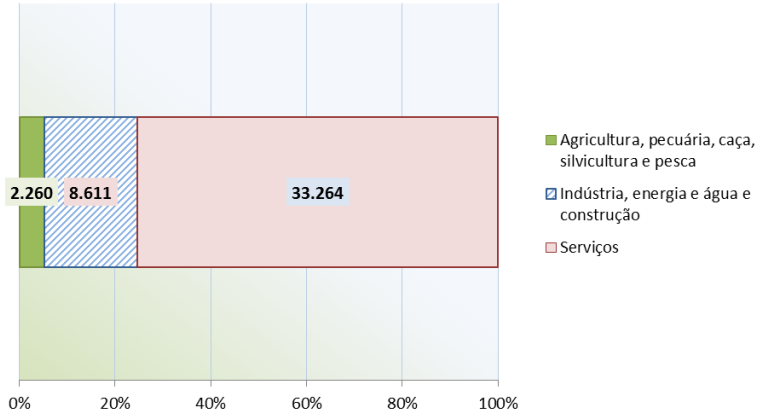
Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Quanto aos pedidos dos desempregados registados ao longo dos meses do semestre em análise, em termos médios, a diferença entre os sexos evidenciou-se mais expressiva (53,4% para as mulheres e 46,6% para os homens), em particular quando comparada com o semestre anterior.

Relativamente à atividade económica de origem do desemprego, ao longo dos meses do 2º semestre de 2016, em média, a grande maioria dos desempregados candidatos a novo emprego continuou a provir do sector dos *Serviços* (75,1%), logo seguido do da *Indústria* (19,4%), cujo peso relativo registou um ligeiro decréscimo quer em termos homólogos, quer face ao semestre anterior. De notar que a *agricultura*, apesar de ligeiras oscilações, manteve a mesma representatividade no total dos sectores, quer relativamente ao 2º semestre de 2015, quer ao 1º de 2016.

Gráfico 114 - Desempregados inscritos (novo emprego) por sector de atividade

Movimento ao longo do mês (Média do 2º semestre de 2016)

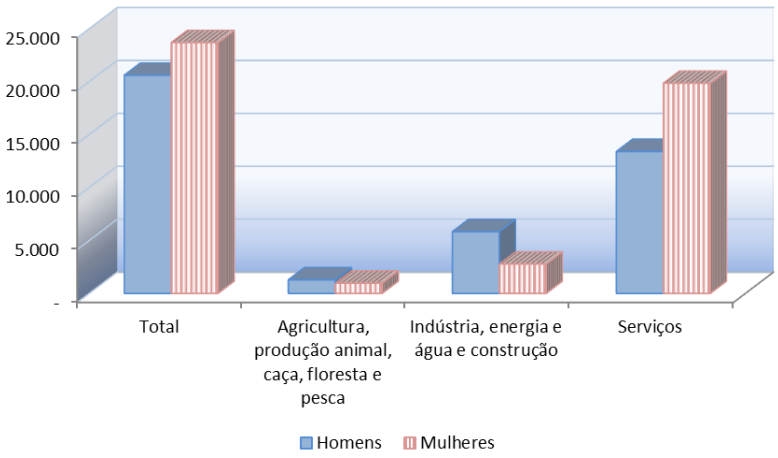


Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Ao longo dos meses do 2º semestre de 2016, em média, foram as mulheres quem mais contribuiu para o desemprego registado no sector dos *Serviços*, ao contrário das restantes atividades económicas, onde o volume de desempregados inscritos como candidatos a novo emprego foi superior no contingente masculino. Desta forma, o número de mulheres desempregadas provenientes das atividades dos *Serviços* atingiu cerca de 60%, o que contrastou com os sectores *agrícola* e da *Indústria*, onde os desempregados masculinos representaram 57% e 68%, respetivamente.

Gráfico 115 - Desempregados inscritos (novo emprego) por atividade económica e sexo

Movimento ao longo do mês (Média do 2º semestre de 2016)



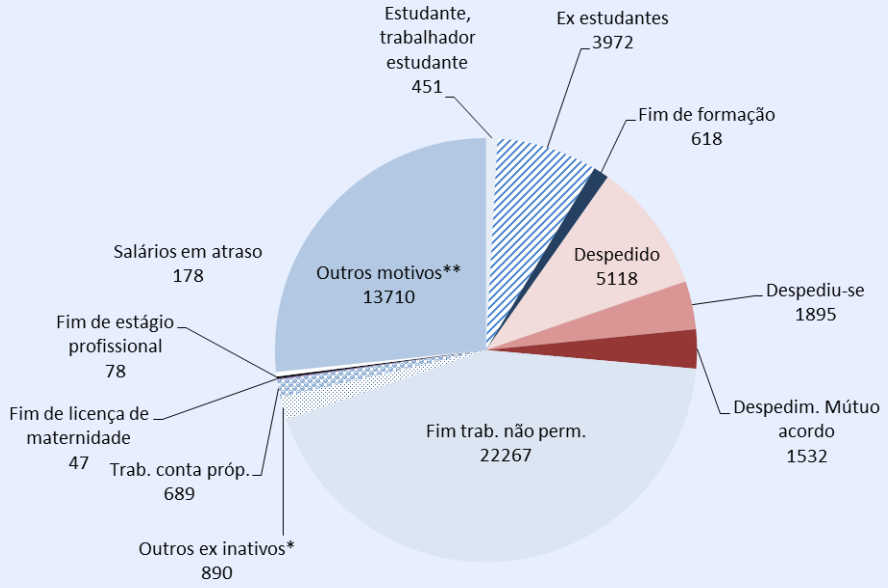
Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

MOTIVOS DE INSCRIÇÃO DOS DESEMPREGADOS NO SERVIÇO PÚBLICO DE EMPREGO

De acordo com a informação estatística disponibilizada pelo *Mercado de emprego* do IEFP, em 2016, o principal motivo de inscrição dos desempregados nos Centros de Emprego foi o *Fim de trabalho não permanente*, que representou 43% do total dos registos de desemprego, logo seguido, não obstante com uma representatividade bastante menor, pelas categorias dos *Despedidos* (10%), dos *Ex-estudantes* (8%), dos *Despediram-se* (4%) e das situações de *Despedimento por mútuo acordo* (3%).

Gráfico 116 - Motivos de inscrição dos desempregados em 2016

Média mensal do movimento ao longo do ano



* Inclui Ex domésticas, reformados e situações de fim de indisponibilidade prolongada para o emprego.

** Inclui fim do serviço militar obrigatório, ex-emigrantes, beneficiários de prestações de desemprego no espaço europeu, situações de reinscrições e de más condições de trabalho, subutilização ou baixo salário, bem como outros motivos.

Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

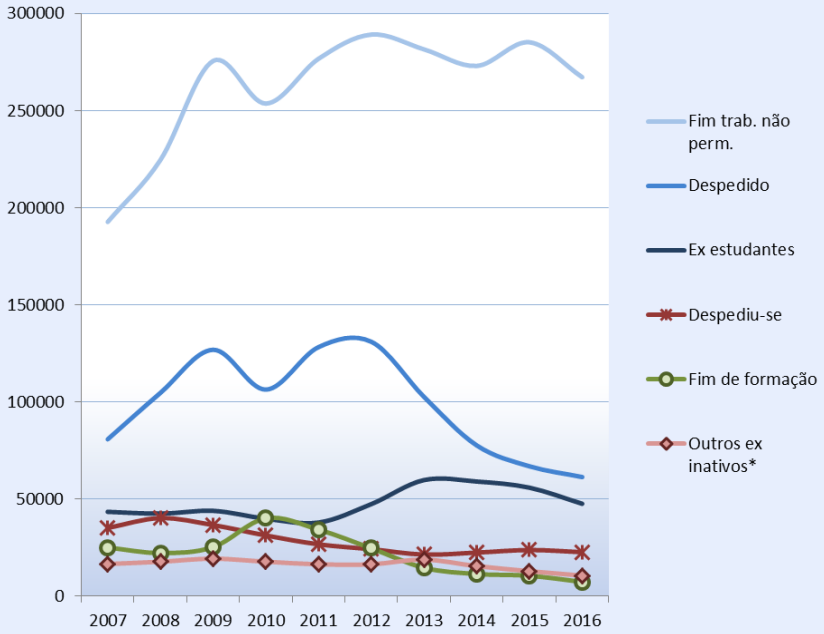
Por outro lado, considerando a evolução dos motivos de inscrição dos desempregados ao longo da última década, constata-se que a categoria mais representada – *Fim de trabalho não permanente* – tem vindo a apresentar uma trajetória de oscilação, evidenciando três picos de aumento no volume de registos, em 2009, 2012 e 2015.

De salientar que, apesar do decréscimo desta categoria em 2016, quando comparada com o início da década em análise, verifica-se um acréscimo de cerca de 39%, ou seja mais 74,5 mil inscrições de desempregados devido ao *Fim de trabalho não permanente*.

No que concerne à segunda categoria mais representada, a dos desempregados inscritos por terem sido *Despedidos*, a análise da sua evolução, ao longo dos últimos 10 anos, traduz uma redução de 19,4 mil registos em 2016 face a 2007, não obstante os acréscimos no volume de inscrições verificados em 2009 e 2012.

Gráfico 117 - Evolução dos principais motivos de inscrição dos desempregados

Total dos movimentos ao longo dos meses



* Inclui Ex domésticas, reformados e situações de fim de indisponibilidade prolongada para o emprego.

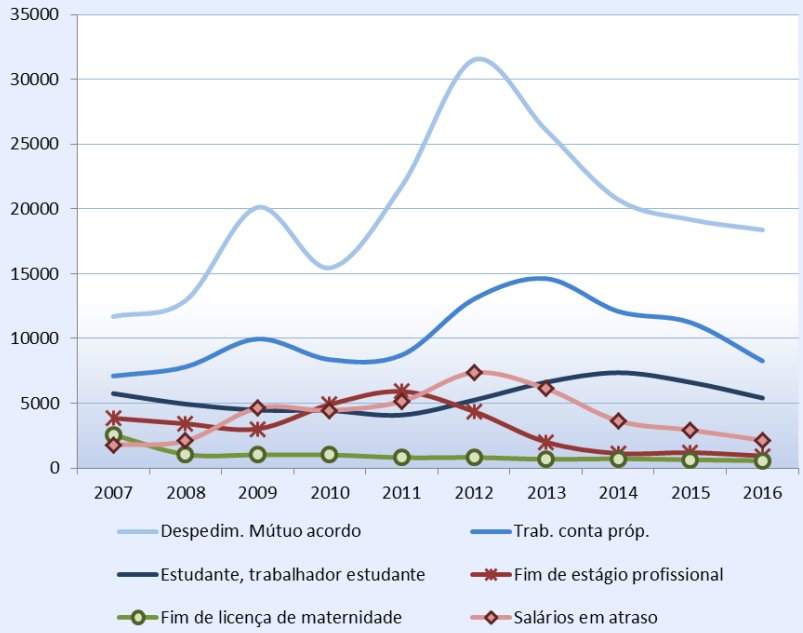
Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Quanto aos *Ex-estudantes*, que ocupam a terceira categoria na escala dos motivos de inscrição, o número de registos apresentou alguma constância até 2012, ano a partir do qual se evidenciou uma subida, com maior expressividade em 2013 e 2014. De notar que, os *Ex-estudantes* inscritos como desempregados infletiram a sua trajetória ascendente a partir de 2015.

Relativamente aos motivos de inscrição *Despediu-se*, *Fim de formação* e *Outros Ex inativos* (E*x domésticas, reformados e situações de fim de indisponibilidade prolongada para o emprego*), constata-se uma perda expressiva da sua representatividade face ao início da década em análise, em 2007. Com efeito, no decurso dos últimos 10 anos, estas três categorias, em conjunto, viram o seu peso relativo diminuir 8 p.p., tendo passado de 14,6%, em 2007, para 6,6%, em 2016.

Gráfico 118 - Evolução de outros motivos de inscrição dos desempregados

Total dos movimentos ao longo dos meses



Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Por último, no que respeita aos motivos de inscrição que concentram um menor número de desempregados registados, nomeadamente o *Despedimento por mútuo acordo*, os *Trabalhadores por conta própria* e as situações de *Salários em atraso*, verificou-se um decréscimo nos últimos anos, apesar destas categorias terem apresentado subidas significativas nos anos de 2009 e 2012. Quanto às situações de *Fim de estágio* e aos *Estudantes e trabalhadores estudantes*, após um percurso de oscilação nos primeiros anos da década em análise, evidenciou-se uma tendência de decréscimo nos últimos anos.

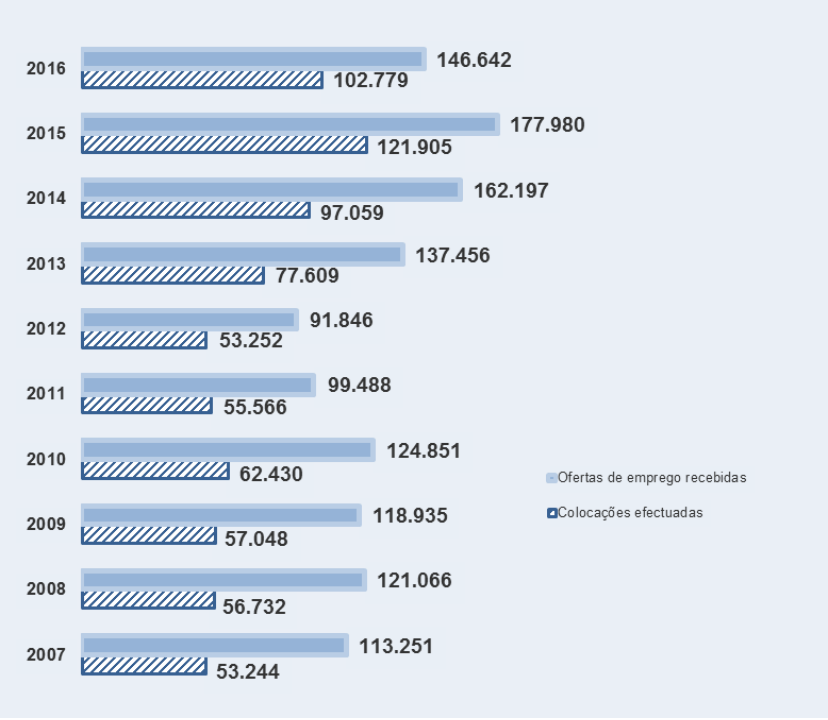
5. OFERTAS E COLOCAÇÕES DOS CENTROS DE EMPREGO

5.1. Análise das ofertas e colocações dos centros de emprego em 2016

Segundo os dados disponibilizados pelo IEFP, as ofertas de emprego recebidas nos Centros de Emprego sofreram um decréscimo ao longo de 2016, invertendo-se assim a tendência de aumento progressivo que se verificava desde 2012. Desta forma, o número de ofertas diminuiu 21,4%, atingindo perto de 147 mil ofertas recebidas durante o ano de 2016.

Por outro lado, em 2016 e face ao período homólogo, o número de colocações efetuadas pelos Centros de Emprego apresentou igualmente uma quebra. Deste modo, o número de colocações evidenciou uma variação negativa na ordem dos 15,7%, no período em análise, o que correspondeu a menos 19,1 mil colocações face ao ano de 2015.

Gráfico 119 - Ofertas e colocações recebidas nos Centros de Emprego



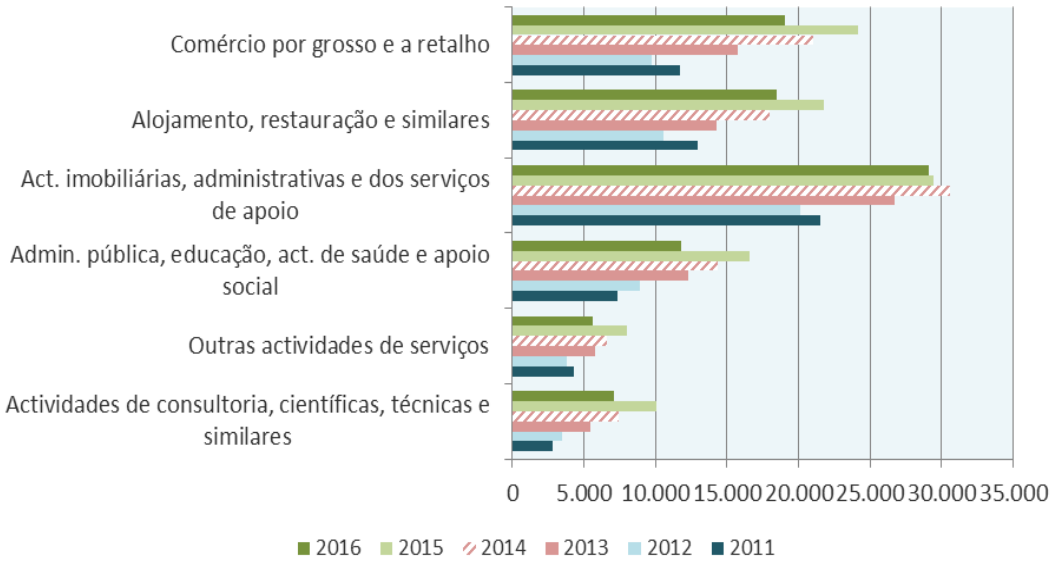
Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Em termos sectoriais, constata-se que todos os sectores e subsectores, sem exceção, contribuíram para a diminuição do número total de ofertas de emprego recebidas em 2016, com destaque para o

sector dos *serviços* que, em termos absolutos, registou a maior quebra de ofertas (-21,6 mil), dado que representa 68,4% do valor total. De salientar que, também os sectores da *indústria* e da *agricultura* apresentaram decréscimos no total de ofertas de emprego recebidas em 2016 (-20% e 24,5% respetivamente), o que, em termos absolutos, correspondeu a menos 7,6 mil ofertas na área da *indústria* e a menos 2,1 mil na da *agricultura*.

Uma análise desagregada das ofertas de emprego permite evidenciar que, em 2016, as ofertas oriundas dos *Serviços* concentravam-se, em particular, nas *Atividades imobiliárias, administrativas e dos serviços de apoio* (19,8%), no *Comércio por grosso e a retalho* (13%) e no *Alojamento, restauração e similares* (12,6%). Contudo, foram os subsectores das *Atividades financeiras e de seguros*, das *Outras atividades de serviços*, das *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* e da *Administração pública, educação, atividades de saúde e apoio social*, que registaram as maiores variações negativas com 89,8%, 43,1%, 40,7% e 40,1%, respetivamente.

Gráfico 120 - Ofertas de emprego recebidas – Serviços

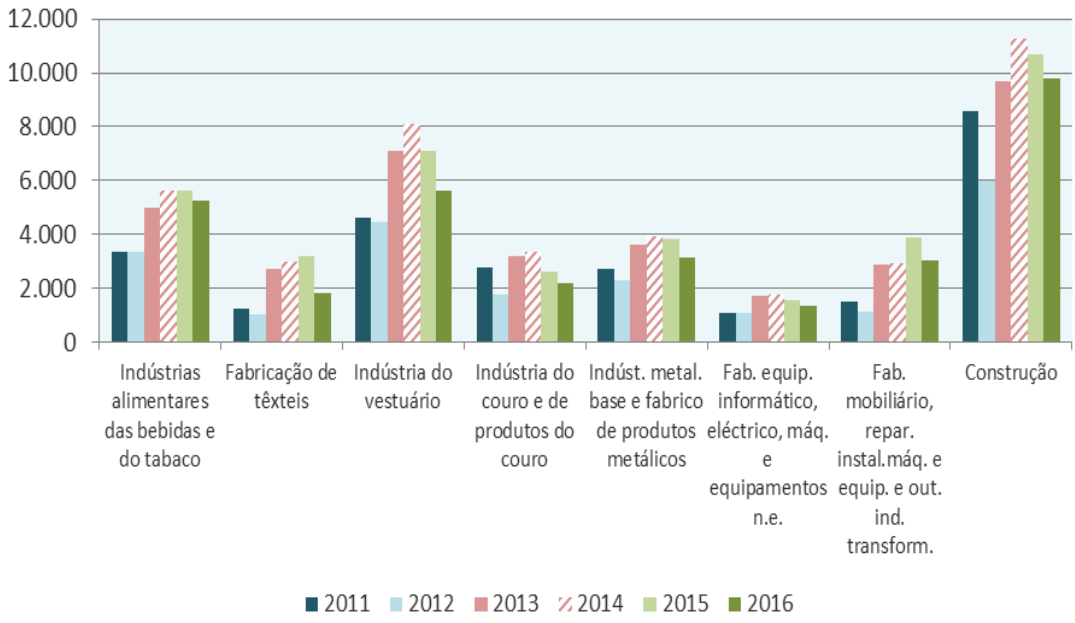


Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Relativamente ao sector da *Indústria, energia, água e construção*, em 2016, a *Construção* foi responsável por 6,7% do total das ofertas de emprego recebidas, não obstante ter registado um decréscimo de 9,3% face ao ano anterior. Seguiram-se a *Indústria do vestuário* (3,8%) e as *Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco* (3,6%).

No período em análise, não obstante continuarem a ser os subsectores da *indústria* mais representativos em termos de ofertas recebidas, a *Construção* e a *Indústria do vestuário* sofreram decréscimos significativos do número de ofertas recebidas (menos 913 e menos 1507, respetivamente), a par com a *Fabricação de têxteis* que evidencia igualmente uma quebra em termos absolutos (com menos 1365 ofertas de emprego).

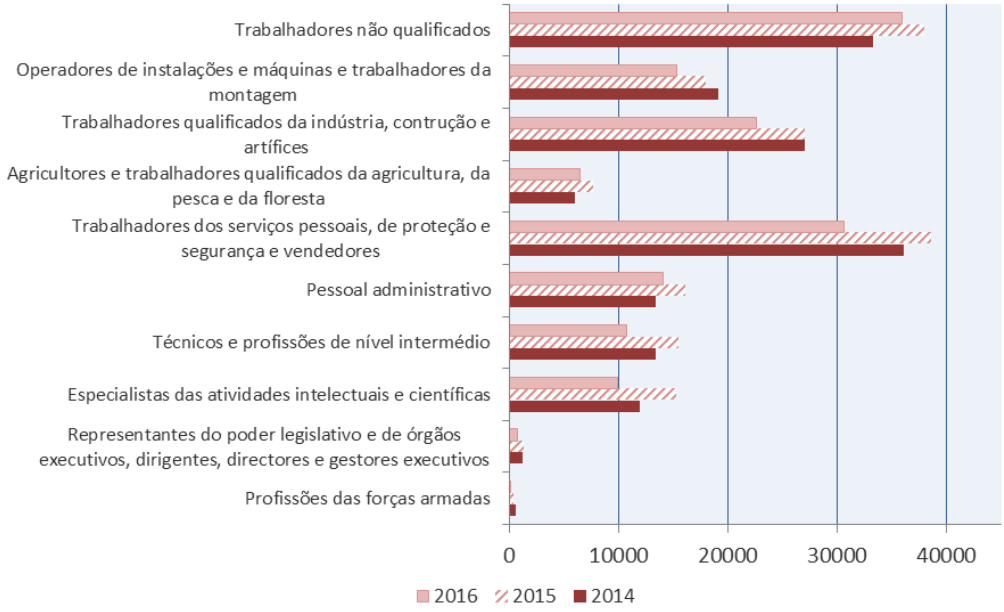
Gráfico 121 - Ofertas de emprego recebidas – Indústria



Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Considerando as ofertas de emprego recebidas durante 2016, por categorias profissionais, os *Trabalhadores não qualificados* e os *Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores* continuaram a evidenciar-se como os grupos profissionais mais representados (com 24,5% e 20,9%, respetivamente), apesar de, à semelhança dos restantes grandes grupos terem apresentado decréscimos face ao período homólogo (-5,5% e -20,6%). De salientar que, os decréscimos absolutos mais expressivos observaram-se nos *Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores* e nos *Especialistas das atividades intelectuais e científicas*, com menos 7,9 mil e menos 5,4 mil ofertas de emprego registadas no decurso de 2016 face ao ano anterior.

Gráfico 122 - Ofertas Recebidas por grupos profissionais



Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

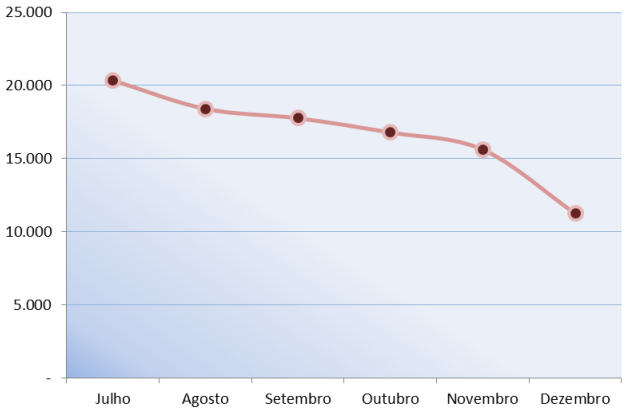
5.2. Ofertas e pedidos de emprego registados no 1º semestre de 2016 – situação no fim dos meses

Tendo em conta a informação relativa às ofertas de emprego registadas no final de cada mês do 2º semestre de 2016, constata-se um decréscimo gradual, entre julho e dezembro, das ofertas por satisfazer. Deste modo, o número de ofertas contabilizadas no final de dezembro (11,2 mil) foi inferior ao registado no final de julho (20,4 mil).

A análise conjunta das ofertas e pedidos de emprego permite evidenciar a existência de evoluções diferenciadas destes dois tipos de registos. Assim, enquanto o número de ofertas de emprego diminuiu de forma constante entre os meses de julho e dezembro, o mesmo não aconteceu com os pedidos de emprego, que mantiveram uma trajetória constante, evidenciando valores muito similares em todos os meses do semestre.

Gráfico 123 - Evolução das ofertas de emprego

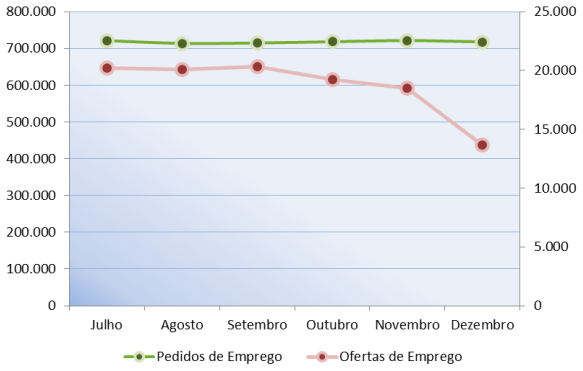
Situação no fim do mês (2º semestre de 2016)



Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Gráfico 124 - Evolução dos pedidos e ofertas de emprego

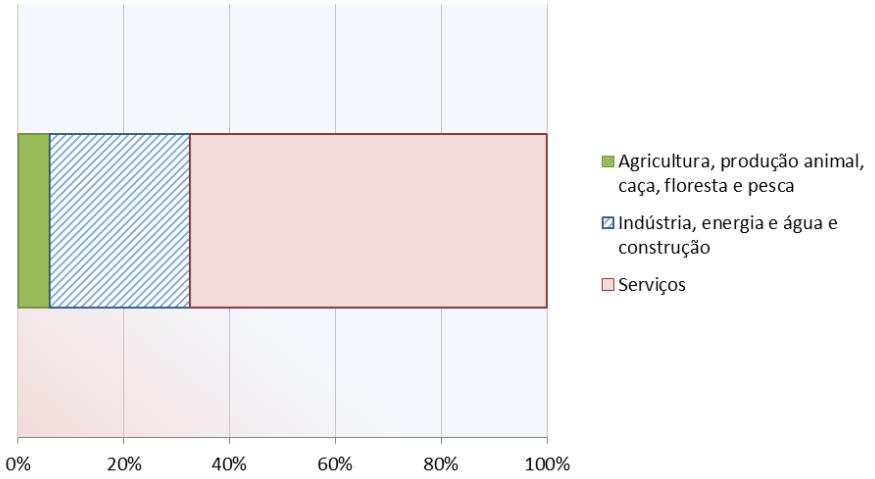
Situação no fim do mês (2º semestre de 2016)



No semestre em análise, considerando a média mensal das ofertas de emprego registadas, observa-se que as atividades económicas com maior expressão se continuaram a concentrar no sector dos *Serviços* (67,6%), logo seguida pela *Indústria*, que foi responsável por cerca de 26,5% do total das ofertas, enquanto o sector *agrícola* (5,9%) continuou a ser a atividade que menos contribuiu para o conjunto das ofertas registadas no continente.

Gráfico 125 - Ofertas de emprego por atividade económica

Situação no fim do mês (Média do 1º semestre de 2016)



Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

5.3. Análise das ofertas de emprego e colocações registadas no 1º semestre de 2016 – movimento ao longo dos meses

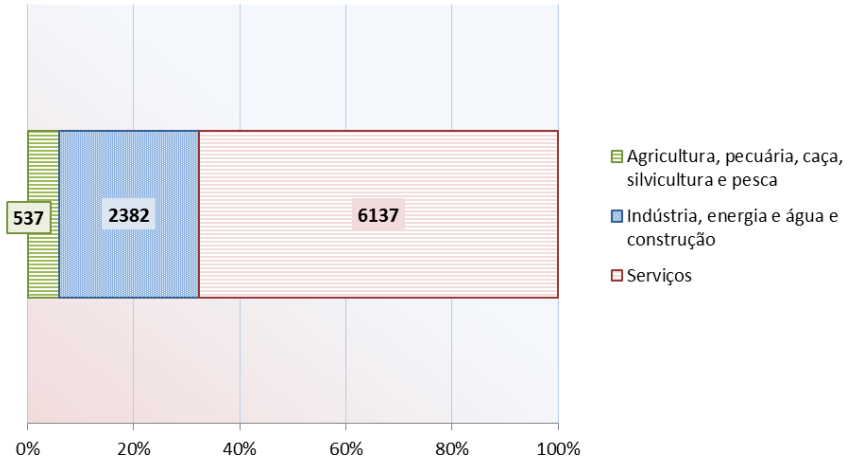
- ***OFERTAS DE EMPREGO***

Analisando a informação mensal das estatísticas do *Mercado de emprego* do IEFP, denota-se que ao longo dos meses do 2º semestre de 2016, em termos médios, os centros de emprego registaram 9.057 ofertas de emprego, menos 6,3 mil ofertas face ao semestre anterior e menos 4,9 face ao semestre homólogo.

Ao nível das atividades económicas, o sector dos *Serviços* continuou a ser o que mais contribuiu para o conjunto das ofertas de emprego com mais de dois terços do total registado (67,8%), seguido da *Indústria* que concentrou 26,3% e da *Agricultura* que apresentou o número menos expressivo (5,9%).

Gráfico 126 - Ofertas de emprego por atividade económica

Movimento ao longo do mês (Média do 2º semestre de 2016)



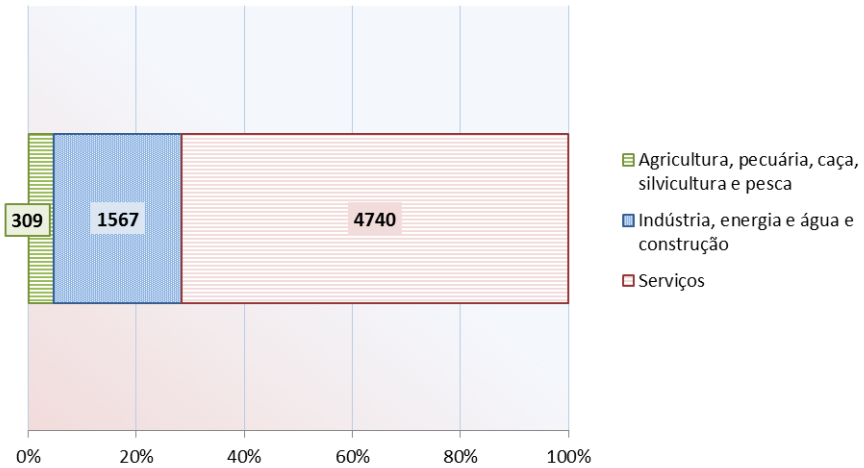
Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

- ***COLOCAÇÕES***

Considerando a informação relativa às colocações efetuadas pelos centros de emprego do continente, constata-se que, ao longo dos diversos meses do 2º semestre de 2016, foram realizadas, em média, cerca de 6.616 colocações em cada mês, menos 3,9 mil em relação ao semestre anterior e menos 3,2 mil relativamente ao período homólogo.

Gráfico 127 - Colocações por atividade económica

Movimento ao longo do mês (Média do 2º semestre de 2016)



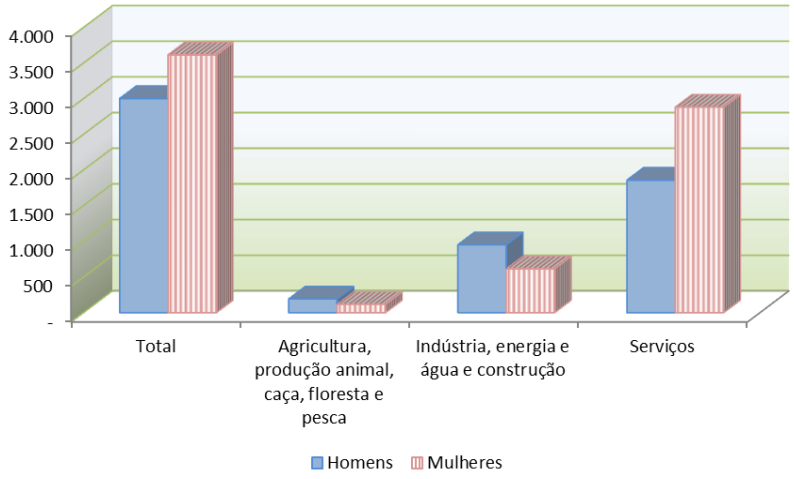
Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

A análise das colocações por sectores de atividades, coloca em evidência o facto de a grande maioria das colocações realizadas terem sido no sector dos *Serviços* (71,6%), o que contrastou com os restantes sectores, que conjuntamente, atingem pouco mais de 28% (23,7% das colocações pertenciam à *Indústria* e 4,7% ao sector *Agrícola*).

Ao longo dos meses do semestre em análise, o número de colocações foi superior entre as mulheres (55%), em particular no sector dos Serviços, onde foram efetuadas cerca de 80% do total das colocações de emprego femininas.

Gráfico 128 - Colocações por atividade económica e sexo

Movimento ao longo do mês (Média do 2º semestre de 2016)



Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

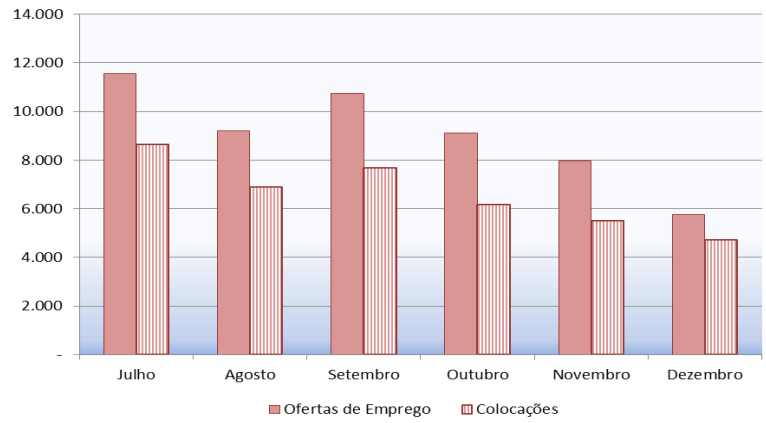
Por outro lado, relativamente às colocações do contingente masculino, apesar de 62% destas colocações terem sido realizadas também nas atividades dos *Serviços*, mais de um terço do total das colocações masculinas concentrou-se na *Indústria* (cerca de 32%).

- ***PEDIDOS, OFERTAS E COLOCAÇÕES***

Considerando a informação estatística do IEFP, relativa ao *Mercado de emprego*, observa-se que, ao longo dos meses do 2º semestre de 2016, em média, foram efetuadas 6.616 colocações pelos centros de emprego e recebidas 9.057 ofertas de emprego.

Gráfico 129 - Ofertas e colocações

Movimento ao longo dos meses do 2º semestre de 2016

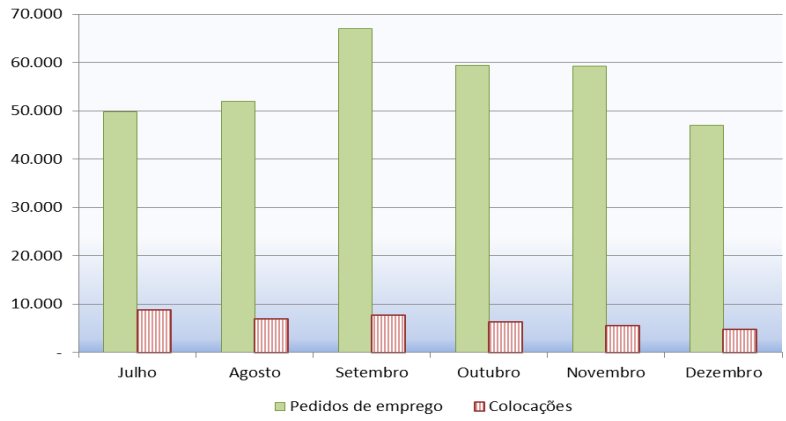


Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

De registar que, em termos do movimento ao longo dos meses, em setembro realizou-se um maior número de colocações, tendo igualmente sido o mês que registou um valor superior de ofertas de emprego.

Gráfico 130 - Pedidos e colocações

Movimento ao longo dos meses do 2º semestre de 2016

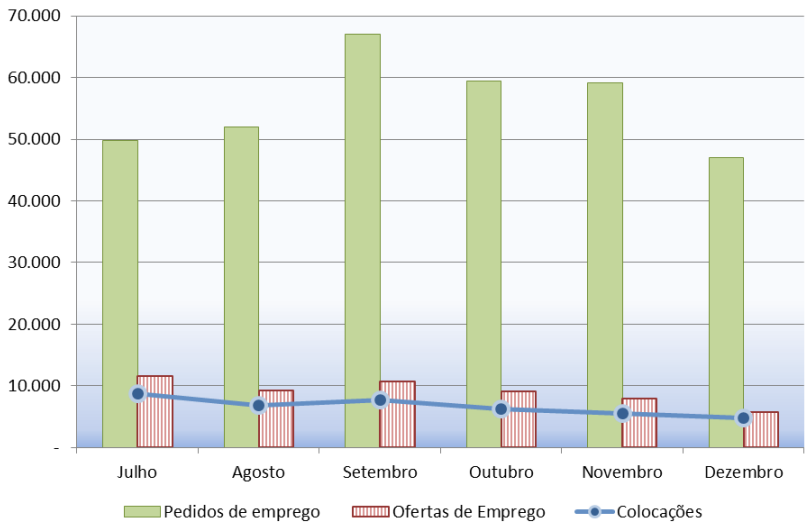


Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Por outro lado, tendo em conta o número médio de pedidos e colocações do movimento ao longo dos meses do semestre, constata-se que houve 55,7 mil pedidos de emprego e cerca de 6,6 mil colocações.

Gráfico 131 - Pedidos, ofertas e colocações

Movimento ao longo dos meses do 2º semestre de 2016

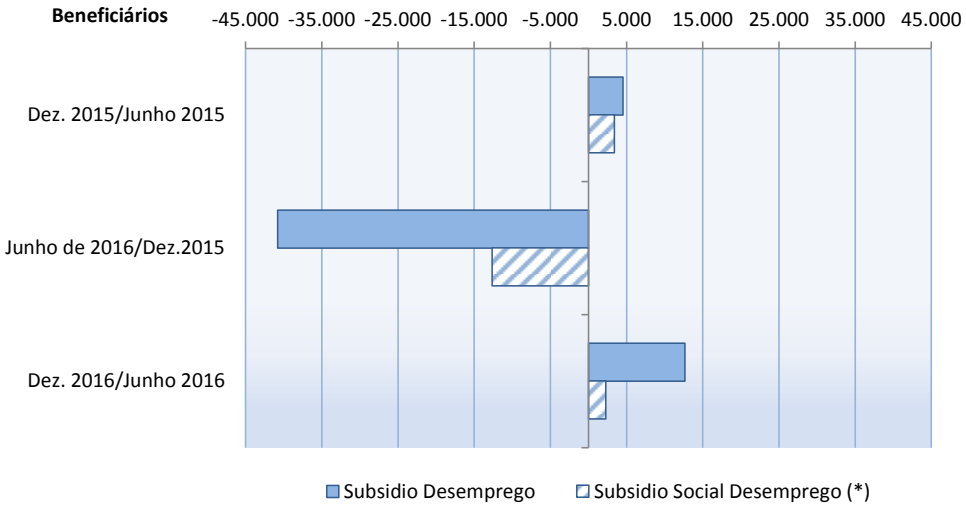


Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

6. SITUAÇÃO DO DESEMPREGO SUBSIDIADO

De acordo com a informação fornecida pelo Instituto de Informática do MTSSS, em Dezembro de 2016 havia cerca de 222,5 mil beneficiários com processamento de prestações de desemprego. Destes, 602 indivíduos beneficiavam de subsídio por cessação de atividade, ou seja, eram trabalhadores independentes.

Gráfico 132 - Variação dos beneficiários com prestações de desemprego por tipo de subsídio



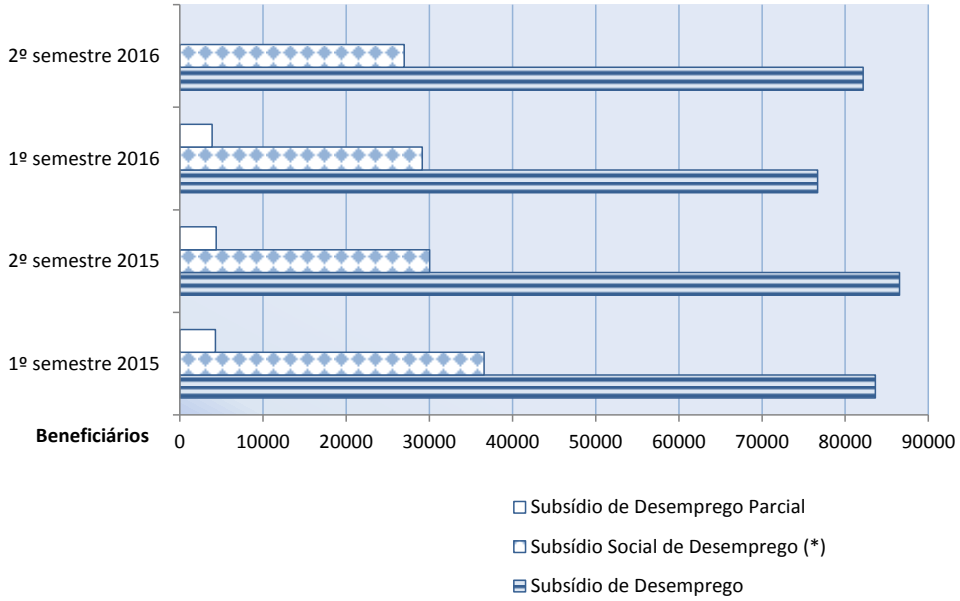
(*) inclui subsídio social de desemprego subsequente

Fonte: Instituto de Informática (MTSSS)

O número de beneficiários com prestações diminuiu relativamente ao semestre homólogo (-14,8%), embora face ao semestre anterior tenha subido (+7,2%%), o que correspondeu, em termos absolutos e respetivamente, a um decréscimo de cerca de -38,5 mil beneficiários e a um aumento de quase 15 mil beneficiários. Esta tendência foi idêntica no que se refere aos beneficiários do subsídio de desemprego (SD) e do subsídio social de desemprego (SSD) (incluindo o subsídio social de desemprego subsequente) embora, na variação homóloga, o decréscimo tenha sido maior no que se refere ao SSD, enquanto na variação face ao semestre anterior, o aumento foi mais expressivo nos beneficiários com prestações de SD.

Quando comparado com o semestre anterior, o 2º semestre de 2016 apresentou um maior acréscimo do número de beneficiárias femininas (+9,2% de mulheres face a +5,2% de homens). No que respeita aos escalões etários, a maioria dos beneficiários situava-se no escalão dos 25 aos 54 anos (67% do total dos beneficiários dependentes, no 2º semestre de 2016), logo seguido pelo escalão dos 55 aos 64 anos (28%).

Gráfico 133 - Beneficiários com prestações de desemprego deferidas entre Junho de 2015 e Dezembro de 2016



(*) inclui subsídio social de desemprego subsequente

Fonte: Instituto de Informática (MTSSS)

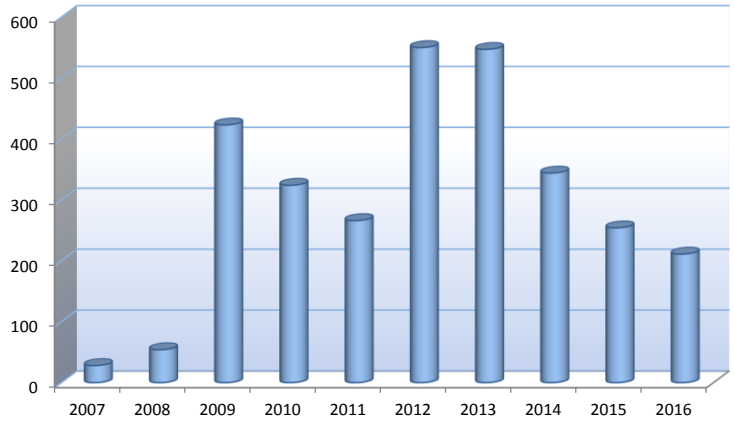
No 2º semestre de 2016, foram deferidas prestações de desemprego relativas a cerca de 110 mil beneficiários: cerca de 82 mil relativas ao subsídio de desemprego e 27 mil relativas ao subsídio social de desemprego. No que se refere ao subsídio por cessação de atividade foram apenas deferidas prestações relativas a 360 beneficiários.

Relativamente ao semestre homólogo o número de beneficiários com prestações deferidas diminuiu em cerca de -11,7 mil pessoas e relativamente ao semestre anterior em cerca de 500 pessoas. No entanto, entre o 1º e o 2º semestre de 2016, o número de beneficiários com prestações relativas ao subsídio de desemprego aumentou ligeiramente (+7,1%).

7. ENTIDADES EMPREGADORAS E BENEFICIÁRIOS COM PRESTAÇÕES DE LAY-OFF

De acordo com os dados estatísticos disponibilizados pelo Instituto de Informática da Segurança Social, no decurso de 2016, 211 entidades empregadoras estiveram em situação de *Lay-off*, tendo o número destas empresas vindo a diminuir, após ter atingido o expoente máximo da última década em 2012, ano em que 550 empresas se encontravam em *Lay-off*.

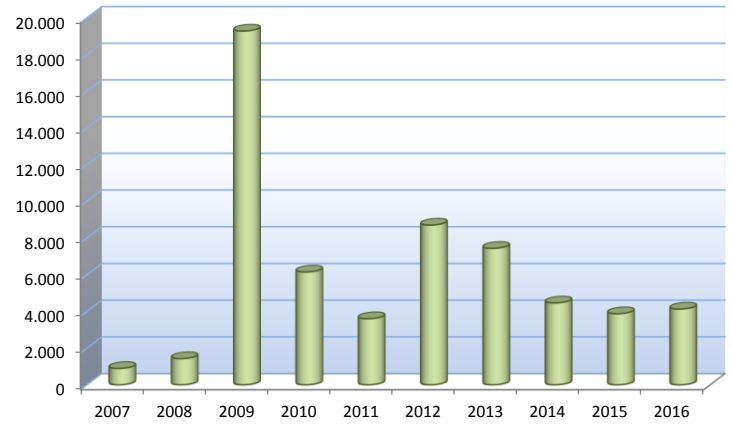
Gráfico 134 - Entidades empregadoras em situação de *Lay-off*



Fonte: II/MSESS, Estatísticas da Segurança Social

A análise dos últimos dez anos, evidencia o número reduzido de empresas em *Lay-off* nos primeiros anos da série, em 2007 e 2008, e o aumento bastante expressivo que ocorreu a partir de 2009 e em particular nos anos de 2012 e 2013.

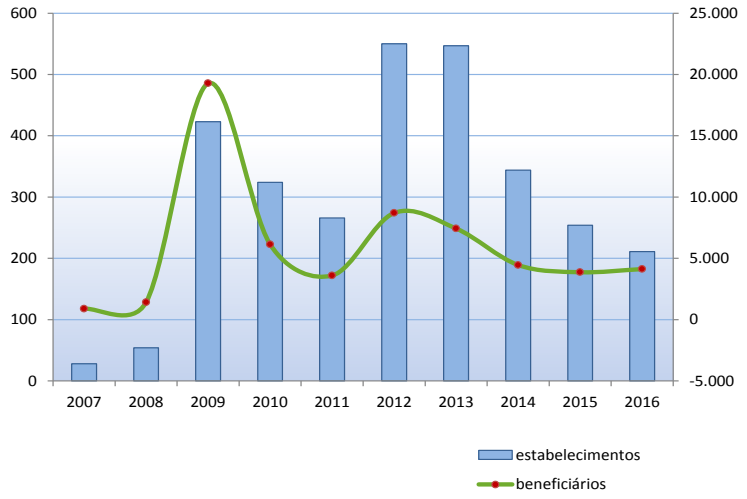
Gráfico 135 - Beneficiários com prestações de *Lay-off*



Fonte: II/MSESS, Estatísticas da Segurança Social

Por outro lado, considerando os beneficiários com prestações de *Lay-off*, constata-se que, apesar dos anos de 2012 e 2013 evidenciarem um maior número de registo de empresas em situação de *Lay-off* nos últimos dez anos (550 e 547, respetivamente), o número de trabalhadores envolvidos apresentou o valor mais expressivo em 2009, ano em que o total de beneficiários com prestações de *Lay-off* atingiu 19,3 mil pessoas.

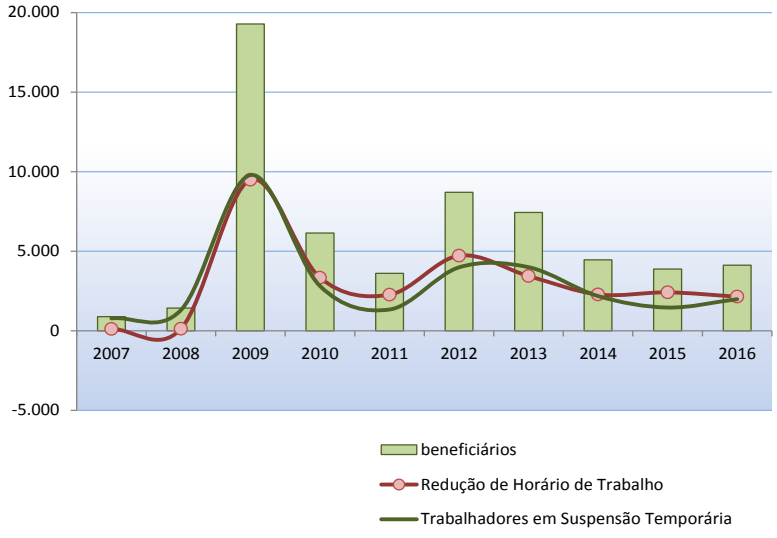
Gráfico 136 - Entidades empregadoras e beneficiários em situação de *Lay-off*



Fonte: II/MSESS, Estatísticas da Segurança Social

Por último, ainda no que concerne aos beneficiários com prestações de *Lay-off*, importa destacar duas situações diferenciadas: por um lado, os trabalhadores com redução de horário de trabalho e, por outro, os trabalhadores em suspensão temporária de trabalho. De salientar que ambas as situações têm vindo a evidenciar uma tendência semelhante ao longo dos últimos dez anos.

Gráfico 137 - Beneficiários com prestações de *Lay-off*, por tipologia



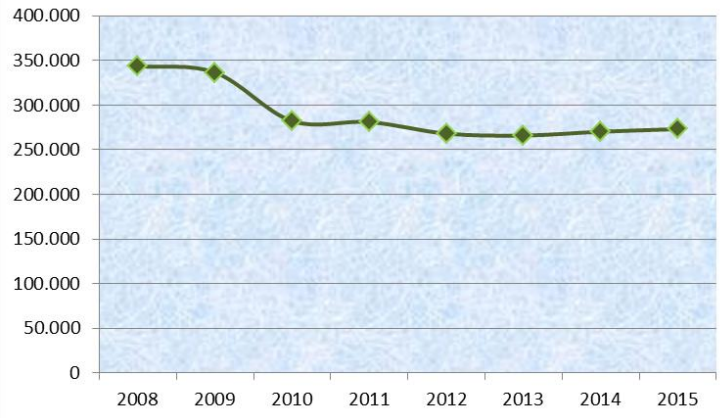
Fonte: II/MSESS, Estatísticas da Segurança Social

8. ESTRUTURA EMPRESARIAL E TRABALHADORES NAS EMPRESAS

8.1. Estrutura Empresarial

Em 2015, responderam aos Quadros de Pessoal cerca de 273 mil empresas, mais 2,9 mil do que em 2014. O número de empresas respondentes diminuiu em cerca de 77,8 mil empresas entre 2008 e 2013 e cresceu, em cerca de 7,2 mil nos dois últimos anos em análise.

Gráfico 138 - Evolução do número de empresas



Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

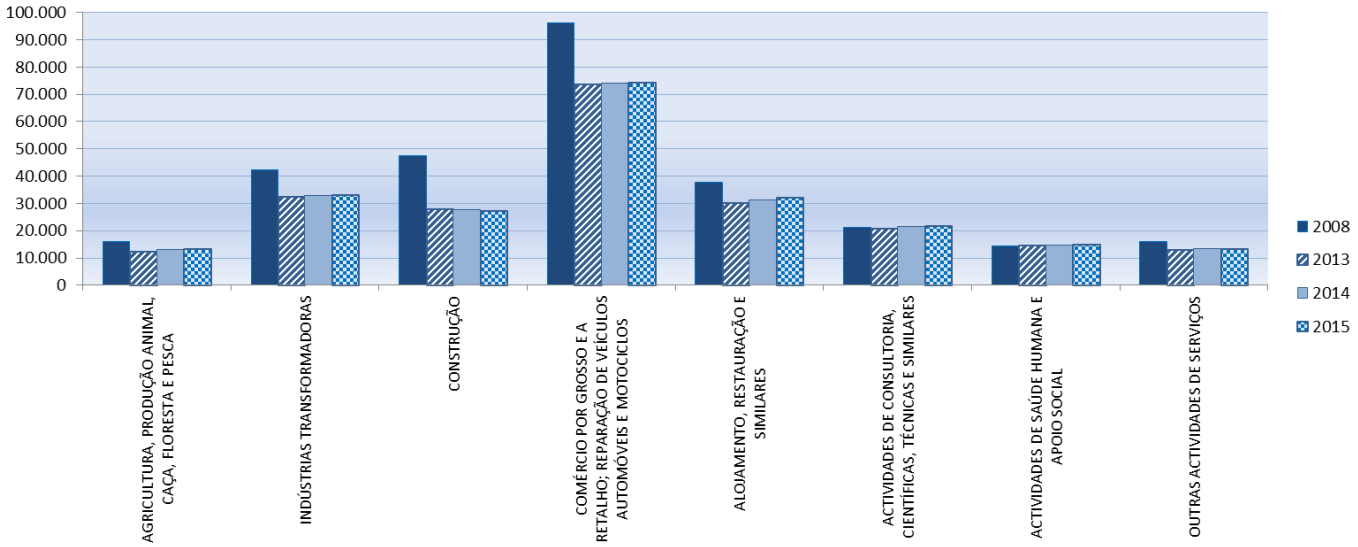
- **Por sectores de atividade**

Entre 2014 e 2015, o maior aumento no número de empresas registou-se no sector do *Alojamento, restauração e similares* (+ 1 mil empresas) seguindo-se-lhe os sectores da A*gricultura, caça, floresta e pesca,* (+382 empresas) *da Saúde humana e apoio social* (+323) e das *Atividades Imobiliárias.* Em contrapartida, o número de empresas diminuiu nos sectores da *Construção* (- 221 empresas*) e dos Transportes e Armazenagem* (-95 empresas).

No que se refere aos subsectores de atividade, nas *Industrias Transformadoras* os aumentos no número de empresas concentraram-se *na Industria têxtil do couro dos seus produtos* e na *Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos* e, relativamente *ao Comércio* no subsector do *Comércio, manutenção e reparação e veículos automóveis e motociclos.*

Entre 2008 e 2015, o número de empresas diminuiu em todos os sectores mais significativos excerto nos sectores da S*aúde humana e apoio social* e das *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares.* O sector que registou maior decréscimo no número de empresas foi o do *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos* (cerca de -21,6 mil empresas) embora o volume de empresas respondentes neste sector tenha aumentado desde 2013. Contudo, em termos percentuais a maior diminuição verificou-se no sector da Construção (-42% de empresas, ou seja -19,9 mil empresas).

Gráfico 139 - Evolução do número de empresas por CAE



Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

- **Por dimensão de empresas**

A estrutura empresarial por dimensão de empresas manteve-se sem alterações, representando as empresas até 9 trabalhadores 84,7% do total e as empresas até 49 trabalhadores 97,5% do total. Contudo, entre 2008 e 2015 a percentagem de empresas com 100 e mais trabalhadores aumentou sempre.

Os sectores com maior peso de empresas no escalão **até 9 trabalhadores** continuavam a ser as *Atividades imobiliárias,* as *Atividades de consultoria, cientificas, técnicas e similares,* e as *Outras atividades de serviços.* No que respeita aos subsectores de atividade destacavam-se *o da Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados; silvicultura e exploração floresta* e o do *Comércio a retalho.*

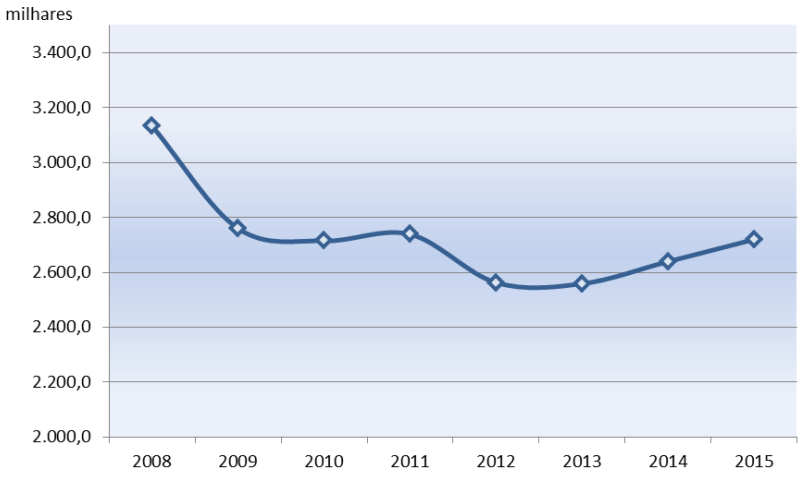
No segmento das empresas com **entre 10 a 49 trabalhadores**, refira-se o sector da A*dministração pública, defesa e segurança social obrigatória* em que o peso deste escalão se consolidou, após um aumento acentuado em 2010, e representava, em 2015, 54,2% do total das empresas. Ainda neste escalão de

empresas, e relativamente aos subsectores de atividade, destaca-se o da *Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas*

Nos escalões de empresas com **50 e mais trabalhadores** sublinhe-se o *Fabrico de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas* em que as empresas destes escalões representavam 31,9% do total.

8.2. Emprego nas empresas

Gráfico 140 - Evolução do número de pessoas ao serviço nas empresas



Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

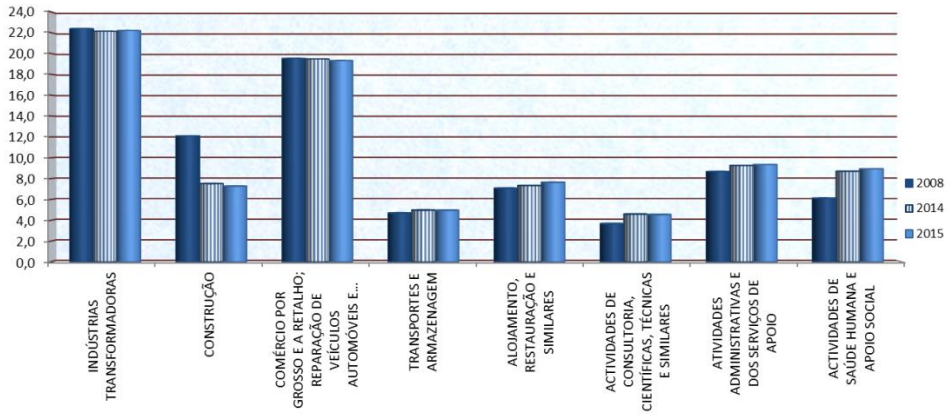
De acordo com os dados dos Quadros de Pessoal, em 2015, os trabalhadores ao serviço nas empresas aumentaram em cerca de 80,4 mil pessoas, aproximadamente o mesmo que entre 2013 e 2014, somando cerca de 2.719,8 mil, um número ligeiramente superior ao verificado em 2010. Apesar disso, em 2015, os trabalhadores ao serviço nas empresas totalizavam menos cerca de 412,5mil do que em 2008.

- ***POR SECTORES DE ATIVIDADE***

Em 2015 como em 2014, os sectores de atividade mais significativos em termos da estrutura do emprego (pessoas ao serviço nas empresas) eram as Industrias Transformadoras, que representavam 22,21 do total dos trabalhadores, o Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, e motociclos (19,5%) as Atividades administrativas e os serviços de apoio (9,3%) e as Atividades de saúde humana e

apoio social (8,8%). Relativamente a 2014 registe-se que o peso do Sector do Alojamento, restauração e similares ultrapassou o peso do sector da Construção, tendo o primeiro registado o aumento mais acentuado em termos da estrutura de emprego e o peso do segundo continuado a decrescer.

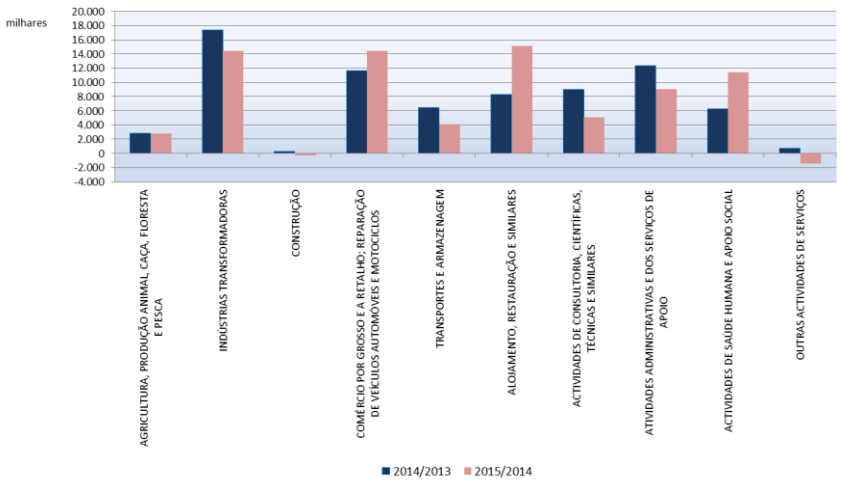
Gráfico 141 - Estrutura sectorial do emprego (pessoas ao serviço nas empresas)



Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

Em 2015, todos os sectores de atividade mais significativos em termos de emprego cresceram em número de trabalhadores ao serviço nas empresas, exceto os sectores das *Outras Atividades de Serviços*, que registou uma ligeira diminuição no número de trabalhadores e da *Construção*, cujo decréscimo foi ainda mais ligeiro. Os sectores em que o emprego mais cresceu foram o *Alojamento, restauração e similares* (mais 15,1 mil trabalhadores, que representam cerca de 18,8% do aumento total), seguindo-se as *Industrias Transformadoras* e *o comércio por grosso e a retalho, reparação e veículos automóveis e motociclos*. (ambos com mais cerca de 14,4 mil trabalhadores).

Gráfico 142 - Variações no número de trabalhadores ao serviço nas empresas nos principais sectores de atividade 2013-2015

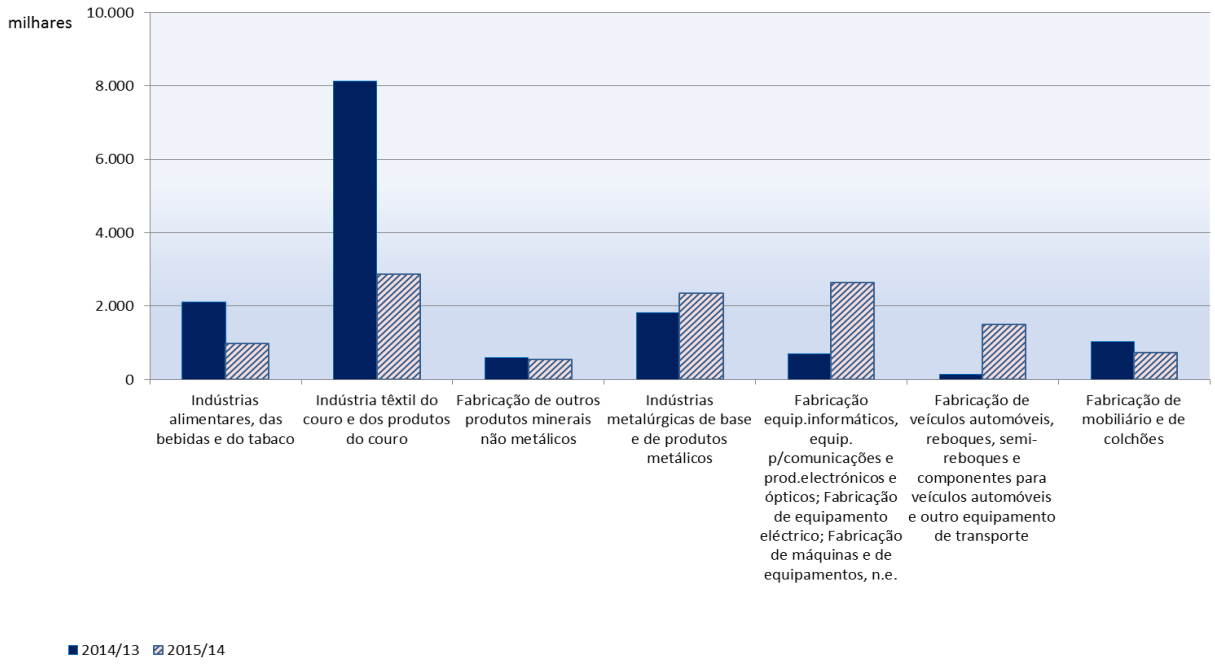


Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

Entre 2008 e 2015 o sector que mais perdeu trabalhadores ao serviço foi a *Construção* (cerca de 182,7 mil, ou seja 44,3% do decréscimo total de trabalhadores) seguido pelo sector das *Industrias Transformadora (menos cerca de 100,1 mil)* e o *Comércio por grosso e a retalho, reparação e veículos automóveis e motociclos* (menos cerca de 82,6 mil trabalhadores) Em contrapartida, no sector das atividades de saúde humana e apoio social o emprego aumentou em cerca de 49 mil pessoas. Seguiu-se-lhe o sector das *atividades de consultoria, cientificas, técnicas e similares* (mais 11,2 mil trabalhadores9.

No que se refere aos subsectores mais significativos das Industrias Transformadoras, o número de trabalhadores cresceu em todos os subsectores, entre 2014 e 2015, sobretudo no subsector *da Industria têxtil, do couro e dos produtos de couro*, (+2,9 mil pessoas) embora bastante menos do que no ano anterior, seguindo-se-lhe o subsector da *Fabricação de equipamentos informáticos, equipamento para comunicações e produtos eletrónicos e óticos, etc.* (+2,6 mil pessoas) e o *das Industrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos* (+2,3 mil).

Gráfico 143 - Variações do número de trabalhadores ao serviço nas empresas nos principais subsectores de atividade das Industrias Transformadoras 2013-2015

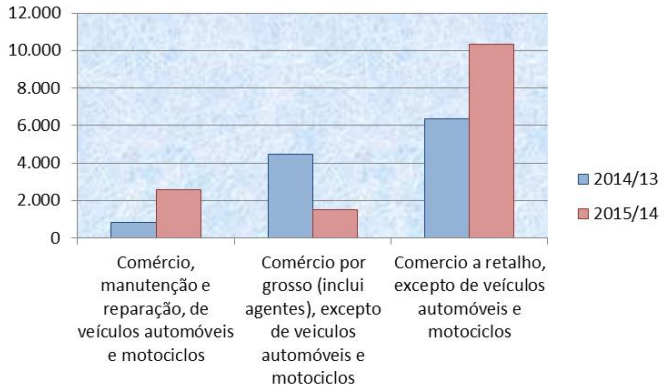


Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

Por outro lado, e no que respeita aos subsectores do Comércio, dos mais cerca 14,4 mil indivíduos que, em 2015, se integraram neste sector, 10,3 mil desenvolviam a sua atividade no subsector do *Comércio a*

retalho. Este tinha sido já, aliás, o subsector a registar o crescimento mais acentuado em termos de emprego, entre 2013 e 2014, embora nesse ano o subsector do comércio por grosso também tivesse registado um crescimento expressivo.

Gráfico 144 - Variações do número de trabalhadores ao serviço nas empresas nos principais subsectores do Comércio por grosso e a retalho e reparação de veículos automóveis e motociclos 2013-2015



Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

- ***POR DIMENSÃO DE EMPRESAS***

Analisando o número de trabalhadores ao serviço por escalões de dimensão de empresas, em 2015, as empresas com 100 e mais trabalhadores empregavam cerca de 39,9% do total dos trabalhadores. O peso do escalão das empresas com até 9 trabalhadores era de 25,2%.

Em 2015, o sector com maior percentagem de trabalhadores no **escalão de empresas até 9 trabalhadores** eram as A*tividades imobiliária* (68% do total). Nos subsectores da *Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados; silvicultura e exploração florestal* e do *Comércio, manutenção e reparação, de veículos automóveis e motociclos,* este escalão de empresas concentrava igualmente percentagens muito significativas dos trabalhadores. Em todos estes sectores esta percentagem diminuiu desde 2012.

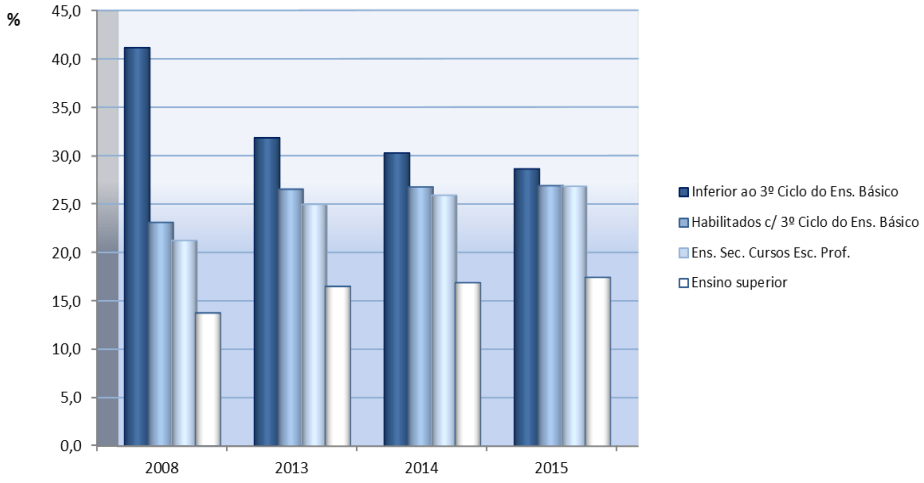
No segmento das empresas entre os **10 e os 49 trabalhadores** destacava-se o peso do emprego dos sectores das *Industrias extrativas* e da *Administração pública, defesa e segurança social obrigatória*. Neste último sector, e tal como aconteceu relativamente ao número de empresas, o peso do emprego neste escalão aumentou 24,8 p.p. entre 2009 e 2010, em prejuízo do escalão das empresas com 100 ou mais trabalhadores, e reforçou-se, nos anos seguintes.

No escalão de empresas com **100 ou mais trabalhadores**, sublinhe-se o sector das *Atividades administrativas e serviços de apoio* que reunia 79,6% dos trabalhadores neste escalão e ainda os subsectores das *Telecomunicações* (90,3% dos trabalhadores) e da *Fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e componentes para veículos automóveis e outro equipamento de transporte* (79,6%).

- ***POR NÍVEIS DE HABILITAÇÕES E QUALIFICAÇÕES***

Em 2015, os trabalhadores com *menos do que o 3º ciclo do ensino básico* representavam 27,8% do total dos trabalhadores por conta de outrem, ligeiramente mais do que os habilitados com o 3º ciclo do ensino básico e com o ensino secundário e pós secundário não superior que constituíam cerca de 26,5% do total. Os TCO com o ensino superior representavam 18,8%.

Gráfico 145 - Evolução da estrutura dos TCO por nível de habilitações



Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

O peso dos TCO *com menos que o 3º ciclo do ensino básico* diminuiu cerca de 13,4 p.p. desde 2008, tendo o peso dos TCO com o ensino superior crescido 5,1 p.p. e os habilitados com o ensino secundário e pós secundário não superior 5,5 p.p..

Analisando a estrutura dos TCO por nível educativo e por sectores de atividade constata-se que, em 2015, mais de metade dos TCO na *agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*, tinham *menos do 3º ciclo do ensino básico*, sendo esta percentagem de 67,2% no subsector da P*esca e aquacultura*. Refira-se ainda o

subsector da *Industria têxtil do couro e dos produtos de couro* em que 54,9% de trabalhadores tinha este nível de habilitações. Em contrapartida, nos sectores das A*tividades financeiras e dos seguros,* das *Atividades de informação e comunicação* e da E*ducação* mais de 50% dos TCO tinham o *ensino superior*. Refira-se que a *Administração pública, defesa e segurança social obrigatória* foi o único sector que registou um decréscimo do peso dos TCO com o ensino superior que, em 2008 constituíam 31,4% e, em 2015, 12,7% (menos 2,3 p.p. que no ano anterior).

Em 2015, a **estrutura do emprego por níveis de qualificação** manteve-se sem grandes alterações relativamente aos anos anteriores. Os grupos mais representativos eram os **Profissionais qualificados (37,8%)** os **Profissionais semiqualificados** (21,9%) e o grupo dos **Profissionais não qualificados (11,2%).** Entre 2008 e 2015 o grupo profissional que mais cresceu foi o dos P**rofissionais semiqualificados.** O grupo profissional que mais diminuiu foi o **grupo dos Profissionais não qualificados.**

Em 2015, possuíam o *ensino superior,* 79,8% dos Quadros Superiores, 63,9% dos Quadros Médios e 34,4% dos Profissionais altamente qualificados. Em contrapartida, 45,5% dos Profissionais não qualificados, 34,6% dos Profissionais semiqualificados e 32,6% dos Profissionais qualificados tinham habilitações inferiores ao 3º ciclo do ensino básico.

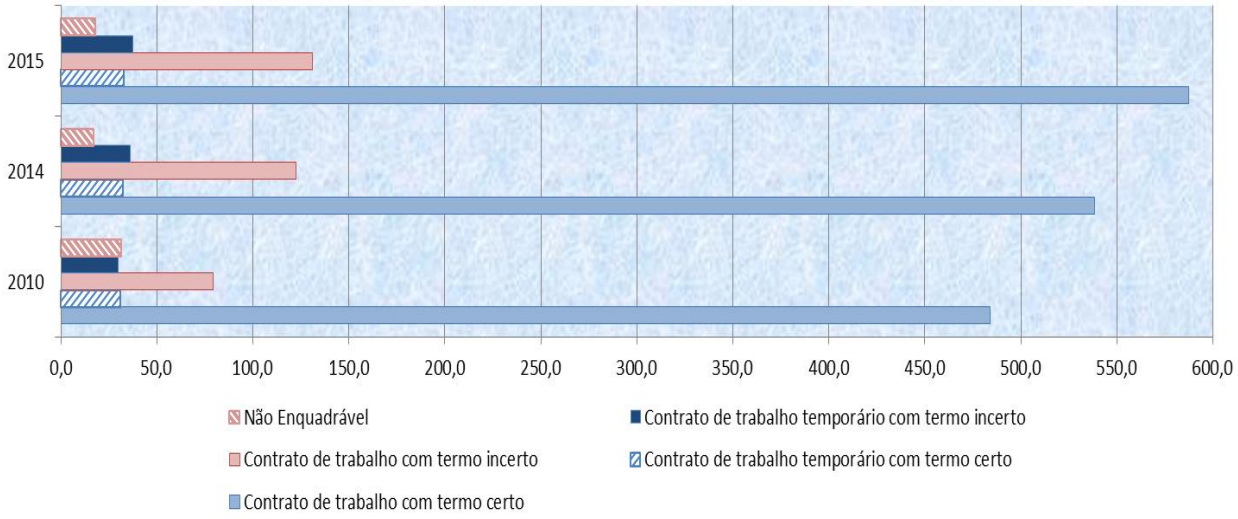
- ***POR TIPOS DE CONTRATO***

Em 2015, 68,2% dos TCO (cerca de 1,730 mil) tinha contratos de trabalho sem termo, tendo o seu peso decrescido 1,4 p.p. desde 2014 e 6,6 p.p. desde 2010.

No que se refere aos contratados com termo, que representavam 31,8% dos TCO e totalizavam cerca de 807,4 mil pessoas, 72,8% tinham estabelecido contratos de trabalho com termo certo, 16,2% contratos de trabalho com termo incerto e cerca de 8,7% contratos de trabalho temporários (a termo certo ou incerto).

Relativamente a 2010, o número de contratados com termo aumentou, em todas a categorias.

Gráfico 146 - Evolução dos TCO com contratos a termo por tipo de contrato



Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

- ***POR TIPO DE CONTRATO E ESCALÃO ETÁRIO***

Segundo os Quadros de Pessoal, e analisando os trabalhadores por conta de outrem por tipo de contrato por escalões etários em 2015, o peso dos contratados a termo era manifestamente superior ao dos contratados sem termo no escalão até aos 24 anos (estes representavam 71,1% dos trabalhadores desse escalão). A situação invertia-se, nos escalões etários a partir dos 25 anos, sendo a percentagem dos contratados sem termo tanto mais elevada quanto mais velho o escalão. (42,6% do total dos TCO com entre 25 e 34 anos, 24,6% do total no escalão entre 35 e 54 anos e apenas 16,8% no escalão dos 55 e mais anos).

Gráfico 147 - Evolução dos TCO até aos 24 anos por tipo de contrato 2011-2015

Gráfico 148 - Evolução dos TCO entre os 25 e os 34 anos por tipo de contrato 2011-2015

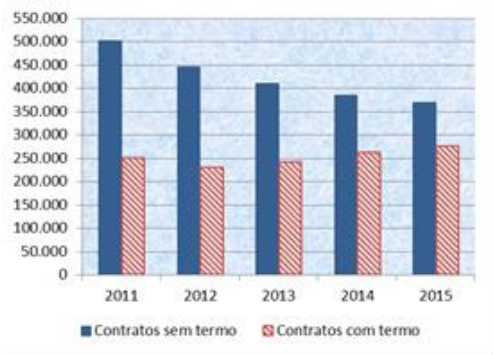
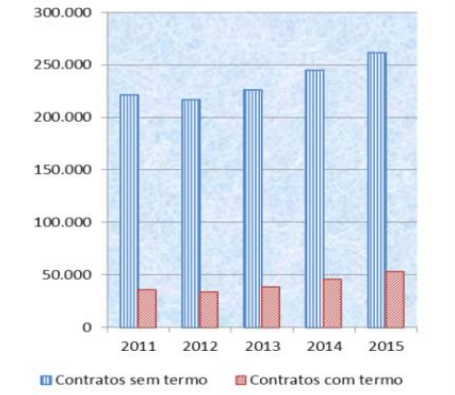


Gráfico 149 - Evolução dos TCO entre os 35 e os 54 anos por tipo de contrato 2011-2015

Gráfico 150 - Evolução dos TCO com 55 e mais anos por tipo de contrato 2011-2015



Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

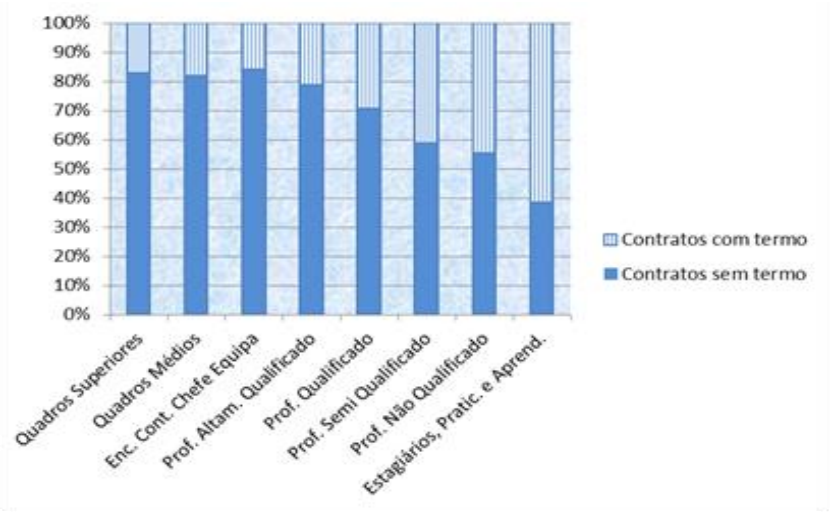
Para além disso, se analisarmos a evolução do número de TCO por tipo de contrato e escalão etário desde 2011, constata-se que os contratados com termo aumentaram sempre, a partir de 2012, em todos os escalões etários. Já no que se refere aos contratados sem termo, o seu número cresceu também a partir de 2012, no escalão dos 55 e mais anos mas, no escalão entre os 35 e os 54 anos, apenas aumentou em 2013 e no escalão até aos 24 anos, em 2015. Quanto ao escalão entre os 25 e os 34 anos o número de TCO contratados sem termo continuava a decrescer.

- ***POR TIPO DE CONTRATO E NÍVEIS DE QUALIFICAÇÃO***

Relativamente aos TCO por tipo de contrato por níveis de qualificação, em 2015, a percentagem de contratados com termo diminui à medida que aumenta o nível de qualificações. Deste modo, no que se refere aos Quadros Superiores os contratados a termo representavam 17,1% quando essa percentagem era

de 44,7% para os Profissionais não Qualificados. O único nível de qualificações em que os contratados com termo eram maioritários era a dos estagiários, praticantes e aprendizes.

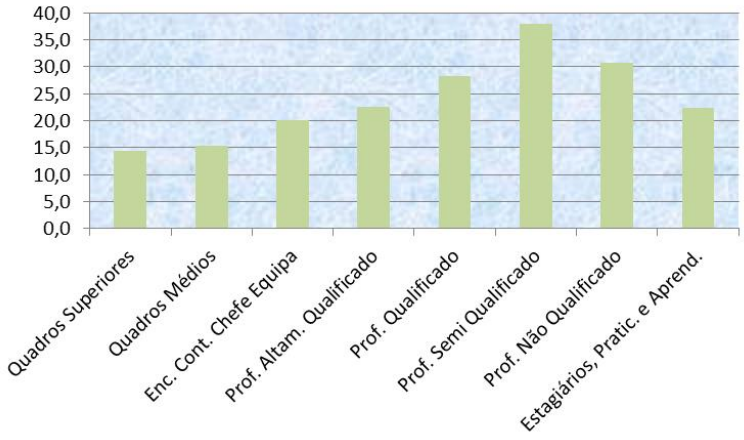
Gráfico 151 - TCO por níveis de qualificação – peso dos contratos com termo e sem termo em 2015



Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

Entre 2012 e 2015 o número de contratados a termo aumentou, para todos os níveis de qualificações tendo aumentado em +30,6% para os Profissionais não Qualificados, em +28,3% para os Profissionais Qualificados e em +37,9% para os Profissionais semiqualificados. O aumento mais reduzido registou-se nos Quadros Superiores (+14,4%).

Gráfico 152 - Variação percentual dos contratados com termo por níveis de qualificações – 2012-2015



Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

8.3. Trabalhadores estrangeiros nas empresas

De acordo com os *Quadros de Pessoal*, em 2015, estavam ao serviço nas empresas, no Continente cerca de 116 mil estrangeiros, mais cerca de 5,6 mil do que em 2014 e menos 51,4 mil do que em 2008.

No que se refere à sua distribuição por sectores de atividade, cerca de 19,9% destes estrangeiros trabalhava no sector no sector do alojamento, restauração e similares e 19% no sector das Atividades administrativas e dos Serviços de Apoio. Cerca de 13,9% empregava-se no sector do Comércio e 10,1% nas Industrias Transformadoras. Relativamente a 2014 o número de TCO estrangeiros manteve-se ou aumentou em todos os sectores de atividade mas sobretudo no do alojamento, restauração e similares (mais cerca de 1,9 mil trabalhadores)

Entre 2008 e 2015 o sector de atividades em que o número de estrangeiros mais diminuiu foi o sector da Construção (menos 27,4 mil trabalhadores) e o sector em que mais cresceu foi o da Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (mais cerca de 3,1 mil trabalhadores).

9. GANHOS E REMUNERAÇÕES

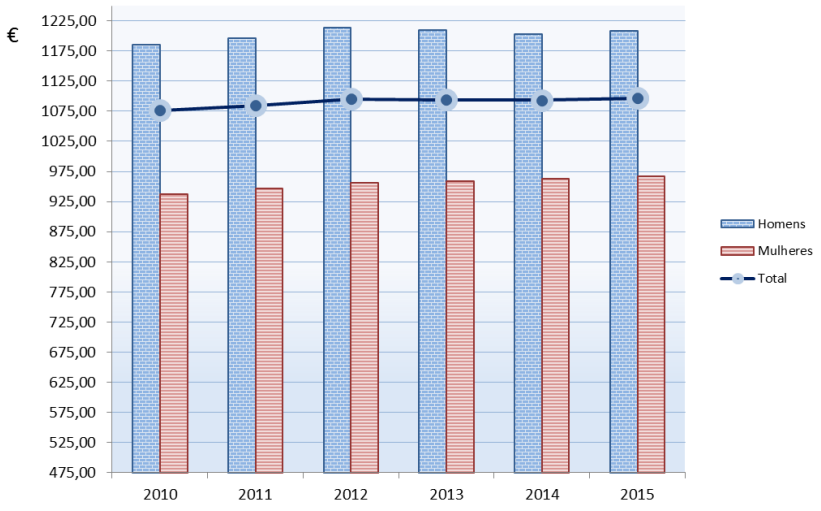
9.1. Remunerações: ganhos médios e mediana do ganho

Em 2015, o ganho médio mensal era de 1.096,7 € tendo aumentado 0,3% relativamente a 2014, ao contrário do ligeiro decréscimo verificado nos dois anos anteriores. O ganho médio mensal feminino constituía cerca de 80% do ganho médio mensal masculino. Contudo, o ganho médio mensal feminino cresceu sempre, desde 2010, pelo que a diferença entre sexos se atenuou levemente.

A mediana do ganho em 2015 era de 790 €, ou seja, como em anos anteriores, representava 72% do ganho médio mensal.

No que se refere à remuneração base média mensal, em 2015 esta era de 913,93 €, mais 0,5% do que em 2014. A remuneração base média mensal masculina era de 913,93 € e a remuneração base média mensal feminina de 824,99 €, representando 83,3% da remuneração base média masculina.

Gráfico 153 - Evolução do ganho médio mensal por sexo

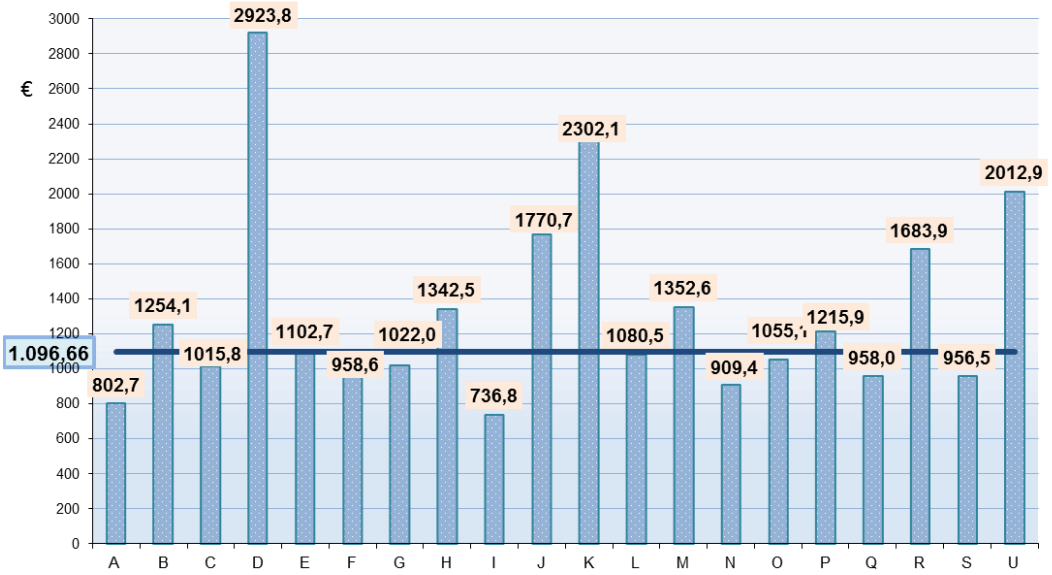


Fonte: GEP, Quadros de Pessoal

Quanto ao ganho médio mensal por sectores de atividade os sectores que, em 2015, registavam os valores mais elevados continuavam a ser o da *Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio,* (que era de 2.923,8 €*)* seguido pelos sectores das *Atividades financeiras e de seguros,* e das *Atividades dos organismos*

internacionais e outras instituições extraterritoriais. Como em anos anteriores, os sectores que registaram ganhos médios mensais mais baixos foram os sectores do *Alojamento, restauração e similares, (736,8 €, ou seja cerca de* 67% do ganho médio mensal no Continente*) e o sector da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* (802,7 €).

Gráfico 154 - Ganho médio mensal por sectores de atividade



A	AGRIC., PROD.ANIMAL, CAÇA, FLORESTA PESCA
B	IND. EXTRACTIVAS
C	IND. TRANSFORMADORAS
D	ELECT, GÁS, VAPOR, ÁGUA E AR FRIO
E	CAPT., TRATAM. E DISTRIBUIÇÃO ÁGUA; SANEAM.GESTÃO DE RESÍDUOS E DESPOL.
F	CONSTRUÇÃO
G	COM. POR GROSSO E A RETALHO; REP. VEÍCULOS AUTO E MOTOCICLOS
H	TRANSPORTES E ARMAZENAGEM
I	ALOJ., RESTAURAÇÃO E SIMILARES
J	ACTIVIDADES DE INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO

K	ACTIVIDADES FINANCEIRAS E DE SEGUROS
L	ACTIVIDADES IMOBILIÁRIAS
M	ACTIVIDADES DE CONSULTORIA, CIENTÍFICAS, TÉCNICAS E SIMILARES
N	ACTIVIDADES ADMINISTRATIVAS E DOS SERVIÇOS DE APOIO
O	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DEFESA; SEGURANÇA SOCIAL OBRIGATÓRIA
P	EDUCAÇÃO
Q	ACTIVIDADES DE SAÚDE HUMANA E APOIO SOCIAL
R	ACTIVID. ARTÍSTICAS, DE ESPECTÁCULOS, DESPORTIVAS E RECREATIVAS
S	OUTRAS ACTIVIDADES DE SERVIÇOS
U	ACTIV.DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUT. INSTITUIÇÕES EXTRATERR.

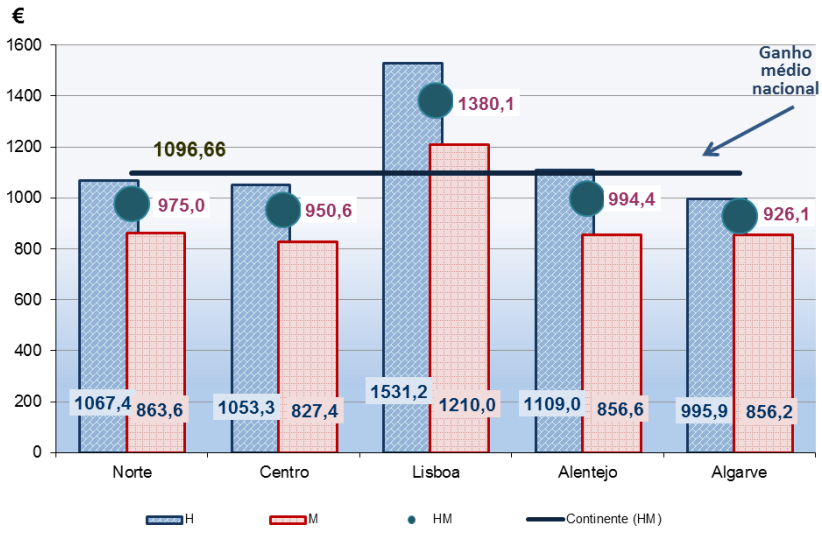
Relativamente aos subsectores de atividade, em 2015, nos subsectores das Industrias Transformadoras o ganho médio mensal variou entre os 744,48 € na *Fabricação de têxteis; Indústria do vestuário.; Indústria do couro e dos produtos de couro* e os 1.836,47 € na *Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis*.; *Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais*. Relativamente aos subsectores da Agricultura, o ganho médio era mais baixo no subsector da *Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados; silvicultura e exploração florestal* (766,65 €). Já no que se refere aos subsectores do Comércio, o ganho médio mensal no *Comércio por grosso* era de 1.248,64 € enquanto que, no *Comércio a retalho* não ultrapassava os 887,93 €.

Entre 2014 e 2015, o ganho médio mensal aumentou, na maioria dos sectores sobretudo nos sectores das *atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas* (que foi exatamente o sector em que o ganho médio mais diminuiu no ano anterior) e nas A*tividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais* (+8,2%). O ganho médio mensal diminuiu mais nos sectores das *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* e da *Educação* (-0,7%). No que se refere aos subsectores, registe-se o acréscimo significativo do ganho médio nas *Pescas e aquacultura* (+13,8%) e o decréscimo registado no subsector da *Consultoria programação Informática e atividades. relacionadas; atividades dos serviços informáticos (-1,6%)*.

Analisando a evolução do ganho médio por sector de atividade desde 2010, constata-se que foi no sector das *Industrias Extrativas* que o ganho médio mais aumentou. Os sectores onde o ganho médio mais diminuiu foram as *Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais* e as A*tividades de informação e comunicação.* No que se refere aos subsectores de atividade, o ganho médio mensal aumentou mais significativamente na *Pesca e Aquacultura* e nas *Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário; fabricação de obras de cestaria de espartaria* e decresceu mais *na Reparação, manutenção e instalação de máquina e equipamentos.*

No que respeita às diferenças no ganho médio mensal entre sexos, nos diversos sectores de atividade, em 2015, o ganho médio feminino continuava ligeiramente superior ao masculino nos sectores das *Industrias extrativas*, da c*aptação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição*, da C*onstrução*, dos T*ransportes e armazenagem* e no da a*dministração pública, defesa e segurança social obrigatória. O* sector onde se registava maior diferença mantinha-se as A*tividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas* (o ganho médio mensal das mulheres representava cerca de 47,63% do dos homens), seguindo-se as A*tividades de saúde humana e apoio social.* Para além disso, na esmagadora maioria dos sectores o ganho médio feminino registou variações menos favoráveis do que o masculino.

Gráfico 155 - Ganho médio mensal por sexo por região



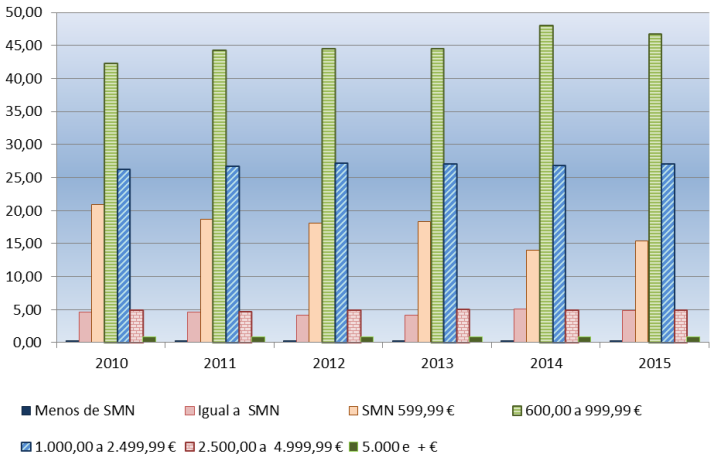
Fonte: GEP, Quadros de Pessoal

Como nos anos anteriores, em 2015, Lisboa era a região que apresentava um ganho médio mais elevado, (1.380,1 €) e o Algarve era a região onde o ganho médio era mais baixo (927,6 €) Entre 2014 e 2015 o ganho médio mensal aumentou em todas as regiões exceto no Algarve. Esse crescimento foi mais significativo na região Norte.

9.2. Estrutura remuneratória

Gráfico 156 - Evolução da Estrutura remuneratória dos TCO

(Remuneração base mensal mais prestações regulares)



Nota: em 2012 o SMN aumentou para 475€ e em 2014 para 505€

Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

Se analisarmos a estrutura remuneratória dos Trabalhadores por Conta de Outrem que trabalhavam a tempo completo, em 2015, no que se refere à remuneração base mensal mais prestações regulares verificamos que o escalão remuneratório que reunia maior percentagem de trabalhadores continuava a ser o escalão dos "600 aos 999,99 €", que representava 46,5% destes TCO, seguindo-se-lhe o escalão dos "1.000 aos 2.499,9 €" (27%). O escalão "SMN aos 599.9 €" representava 15,5% do total dos TCO. O peso dos escalões "igual aos SMN" e "entre os "2.500 e os 4.999,9 € " era equivalente, 4,8%. Relativamente a 2014 refira-se o aumento do escalão ""SMN aos 599,99 €" em prejuízo dos escalões mais baixos e do "escalão 1.000 aos 2.999,9 €" em prejuízo do escalão "600 aos 999,99 €".

Entre 2010 e 2015 registou-se um decréscimo no peso dos escalões até aos 599,99 € (-5,4 p.p.) a favor sobretudo do escalão remuneratório "600 aos 999,99 €" (+4,4 p.p.). O peso dos escalões remuneratórios a partir dos 2.500 € manteve-se inalterado.

Relativamente à estrutura remuneratória nos diferentes sectores de atividade, em 2015, refira-se que 45,4% dos trabalhadores do *Alojamento e restauração*, se situava nos escalões remuneratórios até aos 599,99 €, sendo que o peso destes escalões era de 56,1% no que se refere ao subsector da *Restauração e similares*. Para além disso, 49,1% dos trabalhadores da *Industria têxtil, do couro e dos produtos do couro* e 39% dos trabalhadores do *Fabrico de mobiliário e de colchões* situavam-se neste mesmos escalões.

No subsector *das Atividades de investigação e segurança,* 90,8% dos trabalhadores auferia entre "600 e 999,9 €", escalão que concentrava 65,5% da *Administração pública, defesa e segurança social*, 60% dos trabalhadores da *Construção* e do subsector do *Comércio a retalho* e 58,7% dos trabalhadores *das Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário; fabrico de obras de cestaria e de espartaria.* Nos sectores das *Atividades financeiras e dos seguros* e das *Atividades de informação e comunicação,* o escalão "1.000 aos 2.499,99 €" abrangia respetivamente, 62,4% e 56,% dos trabalhadores. No sector das *Atividades financeiras e dos seguros* cerca de 30% dos trabalhadores auferia 2.500 € ou mais. Estes mesmos escalões abrangiam cerca de 61% dos trabalhadores da *Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio.* De sublinhar que, no sector das *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* o escalão remuneratório "até ao SMN" concentrava 1, 8% dos trabalhadores, percentagem que aumentava para 8,3% no subsector das *Atividades relacionadas com edifícios, plantação e manutenção de jardins.*

No que respeita à evolução dos escalões remuneratórios entre 2014 e 2015, refira-se o aumento no peso dos escalões "até aos 599,99 € " na *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* (+4,8 p.p.), nas *Atividades imobiliárias* (+3,9 p.p.) e na *Construçã*o (+2,7 p.p.) em prejuízo do escalão dos "600 aos 999,99

€". Na *Administração pública, defesa e segurança social* o escalão" até aos 599,99 € " cresceu +3,6 p.p. em prejuízo do escalão "entre os 1.000 e os 2.499,99 €".

Nos subsectores da *Fabricação de equipamentos informáticos, equipamentos p/comunicações e produtos eletrónicos e óticos etc.* e da *Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas, o* escalão "entre os 1.000 e os 2.499,99 €" cresceu com algum significado, em prejuízo dos escalões remuneratórios mais baixos. No sector da *Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio* os escalões remuneratórios de 2.500 € e mais cresceram cerca de 2,5 p.p. e, no subsector da pesca e aquacultura, 5 p.p.

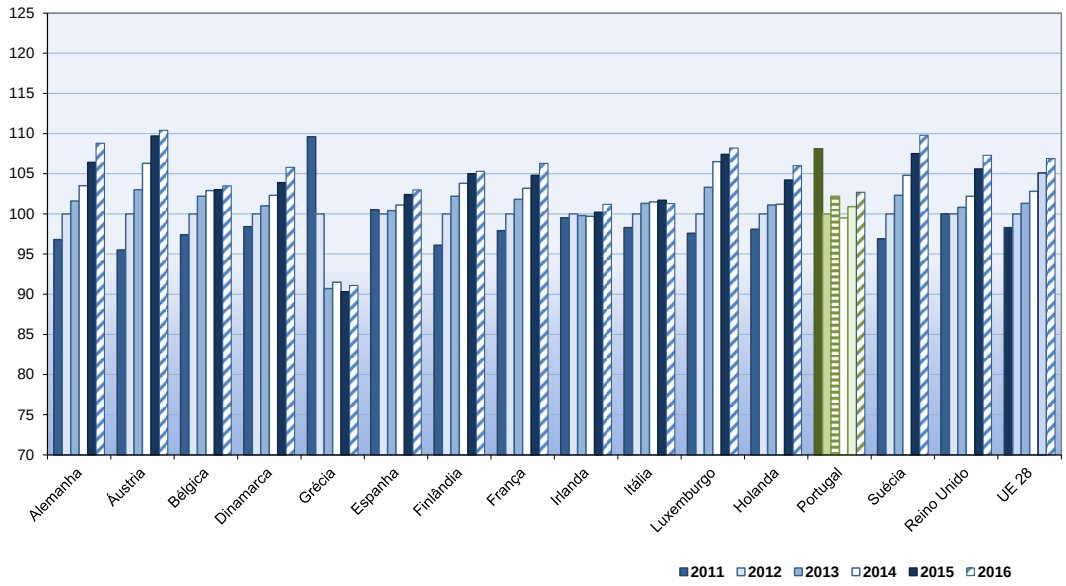
9.3. Índice do custo de trabalho

Segundo os dados disponibilizados pelo INE para Portugal, em 2016, o Índice de Custo do Trabalho registou um acréscimo de 3,3% em termos homólogos. O índice do custo de trabalho aumentou na maioria dos sectores de atividade. O sector de atividade onde se verificou um maior acréscimo face a 2015 foi o da *Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória* (6,8%), logo seguido pelo das *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* (6,4%), *Educação* (5,7%), *Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas* (5,6%) e *Atividades de saúde humana e apoio social* (3,5%). O índice de custo de trabalho diminuiu nas *Atividades financeiras e de seguros* (-2,2%), na *Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição* (-2,2%), nas *Atividades imobiliárias* (-0,8%), no *Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos* (-0,3%) e nas *Outras atividades de serviços* (-0,1%).

Considerando a informação coligida pelo Eurostat, em 2016, constata-se que relativamente aos outros países da UE 28, Portugal é um dos países onde o custo de trabalho foi mais baixo. Apenas em Chipre, Grécia, Croácia, Itália e Irlanda se verificaram índices de custos de trabalho mais baixos.

Gráfico 157 - Índice do custo de trabalho nos países da UE

(Base 2012 = 100)



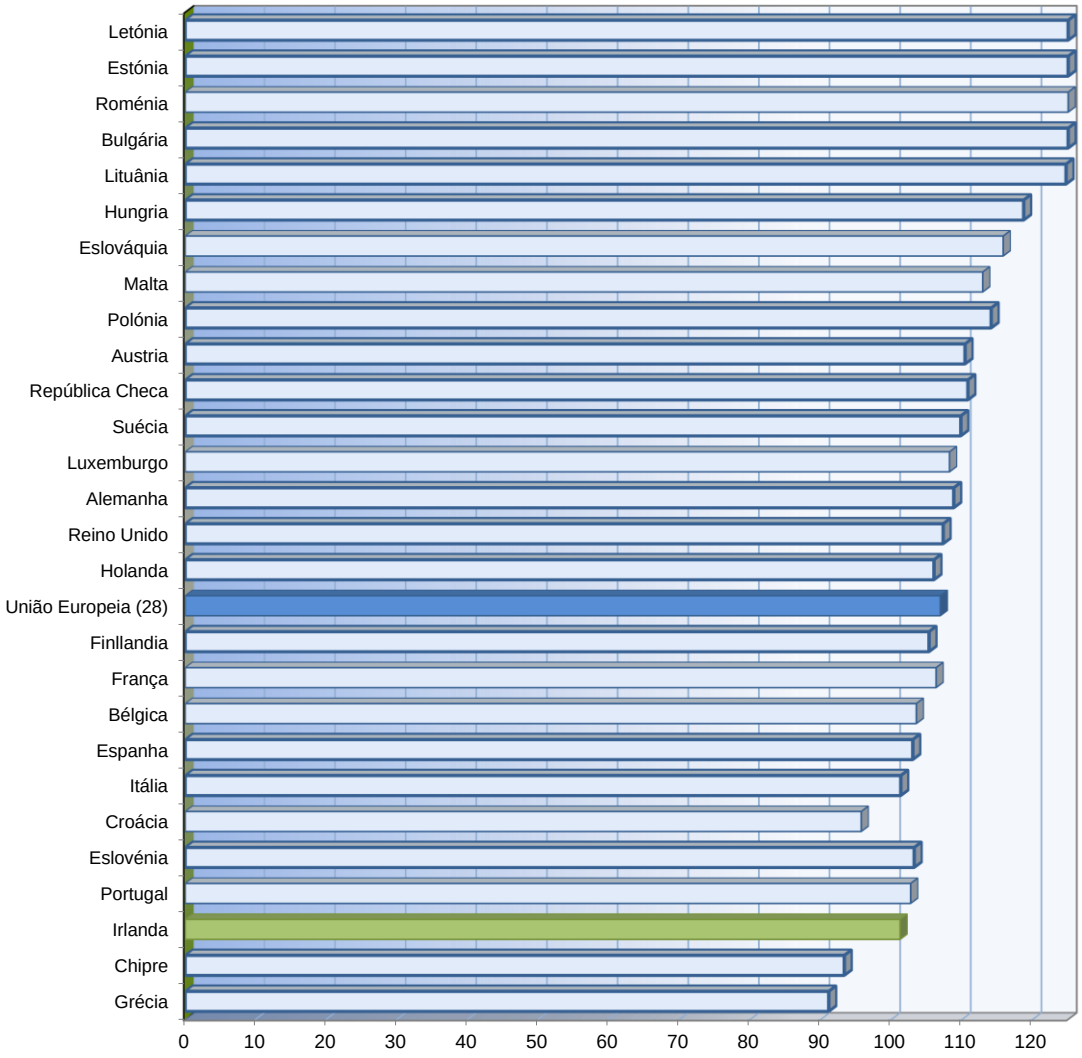
Fonte: EUROSTAT, *Labour Cost Survey*

Notas: O índice do custo do trabalho abrange os sectores de atividade seguintes: (a) Indústria (NACE C a E); (b) Construção (NACE F); (c) Serviços (NACE G a K).

Registe-se que, em 2011, Portugal era, a seguir à Grécia, o Pais da UE onde o índice do custo de trabalho era mais elevado, mas foi também, a seguir à Grécia, o País onde este evidenciou um decréscimo mais expressivo.

Gráfico 158 - Índice do custo de trabalho nos países da UE, em 2016

(Base 2012 = 100)



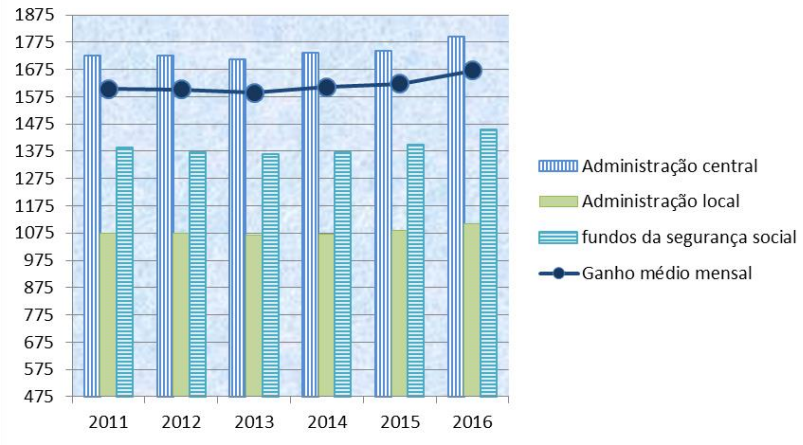
Fonte: Eurostat, *Labour Cost Survey*

Notas: O índice do custo do trabalho abrange os sectores de atividade seguintes: (a) Indústria (NACE C a E); (b) Construção (NACE F); (c) Serviços (NACE G a K).

10. GANHOS E REMUNERAÇÕES NAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

De acordo com os dados da DGAEP, em 2016[23], no Continente, o ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo nas Administrações Públicas era de 1.670,8 €. Este valor era consideravelmente mais elevado no que respeitava à Administração central (1.796,3 €). Na Administração local era de 1.107,49 € e nos fundos da segurança social de 1.455,1 €.

Gráfico 159 - Ganho médio mensal nas Administrações Públicas (Continente) por subsetor



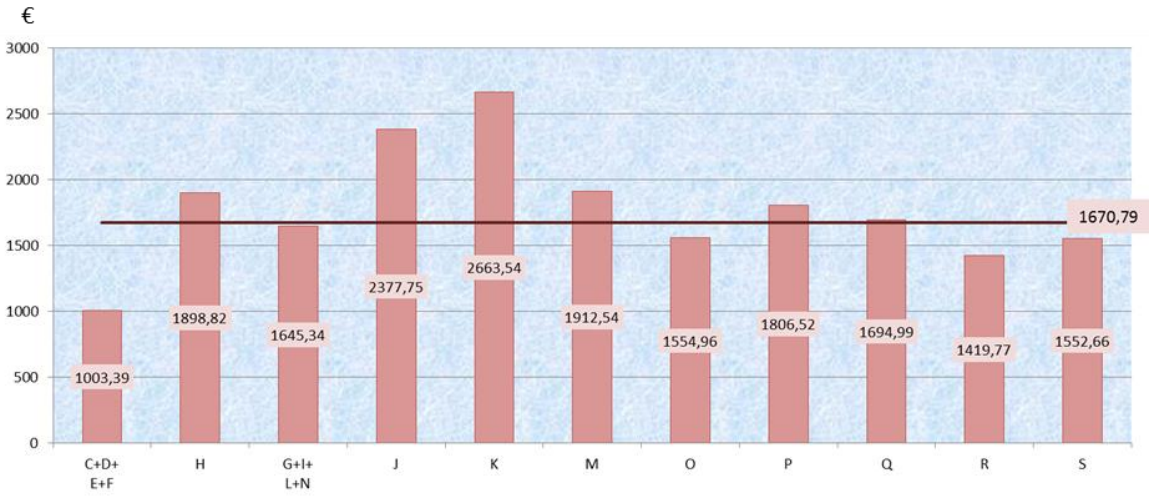
Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

Entre 2011 e 2013, o ganho médio mensal decresceu, mas a partir de 2013 aumentou, tendo esse crescimento sido de 1,3%, entre 2013 e 2014, sobretudo devido ao aumento do ganho médio na Administração central e, entre 2014 e 2015 em 0,8%. Entre 2015 e 2016 o acréscimo foi de 2,9%.

Analisando o ganho médio mensal nas Administrações Públicas no Continente por CAE, em 2016, verifica-se que as *Atividades financeiras e dos seguros* era o sector em que o salário médio mensal era mais elevado, seguindo-se-lhe as *Atividades de informação e comunicação* e as *Atividades de consultoria, cientificas, técnicas e similares*. Em contrapartida, o sector em que o ganho médio mensal era mais baixo era o que agregava as *Industrias Transformadoras, a Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio, a captação, tratamento e distribuição de água, saneamento e gestão e resíduos e despoluição e a construção*.

[23] Os dados apresentados neste capítulo têm como data de referência o mês de outubro.

Gráfico 160 - Ganho médio mensal nas Administrações Públicas (Continente) por CAE -2016

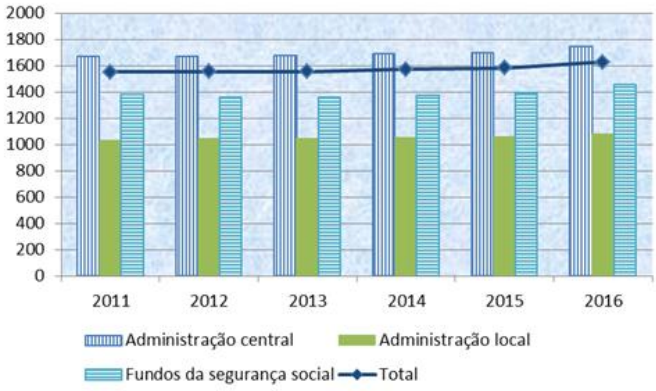


C+D+ E+F	Indúst. transformadoras; Eletr., gás, vapor, água quente e fria e ar frio; Captação, tratam. e distrib. de água; saneam., gestão de resíduos e despoluição; Construção	M	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares
H	Transportes e armazenagem	O	Administração Pública e Defesa; Seg. Social Obrigatória
G+I+ L+N	Comércio por grosso e a retalho; Alojamento, restauração e similares; Ativ. imobiliárias; Atividades administrativas	P	Educação
J	Atividades de informação e de comunicação	Q	Atividades de saúde humana e apoio social
K	Atividades financeiras e de seguros	R	Atividades artísticas, de espetáculos, desport. e recreat.
		S	Outras atividades de serviços

Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

Em 2016, a remuneração base média mensal mais suplementos regulares nas Administrações Públicas, no Continente, era de 1.626,9 €. Entre 2011 e 2013, a remuneração base média mais prestações regulares foi praticamente equivalente mas não diminuiu e, entre 2013 e 2014 começou a crescer, tendo aumentado 1% nesse ano e 0,7% no ano seguinte. Entre 2015 e 2016 aumentou 2,9%.

Gráfico 161 - Remuneração base média mensal mais suplementos regulares nas Administrações Públicas por subsector (Continente) – trabalhadores a tempo completo



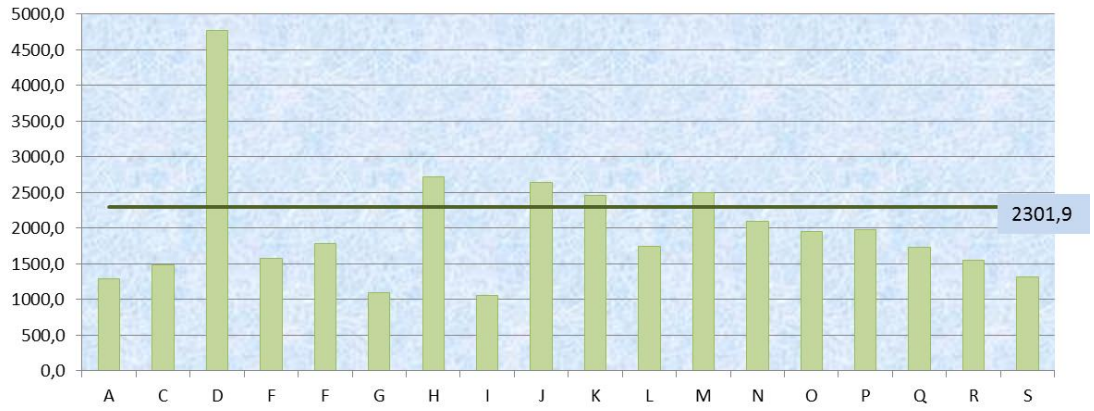
Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

No que se refere ao ganho médio mensal nas empresas públicas e demais entidades do sector público, em 2016, este era de era de 2.301,9 € nas entidades detidas pela Administração Central, ou seja, cerca de 38% superior ao ganho médio mensal nas Administrações Públicas. Nas empresas e demais entidades do sector público detidas pela Administração local, o ganho médio mensal era de 1.052,8 €.

No que respeita à remuneração base média mensal nestas entidades, esta era de 1.622,4 € para as empresas e demais entidades detidas pela Administração Central e de 866,9 € para as entidades detidas pela Administração local.

Analisando o ganho médio mensal nas empresas e demais entidades detidas pela Administração central, por CAE, verifica-se que o sector que registava, em 2016, o valor mais elevado era o da *Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio*. Seguia-se-lhe os *Transportes e Armazenagem e* a *Informação e comunicação.* Os sectores que registavam ganhos médios mensais mais baixos eram o *Alojamento e restauração* e o *Comércio por grosso e a retalho, manutenção de veículos automóveis e motociclos.*

Gráfico 162 - Ganho médio mensal nas sociedades financeiras e não financeiras detidas pela Administração Central (Continente) – trabalhadores a tempo completo – 2016



A	Agricultura, produção animal e pesca	K	Atividades financeiras e de seguros
C	Indústrias transformadoras	L	Atividades imobiliárias
D	Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	M	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares
E	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	N	Atividades administrativas e dos serviços de apoio
F	Construção	O	Administração Pública
G	Comércio a retalho; Manutenção e reparação de veículos automóveis	P	Educação
H	Transportes e armazenagem	Q	Atividades de Saúde Humana
I	Alojamento e restauração	R	Ativ. artísticas, de espetáculos, desport. e recreativas
J	Informação e comunicação	S	Outras atividades de serviços

Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

11. ANÁLISE DA COMPATIBILIDADE DOS FLUXOS DO MERCADO DE TRABALHO

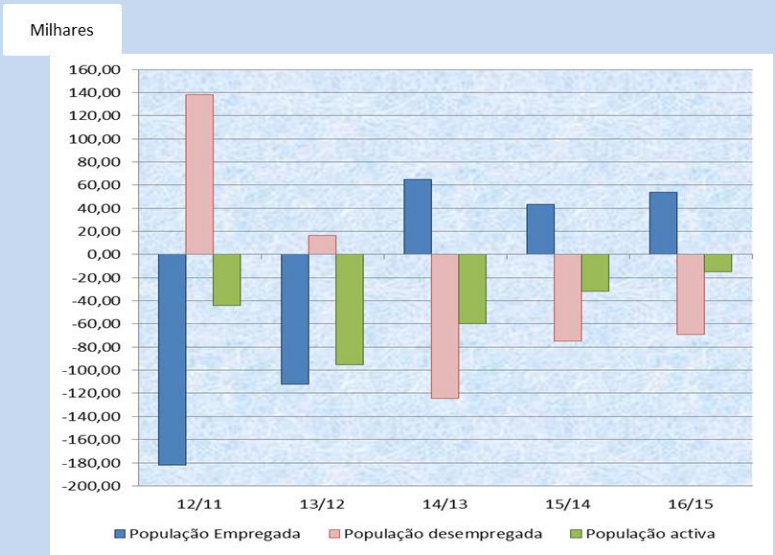
Considerando os dados do Inquérito ao Emprego do INE entre 2011 e 2016, e analisando as variações anuais no número de ativos, empregados e desempregados, constata-se que, se entre 2011 e 2013 a população empregada sofreu uma acentuada redução, entre 2011 e 2012, a essa diminuição correspondeu um forte acréscimo do número de desempregados (que foi de cerca de 76% do total dos que perderam o emprego) mas, entre 2012 e 2013, o número adicional de desempregados representou apenas 15% do decréscimo da população empregada. O remanescente dos indivíduos que deixaram de estar empregados transitou para uma situação de inatividade.

Por outro lado, a partir de 2013, a população desempregada diminuiu mas, até 2015, pouco mais de 50% desses indivíduos passou a estar empregado, tendo essa percentagem aumentado para 78,3% entre 2015 e 2016. Os restantes indivíduos transitaram igualmente para uma situação de inatividade.

Assim, no período em análise, a população ativa decresceu sempre, embora esse decréscimo se tenha atenuado a partir de 2013 e sobretudo no último ano.

Gráfico 163 - Variações da população empregada, desempregada e ativa

2011 a 2016

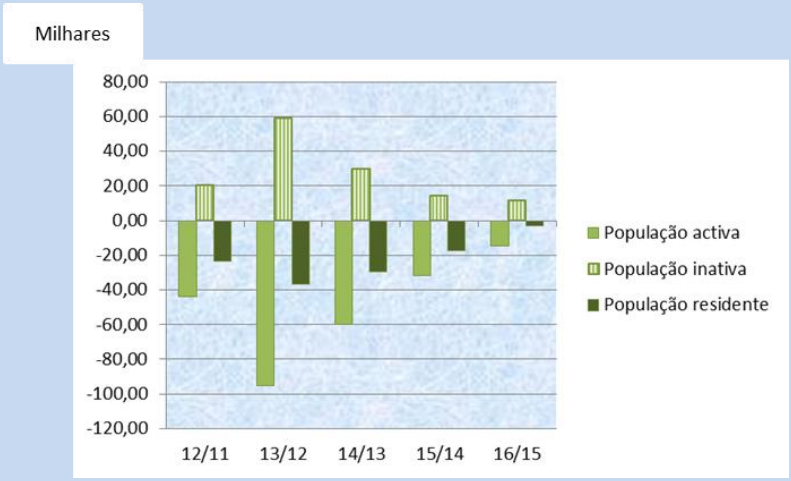


Para além disso, se comparamos as variações registadas na população ativa, na população inativa e na população residente, verificamos que, entre 2011 e 2015, os acréscimos na população inativa

representaram entre 45% e 61,7% (entre 2012 e 2013) do total do decréscimo da população ativa. O remanescente desse decréscimo traduziu-se numa diminuição da população residente que foi particularmente acentuada entre 2012 e 2014.[24]

Gráfico 164 - Variações da população ativa, inativa e residente

2011 a 2016



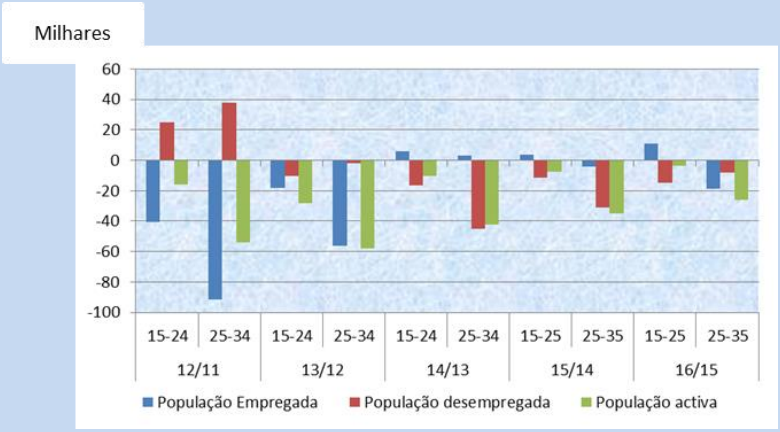
Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Analisando as variações anuais tendo em conta os escalões etários, verifica-se que, nos escalões entre os 15 e os 34 anos, entre 2012 e 2013 a redução do número de empregados não se traduziu em qualquer aumento do desemprego que, pelo contrário também reduziu, mas num decréscimo dos ativos.

[24] Parte desta diminuição tem, obviamente a ver com o número de óbitos mas estes não explicam, na totalidade, este decréscimo, sobretudo tendo em conta que a taxa de mortalidade diminuiu entre 2012 e 2014.

Gráfico 165 - Variações da população empregada, desempregada e ativa entre os 15 e os 34 anos

2011 a 2016



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Do mesmo modo, entre 2013 e 2015 (e no caso do escalão dos 25 aos 34 anos, mesmo no último ano) a diminuição do desemprego não levou a um aumento do emprego mas sim uma diminuição da atividade. [25]

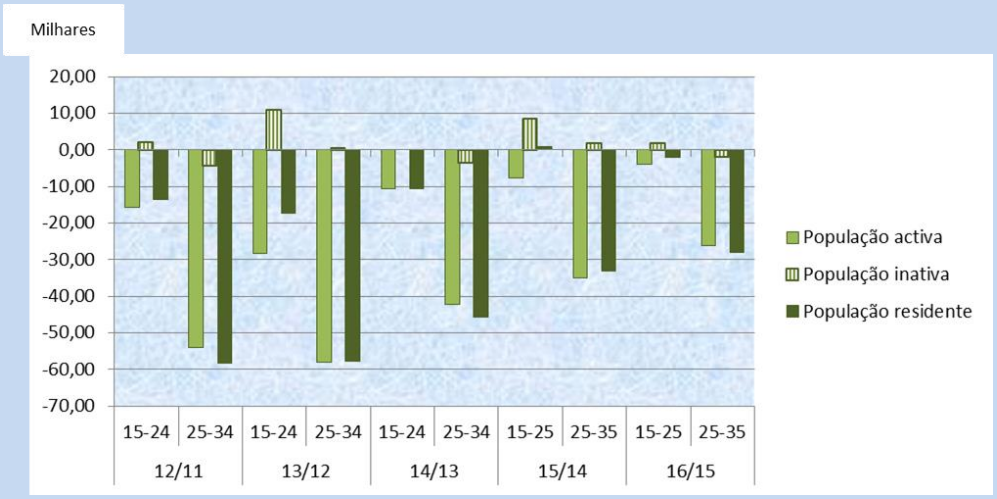
Contudo, se observarmos as variações da população ativa, inativa e residente verificamos que, relativamente a estes escalões etários, os acréscimos da população inativa no período em análise foram mínimos, sendo que, no escalão etário dos 25 aos 34 anos, o que se verifica é quase sempre uma diminuição da população inativa. Assim, ao decréscimo da população ativa corresponde sobretudo um decréscimo igualmente acentuado da população residente que é muito evidente no que se refere ao escalão entre os 25 e os 34 anos e se prolonga até 2016.[26]

[25] Este decréscimo do número de ativos nos escalões etários mais novos é habitual em períodos de crise. Sendo mais difícil o ingresso e a permanência no mercado de trabalho os jovens tendem a prolongar a sua permanência na escola.

[26] Relativamente aos escalões etários mais novos há que ter em conta que o seu decréscimo se explica em parte pela transferência para escalões etários mais velhos devido ao envelhecimento da população.

Gráfico 166 - Variações da população ativa, inativa e residente entre os 15 e os 24 anos

2011 a 2016



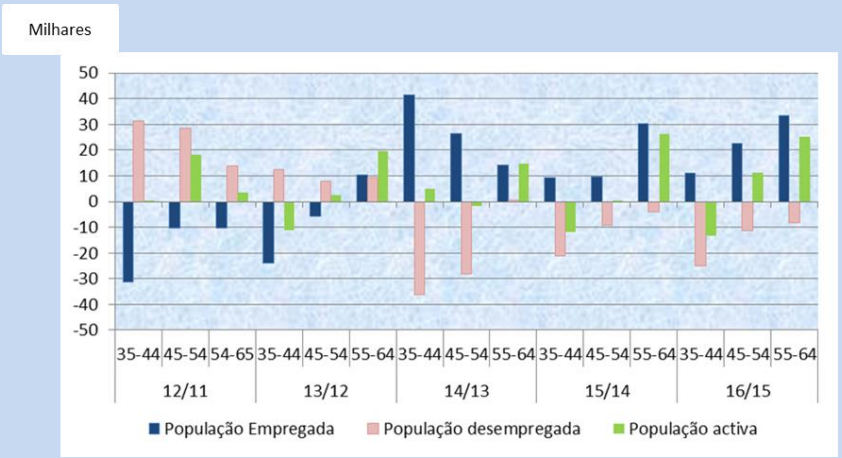
Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Relativamente aos escalões etários mais velhos, a evolução que se verifica é muito diferente. Entre 2011 e 2013, a diminuição da população empregada é tanto menos significativa quanto mais velho o escalão etário e, para além disso, corresponde a um aumento acentuado do desemprego, tanto mais que, de um modo geral, a população ativa também aumenta.

A partir de 2013, o emprego aumenta e o desemprego diminui de forma mais ou menos correspondente, nos escalões até aos 54 anos ou, no caso do escalão dos 55 aos 64 anos, acarreta um aumento da atividade. Contudo, entre 2014 e 2016, no escalão dos 35 aos 44 anos, parte do decréscimo verificado no desemprego traduz-se numa diminuição dos ativos.

Variações da população empregada, desempregada e ativa entre os 35 e os 64 anos

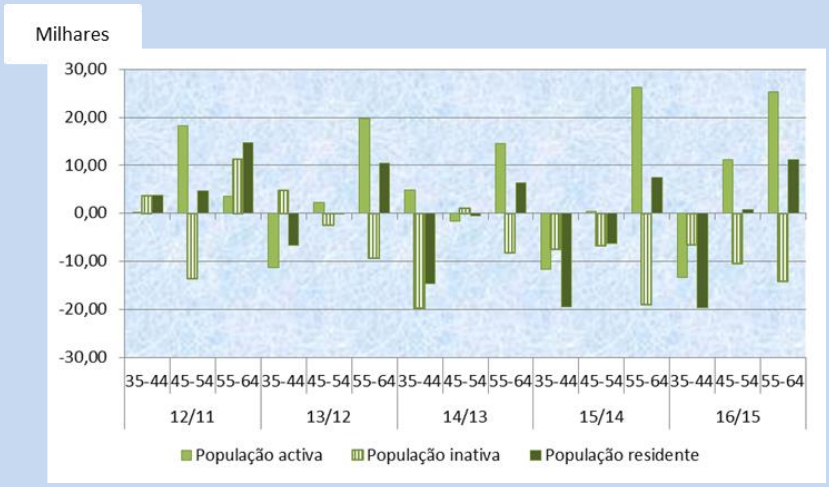
2011 a 2016



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

No que se refere às variações da população ativa, inativa e residente relativamente aos escalões mais velhos o que se constata, de um modo geral, é uma diminuição da população inativa, associado a um acréscimo da população ativa. Contudo, relativamente ao escalão dos 35 aos 44 anos, entre 2013 e 2014, parte desse decréscimo do número de inativos corresponde a uma diminuição da população residente que se acentua, nos anos seguintes, em que se constata também uma redução da população ativa nesse escalão.

Gráfico 167 - Variações da população ativa, inativa e residente entre os 35 e os 64 anos 2011 a 2016



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

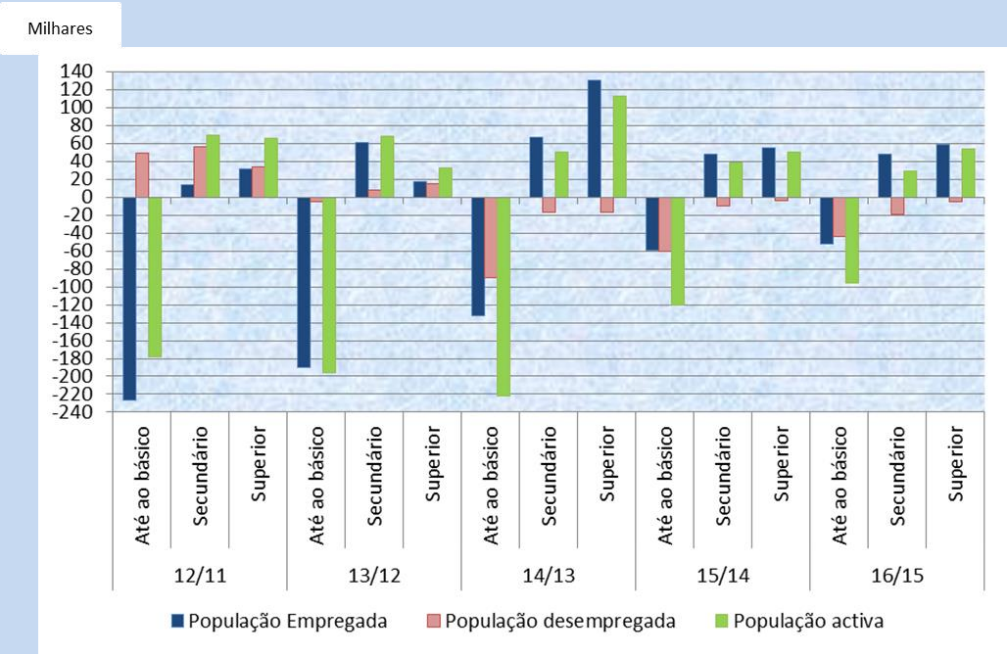
Quando se procede à análise das variações da população empregada, desempregada e ativa por níveis de escolaridade, é possível verificar que, entre 2011 e 2013 o decréscimo da população empregada atingiu apenas aqueles que possuíam até ao ensino básico sendo que, no que se refere aos níveis de habilitações mais elevados, a população empregada aumentou mesmo, ligeiramente. Ao mesmo tempo, o desemprego cresceu significativamente relativamente a todos os níveis de habilitações, sobretudo entre 2011 e 2012. No que se refere à população com até ao ensino básico a diminuição do número de empregados traduziu-se sobretudo num decréscimo da população ativa, enquanto relativamente aos níveis de habilitações mais elevados, o aumento do número de empregados e de desempregados se explica pelo crescimento da população ativa.

A partir de 2013 o desemprego diminui, sobretudo no que se refere à população com o ensino básico mas, relativamente a estes também o emprego decresce o que implica um decréscimo da atividade. Já no que

respeita à população com o ensino secundário e superior a diminuição do desemprego e o aumento do emprego são consequência do crescimento da população ativa. [27]

Gráfico 168 - Variações da população empregada, desempregada e ativa por níveis de habilitações

2011 a 2016



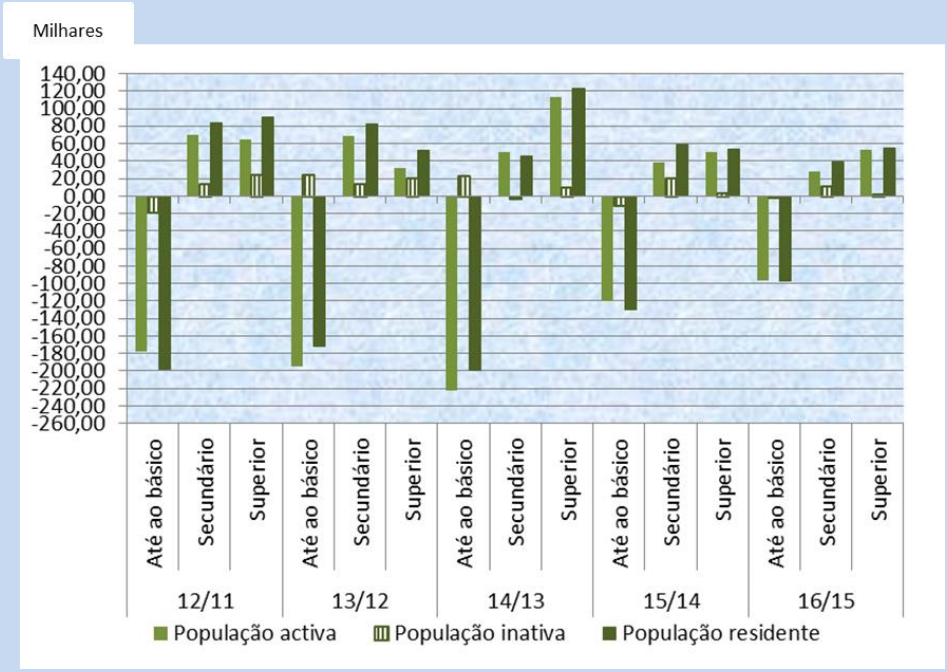
Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Analisando a evolução das variações da população ativa, inativa e residente por níveis de habilitações observa-se que, na população com até ao ensino básico, à diminuição acentuada da população ativa corresponde não um aumento significativo da população inativa (que aliás só cresce, ligeiramente, entre 2012 e 2014) mas um decréscimo ainda mais acentuado da população residente. Já no que se refere à população com níveis de habilitações mais elevados a população inativa cresce sempre, no que se refere à população com o ensino secundário e até 2014, no que respeita à população com o ensino superior.

[27] Mais uma vez, e no que se refere aos níveis de habilitações, esta evolução relaciona-se em parte com o envelhecimento da população, considerando que, nos escalões mais velhos, a percentagem de população com até o ensino básico é mais elevada.

Gráfico 169 - Variações da população ativa, inativa e residente por níveis de habilitações

2011 a 2016



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

12. FORMAÇÃO PROFISSIONAL E MEDIDAS ATIVAS DE EMPREGO

12.1. Cursos de dupla certificação

Para análise das ações de formação de dupla certificação recorreu-se à informação constante do sistema SIGO (Sistema de Informação de Gestão da Oferta Educativa e Formativa)[28], coordenado pela Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência do Ministério da Educação (DGEEC).

A informação remetida por aquela Direção Geral respeita exclusivamente ao ano de 2016 - uma vez que os dados relativos a anos anteriores não estavam ainda disponíveis - e aos cursos de dupla certificação. Como complemento desta informação, foi-nos igualmente disponibilizado o número de alunos matriculados nos cursos de dupla certificação promovidos pelo Ministério da Educação nos anos letivos de 2013/2014 e 2014/2015, o número de alunos que concluiu, naqueles anos, cursos de dupla certificação e as áreas de formação a que respeitavam estes cursos.

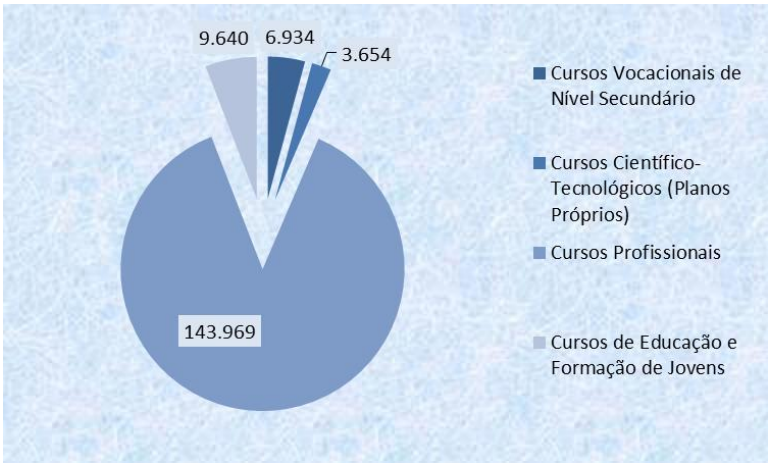
De acordo com os dados do SIGO matricularam-se em cursos de dupla certificação, no ano de 2016, cerca de 220 mil indivíduos. Destes, cerca de 74,7%, ou seja, 164,2 mil, frequentavam cursos dirigidos a jovens até aos 24 anos. [29]

Analisando a oferta de dupla certificação dirigida a jovens e considerando o tipo de cursos, constata-se que a esmagadora maioria dos jovens matriculados (87,7%, o que corresponde a 143,9 mil pessoas)) se concentrava nos cursos profissionais. Seguiam-se os cursos de educação e formação de jovens que, contudo, abrangiam apenas 5,9% do total dos jovens (9,6 mil) e depois os cursos vocacionais de nível secundário. (4,2%, ou seja 8,9 mil)). Os cursos cientifico-tecnológicos (planos próprios) envolviam cerca de 2,2% dos jovens. Refira-se que, com exceção dos cursos de educação e formação de jovens, que conferem uma certificação e nível 2, todos os outros tipos de cursos, que abrangeram cerca de 94% dos jovens, conferem uma certificação de nível 4.

[28] O SIGO abrange a rede de entidades formativas do sistema nacional de qualificações e os centros qualifica e abrange todas as ações de formação certificadas, incluindo a não inserida no Catálogo Nacional de Qualificações, designadamente as ações de formação desenvolvidas pelas empresas conforme previstas no Código do Trabalho

[29] Não estão incluídos nestes valores os formandos dos cursos de Aprendizagem, relativamente aos quais não foi disponibilizada informação.

Gráfico 170 - Distribuição dos formandos matriculados em cursos de dupla certificação para jovens por tipo de curso - 2016

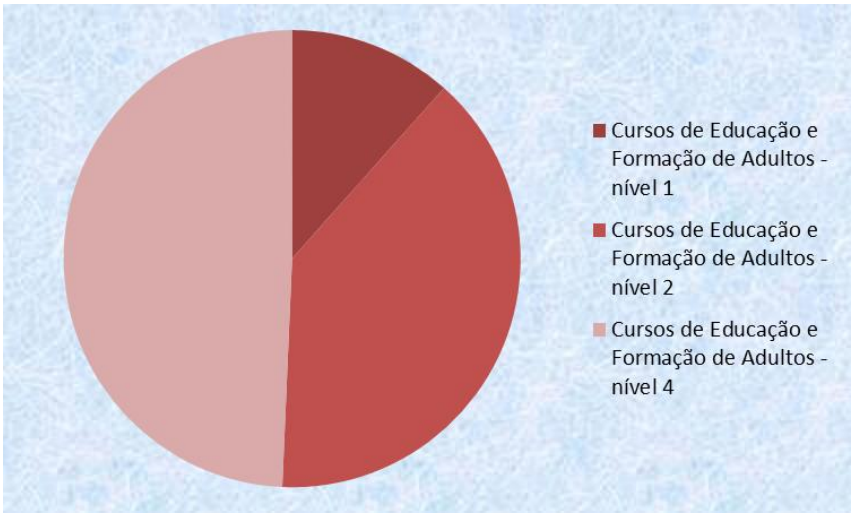


Nota: Não foram disponibilizados dados relativos aos cursos de Aprendizagem

Fonte: Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, sistema SIGO

No que se refere aos cursos de **educação e formação** de adultos, que envolveram cerca de 55,6 mil indivíduos, praticamente metade frequentava igualmente cursos de nível 4. Os cursos de nível 2 abrangiam, pro outro lado, cerca de 39% dos formandos.

Gráfico 171 - Formandos matriculados em cursos de educação e formação de adultos por níveis de qualificações- 2016



Fonte: Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, sistema SIGO

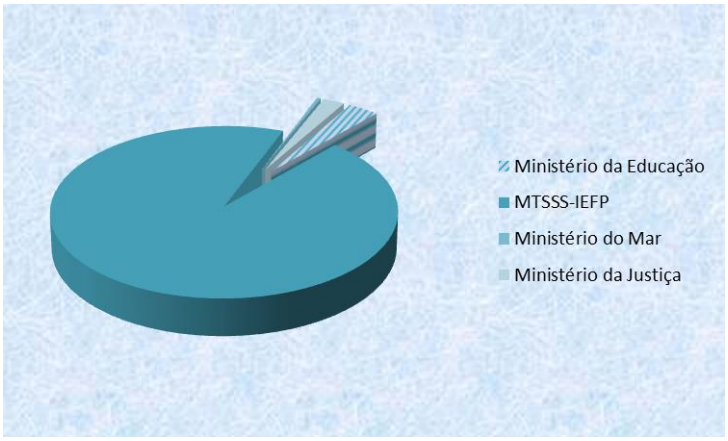
No que se refere ao sexo, 58,9% dos formandos em cursos de dupla certificação para jovens eram homens, sendo estes maioritários em todos os tipos de cursos, designadamente nos cursos de educação e formação

de jovens (66,4%). Por outro lado, nos cursos de educação e formação de adultos, as mulheres representavam 54,8%.

Analisando o número de matriculados em cursos de dupla certificação por escalões etários, em 2016, verifica-se que 90,6% dos alunos matriculados nos **cursos de dupla certificação para jovens** tinha entre 15 e 24 anos. Os restantes tinham menos de 15 anos. Quanto aos cursos de **Educação e Formação de Adultos**, 37,4% dos matriculados tinha entre 35 e 49 anos e 28,1% entre 25 e 34 anos. A percentagem de matriculados com entre 15 e 24 anos (17,6%) era muito próxima da percentagem de indivíduos com 50 ou mais anos (16,7%).

No que respeita às entidades promotoras da formação, em 2016, os **cursos de dupla certificação para jovens** eram quase da exclusiva responsabilidade do Ministério da Educação[30]. Já no que respeita á **Educação e Formação de Adultos**, 94,2% dos formandos frequentavam cursos promovidos pelo IEFP. O Ministério da Educação enquadrava 3,1% destes formandos, o Ministério da Justiça 2,2% e o Ministério do Mar, 0.4%

Gráfico 172 - Formandos matriculados em cursos de educação e formação de adultos por tutela da entidade promotora - 2016



Fonte: Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, sistema SIGO

Dos formandos matriculados em cursos de educação e formação de adultos, cerca de 94,6%, ou seja, 52,7 mil eram desempregados, no início da formação e 85,6% (47,8 mil) eram desempregados à procura de novo

[30] Embora, como já referido o Sistema não disponibilize os dados relativos aos cursos de Aprendizagem, que é a medida de formação de jovens em que o IEFP mais investe.

emprego. De entre os desempregados à procura de novo emprego, quase 2/3 (35,7 mil pessoas) eram desempregados à 12 ou mais meses (desempregados de longa duração).

Formandos matriculados em cursos de educação e formação de adultos por situação face ao emprego no início da formação - 2016

Gráfico 173 - Formandos por situação face ao emprego

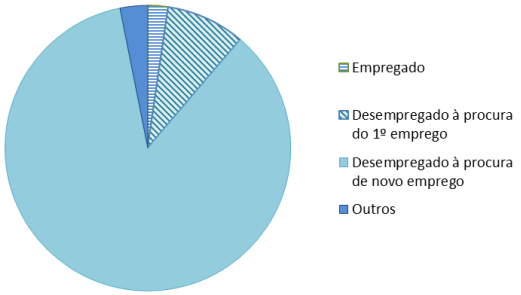
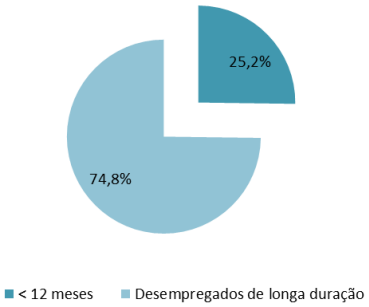
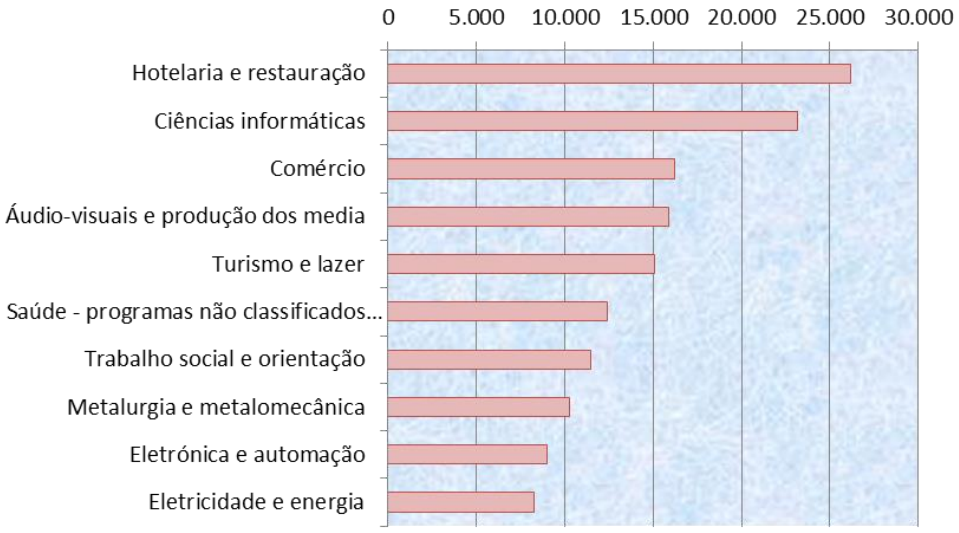


Gráfico 174 - Formandos desempregados à procura de novo emprego por duração de procura de emprego



Fonte: Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, sistema SIGO

Gráfico 175 - Formandos matriculados em cursos de dupla certificação por áreas de formação mais representativas - 2016

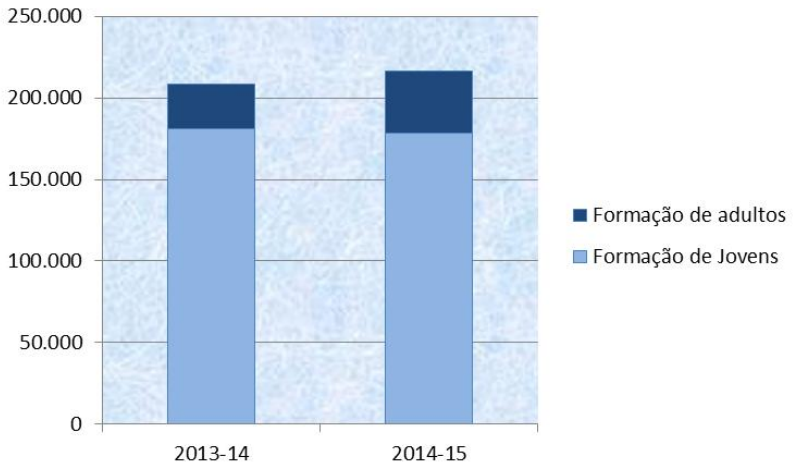


Fonte: Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, sistema SIGO

Em 2016, os formandos matriculados nos cursos de dupla certificação distribuíam-se por um conjunto muito diversificado de áreas de formação. As mais representativas eram a Hotelaria e Restauração (11,9% do total dos abrangidos), as Ciências Informáticas (10,5%), e depois, em número muito aproximado, o Comércio, Audiovisuais e produção dos media e o Turismo e lazer.

No que se refere aos anos letivos de 2013-14 e 2014-15, o número de formandos em cursos de dupla certificação promovidos pelo Ministério da Educação foi sempre superior aos 200 mil. Destes, mais de 80% frequentavam cursos de dupla certificação para jovens.

Gráfico 176 - Formandos matriculados em cursos de dupla certificação promovidos pelo Ministério da Educação – 2013/14 e 2014/15



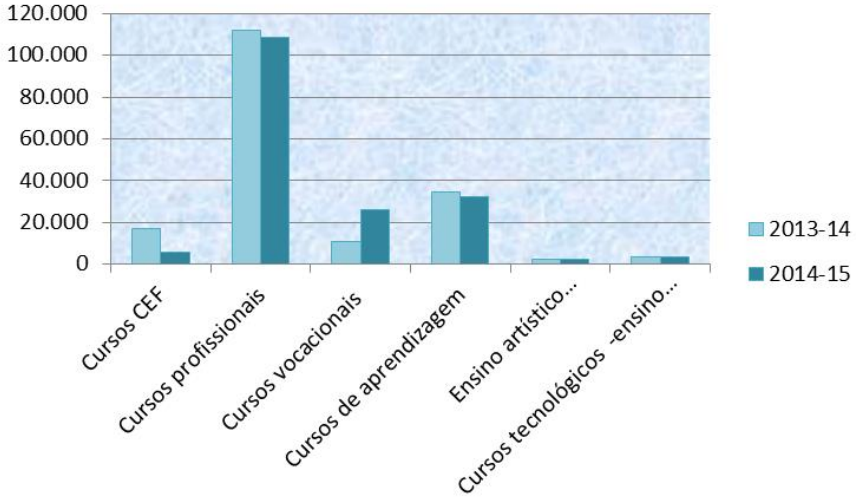
Fonte: Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

Quando analisamos o número de formandos matriculados na oferta formativa de dupla certificação dirigida a jovens, nesses anos letivos, verificamos que cerca de 61% frequentavam cursos profissionais. Seguiam-se-lhes os cursos de aprendizagem, que abrangiam cerca de 19% do total dos formandos. Os cursos de educação e formação de jovens (CEF) constituíam o terceiro tipo de cursos mais representativos, em 2013/14, enquadrando cerca de 9% dos formandos matriculados, mas o seu peso diminuiu para 3,2% no ano letivo seguinte. Em contrapartida, os cursos vocacionais, que no ano de 2013/14 representavam 6% do total dos formandos, abrangeram, no ano letivo de 2014/15, 14,5% do total dos matriculados.

Quanto aos cursos de dupla certificação dirigidos a adultos, a quase totalidade dos formandos enquadrava-se em cursos de educação e formação de adultos. Em 2013/14 os cursos tecnológicos do ensino recorrente abrangeram 1% dos formandos matriculados e, no ano seguinte, enquadraram apenas um número residual.

Nos cursos de formação de adultos, em qualquer dos anos, aproximadamente metade dos formandos frequentava cursos de nível 4.

Gráfico 177 - Formandos matriculados em cursos de dupla certificação dirigidos a jovens promovidos pelo Ministério da Educação por tipo de curso– 2013/14 e 2014/15



Fonte: Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

Nos anos letivos e 2013/14 e 2014/15 as áreas de formação mais representativas em termos de número de formandos eram sensivelmente as mesmas referida para o ano de 2016.

12.2. Medidas Ativas de Emprego do Instituto do Emprego e Formação Profissional

Para análise das medidas de formação e emprego desenvolvida pelo IEFP recorreu-se ao relatório de execução física e financeira daquele Instituto. Tendo em conta quer as alterações introduzidas nos últimos anos na tipologia das medidas quer a forma como estas foram sendo agrupadas em termos do relatório, considerou-se pertinente centrar a análise nos anos de 2013 a 2016, possibilitando assim a comparação entre anos. Finalmente, não estando ainda disponível quando da realização desta análise, o relatório relativo a Dezembro de 2016 foi analisada a informação relativa aos relatórios de Novembro.

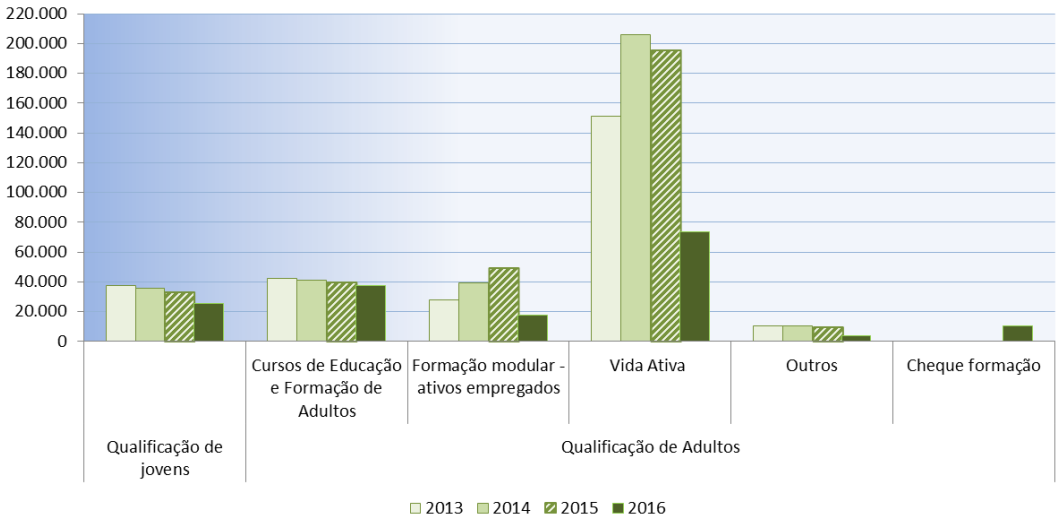
- ***Formação Profissional***

Até Novembro de 2016, as ações de formação promovidas pelo IEFP tinham abrangido 169,3 mil pessoas, cerca de quase metade dos abrangidos em 2015, ou seja,-157,9 mil pessoas. As ações de **Qualificação de adultos** foram as mais penalizadas por este decréscimo, abrangendo 143,1 mil indivíduos, ou seja menos cerca de 150 mil abrangidos, do que resultou uma diminuição do seu peso relativamente ao total de abrangidos (84,6%) e do consequente aumento do peso das ações de **Qualificação de jovens**, que enquadraram 15% dos indivíduos em formação, o que corresponde a 25,6 mil pessoas. Dos indivíduos abrangidos por ações de formação implementadas pelo IEFP até Novembro de 2016, 62,1% tinham concluído a formação, uma percentagem bastante inferior a anos anteriores.

O número de pessoas abrangidas decresceu relativamente a todas as medidas de formação profissional.

No que se refere à Qualificação de Jovens o esforço de formação continuou a centrar-se na medida "Aprendizagem" que, em 2016 enquadrou 96% do total de abrangidos jovens. Os restantes 4% frequentaram "cursos de especialização tecnológica", tendo o seu peso aumentado ligeiramente relativamente a 2015.

Gráfico 178 - Número de formandos abrangidos por cursos de formação até Novembro de cada ano



Fonte: IEFP, *Relatório de Execução física e financeira* do mês de Novembro.

Relativamente à **Qualificação de Adultos,** a medida "Vida Ativa"[31] continuava a concentrar uma parte importante dos abrangidos (43,5% do total dos abrangidos em ações de formação, ou seja 73,7 mil pessoas) embora o seu peso seja inferior ao de anos anteriores (em 2015 representava cerca de 60%) e o seu número tenha diminuído em cerca de -122 mil pessoas. A medida "Formação Modular – ativos empregados" também sofreu um decréscimo significativo em número de formandos (-32 mil) mas o seu peso relativamente ao total de abrangidos não divergiu muito de anos anteriores (10,5% do total, o que corresponde a 17,7 mil indivíduos). Já no que se refere aos "Cursos de Educação e Formação de Adultos", que envolveu 37,7 mil pessoas, o número de abrangidos diminuiu pouco e o seu peso cresceu. Finalmente, surgiu em 2016 a medida "Cheque-formação" [32]que abrangeu cerca de 10,4 mil pessoas (6,2% do total dos indivíduos em ações de formação).

Em Novembro de 2016, como no ano anterior, os homens constituíam a maioria dos abrangidos em ações de **Qualificação de Jovens** (64,6%) e as mulheres a maioria dos abrangidos nas ações de **Qualificação de Adultos**, (59,6%) tendo essas percentagens aumentado ligeiramente.

No que se refere aos níveis etários, em Novembro de 2016, nas ações de **Qualificação de Jovens** os abrangidos com até 24 anos constituíam 91% do total e o único outro escalão etário com alguma expressão era o dos formandos com entre 25 e 34 anos, que representavam 7,5% do total. No que respeita à **Qualificação de Adultos** a maioria dos abrangidos tinha entre 35 e 49 anos. Relativamente a 2015 não se registam grandes alterações no peso dos diferentes escalões.

Relativamente aos níveis de habilitações, nas medidas de **Qualificação de Jovens** 95,4% dos abrangidos tinha o 3º ciclo do ensino básico tendo em conta que a única medida que era especificamente dirigida a formandos com o ensino secundário era a medida de "Especialização Tecnológica" que abrangia, de qualquer modo, 10% de formandos com o ensino superior.

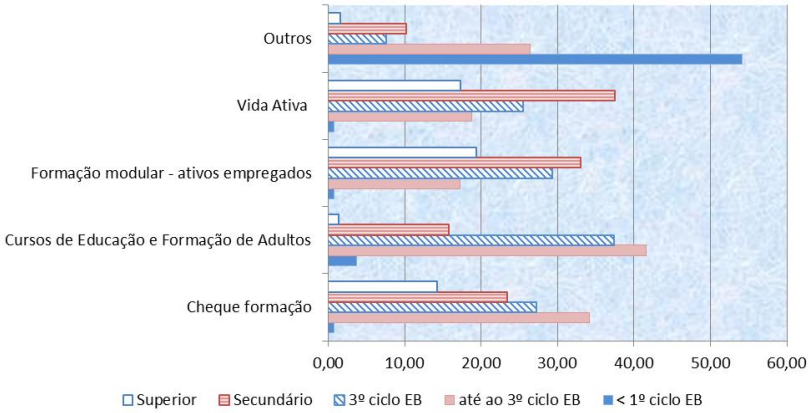
No que se refere às ações de **Qualificação de Adultos**, em Novembro de 2016, 29,5% dos abrangidos tinha o ensino secundário, uma proporção muito próxima dos formandos que possuíam 3º ciclo do ensino básico (28,8%). Os abrangidos com até ao 3º ciclo do ensino básico representavam 25,9% e os formandos com o ensino superior 12,8%. Relativamente aos anos anteriores não se registaram grandes variações nestas

[31] A medida Vida Ativa é dirigida a desempregados que não possuam o 9º ano de escolaridade ou uma qualificação ajustada ao mercado de trabalho e visa promover a (re)integração no mercado de trabalho através da frequência de unidades de formação de curta duração. Os percursos de formação têm uma duração entre 25 e 300 horas.

[32] A medida Cheque-formação consiste na concessão de um apoio financeiro a entidades empregadoras, aos ativos empregados ou a desempregados que frequentem percursos de formação orientados para a aquisição e competências relevantes para a melhoria do desempenho individual e para o aumento da produtividade do fator trabalho e, no caso dos desempregados, ajustados ás necessidades do mercado de trabalho. O apoio a atribuir considera um limite de 50 horas (ativos empregados) ou de 150 horas (desempregados) num período de 2 anos.

percentagens, embora o peso dos abrangidos dos níveis de habilitações mais baixos tenha diminuído, entre 2013 e 2016.

Gráfico 179 - População abrangida pelas medidas de Qualificação de Adultos por níveis de habilitações -2016

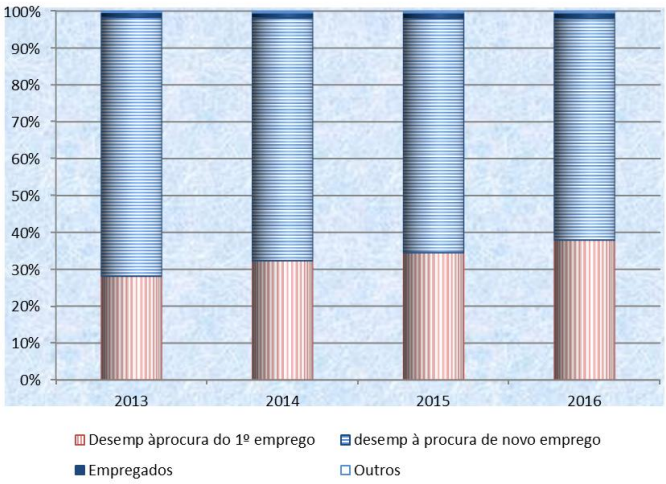


Fonte: IEFP, *Relatório de Execução física e financeira* do mês de Novembro

Relativamente às diferentes medidas de **Qualificação de Adultos,** na medida "Educação e Formação de Adultos" os abrangidos com até o 3º ciclo do ensino básico e com o 3º ciclo do ensino básico constituíam cerca de 82,6% do total. Já no que respeita às medidas "Formação Modular-Ativos Empregados" e "Vida Ativa" o nível de habilitações com maior peso em termos de abrangidos era o ensino secundário embora, na medida "formação modular-ativos empregados" os formandos com o 3º ciclo do ensino básico tivessem um peso muito próximo. Quer numa quer noutra medida, os abrangidos com o ensino superior tinham também algum significado. Quanto à nova medida "cheque-formação" a percentagem de abrangidos diminuí, de forma bastante equilibrada, à medida que o nível de habilitações aumenta.

Entre 2015 e 2016 não se verificaram grandes alterações em termos do peso dos abrangidos por níveis de habilitações nas diferentes medidas de Qualificação de Adultos. Refira-se apenas que, na medida "Vida Ativa" a percentagem de abrangidos com o ensino secundário aumentou em cerca de 5 p.p.

Gráfico 180 - População abrangida nas ações de Qualificação de Jovens por situação face ao emprego no início da formação



Fonte: IEFP, *Relatório de Execução física e financeira* do mês de Novembro

Analisando a situação face ao emprego no início da formação, dos abrangidos pelas ações de formação profissional promovidas pelo IEFP, constatamos que, no que se refere à **Qualificação de Jovens**, em Novembro de 2016, 98% dos abrangidos eram desempregados e 60,1% desempregados à procura de novo emprego. Relativamente a anos anteriores a percentagem de desempregados á procura do 1º emprego tem vindo a aumentar consecutivamente, tendo crescido em mais de 10 p.p. desde 2013.

No que respeita à situação face ao emprego no início da formação, dos abrangidos pelas ações de **Qualificação de Adultos,** em Novembro de 2016, 82,4% eram desempregados e 70,2% desempregados à procura de novo emprego. Os empregados constituíam 13,4%.

No que se refere às diferentes medidas de **Qualificação de Adultos:** nos cursos e "Educação e Formação de adultos" a esmagadora maioria dos formandos eram desempregados à procura de novo emprego; a medida "Formação modular – ativos empregados" abrangia naturalmente apenas empregados e, em contrapartida na medida "Vida Ativa" o número de empregados era residual. No que se refere à medida "cheque-formação", 50% dos abrangidos eram desempregados. Os restantes foram classificados como "outros".

% de Desistências por medida de formação

Gráfico 181 - Qualificação de jovens

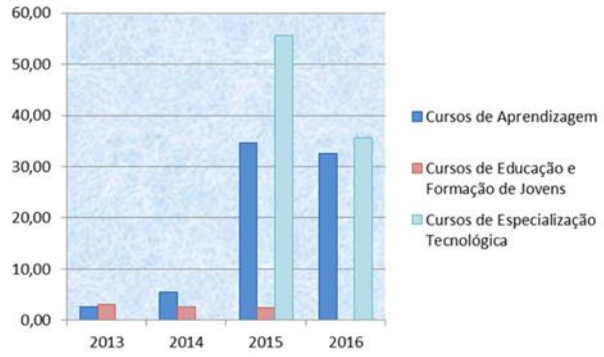
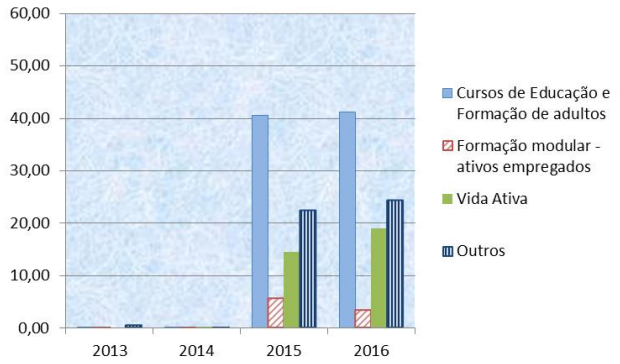


Gráfico 182 - Qualificação de adultos



Fonte: IEFP, *Relatório de Execução física e financeira* do mês de Novembro

Em Novembro de 2016, a percentagem de desistentes nas diferentes medidas de formação profissional era bastante elevada, quer no que se refere à Qualificação dos jovens quer à Qualificação dos adultos. A única medida em que o número de desistentes tinha pouco significado era a "Formação modular – ativos empregados".

Nas medidas "Aprendizagem" e "cursos de especialização tecnológica" os desistentes ultrapassavam os 30% do total de indivíduos que, em Novembro, tinham terminado a formação, e, nos "cursos de educação e formação de adultos", essa percentagem era de mais de 40%.[33]

No que se refere ao número de aprovações, estas atingiam, em 2016, 87% nos cursos de Qualificação de jovens e 76,5% nos cursos de Qualificação de Adultos.

Relativamente a 2015, não há grandes variações no peso dos aprovados, exceto na Medida "Vida Ativa", em que a percentagem de aprovações decresceu cerca de 9 p.p. [34]

- ***Medidas de Apoio ao Emprego***

Em Novembro de 2016, as medidas de apoio ao emprego promovidas pelo IEFP abrangiam 110,3 mil pessoas, das quais 44,5% (cerca de 49,1 mil) frequentavam estágios ao abrigo da medida "Inserção

[33] Nos anos de 2013 e 2014 a percentagem de desistentes foi muito reduzida. Em contrapartida, o peso dos indivíduos que concluíram cursos sem avaliação relativamente ao total dos que tinham terminado cursos, em 2013 e em 2014 foi especialmente elevado (No que respeita à Qualificação de jovens, foi de 63,2% em 2013 e de 48% em 2014).

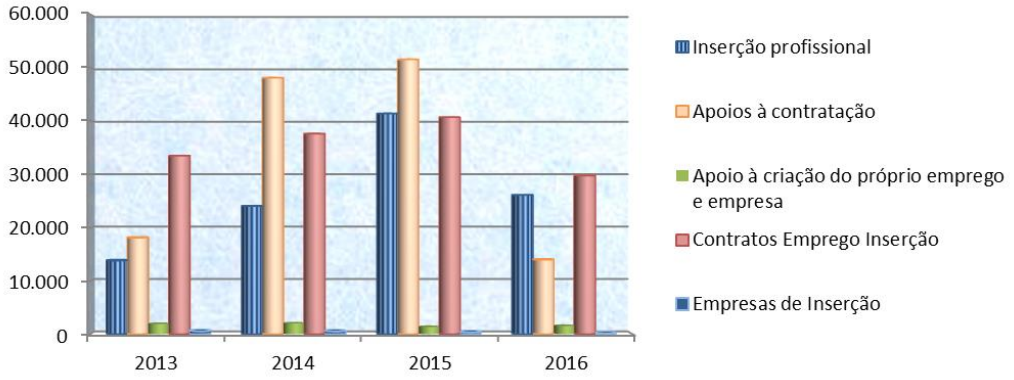
34 Em 2013 e 2014, as taxas de aprovação são bastante mais baixas mas, se ao total dos formandos que concluíram cursos subtrairmos os que não tiveram avaliação, o peso dos aprovados é superior a 90% .

profissional"[35], 41,4%% (45,6 mil) tinham "contratos de emprego-inserção"[36] e 12,7% (13,9 mil) tinham beneficiado de apoios à contratação.

Dos abrangidos por medidas de apoio ao emprego, 64,7% tinham já terminado as ações, em Novembro de 2016.

Se, entre 2013 e 2015, o número de pessoas que concluíram medidas de apoio ao emprego cresceu, no último ano diminuiu consideravelmente, relativamente a todas as medidas. Assim, quer relativamente à medida "Contratos emprego-inserção" quer à medida "Apoios à contratação" o número de indivíduos que tinham concluído ações, em Novembro de 2016 era inferior ao registado em Novembro de 2013. No caso da medida "Apoios à contratação" isso significa um decréscimo de cerca de 37,5 mil pessoas relativamente a 2015. Já no que se refere à medida "Inserção profissional" o número de indivíduos que tinham concluído estágios ao abrigo desta medida cresceu em cerca de 10 mil pessoas entre 2013 e 2014 e em 15 mil no ano seguinte, para decrescer em 2016 para os valores de 2014.

Gráfico 183 - Número de abrangidos que terminaram medidas de Apoio ao Emprego



Fonte: IEFP, *Relatório de Execução física e financeira* do mês de Novembro

Relativamente ao número de abrangidos por sexo, em Novembro de 2016 as mulheres eram maioritárias em todas as medidas, exceto no "Apoio à criação do próprio emprego e empresa"

Analisando os indivíduos abrangidos por medidas ativas de emprego considerando os escalões etários constata-se que, em Novembro de 2016, 29% tinha entre 25 e 34 anos, 26,4% tinha até 24 anos ou entre 35 e 49 anos e 18,1% tinha 50 e mais anos. Este último escalão foi o único que registou uma alteração mais significativa relativamente a 2015.

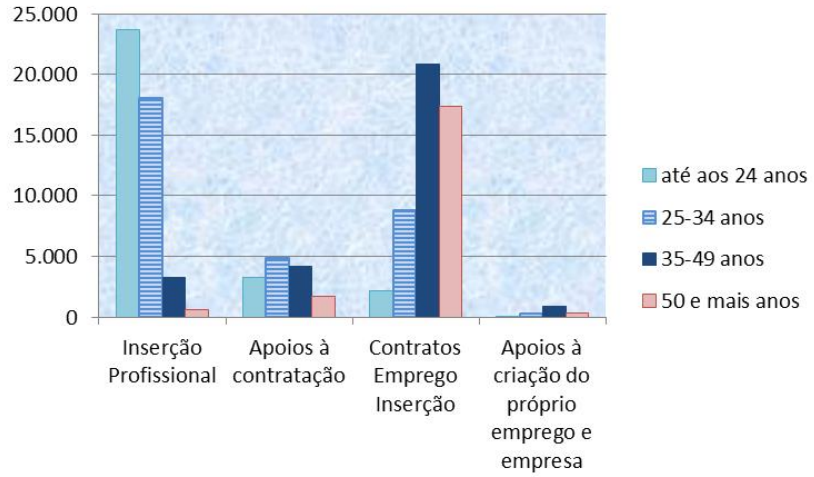
[35] A medida Inserção Profissional respeita a estágios profissionais de diferentes tipos e designações: "INOV" "Impulso Jovem ", "Estágios Emprego"; "Emprego – Jovem Ativo"; "Reativar".

[36] Medida dirigida a desempregados beneficiários de subsídio de desemprego ou subsídio social de desemprego e de rendimento social de inserção para que desenvolvam trabalho socialmente útil durante um período de até 12 meses, em entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos.

Na medida de "Inserção Profissional" mais de metade dos abrangidos, em 2016 como nos anos anteriores tinha até 24 anos e mais de 90% tinha até 34 anos.

No que respeita aos "Apoios à Contratação" o escalão etário mais representado em termos de abrangidos, em Novembro de 2016, era o dos 25 aos 34 anos (34,8% do total de abrangidos) seguido pelo escalão dos 35 aos 49 anos (28,7%) O escalão até aos 24 anos representava 23,6%. Este foi o escalão cujo peso mais aumentou, desde 2013, em prejuízo do escalão dos 35 aos 49 anos.

Gráfico 184 - População abrangida pelas medidas ativas de emprego por escalões etários - 2016



Fonte: IEFP, *Relatório de Execução física e financeira* do mês de Novembro

Já no que se refere aos "Contratos Emprego-Inserção" era evidente o peso do escalão dos 35 aos 49 anos, seguido pelo escalão dos 50 e mais anos cujo peso aumentou sempre, desde 2013. O escalão dos 25 ao s 34 anos representava, nesta medida, cerca de 18% do total de abrangidos.

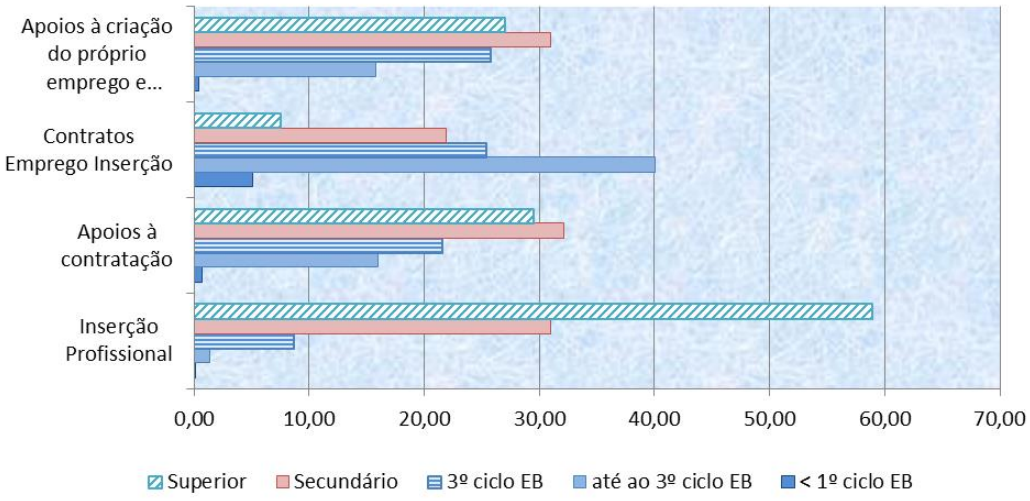
Também na medida "Apoio à criação do próprio emprego e empresa" a esmagadora dos beneficiários se enquadrava no escalão dos 35 aos 49 anos. O peso dos escalões dos 25 aos 34 anos e dos 50 e mais anos era mais ou menos equivalente.

Analisando os abrangidos pelas medidas ativas de emprego promovidas pelo IEFP por níveis de habilitações, em Novembro de 2016, os abrangidos com o ensino superior representavam 31,9%. Seguiam-se os abrangidos com o ensino secundário (27,1%) e os abrangidos com até ao 3º ciclo do ensino básico (20,7%). Os abrangidos com o 3º ciclo do ensino básico representavam 18%.

Na Medida "Inserção profissional", 59% do total e abrangidos possuía o ensino superior e 31% o ensino secundário. Estes eram também os níveis de habilitações com mais peso nas Medidas "Apoios à contratação" e "Apoio à criação do próprio emprego e empresa" embora nestas medidas os abrangidos

com o ensino secundário fossem em maior número e os abrangidos com o 3º ciclo do ensino básico tivessem também algum significado. No que se refere aos "Contratos de Emprego Inserção", pelo contrário, 40,2% dos indivíduos tinham até ao 3º ciclo do ensino básico e 25,4% possuía o 3º ciclo do ensino básico.

Gráfico 185 - População abrangida pelas medidas de Apoio ao Emprego por níveis de habilitações - 2016

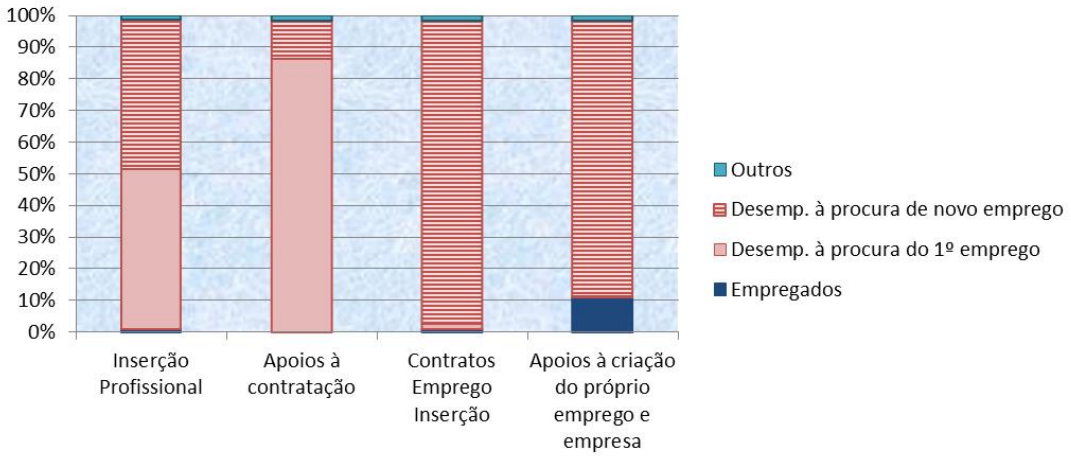


Fonte: IEFP, *Relatório de Execução física e financeira* do mês de Novembro

Em Novembro de 2016, 97,5% dos abrangidos encontravam-se desempregados no início da formação. Cerca de 65% estavam à procura de novo emprego. Os empregados só tinham alguma expressão na medida "Apoio à criação do próprio emprego e empresa, em que constituíam 10,8%. Os desempregados à procura do 1º emprego representavam 86,1% dos abrangidos na medida "Apoios à contratação" e 50,4% dos abrangidos na medida "Inserção profissional". Os desempregados á procura de novo emprego eram 95,7% dos abrangidos por "Contratos de Emprego-Inserção" e 87% dos abrangidos na medida "Apoio à criação do próprio emprego e empresa."

Relativamente a 2015 não se registam, de um modo geral, grandes variações, no que respeita à situação dos abrangidos face ao emprego no início da formação exceto no que se refere à medida "Apoios à contratação", já que, em 2015, 84,9% dos abrangidos eram desempregados à procura de novo emprego e ainda relativamente aos "Contratos de Emprego-Inserção" em que 93,8% do total dos abrangidos em 2015 eram desempregados à procura do 1º emprego.

Gráfico 186 - População abrangida pelas medidas de Apoio ao Emprego por situação face ao emprego no início da formação - 2016



Fonte: IEFP, *Relatório de Execução física e financeira* do mês de Novembro

Analisando a situação dos abrangidos por medidas de apoio ao emprego à saída da formação na medida "Inserção profissional", 60,5% dos indivíduos que tinham concluído o estágio em Novembro de 2016 tinham encontrado emprego através do IEFP (14,3 mil pessoas). Destes, 96% (13,7 mil) estavam colocados na entidade onde tinham estagiado. No que respeita aos indivíduos que tinham concluído "Contratos de Emprego-Inserção" apenas 19,6% tinham encontrado emprego através do IEFP, (5 mil pessoas) sendo que 64% destes (3,3 mil) tinham criado o seu próprio emprego. 20% (cerca de mil indivíduos) estava colocado na entidade onde tinha cumprido o contrato.

Em Novembro de 2015, a percentagem dos que tinham obtido emprego através do IEFP no que respeita à medida "Inserção profissional" era de cerca de 51%, sensivelmente a mesma do que nos anos anteriores. O peso dos que tinham encontrado emprego na entidade onde tinham efetuado o estágio manteve-se sempre superior a 90%. Relativamente aos "Contratos Emprego-Inserção" a percentagem de empregados através do IEFP, em 2015 como em anos anteriores, foi de cerca de 17%. O peso dos que tinham criado o seu próprio emprego ou tinham sido colocados na entidade onde tinham cumprido o contrato de inserção manteve-se sem grandes variações desde 2013.

12.3. Formação contínua nas empresas [37]

Em 2015, 45,3 mil empresas promoveram ações de formação para os seus trabalhadores, o que corresponde a cerca de 18,3% das empresas que responderam ao Relatório Único. Isto significou um decréscimo de cerca de 250 empresas relativamente a 2014[38]. O número de empresas que promoveram ações de formação aumentou entre 2010 e 2011 e depois diminuiu sempre. O maior decréscimo registou-se entre 2011 e 2012.

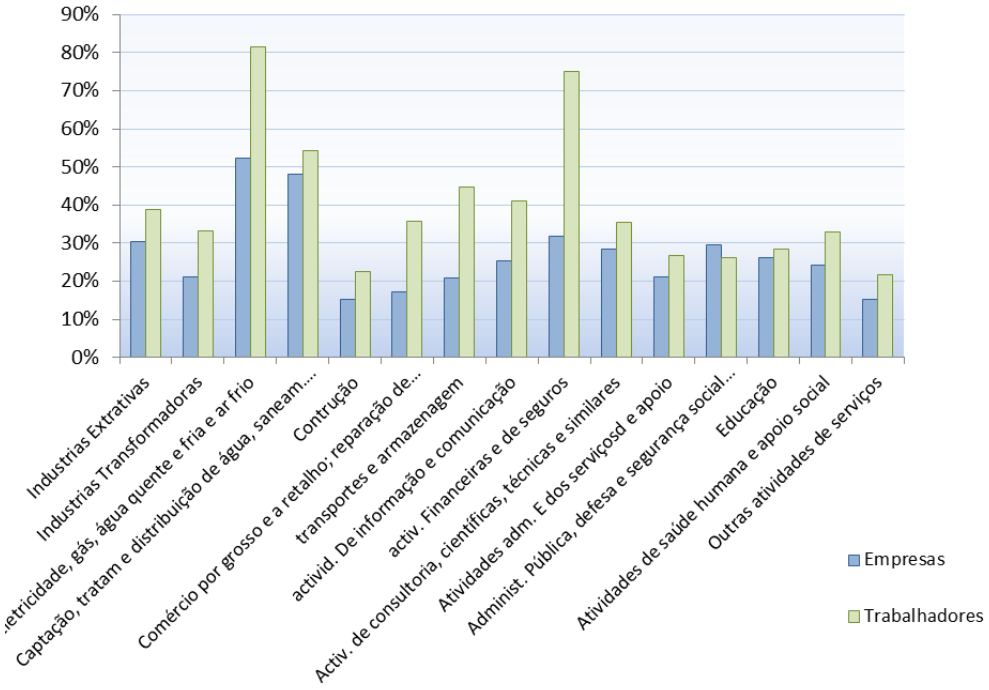
Estas ações de formação abrangeram cerca de 881 mil trabalhadores, que correspondiam a 32,8% dos trabalhadores ao serviço nas empresas, menos 95,6 mil trabalhadores do que no ano anterior.

No que respeita aos diferentes sectores de atividade, os sectores em que maior percentagem de empresas desenvolveu ações de formação foram, como em 2014, o sector da *Eletricidade, gás, água quente e fria e ar frio* e o sector *da Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão e resíduos e despoluição.* Estes, e o sector das *Atividades Financeiras e Seguros* foram também os sectores em que as ações abrangeram percentagens mais significativas de trabalhadores ao serviço. Os sectores com menor percentagem de empresas promotoras de formação e de trabalhadores envolvidos foram as *Atividades dos Organismos Internacionais e outras instituições extraterritoriais*, a *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*, o *Alojamento e Restauração e as Atividades Imobiliárias.*

[37] O relatório anual de formação contínua que constitui o anexo C do Relatório Único reúne informação relativa às ações de formação promovidas pelas empresas para os seus trabalhadores. Esse relatório foi publicado pelo GEP a partir de 2010, pelo que a análise realizada respeita aos anos de 2010 a 2015, que é o último relatório disponibilizado.

[38] Contudo, o número de empresas que responderam aos Quadros de Pessoal aumentou (+2,9 mil), entre 2014 e 2015 bem como o número de trabalhadores ao serviço (+80,4 mil).

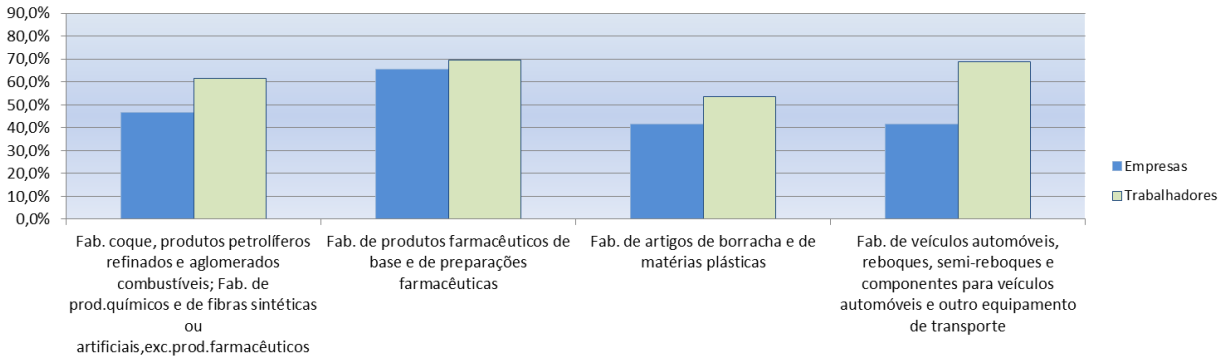
Gráfico 187 - % Empresas e trabalhadores envolvidos em ações de formação contínua relativamente ao total de empresas e trabalhadores por sectores de atividade - 2015



Fonte: GEP, *Relatório Anual de Formação Continua*

Entre 2010 e 2015 os sectores de atividade em que a percentagem de empresas promotoras de ações de formação mais cresceu foram *Administração pública, defesa e segurança social obrigatória* e as *Indústrias extrativas.* Em termos de percentagem de trabalhadores, os maiores aumentos verificaram-se também nas *Industrias extrativas e nas Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas.*

Gráfico 188 - % Empresas e trabalhadores envolvidos em ações de formação contínua relativamente ao total de empresas e trabalhadores por subsectores da Industrias Transformadoras - 2015



Fonte: GEP, *Relatório Anual de Formação Continua*

No que se refere aos subsectores da Indústria Transformadora os subsectores que mais se destacam em termos quer da percentagem de empresas promotoras de formação quer em percentagem de trabalhadores abrangidos são: o do *Fabrico de coque, produtos petrolíferos refinados e aglomerados combustíveis, Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, exceto produtos farmacêuticos*; o da *Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas; o do Fabrico de artigos de borracha e de matérias plásticas* e o da *Fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e componentes para veículos automóveis e outro equipamento de transporte.* O subsector com menor percentagem de trabalhadores envolvidos em ações de formação, em 2015, foi o da *Industria têxtil e dos produtos do couro.*

No que se refere aos subsectores do *Comércio* destaca-se o subsector do *Comércio por grosso, exceto de veículos automóveis e motociclos* quer em termos de percentagem e empresas quer de trabalhadores.

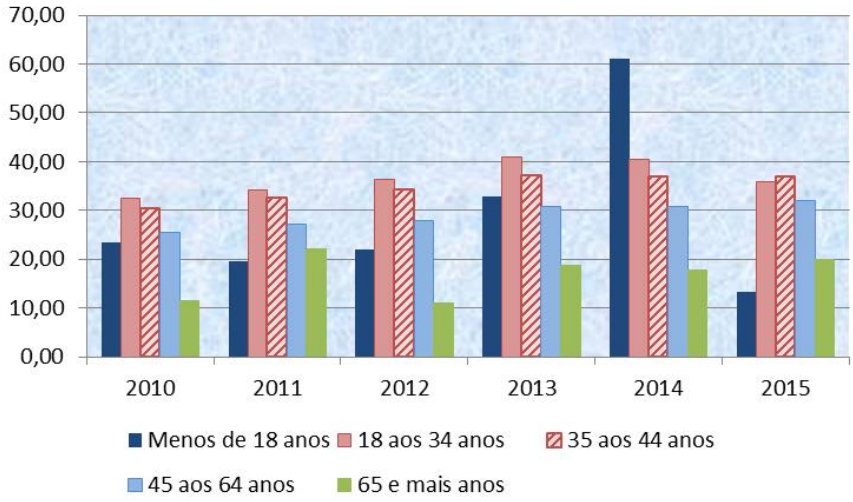
Se analisarmos o número de trabalhadores abrangidos por ações de formação continua considerando os escalões de dimensão das empresas constatamos que, em 2015, a percentagem de trabalhadores abrangidos aumentava à medida que o escalão de dimensão era maior. Nas empresas com 1 a 9 trabalhadores, 10,7% dos trabalhadores beneficiaram de ações de formação promovidas pelas empresas, enquanto nas empresas com 250 a 499 trabalhadores essa percentagem foi de 51,2% e nas empresas com 500 e mais trabalhadores de 56,7%.

Em 2015, a percentagem de homens e mulheres que frequentaram ações de formação promovida pelas empresas relativamente ao total de, respetivamente, TCO homens e mulheres, era muito equilibrada, como já vinha acontecendo em anos anteriores. O sector *das Industrias Transformadoras* era o sector em que a percentagem de homens mais ultrapassava a percentagem de mulheres (+8,8 p.p.), exatamente o oposto do que se verificava na *Construção*, onde a percentagem de homens em formação era inferior à de mulheres em -8 p.p.

No que respeita aos escalões etários, e considerando o número de trabalhadores em formação relativamente ao total dos TCO do mesmo escalão etário, em 2015, o escalão com maior percentagem de trabalhadores em formação foi o dos 35 aos 44 anos (37% do total dos TCO desse escalão etário), ligeiramente acima do escalão dos 18 aos 34 anos (36% do total dos TCO nesse escalão etário). O escalão com menos expressão em termos de ações de formação foi o dos trabalhadores com menos de 18 anos. (13,3%) Entre 2014 e 2015 a percentagem dos trabalhadores até aos 34 anos em ações de formação diminuiu, tendo a percentagem dos trabalhadores com 45 e mais anos aumentado.

Entre 2012 e 2014 a percentagem de TCO em ações de formação cresceu em todos os escalões etários até aos 65 anos.

Gráfico 189 -% de trabalhadores em ações de formação relativamente ao total de TCO do mesmo escalão etário

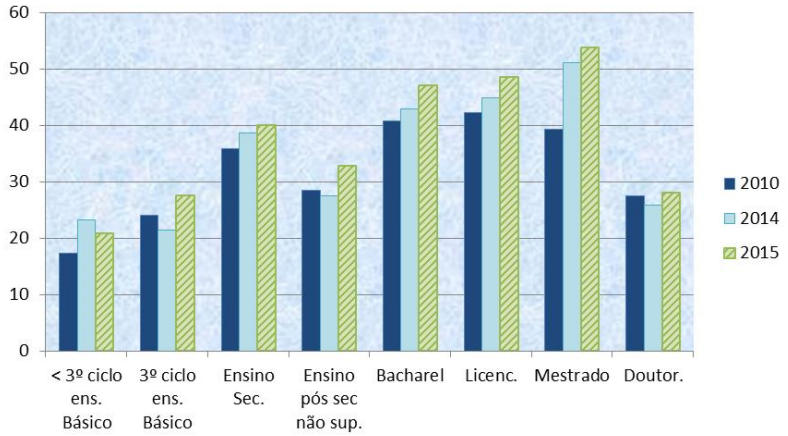


Fonte: GEP, *Relatório Anual de Formação Continua*

Considerando a percentagem dos trabalhadores de cada nível de habilitações em ações de formação promovidas pelas empresas, relativamente ao total de TCO com o mesmo nível de habilitações, constata-se que, de um modo geral, a percentagem de trabalhadores em formação é tanto mais elevada quanto mais elevado o nível de habilitações. Assim, em 2015, frequentaram ações de formação, 20,9% dos TCO com menos do que o 3º ciclo do ensino básico e 27,5% dos TCO com o 3º ciclo do ensino básico e, por outro lado, 48,5% dos TCO com licenciatura e 53,7% dos TCO com mestrado. Contudo, no que se refere aos TCO com o ensino pós secundário não superior a percentagem era menor do que a dos TCO com o ensino secundário. O mesmo acontecia com os TCO com doutoramento dos quais apenas 28,1% frequentou ações de formação promovidas pelas empresas.

Entre 2010 e 2015 a percentagem de trabalhadores em formação aumentou relativamente a todos os níveis de habilitações exceto relativamente aos TCO com menos do que o 3º ciclo do ensino.

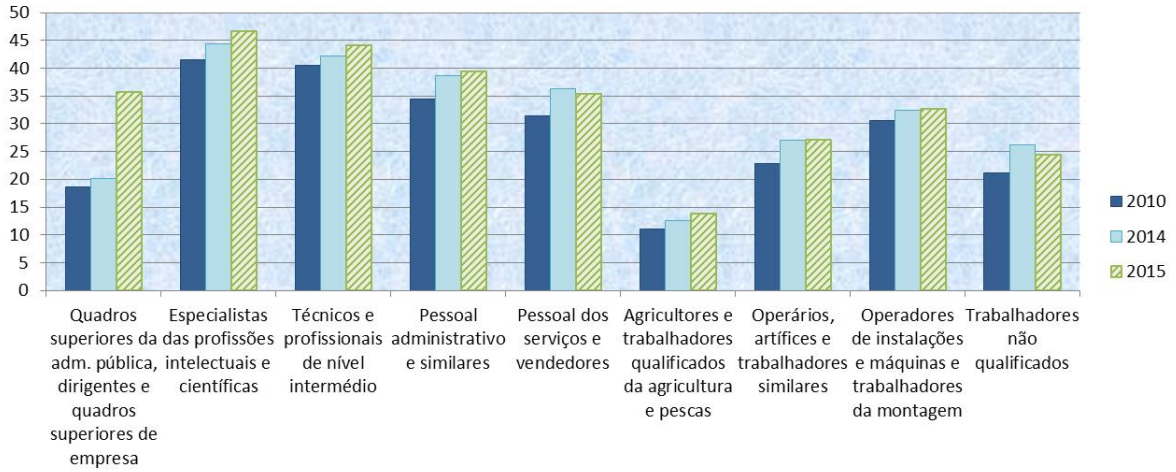
Gráfico 190 -% de trabalhadores em ações de formação relativamente ao total de TCO com o mesmo nível de habilitações



Fonte: GEP, *Relatório Anual de Formação Continua*

Analisando os trabalhadores em ações de formação promovidas pelas empresas por grupo profissionais constata-se que, em 2015, o grupo profissional com maior percentagem de trabalhadores em formação era o dos Especialistas das profissões intelectuais e científicas, (46,6% do total dos trabalhadores daquele grupo profissional) seguido pelos grupos dos Profissionais de nível intermédio (44,1%) e do Pessoal administrativo e similares (39,5%). Os grupos profissionais com menor percentagem de trabalhadores em formação eram os Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas (13,9%) e os Trabalhadores não qualificados (24,4% do total dos TCO deste grupo profissional).

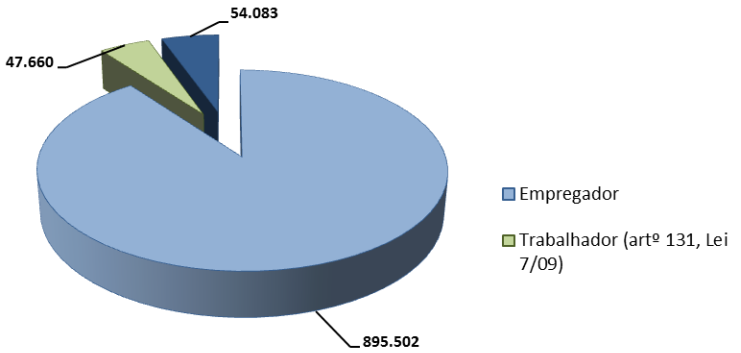
Gráfico 191 - % de trabalhadores em ações de formação relativamente ao total de TCO do mesmo grupo profissional



Fonte: GEP, *Relatório Anual de Formação Continua*

Entre 2010 e 2015 a percentagem de trabalhadores envolvidos em ações de formação promovidas pelas empresas aumentou relativamente a todos os grupos profissionais.

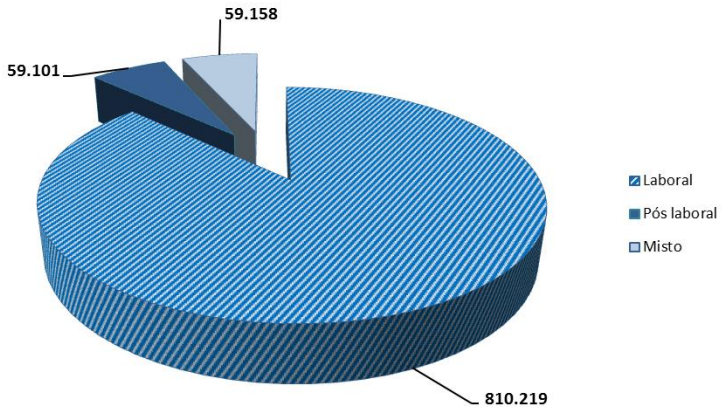
Gráfico 192 - Trabalhadores em ações de formação por iniciativa da formação, em 2015



Fonte: GEP, *Relatório Anual de Formação Continua*

Em 2015, 92% dos trabalhadores que frequentaram ações de formação frequentaram ações da iniciativa do empregador, 5,5%, ações de formação da iniciativa das empresas utilizadoras de mão-de-obra e 4,3% ações de formação por sua própria iniciativa.

Gráfico 193 - Trabalhadores em ações de formação por tipo de horário, em 2015

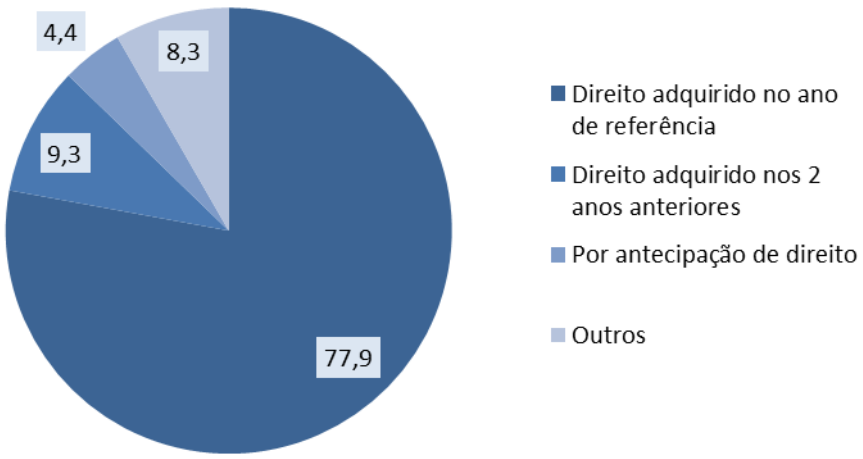


Fonte: GEP, *Relatório Anual de Formação Continua*

Em 2015, 92% dos trabalhadores em formação frequentaram ações de formação em horário laboral, distribuindo-se os restantes, equitativamente, por ações em horário misto e pós laboral. Esta distribuição não variou muito, desde 2010, embora, a partir de 2013, a percentagem e TCO em ações de formação em horário laboral tenha crescido sempre.

As ações de formação contínua promovidas pelas empresas tiveram em média, em 2015, 28,7 horas, o que constituiu um decréscimo relativamente aos anos anteriores em que a média era de 33 h. O número médio de horas de formação é muito aproximado nos diferentes escalões de dimensão de empresas excerto no escalão de empresa com 500 ou mais trabalhadores que manteve uma média de 33 horas.

Gráfico 194 - % de trabalhadores em ações de formação por período de referência do direito à formação, em 2015



Fonte: GEP, *Relatório Anual de Formação Continua*

Dos trabalhadores que frequentaram ações de formação promovidas pelas empresas em 2015, 78% usufruiu do direito à formação adquirido nesse mesmo ano e 9,3% do direito adquirido nos 2 anos anteriores. 4,4% dos trabalhadores frequentou ações de formação antecipando esse direito.

Entre 2010 e 2015 a diferença mais significativa no que se refere ao período de referência do direito à formação respeita à evolução da percentagem de trabalhadores que usufruíram do direito adquirido nos 2 anos anteriores que, em 2010 era de 4,9% e, a partir de 2011, passou para cerca de 9% do total dos trabalhadores em ações de formação.

Se cruzarmos o período de referência do direito à formação com os escalões de dimensão das empresas verificamos que, em 2015, a percentagem de trabalhadores em formação era, de um modo geral, tanto maior quanto o escalão de dimensão na empresa, no que se referia aos trabalhadores em formação por antecipação do direito bem como por direito adquirido nos 2 anos anteriores. Contudo, no escalão dos 250 aos 499 trabalhadores a percentagem de trabalhadores em formação por direito adquirido no ano de referência era particularmente significativa pelo que o peso dos TCO em formação por direito adquirido nos 2 anos anteriores é menor do que nos escalões anteriores.

O custo médio das ações de formação continua nas empresas, em 2015, foi de 393,3 € tendo este decrescido em cerca de 110 € desde 2010. Os sectores da *Eletricidade, gás, água quente e fria e ar frio* e das *Atividades de Informação e comunicação* foram os sectores que registaram custos médios de formação mais elevados assim como o subsector da *Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e aglomerados combustíveis; fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, exceto produto farmacêuticos*. Já os custos médios mais baixos verificaram-se nos sectores da *Agricultura, produção animal, caça floresta e pesca* e o subsector das *Outras Industrias Transformadoras.*

CONCEITOS UTILIZADOS

Ações de Formação Profissional

Resultam de um conjunto de atividades devidamente planeadas e estruturadas, visando a aquisição de conhecimentos e capacidades exigidas para o exercício das funções próprias de uma profissão ou grupo de profissões. Consideram-se, as ações com duração igual ou superior a 4 horas, podendo estas assumir a forma de cursos, seminários, conferências, etc.

Condição perante o trabalho

Situação do indivíduo perante a atividade económica no período de referência podendo ser considerado ativo ou inativo.

Custo de mão de obra

Despesas suportadas exclusivamente pela entidade empregadora com o emprego da mão de obra. Dividem-se em custos diretos e custos indiretos. Os subsídios para compensação das remunerações diretas deduzem-se ao custo total.

Custo direto de mão de obra

Parte do custo suportado pela entidade empregadora com o emprego da mão de obra diretamente ligado ao tempo trabalhado ou trabalho fornecido. Inclui a remuneração do trabalho efetuado, o pagamento das horas remuneradas mas não trabalhadas, os prémios e gratificações e o custo dos pagamentos em géneros.

Custo indireto de mão de obra

Parte do custo suportado pela entidade empregadora com o emprego da mão de obra que não está diretamente ligado ao tempo trabalhado ou trabalho fornecido. Inclui as contribuições patronais legais, convencionais, contratuais e facultativas para os regimes de Segurança Social e regimes complementares, as prestações sociais pagas diretamente aos trabalhadores (complementos aos subsídios de doença e de acidente de trabalho, complemento às pensões de reforma e sobrevivência, prestações familiares, subsídios de apoio aos estudos dos trabalhadores e/ou filhos, etc.), os custos da formação profissional, os custos de caráter social (cantinas, refeitórios, creches/infantários, serviços médico-sociais, colónias de férias, custos de manutenção, reparação, amortização e juros suportados pelo empregador com o alojamento do trabalhador, etc.), e outros custos da mão de obra (despesas de transporte dos trabalhadores entre o domicílio e o local de trabalho, custos de recrutamento, etc.).

Custos com serviços de carácter social

Despesas efetuadas com serviços e obras sociais, tais como: despesas de funcionamento dos serviços sociais; despesas líquidas com o funcionamento de cantinas, refeitórios e outros serviços de aprovisionamento; despesas com serviços de caráter educativo, cultural, recreativo ou bolsas de estudo concedidas aos trabalhadores e seus descendentes; e outras despesas com serviços sociais.

Desempregado

Indivíduo, com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas situações seguintes:

a) não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro;
b) estava disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não;
c) tinha procurado um trabalho, isto é, tinha feito diligências no período especificado (período de referência ou nas três semanas anteriores) para encontrar um emprego remunerado ou não.

Consideram-se como diligências:

a) contacto com um centro de emprego público ou agências privadas de colocações;
b) contacto com empregadores;
c) contactos pessoais ou com associações sindicais;
d) colocação, resposta ou análise de anúncios; e) realização de provas ou entrevistas para seleção;
f) procura de terrenos, imóveis ou equipamentos;
g) solicitação de licenças ou recursos financeiros para a criação de empresa própria.

O critério de disponibilidade para aceitar um emprego é fundamentado no seguinte:

a) no desejo de trabalhar;
b) na vontade de ter atualmente um emprego remunerado ou uma atividade por conta própria caso consiga obter os recursos necessários;
c) na possibilidade de começar a trabalhar no período de referência ou pelo menos nas duas semanas seguintes.

Inclui-se o indivíduo que tem um emprego, mas só começa a trabalhar em data posterior à do período de referência até ao prazo limite de três meses, findo o qual passa a ser considerado inativo.

Desempregado à procura de novo emprego

Indivíduo desempregado que já teve um emprego.

Desempregado à procura do primeiro emprego

Indivíduo desempregado que nunca teve emprego.

Desempregado de longa duração

Trabalhador sem emprego, disponível para o trabalho e à procura de emprego há 12 meses ou mais. Nos casos dos desempregados inscritos nos Centros de Emprego, a contagem do período de tempo de procura de emprego (12 meses ou mais) é feita a partir da data de inscrição no Centros de Emprego.

Desempregado de muito longa duração

Trabalhador sem emprego, disponível para o trabalho e à procura de emprego há 24 meses ou mais.

Desemprego registado

Conjunto de indivíduos com idade mínima especificada, inscritos nos Centros de Emprego, que não têm emprego, que procuram um emprego e que estão disponíveis para trabalhar.

Desencorajados

Conjunto de indivíduos com idade mínima especificada que no período de referência não tinham qualquer trabalho e que, estando disponíveis para trabalhar, não procuram emprego, nomeadamente porque: a) não sabem procurar ou; b) acham que não vale a pena ou; c) consideram que não há empregos disponíveis na zona.

Duração habitual de trabalho

Número de horas executadas com caráter habitual, mesmo que não realizadas no período de referência. Inclui as horas extraordinárias desde que a sua prestação tenha caráter regular.

Empregado

Indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava numa das seguintes situações:

1) tinha efetuado trabalho de pelo menos uma hora, mediante pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros;

2) tinha uma ligação formal a um emprego mas não estava temporariamente ao serviço;

3) tinha uma empresa, mas não estava temporariamente a trabalhar por uma razão específica; 4) estava em situação de pré-reforma, mas a trabalhar.

Empresa

Entidade jurídica (pessoa singular ou coletiva) correspondente a uma unidade organizacional de produção de bens e/ou serviços, usufruindo de uma certa autonomia de decisão, nomeadamente quanto à afetação dos seus recursos correntes. Uma empresa pode exercer uma ou várias atividades, em um ou em vários locais.

Estabelecimento

Empresa ou parte de uma empresa (fábrica, oficina, mina, armazém, loja, entreposto, etc.) situada num local topograficamente identificado. Nesse local ou a partir dele exercem-se atividades económicas para as quais, regra geral, uma ou várias pessoas trabalham (eventualmente a tempo parcial), por conta de uma mesma empresa.

Encargos convencionais, contratuais e facultativos com a Segurança Social e regimes análogos a cargo das entidades patronais

Encargos da entidade patronal resultantes do Instrumento de Regulamentação de Trabalho ou acordados diretamente nos contratos individuais ou ainda encargos resultantes da vontade e iniciativa da entidade patronal, para a Segurança Social e regimes análogos.

Formação Contínua

Entende-se por formação contínua a que seja qualificante para as tarefas desempenhadas pelo trabalhador, de acordo com o Artigo 131.º da Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.

Esta formação "pode ser desenvolvida pelo empregador, por entidade formadora certificada para o efeito ou por estabelecimento de ensino reconhecido pelo ministério competente (…)" (n.º 3 do Artigo 131.º da Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro).

Ganho

Montante ilíquido em dinheiro e/ou géneros, pago ao trabalhador, com caráter regular em relação ao período de referência, por tempo trabalhado ou trabalho fornecido no período normal e extraordinário. Inclui, ainda, o pagamento de horas remuneradas mas não efetuadas (férias, feriados e outras ausências pagas).

Inativo disponível mas que não procura emprego

Inativo com idade dos 15 aos 74 anos que, no período de referência, estava disponível para trabalhar, mas não tinha procurado ativamente um trabalho ao longo de um período específico (o período de referência ou as três semanas anteriores).

Nível de escolaridade

Nível ou grau de ensino mais elevado que o indivíduo concluiu ou para o qual obteve equivalência, e em relação ao qual tem direito ao respetivo certificado ou diploma.

Pagamento em géneros

Valor dos bens e serviços cedidos ao trabalhador pelo empregador como parte da sua remuneração. Na ótica do custo, os bens e serviços, ou outros benefícios, devem ser avaliados a preços de custo, se produzidos pelo empregador, ou a preço de aquisição (isto é, o preço efetivamente pago pelo empregador), se adquiridos pelo empregador. Se forem fornecidos gratuitamente, o valor total dos pagamentos em géneros é calculado segundo os preços de custo (ou preços de aquisição pelo empregador, se adquiridos por este) dos bens e serviços, ou outros benefícios em questão. Se forem fornecidos a preços reduzidos, o valor é dado pela diferença entre o cálculo acima indicado e o montante pago pelo empregador. Na ótica dos ganhos, os bens e serviços, ou outros benefícios, devem ser medidos com base no valor que o trabalhador teria despendido para os adquirir. São exemplo: o fornecimento de viatura da empresa, telefone, gás, eletricidade, gasolina, vestuário, pagamento de passes sociais, computadores pessoais, produtos alimentares e bebidas (com exceção das despesas para cantinas e das senhas de refeição), cartões de crédito, etc.. Inclui igualmente a cedência de habitação pelo empregador ao trabalhador e os empréstimos, a uma taxa de juro bonificada, destinados à construção ou à compra da habitação para os trabalhadores.

Participante em ações de Formação Profissional

Trabalhador ao serviço na empresa, contabilizado tantas vezes quantas as ações em que participou.

Pessoal ao serviço

Pessoas que no período de referência efetuaram qualquer trabalho remunerado de pelo menos uma hora para o estabelecimento, independentemente do vínculo que tinham.

População ativa

População com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituía a mão de obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (população empregada e desempregada).

População Inativa

População que, independentemente da idade, no período de referência, não podia ser considerada economicamente ativa, i.e., não estava empregada, nem desempregada.

População residente

Conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano.

Prémios e subsídios regulares

Montante ilíquido pago às pessoas ao serviço, com caráter regular, no período de referência, como é o caso dos subsídios de alimentação, de função, de alojamento ou transporte, diuturnidades ou prémios de antiguidade, produtividade, assiduidade, subsídio por trabalhos penosos, perigosos ou sujos, subsídios por trabalho de turnos e noturnos.

Profissão

Ofício ou modalidade de trabalho, remunerado ou não, a que corresponde um determinado título ou designação profissional, constituído por um conjunto de tarefas que concorrem para a mesma finalidade e que pressupõem conhecimentos semelhantes.

Remuneração base

Montante ilíquido (antes da dedução de quaisquer descontos) em dinheiro e/ou géneros, pago com caráter regular e garantido ao trabalhador no período de referência e correspondente ao período normal de trabalho.

Remunerações das horas não efetuadas

Pagamentos diretos efetuados aos trabalhadores relacionados com as férias anuais e outras semelhantes, os feriados oficiais e outros reconhecidos e com outras ausências que não implicam perda de

remuneração e com pagamento garantido pelo empregador (nascimento e morte de familiares, casamento do trabalhador, atividades sindicais, obrigações familiares, etc.).

Saída escolar precoce

Situação dos indivíduos, num escalão etário (normalmente entre os 18-24 anos), que não concluíram o ensino secundário e não se encontram a frequentar a escola.

Subemprego de trabalhadores a tempo parcial

Conjunto de trabalhadores, a tempo parcial e com idades dos 15 aos 74 anos que, no período de referência, declararam pretender trabalhar mais horas do que as que habitualmente trabalhavam em todas as atividades e estavam disponíveis para começar a trabalhar as horas pretendidas num período específico (o período de referência ou as duas semanas seguintes).

Taxa de atividade (15 e mais anos)

Taxa que permite definir a relação entre a população ativa e a população em idade ativa (população com 15 e mais anos de idade)

Taxa de desemprego

Taxa que define a relação entre a população desempregada e a população ativa.

Taxa de emprego (15 e mais anos)

Taxa que permite definir a relação entre a população empregada e a população em idade ativa (população com 15 e mais anos de idade).

Trabalhador a tempo completo

Trabalhador cujo período de trabalho tem uma duração igual ou superior á duração normal de trabalho em vigor na empresa/instituição, para a respetiva categoria profissional ou na respetiva profissão.

Trabalhador a tempo parcial

Trabalhador cujo período de trabalho tem uma duração inferior à duração normal de trabalho em vigor na empresa/instituição, para a respetiva categoria profissional ou na respetiva profissão.

Trabalhador com contrato a termo

Indivíduo ligado à empresa/instituição por um contrato reduzido a escrito com fixação do seu termo e com menção concretizada de modo justificativo: a) a termo certo: quando no contrato escrito conste expressamente a estipulação do prazo de duração do contrato e a indicação do seu termo; b)a termo incerto: quando o contrato de trabalho dure por todo o tempo necessário à substituição do trabalhador ausente ou à conclusão da atividade, tarefa ou obra cuja execução justifica a sua celebração.

Trabalhador com contrato permanente

Indivíduo ligado à empresa/instituição por um contrato de trabalho sem termo ou de duração indeterminada.

Trabalhador familiar não remunerado

Indivíduo que exerce uma atividade independente numa empresa orientada para o mercado e explorada por um familiar, não sendo contudo seu associado nem estando vinculado por um contrato de trabalho.

Trabalhador ocasional

Indivíduo com contrato a termo, cujo trabalho não tem periodicidade definida, ocorrendo esporadicamente sem caráter de continuidade, não sendo cíclico ao longo dos anos.

Trabalhador por conta de outrem

Indivíduo que exerce uma atividade sob a autoridade e direção de outrem, nos termos de um contrato de trabalho, sujeito ou não a forma escrita, e que lhe confere o direito a uma remuneração, a qual não depende dos resultados da unidade económica para a qual trabalha.

Trabalhador por conta própria

Indivíduo que exerce uma atividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está diretamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos. Os associados podem ser, ou não, membros do agregado familiar. Um trabalhador por conta própria pode ser classificado como trabalhador por conta própria como isolado ou como empregador.

Trabalhador por conta própria como empregador

Indivíduo que exerce uma atividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está diretamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos e que, a esse título, emprega habitualmente um ou vários trabalhadores por conta de outrem para trabalharem na sua empresa.

Trabalhador por conta própria como isolado

Indivíduo que exerce uma atividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está diretamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos e que, habitualmente, não contrata trabalhador(es) por conta de outrem para com ele trabalhar(em). Os associados podem ser, ou não, membros do agregado familiar.

Trabalhador que participou em ações de formação

Trabalhador ao serviço nas empresas, contabilizado uma só vez independentemente do número de ações em que participou.

Trabalhador sazonal

Indivíduo com contrato a termo, cujo trabalho é exercido em determinadas épocas do ano, sempre no mesmo período ao longo dos anos. Consideram-se as ações de formação que resultam de um conjunto de atividades devidamente planeadas e estruturadas, visando a aquisição de conhecimentos e capacidades exigidas para o exercício das funções próprias de uma profissão ou grupo de profissões. São consideradas quer as ações de formação realizadas pela empresa/entidade nas suas instalações, quer as realizadas por outras entidades onde tenham participado trabalhadores da empresa. Exclui-se a formação inserida no Sistema de Aprendizagem.

PARECER CONJUNTO DA COMISSÃO CIENTÍFICA

1. Por deliberação do Plenário do Centro de Relações Laborais (CRL), foi criada a Comissão Científica de acompanhamento do Relatório do 2º Semestre sobre Emprego e Formação – 2016, presidida pelo Presidente do CRL e da qual fazem parte os signatários do presente parecer:
   António Figueiredo (FEP, Universidade do Porto; Quaternaire Portugal);
   João Cerejeira (EEG, Universidade do Minho);
   Francisco Lima (IST, Universidade de Lisboa);
   Francisco Madelino (IPPS – IUL ISCTE; INATEL);
   Cristina Rodrigues (Universidade Nova de Lisboa, IEFP)

2. A Comissão considera que o relatório cumpre na generalidade os seus objetivos, analisando o mercado de trabalho nas vertentes da população ativa, emprego e desemprego (evolução e fluxos), remunerações, formação e medidas ativas de emprego. As fontes estatísticas são as apropriadas, com o mérito de agregar dados de origens diversas: INE (Inquérito ao Emprego), MTSSS (Inquérito aos Ganhos e Quadros de Pessoal), DGAEP, SIGO, IEFP e Instituto de Informática do MTSSS. O resultado é uma análise essencialmente quantitativa e descritiva que dá suporte à discussão dos parceiros sociais no seio do CRL e contribui para informar os meios de comunicação o público em geral.

3. O resultado das diversas reuniões e do acompanhamento subsequente permitiu à Comissão contribuir para as diferentes versões do relatório, a par dos contributos dos membros do CRL. Em especial, destacam-se os seguintes pontos que diferenciam o atual relatório do anterior, referente ao segundo semestre de 2015:
   a. O esforço de síntese adicional no Sumário Executivo.
   b. Uma nova secção sobre o emprego nas administrações públicas e entidades do setor público.
   c. Uma nova secção sobre fluxos de mão-de-obra entre emprego, desemprego e inatividade.
   d. Uma nova secção dedicada à análise da situação do desemprego subsidiado.
   e. Um anova secção sobre entidades empregadoras e beneficiárias com prestações de *lay-off*.
   f. Um maior detalhe e aprofundamento da secção dedicada à formação profissional e medidas ativas de emprego.
   g. Inserção de “caixas” ao longo do texto com análise e aprofundamento de algumas temáticas particulares. Neste relatório são abordados os seguintes temas: “Inativos disponíveis que não procuram emprego”, “Emprego nas atividades relacionadas com o turismo”, “Motivos de inscrição dos desempregados no serviço público de emprego” e “Análise da compatibilidade dos fluxos do mercado de trabalho”.

4. A Comissão recomenda que em futuros relatórios sejam considerados os seguintes pontos:
   a. Aprofundar a análise das remunerações, nomeadamente quanto à distribuição das remunerações. Esta análise poderá incluir também uma avaliação da evolução da desigualdade salarial em diferentes categorias, por exemplo em diferentes setores de atividade ou em diferentes grupos sociodemográficos. Os dados dos Quadros de Pessoal poderão ser usados com este fim.

b. A secção do desemprego subsidiado poderia incluir uma comparação internacional, nomeadamente quanto à taxa de reposição e taxa de cobertura (como recomendado no parecer da Comissão ao relatório do semestre anterior).
c. Introduzir uma nova secção sobre a questão da segmentação do mercado de trabalho. No relatório do 2º semestre de 2015 esta questão foi abordada através de uma "caixa" denominada "Precariedade no mercado de trabalho". No presente relatório a distinção entre contratados a termo e sem termo surge unicamente quando se aborda o volume de emprego em termos de tipo de contrato (ver gráficos nº9, 46, 148, 153 e 154). Sugere-se a inserção de uma secção autónoma sobre esta temática, onde se inclua, para além do emprego, dados sobre remunerações e formação profissional.
d. Sugere-se uma nova redação para a secção "9.3. Índice do custo de trabalho". Na redacção actual, por exemplo, o parágrafo onde se lê: "Registe-se que, em 2011, Portugal era, a seguir à Grécia, o Pais da UE onde o índice do custo de trabalho era mais elevado, mas foi também, a seguir à Grécia, o País onde este evidenciou um decréscimo mais expressivo", poderá induzir o leitor em erro, uma vez que nem todos os países têm dados normalizados tendo como referência o ano de 2012.

Lisboa, 4 de julho de 2017,

COMENTÁRIOS DOS MEMBROS DO CRL

CGTP-IN

DECLARAÇÃO DE VOTO

O Relatório sobre Emprego e a Formação Profissional relativo ao 2º semestre de 2016 revela algum progresso face a documentos anteriores, uma vez que passou a incluir vários temas que faltavam nos relatórios relativos aos semestres precedentes.

No entanto, denota-se um recuo relativamente a outros aspectos, nomeadamente a não inclusão dos valores das remunerações base ou da incidência de contratos não permanentes entre os trabalhadores mais jovens, bem como na falta de neutralidade no enquadramento macroeconómico e no sumário executivo. A opção tomada neste ponto não é de todo coerente com a natureza objectiva e factual do restante texto, contrariando o que é afirmado na Introdução, onde se refere que o Centro de Relações Laborais tem funções de carácter técnico no âmbito da negociação colectiva e acompanhamento das políticas de emprego e formação profissional.

A CGTP-IN discorda de várias opiniões expressas no Sumário executivo e no Enquadramento Macroeconómico (incluindo o ponto das conclusões). Em concreto, estão em causa opiniões acerca da política orçamental e económica, nomeadamente sobre a moeda única, a estratégia de crescimento assente fundamentalmente nas exportações (esquecendo a substituição de importações), a submissão aos mercados, apreciações que, além de merecerem a nossa discordância, não têm cabimento num relatório técnico de uma estrutura tripartida como o CRL.

No entender da CGTP-IN o texto deveria ser o mais neutro e objectivo possível, tendo em conta os interesses defendidos pelos membros do Centro de Relações Laborais, o que não se verifica neste documento.

A CGTP-IN discorda ainda da apreciação sobre o trabalho a tempo parcial, nomeadamente a conclusão de que a menor importância deste tipo de trabalho não é favorável a Portugal. O que não é favorável ao nosso país é o baixo valor dos salários associados a este tipo de trabalho e o facto de cerca de metade ser involuntário.

Continuam ainda a existir lacunas na informação relativamente às quais já chamámos a atenção noutros relatórios e que, na nossa opinião, deveriam ter sido colmatadas, enriquecendo assim o documento. A

CGTP-IN recorda que propôs um maior desenvolvimento de algumas áreas, bem como a inclusão de outras que estão em falta, tirando partido de dados estatísticos disponíveis, alguns dos quais não publicados, o que não foi acolhido.

Em concreto, propusemos que se incluísse informação sobre emigração por sexo, idade e habilitações; dados sobre os desempregados ocupados desagregados por tipo de medidas e peso nos pedidos de emprego; ofertas de emprego registadas no IEFP por tipo de contrato, horário, salário (cruzado também com tipo de contrato, profissão e habilitações); informação sobre o tipo de contrato e o salário do emprego subsequente à participação nas medidas de apoio ao emprego; dados administrativos do IEFP constantes do relatórios anuais de análise do sector do trabalho temporário; dados sobre despedimentos colectivos, falências e sobre o sistema de recuperação de empresas por via judicial; peso da precariedade do emprego entre os jovens; valores das remunerações médias mensais base quer no sector privado, quer no público com objectivo de sinalizar as discriminações salariais na base, nomeadamente entre homens e mulheres; dados sobre as prestações de serviços na Administração Pública.

Relativamente ao sector do Turismo, a CGTP-IN expressou as suas dúvidas relativamente à inclusão das actividades de saúde humana, uma vez que os dados usados são muito agregados e não é correcto incluir estas actividades. Recomendámos o uso da definição adoptada no estudo do Banco de Portugal sobre o Turismo[1], mas o documento manteve-se inalterado.

A CGTP-IN chamou a atenção para estas questões mas não encontraram solução na versão final posta à votação.

Tendo todos estes aspectos em consideração, a CGTP-IN vota contra o Relatório sobre Emprego e a Formação Profissional relativo ao 2º semestre de 2016.

Lisboa, 10 de Julho de 2017

CGTP-IN

[1] ANÁLISE DO SETOR DO TURISMO | Estudos da Central de Balanços 17 | 2014 • Banco de Portugal

UGT

DECLARAÇÃO DE VOTO

A UGT deve, antes de mais, salientar que o relatório agora colocado a votação não deixa de seguir a tendência de aperfeiçoamento que tem pautado os sucessivos relatórios que vêm sendo elaborados no CRL, a qual se tem traduzido na introdução de novas matérias, no aprofundamento das matérias já existentes e numa preocupação de, nos diversos temas em análise, se recorrer a uma maior diversidade de fontes de informação, enriquecendo o conteúdo dos documentos.

Esta é uma tendência que a UGT deve saudar, até porque defendeu a sua pertinência e necessidade, mas que, face a um relatório com a extensão que este assume, não deixa de suscitar algumas questões de natureza metodológica e de análise.

Nesse sentido, devemos reiterar aquela que tem sido a posição por nós assumida, no sentido não apenas das análises se realizarem de forma mais integrada – uma mesma matéria/tema deve ser analisada num espaço próprio e não desagregada por fonte estatística – mas igualmente de o documento aprofundar a sua vertente qualitativa, procedendo a uma reflexão mais aprofundada sobre cada matéria atendendo inclusivamente às tendências e evoluções registadas na análise das diversas fontes usadas, fontes que entendemos que deverão ser mais diversificadas, recorrendo inclusivamente a documentos que são apresentados em sede de concertação social, órgão relativamente ao qual o CRL assume competências de suporte técnico.

Cientes das limitações inerentes a que tal se verifique, mesmo as resultantes da periodicidade semestral do relatório, parece-nos porém que este é um esforço que deverá ser realizado, o qual não deixará de exigir uma discussão em sede de CRL sobre o caminho a seguir para, garantindo a manutenção do rigor e da excelência existentes, os relatórios incorporarem componentes de análise mais qualitativa e permitirem uma leitura mais integrada nos diversos temas analisados.

Face a tudo o exposto, e não deixando de salientar que este Relatório constitui, antes de mais e sobretudo, um avanço face aos anteriores e traduz um permanente esforço de incorporação das propostas dos membros do CRL, factos pelos quais devemos reiterar os nossos cumprimentos ao Prof. Caldeira Dias, à Comissão Científica e a toda a equipa do CRL, os dois representantes da UGT votam favoravelmente o Relatório do CRL sobre Emprego e Formação Profissional relativo ao 2.º semestre de 2016.

06-07-2017